



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JULIANA DE OLIVEIRA TEIXEIRA

**A PROPOSTA METODOLÓGICA DA FOTOGRAFIA COMO
DISPARADORA DO GATILHO DA MEMÓRIA:
APLICAÇÃO À HISTÓRIA DE TELÊMACO BORBA – PR (1950-
1969)**

JULIANA DE OLIVEIRA TEIXEIRA

**A PROPOSTA METODOLÓGICA DA FOTOGRAFIA COMO
DISPARADORA DO GATILHO DA MEMÓRIA:
APLICAÇÃO À HISTÓRIA DE TELÊMACO BORBA – PR (1950-
1969)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Boni

Londrina
2013

JULIANA DE OLIVEIRA TEIXEIRA

**A PROPOSTA METODOLÓGICA DA FOTOGRAFIA COMO
DISPARADORA DO GATILHO DA MEMÓRIA:
APLICAÇÃO À HISTÓRIA DE TELÊMACO BORBA – PR (1950-1969)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Comunicação

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo César Boni (Orientador)
UEL – Londrina - PR

Prof. Dr. Paulo César Boni (Orientador)
UEL – Londrina - PR

Profa. Dra. Simonetta Persichetti
Faculdade Cásper Líbero – São Paulo - SP

Londrina, 22 de fevereiro de 2013.

Aos meus pais, pioneiros da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Quando um projeto se torna algo concreto, é impossível não sentir orgulho daquilo que se fez. Estou imensamente feliz com o resultado desta pesquisa. No entanto, não posso deixar de registrar que todas essas páginas só se tornaram realizáveis porque tive o apoio e a contribuição de pessoas muito especiais. Se não fossem os pioneiros de Telêmaco Borba, nada faria sentido, pois são eles a alma deste texto e o motivo por eu estar aqui. Por isso, quero agradecer de todo o coração a Marina Dal Col, Honorina Nocera, Tereza Iank, Franceline Mendes, Eloah Quadrado, Alberto Feitosa, Silvestre Solak, Aroldo Machado e Aulino Feitosa. Obrigada por cederem seu tempo e compartilharem suas lembranças tão ricas comigo. E, principalmente, obrigada por construírem a cidade em que nasci e que tenho orgulho de pertencer.

Agradeço ao pessoal do Museu Histórico de Telêmaco Borba por serem tão gentis e solícitos. Obrigada pela confiança e pelo suporte. Agradeço principalmente à Jaqueline Mendes, que me acompanhou no garimpo das fotografias e me indicou como fonte sua avó, uma telemacoborbense admirável.

Também quero agradecer e dedicar este trabalho a todos os professores que me ensinaram o real sentido de aprender. Em especial, agradeço ao meu orientador Paulo César Boni, que está ao meu lado desde a iniciação científica. Foi ele quem me apresentou o universo da fotografia histórica e, como um bom mestre, sempre me guiou pelos melhores caminhos. Obrigada por toda a atenção, dedicação e incentivo. Sem você, a pesquisa (e minha vida acadêmica) estaria pela metade.

E não posso esquecer daqueles que me fizeram ser o que sou hoje: minha família. Obrigada pelo carinho, Hermínio, Jane, Fernando, Ana e Guly. Vocês são tudo pra mim! Aos meus avós Ana, Donias, João e Vaelson, agradeço a coragem de se aventurar e a força de persistir. São meus pioneiros e fontes de inspiração.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a Deus por minha vida e por todas as coisas.

TEIXEIRA, Juliana de Oliveira. **A proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória:** aplicação à história de Telêmaco Borba – PR (1950-1969). 2013. 199 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2013.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo testar e sistematizar a proposta metodológica do uso da fotografia como elemento disparador do gatilho da memória, técnica que alia a imagem fotográfica à história oral. O método, desenvolvido pelo grupo *Comunicação e História* da Universidade Estadual de Londrina, foi formalizado na dissertação de mestrado de Maria Luisa Hoffmann (2010) e, desde então, tem sido aplicado em municípios de trajetória recente. Para que o teste desta dissertação fosse, de fato, pertinente, o município de Telêmaco Borba (PR) foi escolhido como campo de estudo, e os preceitos do empirismo em comunicação foram respeitados em seus rigores, pautados nas concepções de Maria Immacolata Vassallo Lopes (2010) e Luiz Claudio Martino (2010). A aplicação do método também foi fundamentada teoricamente, utilizando como referência as obras de Jacques Le Goff (2003), Ecléa Bosi (2009) e Boris Kossoy (2009). Durante o processo empírico, nove pioneiros telemacoborbenses foram submetidos à proposta metodológica, com a utilização de 17 fotografias de época da cidade. Em linhas gerais, os resultados alcançados demonstram que a técnica, se aplicada de acordo com os critérios epistemológicos inerentes à ciência, transforma-se em uma eficiente ferramenta empírica, capaz de trazer novos dados e informações ao estudo da memória e à história dos municípios pesquisados.

Palavras-chave: Fotografia e memória. Gatilho da memória. História de Telêmaco Borba (PR).

TEIXEIRA, Juliana de Oliveira. **The methodological proposal of photography as a discharger of the trigger of memory: application to Telêmaco Borba's history (1950-1969).** 2013. 199 pages. Dissertation (Master in Communication) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2013.

ABSTRACT

This work has the objectives of testing and systematizing the methodological proposal of photography as a discharger of the trigger of memory, a technique that combines photographic images with oral history. The method, developed by the group *Communication and History* of Universidade Estadual de Londrina, was formalized in the dissertation of Maria Luisa Hoffmann (2010) and, since then, it has been applied to cities with recent histories. To do a relevant test in this dissertation, Telêmaco Borba (PR) was chosen as field of study, and the precepts of empiricism in communication were respected, following the ideas of Maria Immacolata Vassallo Lopes (2010) and Luiz Claudio Martino (2010). The application of the method was also based theoretically, using as references the works of Jacques Le Goff (2003), Ecléa Bosi (2009) and Boris Kossoy (2009). During the empirical process, nine pioneers of Telêmaco Borba were submitted to the methodological proposal, using 17 old photographs of the city. Roughly, the results of the test show that the technique, when applied with the epistemological criteria of science, becomes an efficient empirical tool, capable of bringing new data and information to the studies of memory and to the history of the studied cities.

Key words: Photography and memory. Trigger of memory. History of Telêmaco Borba (PR).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fábrica de papel das Indústrias Klabin na década de 1950.....	46
Figura 2 – Vila operária de Harmonia.....	47
Figura 3 – Arquibancada do estádio Horácio Klabin, em Harmonia	51
Figura 4 – Horácio Klabin, fundador de <i>O Tibagi</i>	52
Figura 5 – Ponte sobre o rio Tibagi.....	54
Figura 6 – Bonde Aéreo de Telêmaco Borba	55
Figura 7 – Primeiro prédio da Prefeitura de Telêmaco Borba.....	56
Figura 8 – Mosaico com as 17 fotografias selecionadas	80
Figura 9 – Marina em frente ao Hotel Harmonia, na vila operária	102
Figura 10 – Fachada do Hotel Dal Col, construído na Cidade Nova	103
Figura 11 – Marina exercendo seu trabalho de telefonista.....	104
Figura 12 – Marina Dal Col e seus amigos durante uma quermesse.....	123
Figura 13 – Marina e amigos em um baile com desfile de moda.....	125
Figura 14 – Estrutura das Indústrias Klabin nos anos 50	136
Figura 15 – Elementos que despertaram a atenção dos pioneiros	137
Figura 16 – Desfile na avenida Brasil, na vila operária de Harmonia.....	140
Figura 17 – Elementos que despertaram a atenção dos pioneiros em destaque	141
Figura 18 – Bonde Aéreo de Telêmaco Borba	143
Figura 19 – Construção da ponte sobre o rio Tibagi	145
Figura 20 – Operários das Indústrias Klabin reunidos em 1962	150
Figura 21 – Matadouro municipal instalado na Cidade Nova.....	153
Figura 22 – Instalação de um dos cruzeiros de Telêmaco Borba.....	156
Figura 23 – Vista panorâmica da Cidade Nova na década de 60.....	160
Figura 24 – Balsa sobre o rio Imbaú	162
Figura 25 – Desfile do Colégio Estadual Wolff Klabin	165
Figura 26 – Estabelecimentos comerciais apontados pelos pioneiros.....	166
Figura 27 – Figura apontada como “construção no bairro Cem Casas”	169
Figura 28 – Locais apontados por Silvestre Solak ao analisar a fotografia.....	170
Figura 29 – Calçamento da avenida Primeiro de Maio	171
Figura 30 – Construções apontadas por Aroldo Machado	172

Figura 31 – O médico Aulino Feitosa Alves e sua esposa Luzia	174
Figura 32 – A sala de espera e a janela do quarto de Aulino Feitosa Alves	176
Figura 33 – Início da avenida Paraná em Telêmaco Borba.....	178
Figura 34 – Lugares apontados na fotografia por Aroldo Lucas Machado	179
Figura 35 – Solenidade em frente à primeira sede da Prefeitura Municipal	180
Figura 36 – Comemoração do terceiro aniversário de emancipação.....	183
Figura 37 – Horácio Klabin em frente à máquina de impressão do jornal.....	186

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Problema e objetivos do estudo previstos no projeto de pesquisa.....	64
Tabela 2 – Problema e objetivos de estudo aplicados nesta pesquisa	65
Tabela 3 – Nome e profissão dos pioneiros selecionados na primeira lista	67
Tabela 4 – Lista dos pioneiros entrevistados pela investigadora.....	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 FOTOGRAFIA E MEMÓRIA	18
1.1 MEMÓRIA E HISTÓRIA	20
1.1.1 Dos Homens-Memória à Fotografia	22
1.1.2 A Memória.....	25
1.1.3 A Memória Acionada pelo Gatilho	29
1.2 A PROPOSIÇÃO DA FOTOGRAFIA COMO DISPARADORA DO GATILHO DA MEMÓRIA	29
1.2.1 Microrrelatos e Ressignificação da História.....	32
2 HISTÓRIA DE TELÊMAGO BORBA	35
2.1 A HISTÓRIA DE TELÊMAGO BORBA SOB A ÓTICA DE FERNANDES (1974) E CORAIOLA (2003)	37
2.1.1 A Construção da Fábrica	41
2.1.1.1 A escolha das três sedes	45
2.1.2 As Vilas Operárias.....	46
2.1.3 De Cidade Nova a Telêmaco Borba	53
2.1.4 O Grande Incêndio.....	57
3 METODOLOGIA	60
3.1 EPISTEMOLOGIA E REFLEXIVIDADE	60
3.1.1 A Construção do Objeto de Estudo	63
3.2 OS TRÊS SENTIDOS DA PESQUISA EMPÍRICA	68
3.3 O TRABALHO EM CAMPO	71
3.4 METODOLOGIA NA PESQUISA	72
3.4.1 Pesquisa com Fontes Documentais	72
3.4.2 Análise e Seleção das Imagens	76
3.4.3 História Oral	82
3.4.3.1 História oral como técnica ou metodologia?	83

3.4.3.2 Aplicação da história oral.....	85
---	----

4 OS NOVE PIONEIROS SELECIONADOS	88
---	-----------

4.1 AULINO FEITOSA ALVES E ALBERTO FEITOSA ALVES	88
--	----

4.1.1 Condições de Produção da Entrevista	89
---	----

4.2 AROLDO LUCAS MACHADO	91
--------------------------------	----

4.2.1 Condições de Produção da Entrevista	92
---	----

4.3 ELOAH MARTINS QUADRADO.....	93
---------------------------------	----

4.3.1 Condições de Produção da Entrevista	96
---	----

4.4 FRANCELINA MENDES	97
-----------------------------	----

4.4.1 Condições de Produção da Entrevista	98
---	----

4.5 HONORINA RIBAS DE PAULA NOCERA	99
--	----

4.5.1 Condições De Produção Da Entrevista.....	101
--	-----

4.6 MARINA DE LURDES DA LUZ DAL COL.....	101
--	-----

4.6.1 Condições de Produção da Entrevista	104
---	-----

4.7 SILVESTRE SOLAK	105
---------------------------	-----

4.7.1 Condições de Produção da Entrevista	107
---	-----

4.8 TEREZA DE JESUS IANK.....	108
-------------------------------	-----

4.8.1 Condições de Produção da Entrevista	110
---	-----

5 OS PRIMEIROS ANOS DA CIDADE NOVA (1950-1969) SOB A ÓTICA DOS	
---	--

PIONEIROS.....	111
-----------------------	------------

5.1 INFRAESTRUTURA	111
--------------------------	-----

5.2 SAÚDE	113
-----------------	-----

5.3 EDUCAÇÃO	117
--------------------	-----

5.4 RELIGIÃO.....	119
-------------------	-----

5.5 ALIMENTAÇÃO.....	121
----------------------	-----

5.6 LAZER.....	123
----------------	-----

5.7 SEGURANÇA.....	126
--------------------	-----

5.8 COMÉRCIO.....	129
-------------------	-----

5.9 POLÍTICA	130
--------------------	-----

5.10 INCÊNDIO.....	133
--------------------	-----

6 RESULTADO DA APLICAÇÃO DO GATILHO	135
6.1 IMAGEM UM	135
6.2 IMAGEM DOIS	139
6.3 IMAGEM TRÊS	142
6.4 IMAGEM QUATRO	145
6.5 IMAGEM CINCO	149
6.6 IMAGEM SEIS	152
6.7 IMAGEM SETE	155
6.8 IMAGEM OITO	159
6.9 IMAGEM NOVE	161
6.10 IMAGEM DEZ	164
6.11 IMAGEM ONZE	168
6.12 IMAGEM DOZE	171
6.13 IMAGEM TREZE.....	173
6.14 IMAGEM CATORZE.....	177
6.15 IMAGEM QUINZE.....	180
6.16 IMAGEM DEZESSEIS	182
6.17 IMAGEM DEZESSETE.....	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189
REFERÊNCIAS	194
ANEXO.....	198
ANEXO A - Banco de Dados em CD	199

INTRODUÇÃO

Portátil e ilustrado – são com esses adjetivos que Boris Kossoy (2001) define o mundo depois da alvorada do século XX. Um mundo que, após a invenção da fotografia na primeira metade do século XIX, foi substituído por sua imagem. A expressão cultural dos povos em seus costumes, mitos e religiões; a arquitetura das cidades; os conflitos armados; as expedições científicas e o que mais pudesse ser retratado: tudo passou a ser registrado por meio das lentes das câmeras fotográficas. Com o desenvolvimento da indústria gráfica, a fotografia encontrou o suporte ideal para se multiplicar e, assim, iniciar um novo processo de conhecimento, um novo método de aprendizado do real.

A relevância da imagem fotográfica leva Kossoy (2001) a afirmar que cada microaspecto captado pela câmera é capaz de preservar a memória visual de diferentes contextos sociogeográficos. Dessa maneira, a fotografia pode e deve ser vista como um documento histórico, “[...] um painel de informações visuais para a nossa melhor compreensão do passado em seus múltiplos aspectos”. (KOSSOY, 2001, p.28).

Apesar da riqueza de detalhes que essas imagens trazem, é preciso saber indagá-las corretamente para daí extrair o conhecimento do passado. As fotografias são compostas apenas por indícios, pela face externa de histórias que não se mostram – são fragmentos selecionados da aparência das coisas, tal como foram retratadas esteticamente e ideologicamente. (KOSSOY, 2009). Por essa razão, Kossoy empenha-se em desvendar as múltiplas realidades fotográficas que se apresentam tanto explicitamente, no nível da visualidade, quanto implicitamente, fazendo referência ao contexto e ao ambiente registrado. Somente por meio desse exercício de desvelamento é possível retirar da imagem seu potencial informativo e histórico. Enxergando a fotografia sob a mesma perspectiva do autor, este trabalho aborda a relação entre a imagem e a memória, e a maneira como esse relacionamento pode contribuir à história.

História e memória, apesar de não representarem a mesma coisa, são interdependentes. A história cresce a partir da memória, e a memória é alimentada pela história. Jacques Le Goff (2003) assinala que, desde os tempos mais antigos, nas sociedades sem escrita, a memória já estava presente e era repassada por meio dos mitos de origem. Várias foram as mudanças até que se atingisse a contemporaneidade, no entanto, em cada etapa, a memória se firmou como um dos elementos para a cristalização do sentimento de identidade coletiva e individual. A fotografia também desempenhou um papel importante nesse aspecto. Para Le Goff (2003), ela é uma ferramenta revolucionária, capaz de preservar a

memória do tempo. Por meio da imagem fotográfica, tem-se a multiplicação e a democratização de negativos-monumentos que celebram aquilo que deve ser lembrado.

A fotografia, analisada pelo ponto de vista da memória, é um ponto de partida, um “instrumento” que pode acionar a imaginação para dentro do mundo representado. Essa imaginação, porém, não é fixa, é “[...] moldável de acordo com nossas imagens mentais, nossas fantasias e ambições, nossos conhecimentos e ansiedades, nossas realidades e ficções. A imagem fotográfica ultrapassa, na mente do receptor, o fato que representa”. (KOSSOY, 2009, p.46).

Ir além do fato representado pela fotografia, acrescentando novas imagens, lembranças e histórias é uma ação que despertou o interesse acadêmico do grupo de pesquisa *Comunicação e História* da Universidade Estadual de Londrina. O grupo, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além de dedicar-se ao estudo histórico de municípios paranaenses e paulistas de trajetória recente, desenvolveu uma metodologia que propõe o uso da imagem fotográfica como elemento disparador do gatilho da memória. A técnica sugerida alia a fotografia à história oral, transformando-as em ferramentas para a obtenção de novas informações históricas que, em depoimentos comuns, sem o registro imagético, poderiam ficar à margem da memória.

A metodologia proposta foi formalizada em 2010, na dissertação de Mestrado em Comunicação de Maria Luisa Hoffmann, intitulada *Guardião de Imagens: “memórias fotográficas” e a relação de pertencimento de um pioneiro com Londrina*. Em seu trabalho, Hoffmann (2010) analisa as lembranças individuais do pioneiro londrinense Omeletino Benatto, promovendo uma discussão sobre memória, identidade e pertencimento. Na ocasião, 15 fotografias do município foram descritas pelo pioneiro de forma oral e textual, já com o intuito de mostrar que a imagem era capaz de disparar o gatilho da memória e acrescentar novos dados para além daqueles compartilhados espontaneamente.

Após o primeiro passo dado por Hoffmann (2010), o grupo procurou “refinar” a técnica aplicada, promovendo novos estudos em outras cidades. Mudanças fundamentais foram incorporadas à proposta metodológica: o número de pioneiros entrevistados foi ampliado e houve o estabelecimento de procedimentos básicos para o trabalho em campo. A partir daí, os pesquisadores passaram a elaborar um portfólio único de imagens históricas para cada município selecionado e a realizar entrevistas com um roteiro pautado pela história oral. As entrevistas também foram divididas em duas etapas: em um primeiro momento, a conversa se dá por meio de perguntas e respostas até que o pioneiro

encerre suas colocações. Em um segundo momento, o portfólio é apresentado, deixando o entrevistado livre para contar novas histórias e discorrer sobre as fotografias.

As experiências já realizadas com a nova proposta expuseram tanto potencialidades quanto dificuldades. No entanto, elas ainda carecem de sistematização para que, de fato, sejam eficientes ferramentas empíricas, contribuindo para a consolidação metodológica. Maria Immacolata Vassallo Lopes (2010b), discorrendo sobre os estudos em campo realizados na área da comunicação, critica o descaso e a ingenuidade com que são feitos, principalmente pela formação deficiente em metodologia e pelo uso instrumentalizado da razão. Geralmente, o empirismo é visto somente como uma forma de coleta de dados – uma definição rasa e, de certa forma, preconceituosa, pois surge da ideia de que os pesquisadores usam apenas o conhecimento pessoal, limitado à experiência direta.

Regina Rosseti (2010) assinala que muitos estudos produzidos em comunicação contribuem para que esse conceito reduzido seja perpetuado, porque subutilizam o fazer empírico, tratando-o, comumente, como um suporte ilustrativo destinado a provar uma hipótese teórica por meio de fatos e dados. O empirismo não é estudo de caso, tampouco uma mera pesquisa exploratória – trata-se de observação carregada de teoria, capaz de descobrir novos conhecimentos, bem como justificar e regular aqueles que já existem. “Assim, a pesquisa empírica em comunicação não deve abrir mão da observação empírica, apenas deve estar atenta à dependência que ela tem da teoria, rompendo com o empirismo ingênuo.” (ROSSETI, 2010, p.77).

Até esse momento, os pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina se empenharam em testar a técnica no rigor das etapas estabelecidas pelo grupo, porém, com certo descuido em relação ao fazer científico. Os trabalhos não pecam na ingenuidade, mas, principalmente, na maneira de expor os resultados e decisões tomadas no decorrer do estudo. Raramente se recorre à epistemologia (ponto de partida para a validação de qualquer ciência) e à descrição da construção do objeto de estudo, atitude fundamental para que a subjetividade das opções feitas pelos cientistas sejam objetivadas. Por essas razões, o objetivo desta dissertação é testar e sistematizar a metodologia da fotografia como disparadora do gatilho da memória, buscando contribuir diretamente com a teoria e a sua interpretação. É a partir da experiência, e do aprendizado dela recorrente, que se pretende construir e regulamentar a proposta como um efetivo modo de recuperação e preservação da memória. Para auxiliar nesses exercícios, aciona-se a reflexividade, descreve-se a formação do objeto estudado e problematiza-se os estatutos teóricos cristalizados com os resultados encontrados anteriormente pelo grupo e por esta pesquisa. Procura-se, assim, “libertar” o novo método do

instrumentalismo racional, validando-o enquanto ferramenta científica capaz de exercer sua função social e construir capital epistemológico.

Para tanto, Telêmaco Borba, cidade paranaense distante 250 km da capital Curitiba, foi escolhida como cenário para a realização deste novo teste. Sua trajetória é recente – seus primeiros passos foram dados na década de 1930, quando a região foi comprada por um grupo de industriais e comerciantes de papel vindos de São Paulo. Nas décadas seguintes, a Indústria Klabin de Celulose e Papel foi construída e inaugurada, aglutinando em torno de si conjuntos habitacionais para abrigar seus funcionários. A explosão populacional provocada pela oportunidade de se conseguir um emprego extrapolou as expectativas da fábrica, que logo percebeu que as vilas operárias poderiam sair muito mais caras que o previsto. Dessa maneira, por meio de incentivos que iam do preço baixo de terrenos à construção de estradas e meios de transporte, a Klabin “realocou” a população para uma nova região fora de sua jurisdição, mas ainda sob sua influência.

Muitos dos pioneiros que vivenciaram essas mudanças e o início do município ainda estão vivos para compartilhar suas lembranças. São, portanto, fontes potenciais para a aplicação da proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória. Durante o mês de julho de 2012, nove pioneiros telemacoborbenses foram entrevistados e submetidos à técnica elaborada pelo grupo *Comunicação e História*. Alberto Feitosa Alves, Aroldo Lucas Machado, Aulino Feitosa Alves, Eloah Martins Quadrado, Francelina Mendes, Honorina Ribas de Paula Nocera, Marina de Lurdes da Luz Dal Col, Silvestre Solak e Tereza de Jesus Iank conversaram com esta pesquisadora, contribuíram para a recuperação da história dos primeiros anos da cidade e forneceram informações fundamentais para a sistematização da metodologia.

Os resultados deste trabalho foram divididos em seis capítulos. No primeiro, apresenta-se a base teórica deste estudo, expondo a ligação entre fotografia e memória. Toca-se também na interdependência entre memória e história e na forma como o movimento histórico “novo” lança mão dessa relação. No segundo capítulo, conhece-se a trajetória de Telêmaco Borba durante as décadas de 30, 40, 50 e 60 sob a ótica de Hellê Vellozo Fernandes e André Miguel Coraiola – os dois autores que, até o momento, dispuseram-se a registrar bibliograficamente a história do município. No terceiro capítulo, a metodologia empregada é descrita em todas as suas etapas, fundamentando epistemologicamente o emprego da nova técnica de acordo com as orientações de Maria Immacolata Vassallo Lopes e Luiz Claudio Martino.

No quarto, quinto e sexto capítulos há a apresentação dos dados obtidos por meio da aplicação da proposta metodológica. Primeiramente, os pioneiros selecionados têm suas histórias de vida contadas por eles mesmos, acompanhadas por uma breve descrição das condições de produção de cada entrevista. Logo em seguida, o cotidiano dos anos 40 aos 60 é reconstruído sob a perspectiva dos entrevistados a partir dos dados fornecidos sem o auxílio do portfólio imagético montado pela pesquisadora. Para facilitar a organização do texto, houve a divisão em eixos temáticos, como educação, religião, lazer, segurança e política. Por fim, as fotografias escolhidas para comporem o portfólio são descritas uma a uma junto à reação dos pioneiros ao visualizá-las. Tanto os acertos quanto, principalmente, os erros na seleção das imagens são expostos com o intuito de problematizar as hipóteses de pesquisa com os dados de fato encontrados, cumprindo-se, assim, o objetivo desta dissertação.

1 FOTOGRAFIA E MEMÓRIA

Em seu livro *Sobre fotografia*, Susan Sontag (2004, p.169) afirma que “a realidade sempre foi interpretada por meio das informações fornecidas pelas imagens [...]”. Se o real é interpretado imagetivamente pelo homem, é impossível dissociar as imagens de sua existência, bem como “fechar os olhos” perante a importância que elas têm para a história. Desde os tempos mais remotos, diferentes produtos imagéticos foram criados, servindo como interpretações, vestígios de algo “diretamente decalcado do real”. (SONTAG, 2004, p.170).

Desde sua criação, a fotografia, objeto de estudo desta pesquisa, é considerada um “decalque”, congelando no tempo e no espaço uma determinada cena. Por essa razão, o senso comum acabou por tomá-la como um “espelho” da realidade.

O conceito de fotografia e sua imediata associação à idéia de realidade tornaram-se tão fortemente arraigados que, no senso comum, existe um condicionamento implícito de ser a fotografia um substituto imaginário do real. Um substituto *portátil* que pode ser transportado através do espaço e do tempo. (KOSSOY, 2005, p.42, grifo do autor).

Segundo Boris Kossoy (2009), essa conexão automática entre as imagens fotográficas e o real deve ser “desmistificada”, pois, “assim como os demais documentos, elas são plenas de ambiguidades, portadoras de significados não explícitos e de omissões pensadas, calculadas, que aguardam pela competente decifração”. (KOSSOY, 2009, p.22). Nesse sentido, ter a fotografia como um “espelho” seria equivalente a tomar um fragmento pelo todo, generalizando a realidade e seu contexto. De fato, a imagem fotográfica é capaz de guardar índices do momento capturado, mas não pode ser considerada uma “verdade inquestionável”. Ela é uma representação, construída a partir das escolhas e ideologias de seu autor.

Dessa maneira, para alcançar o potencial informativo da fotografia e, assim, contribuir com a história, todo pesquisador deve contextualizar os índices da imagem tomada, abordando os desdobramentos sociais, políticos, econômicos, religiosos, artísticos e culturais que permearam o tempo e o espaço daquela cena. Ou seja, a fotografia tem duas fontes de dados distintas: uma de caráter *explícito*, que é o visível, o objeto da representação; e outra de caráter *implícito*, que faz referência à história e ao ambiente do tema registrado. De acordo com Kossoy (2007, p.61), essa natureza dual é capaz de superpor realidades:

[...] descobrir os enigmas que [as fotografias] guardam em seu silêncio é desvendar fatos que lhes são inerentes e que não se mostram, fatos de um passado desaparecido, nebuloso que tentamos imaginar, re-criar, a partir de nossas imagens mentais, em eterna tensão com a imagem presente que concretamente vemos, limitada à superfície do documento: realidades superpostas.

Em outra obra, Kossoy (2009) reforça que as realidades da fotografia são múltiplas, pois dependem das também múltiplas interpretações que podem ser feitas pelos receptores. A imagem fotográfica, enquanto representação de uma dimensão do passado (*primeira realidade*), sempre constituirá uma *segunda realidade*, ou seja, a realidade do assunto representado. Esse exercício mental (e, por que não, intuitivo) de reconstituição, leva Kossoy (2009, p.132, grifo do autor) a concluir que a “fotografia é memória e com ela se confunde”. Estabelece-se, portanto, a conexão que dá base de sustentação à proposta metodológica do gatilho da memória.

O estatuto de fragmento espaço-temporal da imagem fotográfica desperta no receptor a visibilidade e o “verismo” do que está representado. No caso dos pioneiros¹ de Telêmaco Borba, grupo em que a metodologia foi aplicada, a fotografia provocou uma reconstituição do tema fotografado, mesclando-se às próprias experiências e histórias de vida. De acordo com Kossoy (2009, p.132), a análise desse tipo de lembrança é um fascinante exercício intelectual, onde se pode detectar em que medida a realidade anda próxima da ficção.

O aparente da vida registrado na imagem fotográfica pode assim, de quando em quando, deixar de ser unicamente a referência e reassumir a sua condição anterior de existência. O princípio de uma viagem no tempo em que a história particular de cada um é restaurada e revivida na solidão da mente e dos sentimentos. São em geral viagens de curta duração e de marcada emoção; muitas vezes, nos flagramos nessas viagens imaginárias. A representação fotográfica, em meio a uma série de outros objetos simbólicos, que para os outros podem não ter nenhum significado, constitui-se, pois, no ponto de partida. Nossas mentes se incumbem do restante dessas viagens para dentro de nós mesmos. (KOSSOY, 2005, p.43).

¹ O termo pioneiro utilizado nesta pesquisa não tem conotação de exaltação histórica, social ou política. É utilizado para designar aqueles que nasceram ou chegaram à região de Telêmaco Borba nas décadas de 40, 50 e começo de 60, no início do processo de instalação (fundação) e consolidação da cidade, cabendo a eles o pioneirismo do desmatamento da região, da construção de casas e logradouros públicos, da instalação e exploração dos primeiros estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços etc. Ou seja, nesta pesquisa, a importância do termo pioneiro está diretamente atrelada ao fato de ele haver sido um agente construtor e transformador da história de Telêmaco Borba, portanto, a voz mais indicada para lembrar sobre e acrescer informações à história da cidade. O grande recorte temporal é resultado da indefinição do próprio museu histórico da cidade, que acerva e preserva dados tanto de pessoas que vieram à cidade em 1942, quanto em 1964.

Se a fotografia, ao ser analisada por um pioneiro, leva-o para uma viagem no tempo, na solidão de sua mente, as novas imagens despertadas são carregadas de subjetividades – são lembranças acionadas pela memória individual. A partir deste ponto, é fundamental que se compreenda a relação que as recordações têm com a memória coletiva e a história, e de que maneira podem auxiliar nessas construções.

1.1 MEMÓRIA E HISTÓRIA

Desde 1840, época em que foi inventada, a fotografia registrou uma série de “microaspectos” de diferentes contextos sociais e geográficos, preservando a memória visual de “fragmentos do mundo”, compostos por cenários, personagens e transformações ininterruptas. “Estas imagens são documentos para a história e também para a história da fotografia. É a fotografia um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções.” (KOSSOY, 2001, p.28).

Para se entender o potencial historiográfico levantado por Kossoy (2001), é necessário diferenciar história de memória, bem como esclarecer o papel desta última. Maria Luisa Hoffmann (2010) deixa claro que não se tratam de sinônimos, memória não é história, mas um de seus instrumentos, pois a história é construída por meio de memórias individuais e coletivas, de documentos dos mais variados tipos e de testemunhos vivenciados. Ou seja, a memória compõe a história, principalmente porque guarda uma relação próxima com a cultura.

Existe uma relação de interdependência entre a cultura e a memória de determinado povo. A cultura, para perpetuar-se, precisa ser transmitida por meio das memórias, e esse processo de transmissão de histórias e da experiência pode ser tido como um costume na convivência do grupo, como um modo de preparar os indivíduos para o futuro. (HOFFMANN, 2010, p.17).

Essa relação de interdependência também é abordada por Jacques Le Goff (2003) em seu livro *História e Memória*. Para o autor, até os nossos dias, história e memória se confundem, já que a primeira desenvolveu-se, principalmente, por meio do modelo da rememoração, da anamnese e da memorização. Mas, ainda segundo o autor, essa confusão está se desfazendo ao longo dos tempos e tende a ser esclarecida no futuro.

Os historiadores davam a fórmula das ‘grandes mitologias coletivas’, ‘ia-se da história à memória coletiva’. Mas toda a evolução do mundo contemporâneo, sob a pressão da história imediata em grande parte fabricada ao acaso pela *media*, caminha na direção de um mundo acrescido de memórias coletivas, e a história estaria, muito mais que antes ou recentemente, sob a pressão dessas memórias coletivas. (LE GOFF, 2003, p.467).

Dessa maneira, é imprescindível que se compreenda a ideia de memória coletiva e o modo como ela pressionou – e pressiona – a história. De acordo com Ecléa Bosi (2009, p.411), “uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiar, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige, passa a limpo”. Ou seja, a memória coletiva é formada no interior de um determinado grupo, ou comunidade afetiva, tirando daí sua força e relevância. Maurice Halbwachs (2004) complementa esse conceito, destacando seus “tensionamentos”, uma vez que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva.

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com os outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (HALBWACHS, 2004, p.55).

A memória coletiva, segundo Le Goff (2003), é um dos principais objetos de estudo da história “nova”, empenhada em criar uma história científica a partir das lembranças grupais. Esse movimento representa, para o pesquisador, “uma revolução da memória”, preocupada com os níveis memoriais individual, social e coletivo. A história “nova” seria, portanto:

[Uma] História que fermenta a partir do estudo dos ‘lugares’ da memória coletiva. ‘Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história’. Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da

memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a construir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória. (LE GOFF, 2003, p.467).

Le Goff (2003) também destaca a constituição de arquivos novos, como os compostos por documentos orais. Nesse sentido, a proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória busca na história “nova” seu respaldo teórico, principalmente porque fundamenta a base de seu funcionamento na história oral e nos lugares de pertencimento – ou lugares da memória, como citou o autor. Esses lugares, como será visto mais adiante neste trabalho, são elementos essenciais para a formação da identidade individual e coletiva.

Com efeito, cabe ressaltar que, apesar do esforço do movimento historiográfico “novo”, a memória coletiva não é recente, mas um processo que evoluiu junto à sociedade. “[...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.” (LE GOFF, 2003, p.469). Dessa maneira, Le Goff retoma a trajetória da memória coletiva e a maneira como se manifestou em diferentes períodos históricos. Esse exercício é importante, pois permite visualizar o papel da memória na história, bem como entender a maneira como os monumentos e documentos surgiram, culminando com a “coroação” da fotografia como “instrumento revolucionário”.

1.1.1 Dos Homens-Memória À Fotografia

Para iniciar sua análise histórica da memória, Le Goff (2003) faz uma divisão primordial entre as sociedades de memória essencialmente oral e as sociedades de memória essencialmente escrita, passando pelas fases de transição entre esses dois modelos sociais. O primeiro domínio no qual a memória coletiva irá se cristalizar é nos povos sem escrita e nos seus mitos de origem. “Nestas sociedades sem escrita, há especialistas da memória, homens-memória: ‘genealogistas’, guardiões dos códices reais, historiadores da corte, ‘tradicionalistas’, [...] simultaneamente depositários da história ‘objetiva’ e da história ‘ideológica’ [...]” (LE GOFF, 2003, p.424). Além desses personagens “tradicionais”, havia também os chefes de família idosos e os sacerdotes.

Os homens-memória eram responsáveis por transmitir a memória da sociedade e, como a escrita ainda não existia, essa transmissão não era feita “palavra por palavra”. Esses narradores não promoviam a aprendizagem mecânica automática e também não sentiam que a memorização integral fosse necessária. “O produto de uma rememoração exata aparece nestas sociedades como menos útil, menos apreciável que o futuro de uma evocação inexata.” (LE GOFF, 2003, p.425). A memória coletiva, portanto, perpetuava-se nas sociedades orais por meio de uma “reconstrução generativa”, tendo mais liberdade e mais possibilidades criativas.

Em um segundo momento histórico, tem-se a transição da oralidade para a escrita. A invenção das letras trouxe consigo uma profunda transformação da memória coletiva, permitindo, assim, o desenvolvimento de duas formas de memória.

A primeira [forma] é a comemoração, a celebração através de um monumento comemorativo e de um acontecimento memorável. [...] A outra forma de memória ligada à escrita é o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita [...]. Mas importa salientar que todo documento tem em si um caráter de monumento [...]. (LE GOFF, 2003, p.427-428).

Em um documento, a escrita vai desempenhar duas funções primordiais. Primeiramente, tem-se o armazenamento de informações, tornando possível a comunicação através do tempo e do espaço, fornecendo ao homem marcação, memorização e registro. Secundariamente, o documento assegura a passagem do auditivo ao visual, permitindo que frases, ou palavras isoladas, sejam reexaminadas, reordenadas ou retificadas. (GOODY *apud* LE GOFF, 2003). Com o desenvolvimento urbano, a ampliação do comércio e, principalmente, a instalação do poder monárquico e de seus inventários, a “memória escrita” consolidou-se definitivamente, influenciando os “estágios” posteriores.

Depois de tratar da transição oralidade-escrita, Le Goff (2003), destaca o papel e a transformação² da memória coletiva na Idade Média, especialmente no Ocidente, que viu o cristianismo difundir-se como religião e como ideologia dominante. A Igreja, conquistando o domínio intelectual da sociedade, perpetuou sua “memória cristã”, calcada essencialmente na comemoração de Jesus Cristo e dos tempos litúrgicos (Advento, Natal, Quaresma, Páscoa, Ascensão e Pentecostes), e na celebração dos santos e dos mortos.

² De acordo com Le Goff (2003, p.438, grifos do autor), os traços mais característicos da transformação da memória na Idade Média ocidental são: “cristianização da memória e da mnemotécnica, repartição da memória coletiva entre uma memória litúrgica girando em torno de si mesma e uma memória laica de fraca penetração cronológica, desenvolvimento da memória dos mortos, principalmente dos santos, papel da memória no ensino que articula o oral e o escrito, aparecimento, enfim, de tratados de memória (*artes memoriae*) [...]”

Muito cedo também, como, aliás, também nas comunidades judaicas, as igrejas e comunidades cristãs passaram a ter *libri memoriales* (chamados a partir do século XVII unicamente *necrólogos* ou *obituários*), nos quais estavam inscritas as pessoas, vivas e, sobretudo, mortas; a maioria era de benfeitores da comunidade, de quem ela queria guardar memória e por quem rezava. (LE GOFF, 2003, p.442, grifos do autor).

Dos obituários da Idade Média, Le Goff (2003) passa a tratar do desenvolvimento da imprensa que, de maneira gradual, também revolucionou a memória ocidental. O produto impresso trouxe ao leitor uma memória coletiva “enorme”, cujo conteúdo ele não era capaz de fixar integralmente, embora fosse constantemente encorajado a explorar novos textos. “Assiste-se então à exteriorização progressiva da memória individual; é do exterior que se faz o trabalho de orientação que está escrito no escrito.” (LEROI-GOURHAN *apud* LE GOFF, 2003, p.452).

Já no século XIX e início do século XX, o aparecimento de dois fenômenos também tem implicações significativas na memória coletiva. O primeiro fenômeno se dá logo após a Primeira Guerra Mundial, por meio da construção de monumentos àqueles que morreram em combate. “Em numerosos países é erigido um Túmulo ao Soldado Desconhecido, procurando ultrapassar os limites da memória, associada ao anonimato, proclamando sobre um cadáver sem nome a coesão da nação em torno da memória comum.” (LE GOFF, 2003, p.460).

O segundo fenômeno, apesar de cronologicamente anterior ao primeiro, relaciona-se diretamente aos objetivos desta pesquisa: a invenção da fotografia. Para Le Goff (2003, p.460), a imagem fotográfica revolucionou a memória coletiva multiplicando-a e democratizando-a. Mais do que isso, a fotografia dá à memória “[...] precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica.” Pierre Bourdieu (*apud* LE GOFF, 2003, p.460) reforça o posicionamento do autor, tomando como exemplo os álbuns de família:

A Galeria de Retratos democratizou-se [...]. Fotografar as suas crianças é fazer-se historiógrafo da sua infância e preparar-lhes, como um legado, a imagem do que foram [...]. [...] As imagens do passado dispostas em ordem cronológica, ‘ordem das estações’ da memória social, evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos que merecem ser conservados porque o grupo vê um fator de unificação nos monumentos da sua unidade passada ou, o que é equivalente, porque retém do seu passado as confirmações da sua unidade presente. (BOURDIEU *apud* LE GOFF, 2003, p.460).

Não só os álbuns familiares são relevantes à memória coletiva, outros tipos de imagens fotográficas podem fornecer informações, dar coesão às recordações e, assim, contribuir à história, posto que “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”. (LE GOFF, 2003, p.471). A fotografia, ao lado dos homens-memória, da escrita, dos obituários, dos monumentos e dos documentos, celebra aquilo que deve ser lembrado.

Agora que já se conhece a conexão entre história e memória, é importante aprofundar-se no entendimento desta última, compreendendo sua estrutura e a maneira como se manifesta – uma vez que essas questões darão suporte à proposição da fotografia como disparadora do gatilho da memória.

1.1.2 A Memória

Para Le Goff (2003), a memória, inicialmente, pode ser entendida como a propriedade de conservar determinadas informações; é um conjunto de funções psíquicas pelas quais o homem atualiza impressões ou dados passados. Por meio desse ponto de vista, a memória transforma-se em objeto de estudo da psicologia, da psicofisiologia, da neurofisiologia, da biologia e da psiquiatria. No entanto, no decorrer das pesquisas realizadas dentro dessas ciências, tornou-se evidente, de forma metafórica ou concreta, a presença da memória histórica e da memória social.

Os fenômenos da memória, tanto nos seus aspectos biológicos como nos psicológicos, mais não são do que os resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem ‘na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui’. Alguns cientistas foram, assim, levados a aproximar a memória de fenômenos diretamente ligados à esfera das ciências humanas e sociais. Assim, Pierre Janet considera que o ato mnemônico fundamental é o ‘comportamento narrativo’, que se caracteriza antes de mais nada pela sua *função social*, pois se trata de comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu produto da sociedade’. (LE GOFF, 2003, p.421, grifo do autor).

A ligação entre memória e função social motivou pesquisadores de outras áreas, além das já citadas, a dedicarem-se ao estudo da memória – como filósofos e sociólogos. Dentre as diferentes contribuições e “visões” disponíveis, este trabalho optou por apoiar-se nas concepções de Henri Bergson e Maurice Halbwachs.

Para Bergson (*apud* BOSI, 2009, p.44), toda imagem formada pelo homem é, necessariamente, mediada pela imagem sempre presente do corpo. “O sentimento difuso da

própria corporeidade é constante e convive, no interior da vida psicológica, com a percepção do meio físico ou social que circunda o sujeito.” É esse presente contínuo quem define as ações e reações do corpo sobre o ambiente, seguindo um “caminho” determinado: *imagem-cérebro-ação*. No entanto, quando a imagem formada no cérebro lá permanece, “durando”, esgota-se a ação e tem-se o esquema *imagem-cérebro-representação*. Passa-se do movimento motor para o movimento perceptivo.

A percepção seria um intervalo entre as ações e reações do corpo, um “vazio” a ser ocupado por imagens – que, trabalhadas, transformam-se em signos da consciência. Se o ato perceptivo é sempre um ato presente, como se dá a passagem do tempo? Bergson resolve a questão estabelecendo dois movimentos, o da percepção atual e o da lembrança. Apesar de serem tratados de formas diferentes, não são estanques, como pontua o próprio autor: “[...] na realidade, não há percepção que não esteja impregnada de lembranças.” (BERGSON *apud* BOSI, 2009, p.46).

O homem relaciona, constantemente, os sentidos presentes às experiências passadas, conferindo à memória uma função primordial no processo psicológico como um todo; é ela quem mantém o vínculo do corpo com o passado, ao mesmo tempo em que interfere na atualidade das representações. Tem-se, enfim, uma dupla funcionalidade da memória: recuperar e reproduzir comportamentos que já deram certo (*memória-hábito*) e proporcionar lembranças isoladas – as “ressurreições do passado”. (BOSI, 2009).

Bergson (*apud* BOSI, 2009) defende que toda recordação se encontra em estado latente, “abaixo” da consciência atual, no inconsciente. Quando solicitada a deliberar, a consciência busca nos estados infraconscientes o que colher e escolher e traz à luz o que costuma ficar à sombra. “É precisamente nesse reino de sombras que se deposita o tesouro da memória.” (BOSI, 2009, p.52).

De fato, a memória é semelhante a um “tesouro”, pois, dentro de seu dinamismo interno, é capaz de partir de uma imagem e, por meio de associações de similaridade e contiguidade, agregar constantemente novas imagens, formando um sistema. “A recordação seria, portanto, uma organização extremamente móvel cujo elemento ora é um aspecto, ora outro do passado; daí a diversidade dos ‘sistemas’ que a memória pode produzir em cada um dos espectadores do mesmo fato.” (BOSI, 2009, p.51). A diversidade das lembranças é um “atrativo” à proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória, pois, o que uma imagem evoca em um entrevistado pode ser completamente diferente do que é evocado por outro. O aspecto presente oferecido pelo pesquisador desperta novas imagens mentais e, assim, é capaz de criar novos sistemas.

Ao nos depararmos com determinadas imagens, não só visualizamos cenas vivenciadas por outros, como ficamos passíveis de experimentar sensações próprias, já adormecidas. Um sentimento que remete às palavras de Merleau-Ponty (2004, p.43), ao afirmar que o ‘próprio do visível é ter um forro do invisível em sentido estrito, que ele torna presente como uma certa ausência’. (FARACHE, 2008, p.15).

Essa visão de criação de novos sistemas, também apoiada por Ana Farache (2008), é baseada inteiramente na memória *em si* bergsoniana, livre subjetivamente e em um estado de conservação total do passado. Não se considera a intervenção de quadros condicionantes sociais e culturais – é como se um adulto mantivesse seu esquema de representações, relações sociais e hábitos intactos desde a infância. Esse quadro é impossível de se realizar, pois alterações no ambiente, por menores que sejam, atingem a qualidade íntima da memória (BOSI, 2009). Dessa forma, sem perder de vista as relações de encadeamento de imagens da lembrança de Bergson, Ecléa Bosi (2009) traz à discussão as concepções de Halbwachs e seus “quadros sociais da memória”.

Nessa linha de pesquisa, as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas ao mundo da pessoa (relações entre o corpo e o espírito, por exemplo), mas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais. A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo. (BOSI, 2009, p.54).

Pensando a memória nos parâmetros de Halbwachs, seu instrumento socializador seria a linguagem, como já destacado por Pierre Janet (*apud* LE GOFF, 2003) “no comportamento narrativo” do ato mnemônico fundamental. É a linguagem quem aproxima no mesmo âmbito histórico e cultural as imagens dos sonhos, das lembranças e da vigília atual. Suas convenções verbais feitas em sociedade são, segundo Bosi (2009), o quadro mais elementar e mais estável da memória coletiva.

Fala-se, portanto, não só da recordação social, mas da construção social da memória constituída por “universos de discurso e de significado”, que dão forma histórica às lembranças e uma versão consagrada ao passado. “Este é, como se pode supor, o momento áureo da ideologia com todos os seus estereótipos e mitos.” (BOSI, 2009, p.67).

Se há a versão consagrada dos fatos de um lado, de outro, há ausências de elaboração grupal de certos acontecimentos – o que não foi testemunhado se perde (ou se omite), justamente por não ter sido motivo de conversa ou de narração. Michael Pollak (1989), em seu texto *Memória, esquecimento, silêncio*, discorre sobre as memórias

subterrâneas, ou seja, as recordações que ficaram “de fora” da memória coletiva por serem proibidas, indizíveis ou vergonhosas. Marginalizadas, essas lembranças são transmitidas somente no quadro familiar, em associações, ou em redes de sociabilidade afetiva. São, portanto, cuidadosamente guardadas em estruturas de comunicação “informais”, passando despercebidas pela sociedade como um todo.

O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do ‘não-dito’ à contestação e à reivindicação [...]. (POLLAK, 1989, p.9).

Para que as memórias subterrâneas não se percam, ou não sejam compartilhadas por falta de oportunidade, Bosi (2009) volta suas atenções para a memória de velhos, defendendo que, por meio dela, é possível chegar a um mundo social repleto de riquezas e diversidades, a momentos “perdidos” que podem ser recuperados e compreendidos por quem os presenciou.

Desde sua proposta, e em suas aplicações posteriores, o uso da fotografia como disparadora do gatilho da memória privilegia as lembranças de velhos, dos pioneiros da formação dos municípios selecionados para o estudo. A opção por esse tipo de fonte vem ao encontro das discussões sobre memória, principalmente quando se trata de sua hipótese psicossocial – ou seja, a memória construída por meio dos “quadros sociais” de Halbwachs. Por já possuírem uma história social bem desenvolvida, as lembranças de pessoas idosas podem ser melhor “desenhadas”, porque vivenciaram um período específico da sociedade com características delimitadas e conhecidas, além de terem recorrido a quadros de referência cultural e familiar reconhecíveis.

Bosi (2009) também destaca que o homem maduro, quando deixa de ser ativo na sociedade, passa a ocupar uma nova função, a de lembrar – função essa já ocupada pelos homens-memória das sociedades mais primitivas. Os idosos são a memória do grupo, da família, da instituição e da sociedade. Portanto, metodologias como a utilizada neste trabalho, ao voltarem a atenção para essas fontes, trabalham para a recuperação da memória psicossocial de um determinado espaço social.

1.1.3 A Memória Acionada pelo Gatilho

Frente às colocações de Bergson, Halbwachs, Le Goff e Bosi é fundamental levantar algumas questões sobre o tipo de memória que a nova proposta metodológica é capaz de evocar. Em primeiro lugar, a memória é formada não só pelo espírito daquele que relembra, mas também por sua experiência social enquanto parte integrante de um grupo. Da mesma forma que as memórias são influenciadas pelas alterações do ambiente em que o indivíduo está inserido, a maneira como ele relata suas lembranças é igualmente impregnada pela tradição. A recordação, enfim, é um ponto de encontro de diversos caminhos, uma convergência complexa de vários planos do passado que também não deixam de ter conexões com o presente. “Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de meadas diversas [...]” (BOSI, 2009, p.413).

Neste sentido, é imprescindível não só contextualizar a fotografia apresentada ao pioneiro selecionado como fonte, mas a própria vida e trajetória do entrevistado – pois sua formação de grupo influenciará determinantemente o que ele lembra e a forma como lembra. Esse esforço, o de contextualização da vida da fonte, foi aplicado por Hoffmann (2010) em sua pesquisa, no entanto, não foi sistematizado junto à proposta metodológica. Por essa razão, no capítulo 5, as biografias dos pioneiros selecionados são fornecidas anteriormente à análise dos dados obtidos na investigação.

1.2 A PROPOSIÇÃO DA FOTOGRAFIA COMO DISPARADORA DO GATILHO DA MEMÓRIA

A proposta metodológica do uso da fotografia como disparadora do gatilho da memória foi criada e está em desenvolvimento na Universidade Estadual de Londrina (UEL) pelo Grupo de Pesquisa *Comunicação e História*, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Desde seu desenvolvimento e registro na dissertação de mestrado de Hoffmann (2010), a nova metodologia vem sendo aplicada em diferentes municípios de história recente.

A técnica consiste em aliar “[...] o registro fotográfico à história oral, como um instrumento para obter novas informações, que em depoimentos comuns poderiam não ser lembradas.” (HOFFMANN, 2010, p.19). Para tanto, sua “composição” é dividida em três etapas: 1) pesquisa com fontes documentais; 2) análise e seleção de fotografias produzidas durante o período que se pretende estudar; e 3) aplicação da história oral. Todas essas etapas

são teorizadas e têm sua utilização descrita no capítulo 4 deste trabalho, no entanto, para auxiliar no entendimento da proposta, são, aqui, brevemente desdobradas.

No primeiro estágio, o pesquisador deve buscar informações históricas em documentos, sejam de origem primária ou secundária. O objetivo é aprofundar-se na trajetória da cidade escolhida para recuperação histórica, conhecendo sua “história oficial³”. Em municípios que têm um museu histórico, esse processo fica mais fácil, pois, além de contar com um acervo já organizado, há um cadastro de pioneiros e, não raro, os funcionários do museu indicam pioneiros que estejam bem de saúde e, principalmente, lúcidos para participarem da pesquisa. Quando não se pode recorrer a esse tipo de instituição, a proposta metodológica não é invalidada, apenas exige do pesquisador um trabalho “extra” de levantar as informações em campo.

Após o “domínio prévio” da história do município e da “catalogação” de seus pioneiros vivos, a investigação precisa escolher quantas pessoas passarão pelo teste metodológico. Não há um número prévio estipulado, mas, quanto mais vozes de diferentes posições socioeconômicas forem ouvidas, mais dados serão fornecidos.

No segundo estágio, com a lista de pioneiros a serem entrevistados já elaborada, procede-se à análise e seleção de fotografias encontradas durante a investigação documental, montando um portfólio. A decisão deve ser tomada com base em duas concepções diferentes. A primeira é a metodologia de análise de imagens proposta por Erwin Panofsky, que divide o estudo imagético em três instâncias diferentes – pré-iconográfica, iconográfica e iconológica. A definição dessas instâncias e a aplicação da técnica às fotografias são desdobradas no capítulo 4. A segunda concepção que determinará a escolha é a noção de lugar de pertencimento, abordada em estudos antropológicos. De acordo com esse conceito, há uma ligação entre o indivíduo e a coletividade. Por essa razão, uma identidade relacionada ao local que esse indivíduo se reconhece é construída ao lado de sua identidade particular. Dessa maneira, estabelecem-se lugares de pertencimento, capazes de gerar sentimentos e relações de afeto. Essas considerações também estão mais bem explicadas no capítulo 4.

No terceiro e último estágio, o pesquisador precisa fazer um roteiro de entrevista baseado nas informações levantadas documentalmente e nas imagens selecionadas. Como estas trazem lugares de pertencimento, é ideal que a “roteirização” permeie assuntos diretamente relacionados ao cotidiano de uma cidade: infraestrutura, educação, saúde, transporte etc. O próximo passo é marcar uma conversa com os pioneiros escolhidos,

³ O termo “história oficial”, e suas implicações, serão discutidos no capítulo 3 deste trabalho.

conversa esta que deve ser conduzida segundo os preceitos da história oral e respeitar uma estrutura predeterminada: em um primeiro momento, a entrevista segue o roteiro do pesquisador, sem fotografias. Em um segundo momento, quando o entrevistado encerra as informações orais, o portfólio de fotografias lhe é apresentado, de preferência uma a uma. Deste ponto em diante, cabe ao investigador ouvir e analisar que novas narrativas são incorporadas a partir do “mergulho” nas realidades fotográficas.

Essas são, portanto, as etapas a serem percorridas na aplicação da proposta metodológica. Elas não foram completamente previstas na pesquisa de Hoffmann (2010), mas incorporadas e “refinadas” com os testes precedentes desenvolvidos. O principal objetivo deste trabalho é, inclusive, fazer uma aplicação “definitiva”, seguindo os rigores impostos à ciência para que a atividade empírica contribua de fato para a consolidação – ou não – da nova metodologia.

É importante destacar que o termo “gatilho da memória” não é novidade na academia – outros autores o empregaram antes de Hoffmann (2010) para “[...] explicar o processo desencadeado pela imagem na mente, porém, o conceito ainda não foi encontrado como proposta metodológica, ou desenvolvido como tal.” (HOFFMANN, 2010, p.20). Ao lado de músicas, cheiros, vestes e objetos pertencentes a tempos passados, a fotografia é tratada como um “ponto inicial”, de onde podem surgir inúmeras outras imagens acionadas pela lembrança.

Hoffmann (2010) faz uma relação entre a técnica proposta e a da associação livre desenvolvida por Sigmund Freud. Nesta última, o psicanalista criava um estado de relaxamento no paciente e, por meio do diálogo, impressões eram compartilhadas. “O paciente fala o que lhe vem à memória ao tratar determinado assunto, sem pressionar a busca de uma lembrança específica. A associação livre e os sonhos são, para Freud, via régia para o inconsciente.” (HOFFMANN, 2010, p.21). Aproximando-se do inconsciente, o paciente ultrapassa as barreiras que impedem experiências traumatizantes, ou recalçadas, de vir ao consciente. Esse exercício é de suma importância já que, para o psicanalista, é o inconsciente o responsável pela memorização.

[...] a instância da consciência, responsável pela percepção, não tem capacidade de memorizar. Às outras duas instâncias, pré-consciente e inconsciente, cabem o registro das impressões recebidas, constituindo aí duas modalidades de memória: uma pré-consciente, na qual representações são facilmente rememoráveis, e uma memória inconsciente, constituída por traços mnêmicos para sempre inacessíveis. A associação livre é uma maneira de fazer surgir o desejo nas representações da instância pré-consciente. (HOFFMANN, 2010, p.21).

Dessa maneira, a fotografia, como disparadora do gatilho da memória, aciona a memória pré-consciente, trazendo à tona lembranças que se desencadeiam a partir da imagem, indo além dela.

Nesta pesquisa, as considerações de Freud, abordadas por Hoffmann (2010), são levadas em conta, no entanto, a elas são acrescidos os “quadros sociais da memória” de Halbwachs, problematizando o papel da memória na construção da história.

1.2.1 Microrrelatos e a Ressignificação da História

A grande contribuição da metodologia desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa *Comunicação e História* da Universidade Estadual de Londrina está em captar microrrelatos, favorecendo a micro-história. De acordo com Giovanni Levi (1992, p.135), “[...] a micro-história em si nada mais é que uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes.” Ela privilegia a redução da escala de observação de um determinado fenômeno, promovendo uma análise microscópica e um estudo intensivo do material documental. Essa diminuição da escala pode ser aplicada em qualquer objeto de estudo, independentemente de suas dimensões, trazendo à tona aspectos que poderiam passar despercebidos no âmbito macroanalítico.

Neste tipo de investigação [micro-histórica], o historiador não está simplesmente preocupado com a interpretação dos significados, mas antes em definir as ambigüidades do mundo simbólico, a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também dos recursos materiais. (LEVI, 1992, p.136).

Levi (1992) afirma que a micro-história ocupa uma posição bastante específica dentro da história “nova”, já que se destina a refutar o relativismo, o irracionalismo e a redução do trabalho historiográfico a uma atividade essencialmente retórica, preocupada mais em interpretar os textos do que os próprios acontecimentos que são objetos da escrita.

As características da micro-história são resultados do contexto em que surgiu, nas décadas de 70 e 80. Levi (1992) conta que, nesses anos, houve uma crise na crença otimista de que o mundo seria transformado em linhas revolucionárias de maneira rápida e radical.

Naquela época, muitas das esperanças e mitologias que antes haviam orientado uma parte importante do debate cultural, incluindo o domínio da historiografia, estavam se comprovando, não tanto inválidas, mas inadequadas diante das imprevisíveis consequências dos acontecimentos políticos e das realidades sociais – acontecimentos e realidades que estavam longe de estar em conformidade com os modelos otimistas propostos pelos grandes sistemas marxista ou funcionalista. (LEVI, 1992, p.134).

A falência dos “prognósticos” de comportamento social desses grandes sistemas culminou com uma completa revisão dos instrumentos de pesquisa e a proposição de novas perspectivas, como a micro-história. Grande parte dos historiadores que aderiram à escala micro, em geral, baseava-se no marxismo e em uma orientação política para a esquerda. “Apesar do fato dessas características estarem manifestadas de modos amplos e diversos, acredito que serviram para ancorar firmemente esses historiadores à idéia de que a pesquisa histórica não é uma atividade puramente retórica e estética.” (LEVI, 1992, p.135).

Além de enxergar a história de uma maneira diversa, a micro-história se preocupou com a comunicação dos resultados obtidos com o estudo, privilegiando duas características principais. A primeira é a tentativa de demonstrar, por meio de fatos sólidos, o funcionamento de algumas facetas da sociedade que seriam distorcidas pela generalização ou pela formalização quantitativa. A segunda é o esforço de incorporar à narrativa os procedimentos da pesquisa, as limitações documentais, as técnicas de persuasão e as construções interpretativas.

Esse método rompe claramente com a assertiva tradicional, a forma autoritária de discurso adotada pelos historiadores que apresentam a realidade como objetiva. Na micro-história, [...] o ponto de vista do pesquisador torna-se uma parte intrínseca do relato. (LEVI, 1992, p.153).

A partir do momento em que a micro-história descreve seus processos, torna-se mais acessível aos receptores, envolvendo-os em uma espécie de diálogo e convidando-os a participar da construção do argumento histórico.

A proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória, na medida em que se apoia na micro-história, deve buscar o envolvimento do receptor, bem como esmiuçar o processo de pesquisa, como feito neste trabalho. Por meio da análise de fotografias, documentos, depoimentos e dados marginais em escala micro, novas informações surgirão, gerando uma abordagem histórica, muitas vezes, reveladora.

As narrativas dos personagens e a revelação de fatos, que até então passariam despercebidos, permitem complexificar o social, contextualizar e reconstruir a visão da época, e situam o sujeito como protagonista do processo, sem perder de vista outros dados que se relacionam e compõem uma trama histórica. (HOFFMANN, 2011, p.204).

Ao privilegiar diferentes pontos de vista, a proposta metodológica traz impressões individuais que, juntas, compõem a memória coletiva. Pensando esse exercício sob a perspectiva de Halbwachs e os “quadros sociais da memória”, os microrrelatos são capazes de produzir um mosaico de uma determinada época, expondo as relações da sociedade e a maneira como as experiências de vida dependem do lugar que o personagem ocupa e do papel que exerce.

Tem-se enfim, uma nova interpretação do passado, ressignificando-o. Para Bloch (*apud* HOFFMANN, 2011, p.205), esse é o exercício próprio da história: “O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.”

2 HISTÓRIA DE TELÊMAGO BORBA

Antes de conhecer a história de Telêmaco Borba, cabe explicar os motivos de um capítulo específico como este fazer parte desta pesquisa. Como visto no tópico anterior, a proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória dialoga com a micro-história e, em uma instância mais abrangente, com o movimento da história “nova”. Dessa maneira, ao apresentar um “apanhado” geral da trajetória do município, cria-se um conflito existencial, já que essa generalização faz parte do paradigma tradicional⁴ – corrente questionada deliberadamente pela história “nova”.

Peter Burke (1992), na tentativa de definir o que é história “nova”, opta por compará-la com o paradigma tradicional, usando o recurso da *via negativa*. Esse esforço do autor auxilia na compreensão dos motivos de este capítulo ter o aspecto conflitual já mencionado. A primeira oposição entre as correntes está em sua essência – para a tradicional, a história diz respeito fundamentalmente à política. Embora admita que existam outros tipos de história, marginaliza-os, considerando-os periféricos aos interesses dos historiadores. Por outro lado, para a história “nova”, tudo tem uma história – ou seja, toda a atividade humana tem um passado que pode ser reconstruído. Vem desse princípio, inclusive, a expressão “história total”, adotada pelos adeptos do movimento.

A maneira de expor a história nas duas correntes também é diversa. “[...] os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa de acontecimentos, enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas.” (BURKE, 1992, p.12). O ângulo de visão é outro fator que se altera: se na via tradicionalista há a perspectiva de cima, concentrada nos feitos dos grandes homens, dos “vencedores”; na via nova há a vista de baixo, composta pelas opiniões e experiências das pessoas comuns.

Por fim, as fontes utilizadas para recuperação histórica são divergentes. No paradigma tradicional, a história deve ser baseada em registros oficiais, emanados pelo governo e preservados em arquivos. Assim, tem-se somente o ponto de vista institucional e a negligência de outros tipos de evidência, depositados em fontes diversas. São justamente essas fontes negligenciadas o ponto de partida da história “nova”, preocupada em ouvir vozes variadas e opostas. Ou seja, a voz da história, usada no paradigma tradicional como característica de objetividade, e que diz apresentar os fatos como realmente aconteceram, é

⁴ “Poderíamos também chamar este paradigma [tradicional] de a visão do senso comum da história, não para enaltecê-lo, mas para assinalar que ele tem sido com frequência – com muita frequência – considerado a maneira de se fazer história, ao invés de ser percebido como uma dentre várias abordagens possíveis do passado.” (BURKE, 1992, p.10).

amplamente questionada pelo movimento novo. Burke (1992) reforça essa opinião, discorrendo sobre a maneira como o homem enxerga o mundo:

Por mais que lutemos arduamente para evitar os preconceitos associados a cor, credo, classe ou sexo, não podemos evitar olhar o passado de um ponto de vista particular. O relativismo cultural obviamente se aplica tanto à própria escrita da história, quanto a seus chamados objetos. [...] Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra. Nessa situação, nossa percepção dos conflitos é certamente mais realçada por uma apresentação de pontos de vista opostos do que por uma tentativa [...] de articular um consenso. (BURKE, 1992, p.15).

Diante dessas comparações, vemos que o capítulo que apresenta a história de Telêmaco Borba tem os traços característicos do paradigma tradicional. O texto articula um consenso; organiza os acontecimentos em forma de narrativa; e baseia-se em apenas dois livros: *Monte Alegre: cidade papel*, de Hellê Vellozo Fernandes (1974) e *A capital do papel*, de André Miguel Coraiola (2003). Os estudos feitos pelos autores não foram acompanhados e não há descrição do processo de pesquisa e dos tipos de fontes utilizadas, no entanto, é possível inferir que as obras adotam a perspectiva da história vista de cima, pois se baseiam em registros oficiais e dão voz somente aos “grandes homens”, como os fundadores das Indústrias Klabin.

Dessa forma, fica evidente que o texto sobre a trajetória do município destoa da base teórica na qual a proposta metodológica deste trabalho se sustenta. Porém, optou-se por apresentá-lo por dois motivos principais: o acesso e a democratização do passado do município. A cidade ainda não conta com um acervo histórico organizado nem possui uma relação completa dos pioneiros que ajudaram em sua fundação. Com efeito, toda iniciativa de apresentar e debater a história de Telêmaco Borba, mesmo que pela via tradicional, é um exercício fundamental para consolidar o sentimento histórico e sua propagação.

Por fim, cabe acrescentar a essa preocupação o posicionamento de Burke (1992), que sinaliza um possível interrelacionamento entre as duas correntes históricas:

A oposição tradicional entre os acontecimentos e as estruturas está sendo substituída por um interesse por seu inter-relacionamento, e alguns historiadores estão experimentando formas narrativas de análise ou formas analíticas de narrativa. O mais importante de tudo, talvez, é que a oposição há muito estabelecida entre os historiadores políticos e não políticos está finalmente se dissolvendo. (BURKE, 1992, p.36-37).

Tendo em vista, portanto, a interrelação entre história tradicional e história “nova” apresenta-se, primeiramente, a trajetória oficial baseada em Fernandes (1974) e Coraiola (2003). Depois, no capítulo 6, expõe-se a visão do passado compartilhada pelos pioneiros selecionados durante a aplicação da proposta metodológica, unindo, assim, duas perspectivas históricas diferentes, mas conectadas entre si.

2.1 A HISTÓRIA DE TELÊMAGO BORBA SOB A ÓTICA DE FERNANDES (1974) E CORAIOLA (2003)

Telêmaco Borba é uma cidade localizada na região dos Campos Gerais do Paraná, distante 250 km da capital Curitiba. Apesar de sua fundação estar ligada à instalação das Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A, na década de 1940, a história do município começou muitos anos atrás, ainda no século XVIII. Hellê Vellozo Fernandes (1974) relata que a região era habitada pelos índios caingangues, temidos na época por sua hostilidade com os “visitantes”. No entanto, alguns desbravadores, buscando ampliar seu poder e suas propriedades, promoveram “extermínios” das tribos indígenas. Esse foi o caso de José Felix da Silva, maior latifundiário dos Campos Gerais e fundador da Fazenda Monte Alegre⁵ – local que, posteriormente, se transformaria na cidade de Telêmaco Borba.

Felix da Silva era conhecido por sua crueldade e comportamento rude, principalmente com os escravos e nativos da região. Fernandes (1974) conta que sua “fama” ficou ainda maior nos últimos anos do século XVIII, quando seu amigo Brígido Alvares, após lhe fazer uma visita, foi assassinado pelos caingangues na volta para casa. Em represália, o latifundiário organizou a “chacina do Tibagi” sobre o solo onde, futuramente, a Klabin instalaria uma de suas vilas operárias.

A tradição registra um espetáculo de crueldade sem par, no qual os selvagens foram encurralados num morrinho onde hoje é o Hospital e o Hotel Ikapê em Monte Alegre. Não foram respeitadas nem mulheres nem crianças. O sangue empapou a relva e correu em filetes para as águas do riozinho próximo. Os cadáveres ficaram amontoados e por muitos dias os corvos sobrevoaram os corpos insepultos. Desde então, o rio e toda a região passou a chamar-se Mortandade, nome que só foi mudado 150 anos depois. (FERNANDES, 1974, p.19-20).

⁵ Neste trabalho, todas as vezes que a pesquisadora se refere à Fazenda Monte Alegre, faz-se menção a sua extensão completa – compreendendo as regiões que a compõe, como Lagoa, Harmonia, Miranda, Km 28, Mina de Carvão, Mauá e Mandaçaia. O loteamento organizado na margem oposta do rio Tibagi, que ficou conhecido como Cidade Nova e deu origem à Telêmaco Borba, não é considerado integrante dos limites da Fazenda Monte Alegre; no entanto, quando o município foi emancipado da Comarca de Tibagi, a região da Fazenda acabou sendo incorporada ao território da nova cidade, ficando sob sua jurisdição.

Assustados com a violência, os indígenas sobreviventes embrenharam-se dentro da mata e mantiveram-se longe das terras do latifundiário. Pela “expulsão bem sucedida” dos caingangues, José Felix da Silva “[...] requereu e obteve a maior sesmaria da região: os 65.000 alqueires das terras do rio do Alegre, [...] Fazenda que organizou e chamou ‘Fazenda Monte Alegre’”. (FERNANDES, 1974, p.20).

Em 1822, Felix da Silva faleceu, deixando como herdeiro seu neto Manoel Inácio, que administrou as terras da família, mantendo-as nas mesmas dimensões até sua morte. O terceiro nome a assumir o legado do latifundiário foi Bonifácio Batista, o Barão do Monte Carmelo. Casado com a filha de Manoel Inácio, ele deixou os alqueires da Fazenda Monte Alegre para seis descendentes de sua linhagem.

No ano de 1926, em uma transação que ainda permanece em “segredo”, os herdeiros do barão formaram uma sociedade com um francês e criaram a Companhia Agrícola e Florestal e Estrada-de-Ferro Monte Alegre. “Como esse homem veio ter à Fazenda, como conseguiu um laudo de avaliação de 30.000 contos para as terras (quantia avultada para a época), como conheceu os herdeiros e captou-lhes a confiança, são fatos até hoje não explicados.” (FERNANDES, 1974, p.21). O francês “misterioso” transformou o capital das terras em 1.200.000 ações com o objetivo de comercializá-las no mercado exterior. Em 1928, com o sucesso do empreendimento, ele comprou a sociedade dos seis herdeiros.

A alta avaliação da Fazenda fez com que o “visionário” francês encontrasse sócios dispostos a investir nas terras, como engenheiros alemães, duas mineradoras (uma mexicana e uma inglesa), uma imobiliária francesa e outras firmas que já atuavam em solo paranaense. A companhia, então, passou a organizar missões com o objetivo de estudar o potencial da região, principalmente no que dizia respeito à fertilidade da terra, à existências de minas, à exploração dos pinheirais e à possibilidade da construção de uma malha ferroviária. Esses planos, porém, saíram mais caros que o esperado. “Os gastos foram tão dispendiosos e os salários tão altos, que consumiram quase todo o capital levantado. Em 1931, após cinco anos de nababescos desperdícios, um dos credores requereu a 1ª. falência. Foi um escândalo.” (FERNANDES, 1974, p.22).

O processo de decadência foi inevitável e, no ano de 1933, a massa falida da Companhia foi a leilão. O Banco do Estado do Paraná arrematou a Fazenda Monte Alegre por 4.000 contos e, apesar do fracasso dos antigos investidores, a região interessou a sociedade Klabin, de São Paulo – principalmente pela vasta mata de araucárias, matéria-prima para a produção de papel. Além disso, as terras já contavam com uma mínima estrutura para dar início a um empreendimento industrial.

A Companhia Agrícola e Florestal e Estrada-de-Ferro Monte Alegre', embora nada tivesse feito do que dela esperavam seus acionistas [...], deixou alguma coisa para a Fazenda Monte Alegre: a estrada para Tibagi, de 42 quilômetros; uma balsa perto do Salto do Peludo, no rio Tibagi, encurtando o caminho antigo; uma ligação telefônica com Tibagi, que funcionava muito mal, mas que até 1936 ainda servia para dar avisos à Monte Alegre; um casarão de madeira e mais duas pequenas residências na Fazenda Velha [...]; galpões rústicos, servindo de garagem, no mesmo local; os primeiros estudos e exploração de alguns quilômetros no caminho, por onde deveria ser a estrada-de-ferro de Monte Alegre para São Paulo, via Joaquim Murtinho [...]. (FERNANDES, 1974, p.23).

O primeiro representante das Indústrias Klabin do Paraná⁶ a pisar na Fazenda Monte Alegre para confirmar seu potencial foi Samuel Klabin, filho do chefe dos negócios da família, Salomão Klabin. Samuel saiu da cidade de São Paulo, em companhia de Reinaldo Bronnet, num Ford 1929. Os dois amigos revezaram-se no volante, enfrentando as estradas que não tinham nenhuma infraestrutura.

O fordinho de rodas finas começou a sacolejar na estrada da Ribeira, ainda no Estado de São Paulo, onde não havia asfalto. Muito piores ficaram as sacudidelas no Paraná, depois de Castro, nas estradas para carroças [...], onde um automóvel era espetáculo que os caboclos paravam para ver. (FERNANDES, 1974, p.26).

Chegando à Tibagi⁷, os viajantes decidiram hospedar-se no único hotel da cidade e partirem para a Fazenda Monte Alegre, que ficava a 50 quilômetros dali, somente no dia seguinte. Também a bordo do Ford 1929, Samuel e Reinaldo cruzaram as estradas de chão até Lajeado Bonito; de lá, pegaram a balsa e atravessaram o rio Tibagi. Já nas terras que desejavam comprar, os paulistas foram recebidos por Alcebíades Marques, administrador temporário da Fazenda nomeado pelo então interventor Manoel Ribas.

⁶ As Indústrias Klabin do Paraná têm sua origem com a vinda dos cinco irmãos Klabin para o estado de São Paulo, entre os anos de 1880 e 1885. Maurício, Salomão, Hessel, Luiz e Nessel eram da Lituânia e, assim que chegaram ao Brasil, começaram a atuar no comércio local sob o nome de *M.F. Klabin e Irmão*. Em 1889, Maurício, Salomão, Hessel e o cunhado Miguel Lafer (casado com Nessel) criaram uma nova associação, a *Klabin, Irmão e Cia* (KIC). O objetivo da sociedade era a exploração do ramo dos negócios dos papéis, livros, objetos para escritórios e outros artigos relacionados. (FERNANDES, 1974). Em 1906, os Klabin decidiram que, ao invés de atuar no comércio de papel, deveriam produzi-lo – e, para isso, arrendaram uma máquina de uma velha fábrica que funcionava desde 1890 na cidade de Itu (SP). No ano de 1932, eles também arriscaram-se em outras áreas, como na cerâmica, expandindo seus investimentos para o estado do Rio de Janeiro. Por fim, em 1934, com as negociações para a aquisição da Fazenda Monte Alegre, Salomão Klabin, Hessel Klabin, Jacob Klabin Lafer, Wolff Klabin, Eva Cecília Klabin Rapaport, Ema Gordon Klabin, Mina Klabin e Abraão Jacob Lafer fundam as Indústrias Klabin do Paraná.

⁷ Nesta época, a região da Fazenda Monte Alegre pertencia à cidade de Tibagi. O desmembramento só aconteceu após a emancipação de Telêmaco Borba da Comarca tibagiana em 1964.

Samuel pôde comprovar a riqueza das terras, principalmente no que dizia respeito à densa mata de pinheirais e à capacidade hidráulica da região. Dessa maneira, de volta à São Paulo, ele endossou a compra da Fazenda. Antes que ela passasse definitivamente para as mãos das Indústrias Klabin, uma nova visita dos investidores, desta vez representados por Horácio Lafer e Wolf Klabin, foi feita e guiada por Manoel Ribas.

A presença de Ribas demonstrava o interesse econômico e político do governo de Getúlio Vargas⁸ no desenvolvimento industrial da região.

Ele [Getúlio Vargas] desejava marcar sua administração com empreendimentos vultuosos e novas 'metas para o Brasil'. Pensou em siderurgia, (para logo depois construir Volta Redonda), em cimento... e em papel, para garantir a máquina publicitária mais poderosa que até então tivera um governante brasileiro. [...] O país, contudo, enfrentava um problema: a celulose e papel-jornal eram importados do Canadá, Estados Unidos, Suécia e Finlândia. (FERNANDES, 1974, p.34).

Vargas, prevendo que as importações poderiam ser suspensas mesmo antes de eclodir a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), decidiu que estava na hora de investir na imprensa nacional, fabricando papel e celulose em solo brasileiro. Portanto, como a construção de uma indústria era interessante tanto para o governo quanto para a família Klabin, a Fazenda Monte Alegre foi comprada por 7.500 contos, em 1934, e legalmente registrada no nome dos investidores no dia 20 de janeiro de 1941. Para melhor adequar a sociedade ao empreendimento, seu nome ficou maior: Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A (IKPC).

O plano inicial da primeira diretoria⁹ compreendia a produção de papel, papel-jornal, papelão, celulose, celulose sulfito, celulose sulfato e pasta mecânica. Também seriam construídas uma fábrica de cloro e soda-cáustica, uma usina hidroelétrica e uma usina termoelétrica. Mineração de carvão, serviços de transporte e reflorestamento completavam o projeto. (FERNANDES, 1974). Essas resoluções começaram, gradativamente, a se tornarem realidade. Enquanto a fábrica era erguida, a Usina Hidroelétrica no Salto Mauá, no rio Tibagi,

⁸ Getúlio Vargas assumiu a Presidência do Brasil após a Revolução de 1930, pondo fim ao período da República Velha. Ele permaneceu no poder durante 15 anos (de 3 de novembro de 1930 a 29 de outubro de 1945). Depois, retornou ao cargo de presidente por meio de eleições diretas em 1951, governando até dia 24 de agosto de 1954, quando cometeu suicídio.

⁹ "A primeira diretoria constituiu-se de quatro membros: presidente, Salomão Klabin; vice-presidente, Hessel Klabin; tesoureiro, Wolf Klabin; secretário, Jacob Klabin Lafer. Do Conselho Fiscal faziam parte: Harry Levine, Lazar Kadischewitz, Abraão Jacob Lafer, tendo como suplentes Francisco Taranto, Augusto Rodrigues da Silva e Horácio Gordon." (FERNANDES, 1974, p.39).

foi instalada e o rio Harmonia foi represado. Estradas foram abertas e os núcleos habitacionais para receber os operários foram construídos.

O único impasse enfrentado pelos investidores foi a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial em 1941, o que dificultou drasticamente a importação das máquinas do país norte-americano. Fernandes (1974) relata que eram comuns os ataques aos cargueiros por submarinos alemães, afundando toneladas de equipamentos no mar. Por conta disso, alongou-se o prazo de investimentos da IKPC, dobrando as despesas previstas inicialmente. Como forma de “ajuda”, o Banco do Brasil concedeu um empréstimo à Klabin e, em contrapartida, as obras da indústria foram administradas por Luiz Augusto da Silva Vieira, engenheiro enviado pelo Ministério da Agricultura.

2.1.1 A Construção da Fábrica

Depois da compra da Fazenda Monte Alegre, em 1934, as Indústrias Klabin deram início à construção da fábrica de papel e toda a infraestrutura necessária. De acordo com Fernandes (1974), entre os anos de 1936 e 1940, as equipes contratadas, guiadas por mateiros nativos, tinham como função abrir picadas entre a floresta e fazer um levantamento completo da região, localizando as reservas mais densas de araucárias, as pedreiras e as minas de carvão. Também deveriam conhecer o curso do rio Tibagi, apontando quais saltos poderiam abrigar a usina hidroelétrica; além de sugerir em que lugar a indústria seria instalada.

Nesta época, muitos engenheiros estrangeiros vieram prestar seus serviços. Alguns ficaram conhecidos na região, como Walter Ashauer, Alberto Ehlert, Karl Zappert e J. B. Boesh. (FERNANDES, 1974). Boesh, que era suíço, foi o primeiro a ficar responsável pelo setor de engenharia da construção da nova fábrica. Depois, seu cargo foi ocupado por Luiz Augusto da Silva Vieira, em cumprimento da determinação do Ministério da Agricultura.

Esses funcionários mapearam a região, nomeando, inclusive, muitas das localidades que fariam parte do município de Telêmaco Borba. Fernandes (1974, p.47) relata a história de alguns “batismos” curiosos:

O Sr. Garbers, quando recém-vindo de São Paulo e pouco afeito a caminhadas pelo mato, acompanhando os mateiros perdera seu lindo canivete, a alguns quilômetros da Fazenda Velha. O local, hoje, ainda se chama Canivete Perdido. Outras denominações peculiares ficaram: Calcanhar do Sapo, o mais distante; Laranja Azeda, outrora um sítio, do qual restavam algumas árvores de pomar; Capão do Graxaim, onde os caçadores tocaiaram um desses felinos. E assim somavam-se denominações novas às antigas, não menos expressivas, como rio Quebra-Perna, que corre sobre um lajeado escorregadio; rio Vorá, nome de uma vespa, comum na região; Mandaçaia, local onde se encontra a abelha selvagem que tem essa denominação.

A vida entre os últimos anos de 1930 e o começo da década seguinte não foram fáceis na Fazenda. A falta de estradas pavimentadas, principalmente nas épocas de muita chuva, prejudicava o transporte dos equipamentos necessários para a construção da fábrica e o abastecimento de alimentos nos acampamentos dos funcionários. Apesar da existência de um armazém, organizado por Alcebíades Marques, a maior parte da comida vinha de outras regiões, como Pirai do Sul, Tibagi, Castro e Ventania. Os pequenos fazendeiros das cercanias, que também traziam farinha, rapadura e carne de porco para vender aos funcionários, tinham que interromper o comércio, pois não conseguiam atravessar de canoa as águas tumultuadas do rio Tibagi.

Nesse período inicial, as vilas operárias ainda estavam em fase de instalação, por isso, era comum que a moradia dos trabalhadores fosse assentada perto dos lugares de serviço. Por essa razão, muitas famílias não podiam acompanhar os funcionários, que vinham sozinhos à fazenda em busca de emprego. Alguns locais, inclusive, ofereciam certo risco à saúde, como o “Acampamento do Locomóvel¹⁰”, situado ao lado do morro escolhido para abrigar a sede da fábrica. Como era necessário se fazer o “corte” da terra para que ficasse plana, ranchos e pequenas casas surgiram provisoriamente. O local, por mais que tornasse simples o deslocamento dos operários, era inadequado, pois era muito próximo ao rio – o que facilitava a proliferação de mosquitos, principalmente do tipo que transmitia a malária. Galpões também eram erguidos pelas Indústrias Klabin para servir de abrigo e, com a intensificação da migração de mão-de-obra, começaram a ficar pequenos. Fernandes (1974)

¹⁰ O locomóvel é uma “máquina de vapor destinada a movimentar indústrias que se instalam em curto período em um local e depois se transferem a outro [...]”. (MAMMINI, 2008). Disponível em: <[http://ferrimodel.tripod.com/locomovel .htm](http://ferrimodel.tripod.com/locomovel.htm)>. Acesso no dia 3 de setembro de 2012. De acordo com Fernandes (1974, p.67), “o locomóvel era muito importante [...]. Montado perto da esplanada da futura Fábrica, destinava-se a acionar motores em trabalho, mas fornecia também luz às casinhas de madeira, espalhadas pelo descampado. Permitia o funcionamento dos aparelhos de rádio, através dos quais os homens ouviam às notícias da guerra e as mulheres tinham sua única distração: a novela”.

conta que, nos primeiros anos de 1940, mais de 200 homens tinham que dormir nesse mesmo espaço.

Com o aumento do número de habitantes da região, pensões e hospedarias começaram a se proliferar. A primeira foi montada no próprio “Acampamento do Locomóvel” e ficou conhecida como “Pensão Barata”. O nome nada tinha a ver com o preço da hospedagem – foi dado porque, a cada simples batida na parede, surgiam baratas de todos os cantos. (FERNANDES, 1974). Apesar das condições precárias, o grande atrativo desses estabelecimentos eram as refeições servidas, um luxo para os operários acostumados a cozinhar em pleno acampamento.

Em qualquer dos acampamentos, os homens trabalhavam de sol a sol, alimentando-se de feijão com farinha, tocinho obrigatoriamente, arroz e carne seca como luxo, café e chimarrão de sobremesa. A cachaça não faltava como bebida costumeira dos dias de folga, promotora de muitas brigas e facadas. (FERNANDES, 1974, p.55).

Além da cachaça nos finais de semana como uma forma de “lazer”, os funcionários participavam, esporadicamente, das festas e rodeios organizados por Alcebíades Marques. Fogueiras e bailes caipiras eram promovidos e, muitas vezes, contavam com um amigo ilustre do fazendeiro, o interventor Manoel Ribas. Outras “visitas” importantes também vinham frequentemente à Fazenda Monte Alegre: os donos das Indústrias Klabin. Nessas estadas rápidas, integrantes diferentes da família proprietária conferiam o andamento das obras.

Com relação à saúde, dois médicos trabalhavam em um posto montado junto à Lagoa, uma das regiões administrativas da fazenda (como demonstrará o próximo tópico). O número escasso de doutores para tantos funcionários era sabido e, durante uma forte epidemia de malária nos primeiros anos de 1940, a convicção de que a obra sairia ficou abalada. No entanto, com o auxílio do quinino e de algumas medidas preventivas, como a secagem dos pântanos, a doença foi controlada.

Quando o problema não era o mosquito, os próprios operários se encarregavam de dar trabalho aos médicos. “[...] não havia dia feriado sem tiro ou facada. Quando o caso era simples, a cirurgia de urgência, no diminuto hospital de madeira resolvia; quando não, partia um carro com o ferido, pela tortuosa Estrada do Cerne, em busca de maiores recursos em Curitiba.” (FERNANDES, 1974, p.83). Esses tiros e facadas eram, na maioria das vezes, consequências do consumo de bebidas alcoólicas. Os constantes gastos

para esse tipo de atendimento, além da recorrência de histórias trágicas¹¹, fez com que Luiz Vieira decretasse a lei seca em toda a Fazenda Monte Alegre.

A decisão do corte da cachaça foi recebida com protestos, reclamações e ameaças por parte dos funcionários. Vieira se manteve irredutível e o tráfico de bebidas alcoólicas se tornou comum na região. A rota mais usada era o próprio rio Tibagi e, para fazer o atravessamento das garrafas, algumas “engenhosidades” eram criadas. “Os contrabandistas haviam estendido um cabo aéreo de margem a margem. De noite, reuniam-se e começavam a puxá-lo, por intermédio de uma roldana. Prendiam nele as garrafas, com um arame.” (VIEIRA *apud* FERNANDES, 1974, p.87). A cachaça também era escondida no fundo de canoas, dentro de pães tipo baguete ou vertida nos tanques de gasolina dos caminhões que funcionavam a gasogênio.

Com o passar do tempo e a diminuição das mortes, a lei seca foi abrandada aos poucos, permitindo a venda controlada de bebidas alcoólicas nos finais de semana. No entanto, o contrabando não cessou. De acordo com Fernandes (1974), uma garrafa da “Cachaça do Paixão”, marca conhecida na época, custava 20 mil réis no “mercado negro” – cerca de 10% do salário médio dos operários. Para punir crimes como esse, a IKPC montou uma pequena cadeia dentro da Fazenda, já que a carceragem mais próxima ficava somente na sede do município de Tibagi. O imóvel não tinha janelas e a única entrada era feita por uma porta reforçada e guardada por um soldado. Os presos mais recorrentes eram aqueles apanhados na embriaguez e, de vez em quando, alguns que aproveitavam o espaço da cadeia como abrigo contra o frio:

Havia falta de habitações em Lagoa. Era frio de madrugada. Não encontrando onde dormir, acharam boa ideia de passar a noite, sossegados, no chalé da cadeia vazia... e entraram [...] pelo telhado. Outras vezes, os solteiros que não tinham lugar nos galpões coletivos ou não queriam pernoitar neles, punham as cobertas debaixo do braço e iam dormir na cadeia, local bem abrigado do frio e da geada. Depois, o sargento¹² achou que era abuso e acabou com ‘aquele desaforo’, ‘moralizando’ a estada na cadeia. (FERNANDES, 1974, p.89).

¹¹ Fernandes (1974, p.86) afirma que um caso em especial fez o engenheiro Luiz Vieira tomar a decisão definitiva em relação à lei seca na Fazenda Monte Alegre. Dois operários, Meira e Rodrigues, eram amigos e, desde a época em que moravam nos barracões, eram muito próximos. Ambos se casaram, mantiveram a amizade e transformaram-se em “compadres” com o batismo dos filhos. “No trabalho estavam juntos, paranaenses calados, de pouca conversa. Nas horas de folga, a cachaça cortava a inibição. Da janela de seu escritório, Luiz Vieira os via na praça da vila recém-arruada. Um dia, notou que se metiam num tumulto. Era sábado. O álcool tornava os homens belicosos. Rodrigues e Meira tinham saído do bar. Puxaram os revólveres. Atiraram-se simultaneamente. Caíram ambos ao mesmo tempo”. Depois dessas duas mortes, Vieira decretou a lei seca.

¹² De acordo com Coraiola (2003, p.63), a segurança da Fazenda Monte Alegre era “[...] constituída de um destacamento de 18 elementos, um sargento e um cabo, comandados por um oficial da Força Pública, que exercia a função de delegado de polícia”.

Mais uma vez, ficava evidente a carência por novas moradias e pela instalação urgente das vilas operárias. A obra só ficaria completa no decorrer da década de 1940 e se expandiria de maneira não planejada – de acordo com André Coraiola (2003), no início de 1950, mais de 6.000 pessoas moravam nos bairros industriais.

Por fim, no final do ano de 1942, a vida religiosa da Fazenda Monte Alegre começou a se organizar, motivada pela vinda de Bonina, esposa do engenheiro Luiz Vieira. Ela deixou o Rio de Janeiro e, como católica fervorosa, promoveu as primeiras festas em dias santificados, montando barraquinhas com prendas. A partir dessas ações, a igreja de Lagoa passou a ser construída, sendo finalizada muitos anos depois.

2.1.1.1 A escolha das três sedes

Para melhor organizar a construção da fábrica, as Indústrias Klabin optaram por definir três sedes localizadas em regiões diferentes. A área já conhecida na Fazenda Monte Alegre como Lagoa¹³ foi eleita a sede administrativa – abrigando escritórios, galpões coletivos, cadeia, a primeira igreja e outras obras infraestruturais. A segunda sede foi instalada em salto Mauá, lugar escolhido para a construção da usina hidroelétrica no rio Tibagi. E, por fim, a última sede era Harmonia – região da construção da fábrica e do antigo massacre dos índios caingangues. “Batizada” como Mortandade, a localidade teve seu nome alterado por Ema Klabin, integrante da família proprietária. Para ela, “Harmonia” se adequava melhor ao projeto dos industriais e poderia trazer mais sorte ao empreendimento. Conseqüentemente, a mudança da nomenclatura das terras alterou o nome do rio, que também passou a se chamar Harmonia.

De acordo com Coraiola (2003), essa região foi escolhida porque era posicionada estrategicamente às margens do rio Tibagi, favorecendo o abastecimento de água. Também ficava próxima às outras sedes, resolvendo os problemas de fornecimento de energia, mão de obra, transporte e comunicação. Dessa maneira,

¹³ A região ganhou o nome de Lagoa não pela existência de uma lagoa, mas por causa de Pedro – ex-escravo e conhecido habitante dessas terras. “Chamavam-no ‘Pedro da Lagoa’, porque sua casa quando chovia ficava no meio de um alagadiço. Povoara o local com mais de vinte filhos. Lúcido, contava aos visitantes dos últimos ataques dos bugres e dizia que nascera e se criara laçando touros e fazendo a marcação do gado na época do rodeio. Ia vender bois e cavalos do patrão em Ponta Grossa. Quando os senhores da primitiva Casa Grande abandonaram-na, Pedro da Lagoa foi escolher um lugar para viver sossegado. Jamais entenderia não ser ele o dono do rancho em que habitava, da rocinha que plantava e do pasto em que soltava seus animais. Os Klabin o conheceram e o deixaram viver em paz, até que morreu com mais de cem anos, entre filhos e netos que não se dispersaram.” (FERNANDES, 1974, p.40).

Aos 30 de agosto de 1942, no lugar denominado Harmonia, território da Fazenda Monte Alegre, à margem direita do Tibagi, Estado do Paraná, Brasil, foi lançada a pedra fundamental da Fábrica de Papel e Celulose do Paraná, no prédio destinado ao preparo da madeira, empreendimento das Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A, com a presença de todos os auxiliares, técnicos e administrativos, e grande número de operários, sendo chefe de obras o engenheiro Luiz Vieira e residente em Harmonia o engenheiro Fernando Pedreira. (ABREU *apud* FERNANDES, 1974, p.73).

Após o lançamento da pedra fundamental, em 1942, deu-se início às obras da fábrica. Primeiramente, era necessário deixar a terra plana – motivo pelo qual o “Acampamento do Locomóvel” foi erguido. Após quatro anos de construções, a indústria passou a funcionar. Em meados da década de 50, a Klabin já produzia, diariamente, 120 toneladas de papel em bobinas, destinadas à imprensa; e 50 toneladas de celulose, tendo como mercado outras fábricas de papel da América do Sul. (CORAIOLA, 2003).

Figura 1 – Fábrica de papel das Indústrias Klabin, na Fazenda Monte Alegre, década de 1950



Fonte: Autor desconhecido. Acervo pessoal da pioneira Marina Dal Col

2.1.2 As Vilas Operárias

É difícil precisar em que ano as vilas operárias passaram a funcionar plenamente, oferecendo aos operários casas já montadas e a infraestrutura básica para viver. Em seu livro, Fernandes (1974) cita as vilas, mas sem informações conclusivas – provavelmente porque as obras foram se desenvolvendo de maneira progressiva e, também, porque muitos acampamentos funcionaram provisoriamente, desaparecendo em seguida. De

acordo com Coraiola (2003), pode-se dividir os conjuntos habitacionais em dois grupos: a) vilas rurais; e b) vilas industriais.

Faziam parte da área rural: Lagoa, Km 28, Miranda, Mandaçaia, Mauá e Mina de Carvão. Já a zona industrial era composta pelas próprias habitações de Harmonia, em conjunto com os bairros de Vila Operária e Caiubí. Todos esses lugares ficavam dentro dos limites da Fazenda Monte Alegre e, apesar de fazerem parte do município de Tibagi, ficavam sob a “jurisdição” das Indústrias Klabin.

As vilas eram compostas, na sua maioria, por pequenas casas de madeira¹⁴, cedidas pela fábrica sem cobrança de aluguel – de acordo com Fernandes (1974), apenas uma pequena taxa de manutenção era cobrada. Lagoa e Harmonia contavam com instalações de luz e água encanada gratuitas. Ruas também foram abertas.

Figura 2 – Vila operária de Harmonia



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba

A população das zonas rural e industrial era formada, basicamente, por operários que vinham das cidades e sítios próximos. Fernandes (1974) destaca que, ao se acomodarem em uma das casinhas da fábrica, encontravam um padrão de vida mais alto do

¹⁴ De acordo com Fernandes (1974), além de água encanada e luz elétrica, as casas de madeira tinham vidraças nas janelas, sanitários em banheiros ladrilhados, tanque de cimento para lavar roupa e um fogão a lenha.

que estavam acostumados, contando, inclusive, com assistência médica e social. O atendimento aos doentes, feito inicialmente no “hospitalzinho” de madeira da Lagoa, teve sua capacidade ampliada com a instalação de outros postos médicos em Mauá e Harmonia. No entanto, as distâncias a serem percorridas ainda eram longas – muitas vezes, os médicos precisavam tomar carroças e cavalos para chegarem até os pacientes. (CORAIOLA, 2003).

Em 1946, a fundação da Organização Montealegrense de Saúde (Ormasa), selou um contrato entre a classe médica e as Indústrias Klabin para a efetivação de um sistema de saúde, motivando a fundação do hospital de Harmonia. Construído inicialmente em madeira, ele contava com 40 leitos. Depois, com o aumento da demanda, um novo prédio de alvenaria dobrou o número de vagas de internação. Na zona rural, as vilas e acampamentos eram vistoriados pela Ormasa periodicamente, observando-se a higiene das moradias. “[...] e o serviço de enfermagem e assistência social ainda verificava se havia pessoas doentes, fazia curativos, cortava cabelos, tirava bichos-de-pé, e se fosse preciso, ensinava trabalhos manuais como bordar, costurar e cozinhar, fazer horta e aí por diante.” (CORAIOLA, 2003, p.167).

Com a vinda de famílias completas para morar nas vilas operárias, muitas crianças passaram a fazer parte do cotidiano da Fazenda. No decorrer da década de 1940, mais de 20 escolas foram instaladas nos acampamentos dos funcionários por ordens de Samuel Klabin. Em 1951 foi fundado, em Harmonia, o primeiro Grupo Escolar, denominado 11 de Julho. Quatro anos depois, foi a vez da Escola Comercial Getúlio Vargas, direcionada ao ensino de 2º. grau. Após 1955, novas instituições apareceram, mas já na outra margem do rio Tibagi, “fora dos limites” da fábrica.

O abastecimento alimentício das vilas, que era feito pelas cidades e sitiantes vizinhos desde a época dos primeiros acampamentos, teve que ser reestruturado com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942. Os motivos que levaram a essa mudança aconteceram “em cadeia”, sendo o primeiro deles a falta de gasolina. Além de prejudicar o sistema de fretes que traziam equipamentos para a fábrica, a escassez de combustível também impedia que alimentos como farinha de trigo, açúcar e café chegassem às vilas operárias. Em resposta à falta de comida na Fazenda, os sitiantes que moravam na outra margem do rio intensificaram seu comércio, vendendo banha, farinha, ovos, charque, linguiça, carne de porco, abóboras e laranjas por preços que nem sempre cabiam no bolso dos funcionários. “Foi dado, então, impulso aos armazéns de abastecimento em Lagoa, Harmonia e Mauá, criando um sistema cooperativo, vendendo sem lucro, na ‘Subsistência’, como dizia o povo que aprendera nova palavra”. (FERNANDES, 1974, p.82). Com o final da Segunda Guerra

Mundial e a retomada da normalidade, o sistema de “subsistência” foi desfeito, mas as cooperativas da Klabin continuaram como referência no comércio alimentício por vários anos.

Também foi no início da década de 40 que a Fazenda Monte Alegre recebeu uma de suas visitas mais ilustres: o presidente Getúlio Vargas. No dia 25 de janeiro de 1944, Vargas desembarcou nas terras da Klabin a bordo de um avião – que pôde pousar graças a abertura de uma pista de terra de 950 metros de extensão. Para acompanhar o presidente, quase todos os integrantes da família proprietária também vieram à região, prontos para mostrar o andamento das obras.

[...] a usina de Mauá estava em vias de acabamento; os prédios da Fábrica, embora não terminados, já permitiam a montagem das primeiras máquinas; começara a instalação da fábrica de celulose sulfito, dos cozinhadores, do acumulador de ácido, do conjunto de casa-das-caldeiras, com turbina a vapor. A chaminé atingia 90 metros de altura... (FERNANDES, 1974, p.93).

Para a recepção de Getúlio Vargas no “aeroporto”, a “bandinha da Lagoa” foi chamada e, recebendo reforços de músicos vindos de Pirai do Sul, executou o Hino Nacional e outras marchas patrióticas. As vilas operárias também se prepararam para a passagem do presidente, posicionando as crianças nas ruas principais para saudá-lo com bandeiras brasileiras feitas de papel brilhante. Depois de passear por toda a extensão da Fazenda e de conferir as obras em andamento durante quatro dias, a visita de Vargas chegou ao fim. Ele só retornaria à região nove anos depois, em 1953, para analisar novamente o crescimento da fábrica e inaugurar algumas construções recentes, como a ponte sobre o rio Tibagi; e outras que já estavam em uso há vários anos, como a usina hidroelétrica de Mauá e o Grupo Escolar de Harmonia.

Em sua segunda estada, o presidente deparou-se com uma série de mudanças e melhorias. As vilas operárias estavam mais equipadas e organizadas, semelhantes a pequenas cidades. O texto de Felix Ayres, publicado em 1953 no jornal *O Tibagi*, descreve as novas instalações de Harmonia:

Encontra-se ali a cidade novinha em folha, que o empreendimento dos Irmãos Klabin construiu. Uma organização em forma de cooperativa serve a comunidade, vendendo a preços cômodos. Importantes hotéis, cinema, bares, barbearias, agência de correio, banco, farmácia, emissora de rádio ZYS 22. Construiu-se um ginásio para 1.000 crianças, um hospital de grandes proporções. O Harmonia Clube forma um belo padrão de esporte, com reuniões sociais; jogos de futebol, voleibol, xadrez, tênis, ping-pong, bailes, etc. O Tibagi, equilibrado informativo, o único jornal impresso em papel próprio de cor verde. Monte Alegre é a cidade jovem do Paraná, detentora da

maior fábrica de papel da América do Sul, que é a Indústria Klabin de Papel e Celulose S/A. Milhares e milhares de habitantes fazem aquele ferredouro industrial que espanta o visitante. Casas residenciais modernas e lindas, bairro operário higiênico, provido de energia, água e luz. (AYRES *apud* CORAIOLA, 2003, p.64).

Grande parte das construções destinadas ao lazer e os veículos de comunicação da fazenda partiram da iniciativa de Horácio Klabin¹⁵, integrante da família proprietária que chegou à região em 1947. Sua preocupação com as ocupações dos funcionários no final de semana o levou, inicialmente, a incentivar a prática do futebol. Esse esporte era uma de suas paixões, por isso, em 1949, ele inaugurou o “Estádio Horácio Klabin” em Harmonia. No primeiro jogo, enfrentaram-se o Clube Atlético Paranaense e o Corinthians, de São Paulo.

Como ato consequente, [Horácio Klabin] introduziu o profissionalismo no futebol do Estado do Paraná, levando o Clube Atlético Monte Alegre – CAMA¹⁶, um clube do interior [e financiado pelas Indústrias Klabin], a conquista o título de campeão estadual pela primeira vez no Brasil, em 1955. (CORAIOLA, 2003, p.88).

¹⁵ Horácio Klabin é considerado o “arquiteto” e fundador da cidade de Telêmaco Borba, pois muitas das iniciativas para organizar e equipar o loteamento na margem oposta do rio Tibagi partiram dele. Para dar cargo ao seu projeto de construir uma cidade, ele acabou afastando-se das Indústrias Klabin e investindo seu próprio dinheiro na região, como relata a matéria publicada no dia 6 de fevereiro de 1982, no jornal alemão *Franfurter Allgemeine Zeitung* (*apud* CORAIOLA, 2003, p.89): “Enquanto outras pessoas se satisfazem em plantar uma árvore ou construir uma casa na vida, Horácio Klabin constrói uma cidade inteira. No início dos anos cinquenta, ele decide desvincular-se das empresas da família, que integram um dos maiores impérios industriais brasileiros, e partir por conta própria para a selva. Nas margens do Rio Tibagi, perto de Monte Alegre, ele e alguns poucos amigos começam a erguer uma cidade. [...] Horácio Klabin conta como construiu a cidade e como levantou os recursos financeiros necessários – ‘Tive que vender alguns livros valiosos’ [...]”. Esses livros valiosos faziam parte de sua própria coleção. Por essa preocupação especial em “cuidar” da Cidade Nova, Horácio se transformou em Cidadão Honorário de Telêmaco Borba em 1967.

¹⁶ A origem do Clube Atlético Monte Alegre começa com a fundação do Olaria Esporte Clube, time formado por funcionários da fábrica de tijolos localizada em Lagoa, em 1942. Com a chegada de Horácio Klabin, o Olaria recebeu maior incentivo, alterando seu nome para Klabin Esporte Clube. “Para os treinos e jogos desse time, foi construído em Lagoa um campo de futebol, que mais tarde, em 1956, recebeu o nome de ‘Estádio Péricles Pacheco da Silva’.” (CORAIOLA, 2003, p.178). Com a consolidação do Klabin Esporte Clube e o crescimento de Harmonia, decidiu-se transferir a sede dos treinos e dos jogos para esta última vila. O nome do time também foi alterado para Clube Atlético Monte Alegre, reforçando o nome da Fazenda.

Figura 3 – Arquibancada do estádio Horácio Klabin, em Harmonia



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba

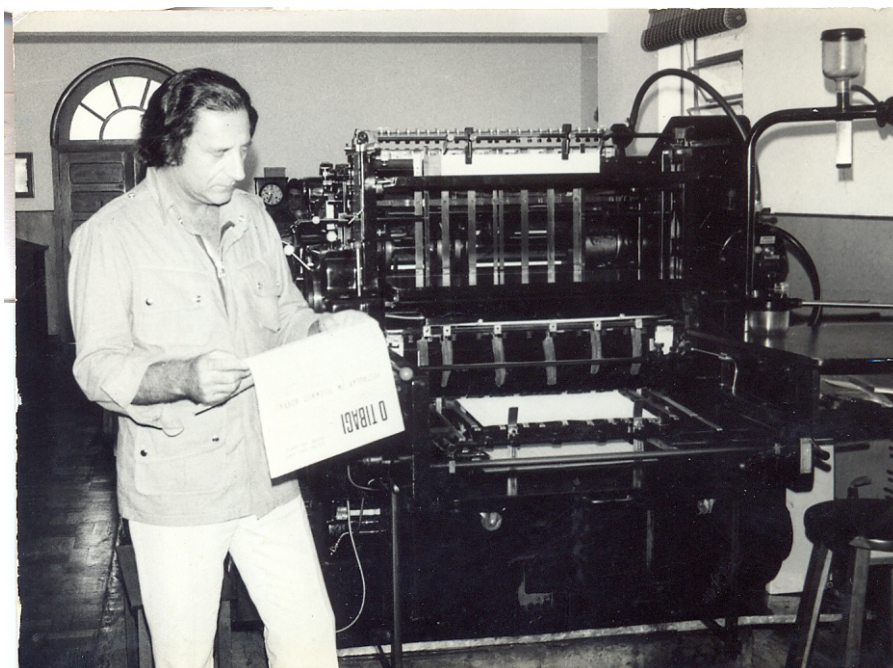
O Harmonia Clube, outra “invenção” para incentivar a vida social, tinha um público mais “seleto”, composto pelos funcionários que ocupavam cargos de chefia na fábrica. De acordo com Fernandes (1974), eram comuns reuniões em volta da lareira construída na sede do clube para ouvir canções austríacas e dançar valsas vienenses. O local também servia de salão para receber visitantes importantes, como governadores e outras autoridades.

O Tibagi, jornal da Fazenda Monte Alegre, foi fundado por Horácio Klabin, passando a circular em 1948. O periódico era impresso na sede gráfica localizada na rua Alfa, número 7, em Harmonia. Fernandes (1974) destaca que a grande maioria dos operários não costumava ter mais contato com a leitura depois de cursar a escola primária, por isso, o jornal se constituía em uma fonte de cultura. A página que tratava de esporte era a mais popular – e foi crescendo em importância na medida em que o time do CAMA também ganhava relevância no futebol paranaense.

Como Horácio Klabin [...] tem boas relações entre proprietários de grandes jornais de Rio e São Paulo, consegue clichês dos fatos mais atuais. ‘O Tibagi’ torna-se ilustrado, com fotografias de acontecimentos internacionais, com a série em quadrinhos dos bonecos ‘Acácio e Margarida’ [...]. De outra parte, os redatores monte-alegrenses contribuem com as palavras cruzadas e as charadas, os cursos de português e literatura, as seções femininas, as crônicas locais e a colaboração de escritores do Paraná e de outros Estados [...]. (FERNANDES, 1974, p.126-127).

O Tibagi continuou em circulação até meados de 1996. Quando seu fundador, Horácio Klabin, faleceu, a família pediu para que o jornal fosse fechado.

Figura 4 – Horácio Klabin, fundador de *O Tibagi*, com um dos seus exemplares nas mãos



Fonte: Autor desconhecido. Acervo do Museu Histórico de Telêmaco Borba

A ZYS 22, ou Rádio Sociedade Monte Alegre, iniciou suas atividades em 1950, utilizando um equipamento de 100 watts e uma torre. A primeira sede ficava na avenida Brasil, principal via de Harmonia. Sua função era promover a cultura e romper o “isolamento” das vilas operárias com o resto do Brasil. “A Rádio teve uma equipe valiosa, contando com Joaquim Batezatti, que durante muitos anos comandou programas de auditório, inicialmente no Cine Harmonia, e posteriormente no Cine Luz, com o *Clube do Piá*.” (CORAIOLA, 2003, p.190, grifo do autor). O sucesso da programação perdurou por décadas – no entanto, no início dos anos 2000, a ZYS 22 encerrou suas atividades.

Diante do panorama das vilas operárias apresentado, era de se esperar que muita gente se sentisse atraída pela organização, pelo conforto e pela possibilidade de

trabalho na Fazenda. Sem poder controlar o movimento migratório e vendo as despesas com infraestrutura, saúde, educação e transporte encarecerem cada vez mais, a diretoria da fábrica precisava encontrar uma solução. Mais uma vez, foi Horácio Klabin quem tomou a iniciativa, organizando um loteamento na margem oposta do rio Tibagi.

2.1.3 De Cidade Nova A Telêmaco Borba

No começo da década de 1950, as Indústrias Klabin estimavam que o número de pessoas morando nas vilas operárias já passava de seis mil. Para evitar a formação de favelas, pois, em um determinado momento, a migração superou a quantidade de vagas de trabalho, a fábrica optou por “colonizar” a margem oposta do rio Tibagi. A ideia se de organizar um loteamento foi dada por Horácio Klabin em 1951.

Naquela época, o trânsito entre as duas margens era feito com o auxílio de três balsas, movidas a mão com um cabo de aço. Não raro, filas se formavam para tomar a embarcação e a espera podia chegar até cinco horas. As chuvas também prejudicavam o meio de transporte, pois deixavam o rio mais cheio e os atracadouros, inundados. Por todas essas razões, Horácio incluiu a construção de uma ponte entre as duas margens junto ao projeto do loteamento.

São conseguidos cerca de trezentos alqueires, divididos em lotes a partir de cinco contos de réis (Cr\$ 5,00). Pagamento em dez anos, sem reajustes. É criada a ‘Cia. Territorial Vale do Tibagi’ para efetuar as vendas, anunciadas em reunião pública no cinema, lotado quase inteiramente por operários, que aplaudem a iniciativa. (FERNANDES, 1974, p.135).

Inicialmente o loteamento recebeu o nome de Mandaçaia, mas, com o decorrer do tempo, o “empreendimento” passou a ser conhecido como Cidade Nova. O movimento migratório para essa nova margem do rio foi intenso. Em apenas dois anos, a região já contava com mais de 500 casas e três mil habitantes. De acordo com uma das edições do jornal *O Tibagi* (apud CORAIOLA, 2003), publicada em 1954, uma das razões para a atração populacional era a oportunidade de adquirir uma casa própria. Dessa maneira, para atender tamanha demanda, escritórios de venda de lotes foram montados em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba.

Figura 5 – Ponte sobre o rio Tibagi



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba

Pequenos comerciantes viram na Cidade Nova uma oportunidade de crescer. Padarias, açougues, fornecedores de leite, armazéns, quitandas, lojas de fazenda e armarinhos se instalaram na região. (*O TIBAGI apud CORAIOLA, 2003*). Uma grande serraria, especializada na produção de cabos de vassouras e assoalhos, também foi montada na região. Sua nomenclatura, Sociedade Comercial e Industrial Socomin Ltda., dá nome a um dos bairros de Telêmaco Borba até hoje.

Além da construção da ponte sobre o rio Tibagi, que foi inaugurada pessoalmente pelo presidente Getúlio Vargas em 1953, um bonde aéreo também foi instalado sobre o curso das águas, oferecendo transporte rápido e barato para os operários da fábrica. Segundo Coraiola (2003), a ideia partiu de Horácio Klabin, que contratou uma empresa alemã para realizar o serviço. Em 1958, a obra ficou pronta e consiste em um teleférico sustentado por cabos de aço e içado a 76 metros de altura sobre o rio Tibagi. O vão livre percorrido tem mais de 1.300 metros de comprimento e a carga útil das cabines é de até 2.560 kg (aproximadamente 32 passageiros).

Figura 6 – Bonde Aéreo de Telêmaco Borba



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba

Com o crescimento vertiginoso da Cidade Nova, outros índices “indesejados” começaram a surgir – como o da criminalidade. Faltava policiamento e a sede administrativa da região ficava há 50 km dali, no município de Tibagi. Dessa maneira, foi organizada uma comissão de moradores para reivindicar a emancipação da Cidade Nova, formada por Carlos Hugo Wolff Von Graffen, Melquíades Soares, Loir Vaz, Carlos Sachers Cronthal, Adail Mendes Abrão, Donatilo Lopes de Mattos, Crescêncio Pereira de Godoi, Oscar Ferreira e José Barbosa. Juntos, eles apresentaram o projeto do município ao deputado estadual Libânio Cardoso. Na ocasião, o nome escolhido para a nova cidade foi Wolfflândia, em homenagem a Wolff Klabin, um dos diretores da fábrica – no entanto, essa sugestão não foi acatada.

Assim, numa cerimônia ocorrida no dia 19 de julho de 1960 no Palácio Iguçu, sede do Governo Paranaense, o governador Moysés Lupion sancionou a lei que criou 59 municípios no Estado, entre os quais o da Cidade Nova, criado pela Lei Estadual n. 4.245, de 25 de julho de 1960, tendo como prefeito interino Cacildo Batista Arpelau que chefiava o executivo tibagiano. Contudo, tal lei foi revogada pela de n. 26/60, de 31 de dezembro de 1960, rebaixando o recém criado município a distrito de Tibagi, novamente. (CORAIOLA, 2003, p.94).

A revogação da lei aconteceu porque a cidade de Tibagi, representada pelo prefeito Cacildo Batista Arpelau, ingressou na Justiça com um Mandato de Segurança contra a lei que sancionou o município. De acordo com as reivindicações tibagianas, foi ilegal a nomeação do primeiro prefeito-interventor da Cidade Nova, Oscar Lopes Munhoz. Em 1961, quando o processo chegou ao Supremo Tribunal Federal, o pedido de Tibagi foi negado. Por essa razão, uma nova lei foi criada em 5 de julho de 1963, com o número 4.738, desmembrando definitivamente a região da Fazenda Monte Alegre dos limites tibagianos e criando o município de Telêmaco Borba. “Relata-se que o Presidente da Assembléia Legislativa Estadual, Deputado Guataçara Borba Carneiro, tendo assumido interinamente o governo, por espaço de poucos dias, valeu-se da ocasião, assinando a lei que deu o nome de seu avô ao novo município.” (CORAIOLA, 2003, p.94).

No dia 21 de março de 1964, aconteceu a “instalação solene” da cidade e, também, a assunção da primeira Câmara de Vereadores, formada por Eliomar Meira Xavier, Dilermano Batista, Delord de Souza Monteiro, Zélia de Almeida Batezatti, Alberto Feitosa Alves, Joaquim Batista Ribeiro, Juvenal de Moura Jorge, Melquíades Soares e Osires Mercer Guimarães. O primeiro prefeito empossado foi Péricles Pacheco da Silva e, para ocupar o cargo de vice, foi eleito Mário Albuquerque Corrêa Gondin.

Figura 7 – Primeiro prédio da Prefeitura de Telêmaco Borba: a sede era provisória



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba

Em 1965, um ano depois da emancipação, a população local encaminhou um pedido à Câmara de Vereadores para que a denominação do município fosse alterada para Monte Alegre do Paraná, seguindo o mesmo nome da fazenda centenária de José Felix da Silva. Assim, o prefeito Péricles Pacheco solicitou à Assembleia Legislativa do Estado a realização de um plebiscito para que os próprios cidadãos da antiga Cidade Nova decidissem que nome adotar. O pedido, no entanto, foi negado e Telêmaco Borba permaneceu.

Hoje, o município soma mais de 70.000 habitantes e ainda é conhecido pela presença da fábrica de papel – a maior do ramo na América Latina. Um parque industrial para atuar no setor madeireiro também foi criado, colocando Telêmaco Borba na lista de cidades exportadoras do Paraná.

2.1.4 O Grande Incêndio

Na história de Telêmaco Borba, um dos fatos mais destacados pelos pesquisadores nas bibliografias é o grande incêndio de 1963. Como esse acontecimento também foi citado por alguns dos pioneiros entrevistados neste trabalho, faz-se necessário retomar brevemente a tragédia que queimou mais de 70% do Paraná.

Após um longo período sem chuvas, iniciado ainda na década de 1950, intensas geadas assolaram o estado no inverno de 1963. A vegetação excessivamente seca propiciou o surgimento de um foco de incêndio que, até hoje, não se sabe exatamente onde teve origem. Dessa maneira,

Em um período compreendido entre agosto e setembro o fogo atingiu 128 municípios paraenses. A área devastada foi calculada em torno de 21 mil quilômetros quadrados, a qual era ocupada por casas, sítios, lavouras e reservas florestais, gerando um prejuízo de bilhões de cruzeiros. (PARANÁ, 1964, p.5).

Fernandes (1974) relata que a aproximação do incêndio das terras da Fazenda fez as Indústrias Klabin entrarem estado de alerta. Quando o fogo chegou, no dia 29 de agosto de 1963, ele já contava com uma frente de 80 quilômetros de extensão. Como havia o rio das Antas em seu caminho, a esperança da fábrica era mantê-lo na margem oposta – no entanto, fagulhas eram lançadas pelo vento e rapidamente se alastravam pelos pinheirais.

Além da eminência da devastação das áreas florestais, a Klabin temia pelo estoque de combustíveis e outras substâncias inflamáveis que não tinham como ser transportadas. Dessa maneira, foi estabelecido um plano de defesa da fábrica e da região de

Harmonia, contando com a experiência da Seção de Proteção contra Incêndios, criada pela diretoria ainda na década de 1940.

Em todo o campo ao redor, [...] [foram colocados] tambores com água e varas, de espaço a espaço, nos lugares por onde, forçosamente, o fogo teria que vir. Entre Harmonia e a Cidade Nova a largura do rio Tibagi, apesar de ter os lageados a mostra, era uma defesa certa. (FERNANDES, 1974, p.205).

Para evitar mortes, os acampamentos que ficavam mais próximos aos pinheirais foram evacuados com o auxílio de caminhões. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica foram convocados para ajudar no combate ao incêndio na Fazenda, assim como o Corpo de Bombeiros do Paraná e da Guanabara. Ao todo, 4.000 pessoas foram mobilizadas no plano de ação das Indústrias Klabin. Porém, mesmo com todos esses esforços, o incêndio assolou a região.

O sol não mais apareceu. No céu embaçado, a luz difundia-se pouco através da espessa camada de nuvens baixas e densas de fumaça. O grau de umidade caiu de 85 para 9. Às 2 horas da tarde já anoitecia. Incessantemente, uma fina camada de cinzas caía sobre tudo, depositava-se na roupa das pessoas e na capota dos carros, numa camada de flocos cinzentos. Os rostos ardiam, afogueados pelo calor do meio-dia, com o vento soprando e trazendo o fogo. Na lombada de cada morro circundante da cidade de Harmonia, cintas avermelhadas pareciam sangue vivo. Às 2 horas da tarde do dia 4 de setembro, a Serraria localizada a dois quilômetros de Harmonia ardeu. (FERNANDES, 1974, p.207).

Depois de consumir a serraria, o fogo passou a ameaçar as cercas das casas da vila Caiubí, já dentro dos limites de Harmonia. O pânico se alastrou entre os moradores que, sem saber o que fazer, saíam das casas carregando móveis, roupas e cestas de comida. Outros, em um último apelo, ajoelhavam-se nas ruas para rezar. Mérito da fé ou de um capricho do tempo, de acordo com Fernandes (1974), depois de queimar apenas uma das casinhas de madeira da vila, o fogo mudou de direção, voltando para o local de onde veio.

A autora afirma que, mesmo “fora da rota” do fogo, a região ainda queimou por duas semanas, no entanto, de maneira cada vez mais “controlável”. Sempre que havia perigo, acampamentos eram evacuados e os moradores eram abrigados no Grupo Escolar de Harmonia ou nas dependências do CAMA. Voluntários ajudavam a organizar esses lugares para atender os “refugiados”, além de preparar sanduíches e sopa para saciar a fome de quem chegava. Depois de se certificar que não havia mais qualquer tipo de risco, as Indústrias Klabin reocupavam as casas que não foram destruídas.

No dia 18 de setembro de 1963, voltou a chover na região, encerrando a ameaça do incêndio. Os estragos, porém, ficaram como herança: 70% das reservas florestais da fábrica foram consumidas pelo fogo – o que demandou uma reorganização dos planos de produção e reflorestamento. Além disso, a “má experiência” motivou a criação do fator FMA¹⁷ (Fator Monte Alegre), responsável por medir o risco de incêndio em florestas.

São histórias como essa, que ficaram marcadas na lembrança dos primeiros telemacoborbenses, que este trabalho pretende recuperar com o auxílio da aplicação da fotografia como disparadora do gatilho da memória. Dessa maneira, lançando mão do portfólio organizado pela pesquisadora, narrativas novas foram surgindo, relatando, inclusive, o desespero da população ao ver o fogo cada vez mais próximo de suas terras. Procurou-se, enfim, remontar o cotidiano da Cidade Nova em suas primeiras décadas, porque esses dados ainda são escassos na bibliografia histórica disponível. Juntamente ao esforço de trazer novas histórias à tona, cumpriu-se o objetivo principal desta pesquisa, que é sistematizar os resultados obtidos com a utilização da proposta metodológica. Por essa razão, a metodologia aplicada é abordada em todos os seus aspectos no capítulo a seguir.

¹⁷ O Fator Monte Alegre (FMA) foi criado por Ronaldo Viana Soares, engenheiro florestal da Universidade Federal do Paraná, em 1972. Seus estudos foram baseados nos dados fornecidos pelas Indústrias Klabin, por essa razão, a nomeação da escala foi inspirada na região que a fábrica de papel ocupava.

3 METODOLOGIA

Em seu livro *Pesquisa em comunicação*, Maria Immacolata Vassallo Lopes (2010a) levanta uma questão que, frequentemente, passa despercebida por muitos investigadores. A palavra *metodologia* tem uma dupla concepção: pode indicar tanto a disciplina quanto o seu objeto. Deixar claro de qual metodologia se está falando é essencial para o completo entendimento da pesquisa, assim como para a correta fundamentação de uma prática metodológica. “A fim de evitar tal confusão, empregaremos os termos metodologia *da* pesquisa para indicar a investigação ou teorização da prática da pesquisa científica e metodologia *na* pesquisa para indicar o trabalho com os métodos empregados.” (LOPES, 2010a, p.93, grifo da autora).

Dominar a metodologia *da* pesquisa é uma condição primária para investigadores das mais diversas áreas do conhecimento, pois é por meio dela que se dá a reflexão sobre as questões metodológicas apresentadas na realidade estudada. No entanto, na comunicação, há um descaso por essas questões, principalmente nas pesquisas empíricas, que tendem a tratar a ciência de forma instrumentalizada. (LOPES, 2010a). Dessa maneira, para evitar que este estudo caia na “armadilha do empirismo ingênuo” e, de fato, funcione como um teste rigoroso e sistematizado da prática metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória, é preciso trazer à discussão a epistemologia, a reflexividade, os três sentidos da pesquisa empírica definidos por Luiz Martino (2010) e o trabalho de campo.

3.1 EPISTEMOLOGIA E REFLEXIVIDADE

A epistemologia é o ponto de partida para a validação da ciência porque critica o processo de tomada de decisões do investigador em todas as instâncias da pesquisa. Valida internamente, regendo o discurso científico a partir dos requerimentos específicos do conhecimento em um dado momento histórico; e valida externamente, por meio dos critérios estabelecidos pela sociologia da ciência.

Entendo, assim, a prática da pesquisa como prática epistêmica *sobredeterminada* pelas condições sociais de sua produção, que são as que regem o funcionamento do campo científico ou intelectual *tout court* dentro de uma sociedade numa dada época. E, igualmente, como prática que possui uma *autonomia relativa* sustentada por uma lógica interna de desenvolvimento e de autocontrole de operações metodológicas, o que impede que ela se converta numa mera caixa de ressonância de normas externas e, portanto, em discurso totalmente ideológico. São, portanto, duas

lógicas que se inserem na estrutura de qualquer pesquisa, um *tempo lógico*, regido pela epistemologia e a metodologia científica e por um *tempo histórico*, regido pela sociologia da ciência ou do conhecimento. (LOPES, 2010b, p.28-29, grifos da autora).

Para que a epistemologia dentro da pesquisa seja efetiva, é preciso que o investigador lance mão da reflexividade. Comumente entendida como o metadiscorso científico, a reflexividade aparece, de maneira inicial, associada ao conceito de *cogito* de Descartes, que é a capacidade da consciência de pensar-se a si mesma. (LOPES, 2010b). Dessa forma, dentro da filosofia clássica, o termo é tomado como sinônimo de razão. A partir do século XX, outras concepções ganharam espaço, como a proposta pelos autores Giddens e Beck apud Lopes (2010b). Segundo esses autores, a reflexividade é uma condição moderna de viver, ou seja, quanto mais se avança, mais os indivíduos são capazes de refletir sobre sua existência.

É importante destacar que a modernização reflexiva de Giddens e Beck não implica, necessariamente, a *reflexão*, mas a *reflexividade*, a autoconfrontação de “efeitos colaterais” que o sujeito não tem controle e, geralmente, não os conhece. Com base nisso, Lopes (2010b) propõe uma ampliação do conceito de reflexividade para dar conta da multidimensionalidade de suas articulações com a vida social e com os processos mentais individuais e subjetivos. “Na maioria das vezes, é uma *reflexividade prática* que se acha em pauta, mas nem por isso menos *significativamente orientada* e *variavelmente autorreferida*, a partir da qual ‘escolhas’ são feitas, caminhos são traçados e rumos de vida, tomados.” (LOPES, 2010b, p.31, grifos da autora).

Assim, dentro de uma mesma pesquisa, a reflexividade prática, compartilhada pelo investigador e sua sociedade em questão, convive com a reflexividade epistêmica, específica dos estudos especialistas. Essa dualidade foi proposta, inicialmente, por Gaston Bachelard, que defende que a condição da gênese de uma teoria sempre deve ser entendida histórica, social e culturalmente. Todo objeto de estudo é determinado pela perspectiva de análise adotada e essa influência irá incidir sobre o processo investigatório. Por conta disso, a reflexividade epistêmica deve “ajustar” a relação entre o sujeito e o objeto de conhecimento, exercendo uma vigilância permanente sobre todos os atos e alertando para a crença ilusória da transparência do real.

Ao invés de pesquisar um objeto “cristalino” e dado pela realidade, o pesquisador tem em suas mãos um complexo “prisma” de operações construídas e “opacas”.

O objeto é um sistema de relações expressamente construído [...]. É construído pelo investigador através de um longo processo de objetivação que percorre toda a pesquisa, desde a escolha do problema para estudo, seu recorte e estruturação, passando pelos procedimentos técnicos de coleta de dados e chegando à explicação ou teorização. (LOPES, 2010a, p.35).

Rosseti (2010) alerta que muitas pesquisas empíricas em comunicação não se atentam à construção do objeto de estudo, respaldando-se em uma apreensão direta do fato pela percepção. Esse tipo de “empirismo ingênuo”, além de partir do princípio da observação imediata, defende a atuação de um observador despreconceituoso e imparcial, dissociado da teoria. Nada disso é possível, pois não há percepção pura da realidade; toda observação tem as experiências do observador como forma de mediação.

A ausência da neutralidade determina, então, a invalidação da pesquisa empírica em comunicação e nas ciências sociais? Pelo contrário, essa impossibilidade apenas obriga que a reflexividade seja ativada pelo pesquisador, liberando-o da “ilusão positivista”. A objetividade não deve ser buscada como uma maneira de não influenciar o objeto, mas como uma ferramenta que trabalha junto à subjetividade. Todas as etapas da pesquisa e as opções tomadas pelo investigador são, por si só, processos continuados de objetivação da subjetividade. (LOPES, 2010a).

Por meio dessa objetivação da experiência empírica, o investigador evita alguns obstáculos e “vícios” que perturbam a obtenção do conhecimento. O primeiro deles, e um dos mais recorrentes, é pressupor que o objeto de pesquisa é passivo. Fazendo isso, o investigador impõe sua visão, podendo qualquer tentativa de entender o mundo sob a perspectiva do “outro”. O segundo vício é o que Lopes (2010a) chama de “etnocêntrico”, e ocorre quando o pesquisador confunde seu desejo sobre o que a realidade *deve ser* (determinada pelos valores da pesquisa) com o que, de fato, a realidade *é*.

Neste ponto, é fundamental resgatar o objetivo deste trabalho e relacioná-lo aos conceitos levantados até aqui. Para que o teste da nova prática metodológica seja efetivo, é necessário que se pense a metodologia *da* pesquisa. Os estudos anteriores, preocupados em sistematizar as etapas e a refinar a técnica da fotografia como disparadora do gatilho da memória, deixaram de lado o debate epistemológico e a reflexividade intrínseca a todo fazer científico. Para que o método seja replicado, é preciso validá-lo a partir de seu tempo lógico e histórico, esclarecendo não só os passos da técnica em si, mas todas as ações e decisões tomadas no decorrer do trabalho em campo. Essas atitudes favorecem a reflexividade epistêmica e o abandono da perspectiva ingênua da neutralidade. Por essa razão, antes mesmo

de se aprofundar o conceito da pesquisa empírica e os três sentidos de Martino (2010) a construção do objeto de estudo deve ser esmiuçada.

3.1.1 A Construção do Objeto de Estudo

A construção do objeto de estudo, como exposto por Lopes (2010a), começa com a definição do problema de pesquisa. Neste trabalho, a elaboração do problema passou por algumas etapas. Inicialmente, ele foi formulado com as informações disponíveis no processo de produção do Projeto de Pesquisa para ingresso no Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Na ocasião, a investigadora entrou em contato com o tema da fotografia como disparadora do gatilho da memória por meio do estudo que estava sendo desenvolvido por Maria Luisa Hoffmann (2010) e pelo grupo de pesquisadores do Departamento de comunicação da instituição.

Pela afinidade¹⁸ da investigadora com o tema fotografia e memória, optou-se, primeiramente, em também desenvolver uma pesquisa que utilizasse a mesma técnica metodológica proposta por Hoffmann. Para tanto, era preciso eleger uma cidade de história recente e com pioneiros ainda vivos. Telêmaco Borba (PR) foi escolhida por duas principais razões: a) sua fundação se deu na segunda metade da década de 1940 e sua emancipação do município de Tibagi ocorreu em 1964; b) é a cidade-natal da pesquisadora, o que facilitaria o acesso aos pioneiros e aos acervos históricos.

Com a decisão tomada e uma breve leitura sobre o histórico de Telêmaco Borba, estabeleceu-se um recorte para estudo entre os anos de 1950 e 1963. Esse período específico de tempo justificou-se por contemplar o crescimento do loteamento Mandaçaia até o último ano da cidade como distrito da Comarca de Tibagi. Neste estágio, a fundamentação teórica que acompanhou a proposta da pesquisa ainda não estava completamente formada e, por essa razão, o problema foi construído da maneira mais simplificada possível. O foco recaiu sobre a própria aplicação da técnica do gatilho da memória, com vistas a testar sua eficiência (tabela 1).

¹⁸ A investigadora fez parte do projeto de pesquisa *A História de Londrina (década de 1940) em textos e imagens*, do Prof. Dr. Paulo César Boni entre os anos de 2007 e 2009. Seu trabalho foi recuperar a história da educação no município por meio de documentos, entrevistas e fotografias.

Tabela 1 – Problema e objetivos do estudo previstos no projeto de pesquisa

PROBLEMA DE PESQUISA	OBJETIVO GERAL
As fotografias são capazes de disparar a memória dos pioneiros da “Cidade Nova ¹⁹ ” que vivenciaram a história de 1950 a 1963?	Descobrir se as fotografias funcionam como “disparadora” da memória dos pioneiros da “Cidade Nova” que vivenciaram a história de 1950 a 1963.
	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
	Identificar o papel das fotografias enquanto partes integrantes da história da “Cidade Nova”.
	Descrever a forma como as imagens de 1950 a 1963 são interpretadas pelos pioneiros da “Cidade Nova”.
	Analisar os relatos e depoimentos dos pioneiros antes e depois de verem as fotografias apresentadas pela pesquisadora.

Fonte: Elaborado pela autora

No decorrer do mestrado, a pesquisadora entrou em contato com outros autores que discorrem sobre fotografia e memória, assim como “amadureceu” sua ideia de pesquisa por meio de debates e sugestões do professor orientador, Paulo César Boni. Dessa maneira, algumas mudanças foram feitas no projeto inicial. O tema, em si, permaneceu o mesmo, com a aplicação da técnica do gatilho da memória; no entanto, o problema e os objetivos do estudo foram alterados. O foco se deslocou da eficiência da fotografia como ferramenta de recuperação e preservação da memória para o teste e a sistematização do procedimento metodológico como um todo (tabela 2). Essa alteração justificou-se por duas razões fundamentais: a) outras pesquisas foram realizadas em cidades de história recente, o que preenche a lacuna da aplicação e da técnica; b) por outro lado, ainda não havia um estudo voltado ao embasamento desse método de pesquisa empírica, preocupado em confrontá-lo com os rigores da ciência.

¹⁹ Cidade Nova era o nome dado à região que, mais tarde, transformar-se-ia no município de Telêmaco Borba (PR).

Tabela 2 – Problema e objetivos de estudo aplicados nesta pesquisa

PROBLEMA DE PESQUISA	OBJETIVO GERAL
A utilização da imagem fotográfica, aliada à história oral, pode ser sistematizada como um novo método empírico de pesquisa em comunicação?	Sistematizar o uso da imagem fotográfica, aliada à história oral, para que a nova técnica esteja dentro dos moldes previstos pela metodologia científica em comunicação.
	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
	Indicar os procedimentos técnicos e os quadros de referência teórica antes da aplicação metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória no município de Telêmaco Borba (PR).
	Descrever a aplicação da técnica proposta durante a pesquisa de campo em Telêmaco Borba (PR).
	Analisar os resultados obtidos pela técnica metodológica confrontando-os com os quadros de referência teórica e com os parâmetros da pesquisa empírica em comunicação.

Fonte: Elaborado pela autora

A adequação do problema e dos objetivos do estudo se deu antes da investigadora ir a campo e da seleção das fotografias históricas que seriam usadas na aplicação da técnica metodológica. Dessa maneira, todas as ações e opções tomadas no decorrer da pesquisa foram pautadas de acordo com o quadro teórico já ajustado – o que gerou um condicionamento da perspectiva da investigação, principalmente na definição do recorte.

Anteriormente, o projeto privilegiava os anos entre 1950 e 1963. Com a mudança do foco da pesquisa, o período histórico foi ampliado em seis anos, ou seja, passou a englobar quase duas décadas, de 1950 a 1969. O ajustamento foi feito para que mais fotografias pudessem ser captadas no processo de levantamento de acervo. Dessa maneira, expandiu-se o “leque” de opções da investigadora na hora de selecionar as imagens que seriam usadas durante a aplicação da técnica. O procedimento de captação e seleção serão discriminados dentro do tópico *Metodologia na pesquisa*.

Com relação ao quadro dos pioneiros que seriam entrevistados, o trabalho de escolha se pautou por definições teóricas estabelecidas pelos quadros de referência desta pesquisa. Primeiramente, a investigadora levantou quem eram os pioneiros de Telêmaco Borba, utilizando como fonte o acervo do Museu Histórico da cidade. Alguns empecilhos

surgiram, pois a organização do passado do município ainda está em processo de estruturação. O material disponível sobre os primeiros moradores foi gentilmente aberto à pesquisa, posto que é restrito à consulta dos visitantes do museu. Os cadastros ficam em um arquivo de aço, dentro de envelopes grandes identificados por nome e sobrenome.

Nota-se que não há uma delimitação clara para a definição de “pioneiro” – entre os listados estão pessoas que chegaram à região tanto no final da década de 40, quanto no início da década de 60. Também é notável que o acervo foi composto por documentos de diferentes épocas. No material mais antigo, com as folhas já amareladas, há depoimentos dos pioneiros contando sobre suas histórias de vida. Nos cadastros mais recentes, há somente uma ficha preenchida com dados básicos, como data de nascimento, endereço e filiação.

Para apurar quais pessoas ainda estavam vivas e morando em Telêmaco Borba, a investigadora contou com a ajuda das moradoras Maria de Lourdes de Oliveira e Jane de Oliveira Teixeira, que nasceram na década de 1950 e cresceram na cidade. Foi preciso fazer esse convite pois o museu não possui qualquer controle sobre os cadastros. Em uma análise prévia, mais de 50% dos nomes foram eliminados entre pioneiros que já haviam falecido ou que não eram mais habitantes do município. Dentre os envelopes restantes, deu-se preferência para aqueles que chegaram à região nas décadas de 40 ou 50. Os 13 pioneiros integrantes da primeira seleção foram: Benedito Aleixo de Queiroz, Silvestre Sloniak, Marli Pucci Fuck, Lineo Voigt, Alberto Feitosa Alves, Honorina Ribas de Paula Nocera, Ataliba Gioia, Aulino Feitosa Alves, Muhammad Hamad Ali Abdel Majid, Frederico Mercer Guimarães, Hamilton Santos, Marina de Lurdes da Luz Dal Col e Eloah Martins Quadrado.

Após essa separação, um novo processo de escolha foi feito para que a lista das entrevistas contasse com até dez nomes. Como critério selecionador, a investigadora usou as concepções de Halbwachs (*apud* BOSI, 2009) sobre os “quadros sociais da memória”. Dessa maneira, foram determinantes a profissão e a classe social para a seleção de uma nova lista de potenciais entrevistados. A partir dos relatos e depoimentos disponíveis no acervo do museu, foram escolhidos pioneiros de diferentes posições socioeconômicas.

Além disso, por meio de conversas informais com os funcionários da instituição e com integrantes da própria família da investigadora, outros nomes de pioneiros foram surgindo – como o do fotógrafo Aroldo Lucas Machado, do político Carlos Hugo Wolff Von Graffen, da enfermeira Francelina Mendes, da dona-de-casa Tereza de Jesus Iank e do sindicalista Silvestre Solak. Assim, uma lista final de nove nomes foi montada (tabela 3).

Tabela 3 – Nomes e profissão dos pioneiros selecionados para entrevista na primeira lista elaborada pela pesquisadora

Nome do pioneiro	Profissão que exerceu / ainda exerce
Aroldo Lucas Machado	Fotógrafo
Aulino Feitosa Alves	Médico
Carlos Hugo Wolff Von Graffen	Ex-prefeito
Eloah Martins Quadrado	Professora
Francelina Mendes	Enfermeira
Honorina Ribas de Paula Nocera	Comerciante
Marina de Lurdes da Luz Dal Col	Hoteleira
Silvestre Solak	Sindicalista
Tereza de Jesus Iank	Dona-de-casa

Fonte: Elaborado pela autora

A partir dessa seleção, a investigadora passou a entrar em contato com familiares e a levantar alguns números de telefone para marcar as entrevistas. Fatalmente, durante o processo de pesquisa, o ex-prefeito Carlos Hugo Wolff Von Graffen faleceu, no dia 15 de julho de 2012. Por essa razão, seu nome foi substituído pelo de outro político pioneiro, Alberto Feitosa Alves. Foi, inclusive, por meio de Alberto que a investigadora conseguiu entrar em contato com seu irmão, o médico Aulino. Mesmo fazendo parte da lista, ainda havia indefinição quanto à possibilidade de entrevistá-lo, pois, segundo as informações levantadas, ele estaria morando em Porto Seguro, na Bahia. Felizmente, o médico pioneiro estava de passagem em Telêmaco Borba e a pesquisadora teve a oportunidade de conhecê-lo e entrevistá-lo.

Por fim, a pesquisa teve acesso a nove pessoas. Abaixo, o nome de cada um, a profissão, o ano que chegou à Telêmaco Borba e a data da entrevista (tabela 4).

Tabela 4 – Lista dos pioneiros entrevistados pela investigadora

Nome do pioneiro	Profissão que exerceu / ainda exerce	Ano de chegada	Data da entrevista
Alberto Feitosa Alves	Político	1961	18/07/2012
Aroldo Lucas Machado	Fotógrafo	1942	09/07/2012
Aulino Feitosa Alves	Médico	1957	18/07/2012
Eloah Martins Quadrado	Professora	1943	12/07/2012
Francelina Mendes	Enfermeira	1957	10/07/2012
Honorina Ribas de Paula Nocera	Comerciante	1956	19/07/2012
Marina de Lurdes da Luz Dal Col	Hoteleira	1947	11/07/2012
Silvestre Solak	Sindicalista	1961	12/07/2012
Tereza de Jesus Iank	Dona-de-casa	1951	11/07/2012

Fonte: Elaborado pela autora

Neste ponto é importante que se façam algumas considerações quanto à construção desta lista. Fica evidente que o caminho percorrido pela pesquisadora foi determinante para que esses pioneiros fossem entrevistados. Optou-se por seguir o acervo do museu que não é rigoroso quanto à organização e seleção. Para a pesquisadora, por meio das conversas informais, ficou claro que muitos nomes de pioneiros não estavam listados. Essa, inclusive, foi uma das razões para que três pessoas que não constavam na lista da instituição fossem entrevistadas. Também, no decorrer da pesquisa de campo, outros nomes e contatos foram surgindo, mas, devido ao curto prazo de realização, não foi possível ampliar o quadro das fontes.

Dessa maneira, é fundamental que se esclareça que houve, de fato, um processo de construção do objeto de estudo que foi determinante para a aplicação e para os resultados da pesquisa. As escolhas tomadas, que foram deliberadas e conscientes, reforçam o posicionamento de Lopes (2010b) quanto ao processo de objetivação da investigação em comunicação.

[...] a objetividade do conhecimento nas ciências humanas nunca poderia ser procurada na possibilidade de não influenciar o objeto, pois este é sempre construído pela razão de quem observa através do uso de métodos e técnicas de pesquisa e pela relação social entretida por esse observador com o objeto. (LOPES, 2010b, p.35).

Por fim, explicitando-se essa ruptura epistemológica entre o objeto de estudo científico e o objeto real, assegura-se a cientificidade da pesquisa realizada. (LOPES *apud* ROSSETI, 2010, p.83).

3.2 OS TRÊS SENTIDOS DA PESQUISA EMPÍRICA

Depois de abordar as questões epistemológicas e da reflexividade da investigação em comunicação, é necessário definir que tipo de pesquisa empírica pretendeu-se desenvolver neste trabalho. De acordo com Martino (2010, p.135), o empirismo empregado por muitos investigadores tem ganhado a aceção excessivamente vaga de “trabalho que envolve coleta de dados”. Essa visão instrumentalizada é, frequentemente, associada à corrente norte-americana da *Communication Research*, desenvolvida no início da década de 1940. Por essa razão, criou-se o hábito de condicionar a pesquisa empírica às investigações realizadas por essa “escola” teórica.

As primeiras incursões na pesquisa de campo norte-americana foram realizadas pela Fundação Payne, um programa multidisciplinar que contava com sociólogos, psicólogos e professores preocupados em estudar a influência do cinema no público infantil. No entanto, Martino (2010) destaca que a instituição de maior influência nesta época foi a Escola de Columbia. O volume de publicações voltadas ao estudo dos meios de comunicação de massa, o desenvolvimento de metodologias específicas, a produção teórica aplicada e o grande número de investigadores “expoentes” como Paul Lazarsfeld, fez de Columbia o grande centro do empirismo.

Apesar de todos os méritos da instituição, muitos pesquisadores da comunicação tendem a classificá-la como administrativa²⁰ de forma pejorativa, afirmando que suas investigações “fecham os olhos” para as questões críticas. Esse preconceito acaba se estendendo para as pesquisas empíricas em geral, prejudicando sua credibilidade e tornando-a excessivamente instrumental. Para que esse tipo de aceção seja superado é preciso que o empirismo seja estudado na raiz de seu termo.

O termo ‘empírico’, do grego *empeirikos*, designa o conhecimento que se guia pela experiência, e seu sentido irá depender do que entendemos por este último termo. A origem da palavra está relacionada a uma escola grega de medicina do século III d.C., oposta à doutrina e aos métodos dos dogmáticos. (MARTINO, 2010, p.140, grifo do autor).

Para essa escola grega de medicina, o verdadeiro saber era aquele retirado da experiência, que vai se depositando no decorrer da aprendizagem. Pode-se, então, compreender o empirismo como o conhecimento que vem da prática. Esse tipo de conhecimento pode assumir, segundo Martino (2010), três sentidos distintos: um forte, um mediano e um fraco. No sentido fraco, a pesquisa empírica é realizada somente sob uma perspectiva exploratória, configurando-se, muitas vezes, em coleta de dados ou em estudo de caso. O objetivo principal é gerar informações sobre uma determinada realidade, pouco se importando com o elemento teórico.

O sentido mediano abriga dois tipos diferentes de investigação; uma usa a teoria para analisar certo fenômeno (pesquisa aplicada), e a outra lança mão dos dados empíricos para ilustrar constructos teóricos. “Ambas entram nessa categoria, pois o lado empírico é apenas estruturado pela teoria, sem ter papel estruturante. A teoria opera o recorte

²⁰ O adjetivo “administrativa” foi dado por Paul Lazarsfeld para diferenciar seu trabalho dos estudos críticos. Sua intenção era deixar claro o objetivo das pesquisas desenvolvidas em Columbia, que pretendiam servir de subsídio para dirigentes de instituições tomarem decisões mais acertadas.

da realidade, dá sentido a seus elementos, propõe esquemas de interpretação, em suma, dispõe da realidade.” (MARTINO, 2010, p.149). Não há, portanto, alteração do conhecimento teórico pelo empirismo – ele serve apenas para descrever a realidade ou analisar uma dada situação.

Por fim, no sentido forte, a pesquisa empírica fornece dados que contribuem estruturalmente para a produção do saber. A teoria serve de base para a observação e a observação regula a teoria, ajustando teses e intervindo na sua validação. Em comunicação, o exemplo mais célebre que emprega o sentido forte é o estudo *People’s Choice*, desenvolvido por Paul Lazarsfeld e F. Stanton na década de 1940. O objetivo destes pesquisadores era determinar a influência dos meios de comunicação sobre o comportamento dos eleitores. Para tanto, o rádio foi o veículo escolhido e 600 pessoas foram selecionadas para participar da investigação durante sete encontros. No decorrer do trabalho, o modelo psicológico de estímulo-resposta elaborado por Lazarsfeld e Stanton se mostrou conflitante com a proposta teórica.

[...] os efeitos não eram fortes (cerca de metade dos eleitores já tinham definido sua posição, e não se deixaram influenciar pelas mensagens mediáticas); e o público indeciso era influenciado mais pelas pessoas de seu ambiente imediato que pelos meios de comunicação. (MARTINO, 2009, p.1-2).

Dessa maneira, os dados empíricos exigiram uma reinterpretação da teoria e o desenvolvimento do novo modelo dos efeitos limitados.

Martino (2010) destaca que o uso mais comum da pesquisa empírica é justamente no sentido fraco da expressão, no limite da cientificidade. É imprescindível que os dados da investigação feita em campo não sejam tomados como finalidade nem como ilustrações de ideias do pesquisador e sim como elementos de confrontação com a realidade e com outras teorias. Dessa maneira, no decorrer do relato da aplicação da técnica metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória, este trabalho preocupou-se em debater estatutos definidos pela teoria e por outras investigações já realizadas pelo grupo de estudo da UEL com os resultados encontrados pela investigadora (capítulo 6). Pretendeu-se, assim, afastar-se do sentido fraco da pesquisa empírica e, também, do “vício da ilustração”, usando os dados obtidos em campo como elementos estruturantes.

3.3 O TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo é um dos elementos fundamentais da pesquisa empírica, por isso, também é importante debater seu conceito. Lopes (2010b, p.43, grifo da autora) define-o como “um trabalho *no* campo da ciência, constituído por complexos contextos de interação que envolvem distintas dimensões e aspectos dentre os quais sobressai a posição dos interlocutores colocados em comunicação”. Esse posicionamento não se dá de forma natural ou espontânea, mas por meio de uma relação de conhecimento – um possui o saber especializado, o outro o saber prático. Existe, portanto, uma “relação social” que integra diversos processos de negociação, colaboração e resistência que irão refletir na dinâmica da coleta dos dados e, também, nos resultados da investigação. “Este deveria ser um entendimento básico, mas não é, visto que os processos de comunicação envolvidos no trabalho de campo raramente são referenciados e tomados como objeto de reflexão epistêmica em toda a sua complexidade.” (LOPES, 2010b, p.43).

Para Lopes (2010b), a exposição das condições de produção do trabalho de campo, bem como sua problematização, permitem pensar as posições sociais dos interlocutores e a maneira como elas condicionam as propriedades dos discursos. De certa maneira, a colocação da autora se aproxima da orientação de Halbwachs (*apud* BOSI, 2009) e dos “quadros sociais da memória”. Se as lembranças do pioneiro entrevistado durante o trabalho de campo dependem do seu relacionamento com grupos de convívio e de referência, seu comportamento junto à pesquisadora também será influenciado por essas questões.

Das nove pessoas entrevistadas, oito receberam a investigadora no ambiente “familiar”, dentro de suas casas. A única que preferiu conversar em seu local de trabalho foi a comerciante Honorina Ribas de Paula Nocera. Uma das percepções da pesquisadora com relação às entrevistas é que os pioneiros que ainda estão ativos e “participando” da dinâmica da sociedade (seja por meio do trabalho, pela política ou por grupos religiosos), tiveram mais facilidade em recordar histórias e apontar lugares nas fotografias selecionadas. Também foram mais claros quanto à coerência cronológica e a coesão dos fatos. Nesses casos, não era preciso instigar o entrevistado, pois partia dele a necessidade de esclarecer dúvidas, dar detalhes e partilhar histórias. Não houve qualquer tipo de “resistência” quanto à posição da investigadora ou a preocupação com a relevância daquilo que era lembrado.

Por outro lado, com os pioneiros que estão há algum tempo dedicando-se somente à casa e à família, houve uma “resistência” maior em manter um diálogo contínuo com a investigadora. Por vezes, era preciso fazer uma série de perguntas, sugerir alguns

comentários para que, a partir dessa intervenção, o pioneiro decidisse falar mais. Os casos mais notáveis foram da enfermeira Francelina Mendes e da dona-de-casa Tereza de Jesus Iank. Ambas têm origem humilde e contavam suas histórias com certa timidez. Dona Tereza, inclusive, frisou várias vezes que sempre ficou em casa, que não era “para frente” como muitas de suas amigas que trabalharam na fábrica Klabin.

Somente essa distinção simples já deixa claro que há, sim, a necessidade de se problematizar a posição social do entrevistado, assim como sua maneira de se comportar durante a conversa com a pesquisadora. Dessa maneira, junto à história de vida e ao relato da aplicação da técnica metodológica com os pioneiros selecionados há uma reflexão sobre a condição de produção do diálogo.

Além de atentar-se para a “relação social” implicada no trabalho de campo, é preciso desnaturalizá-lo da mesma maneira que se faz com o objeto de estudo. Não há neutralidade na escolha das técnicas empregadas em campo, assim como a opção por quais utilizar reflete diretamente sobre o tipo de dado coletado e o resultado que se obtém. Por essa razão, os procedimentos metodológicos usados pela pesquisadora, sugeridos pela técnica da fotografia como disparadora do gatilho da memória, serão esmiuçados em seus conceitos e em suas aplicações dentro da pesquisa empírica realizada.

3.4 METODOLOGIA NA PESQUISA

A metodologia empregada *na* pesquisa seguiu as orientações propostas pelo grupo de estudos da Universidade Estadual de Londrina. A aplicação da fotografia como disparadora do gatilho da memória envolve três procedimentos metodológicos principais: a pesquisa com fontes documentais, a análise e seleção de fotografias produzidas durante o período estudado e a aplicação da história oral.

3.4.1 Pesquisa com Fontes Documentais

A busca e seleção de fontes são fundamentais para qualquer pesquisa científica – pois é a segunda ação a ser realizada depois da definição do tema de investigação. De acordo com Saviani (*apud* RUCKSTADTER, 2011, p.107), a palavra fonte tem dois sentidos possíveis:

Por um lado, significa o ponto de origem, o lugar de onde brota algo que se projeta e se desenvolve indefinidamente e inesgotavelmente. Por outro lado, indica a base, o ponto de apoio, o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características se busca compreender. Além disso, a palavra fonte também pode se referir a algo que brota espontaneamente, “naturalmente”, e a algo que é construído artificialmente.

Esta pesquisa, por tratar de história, não recorre às fontes documentais naturais, mas àquelas que, por meio de seu conteúdo, auxiliam na reconstrução de um determinado período do passado. Ainda sobre conceituação, é importante distinguir fontes primárias e secundárias. Nunes (*apud* RUCKSTADTER, 2011, p.106) explica que as primárias são constituídas por documentos originais e autênticos ou, então, que não haviam sido acessados anteriormente. Já as secundárias são aquelas “de segunda mão”, captadas e publicadas por outros autores. Independentemente de sua origem, fontes documentais se prestam a fornecer informações para uma investigação.

E o que podemos, então, considerar como documento? Para Ruckstadter (2011, p.102), “trata-se de todo o registro feito de modo intencional ou não, de fatos, dados e interpretação sobre aspectos da história humana, de indivíduos ou de grupos, institucional ou livre”. É importante ressaltar que, apesar de seu valor histórico, um documento sempre traz consigo as intenções e interpretações de seus autores. Ou seja, os registros não devem ser tomados como os fatos em si, mas como versões que precisam ser confrontadas com outras fontes, como fotografias, vídeos e entrevistas.

De posse dessas definições, o pesquisador pode proceder ao levantamento inicial das fontes recorrendo, por exemplo, a um acervo ou arquivo documental²¹. Nesta etapa, é comum que, diante da vasta quantidade de documentos, a investigação acabe vagueando de uma direção para a outra, captando tudo que encontra sem motivo aparente. Booth, Colomb e Willians (*apud* RUCKSTADTER, 2011, p.105) destacam que essa é uma atitude comum e até recomendada, pois permite que o investigador amplie seu conhecimento e “perambule pelo mundo das ideias”. No entanto, é necessário que essa incursão não tire o foco da pesquisa, o que implica uma seleção daquilo que pode ser útil à resolução do problema proposto na investigação.

Durante a etapa de pesquisa documental, a investigadora deparou-se tanto com fontes primárias quanto secundárias. Teve acesso aos documentos primários por meio do

²¹ “De acordo com o Dicionário Internacional de Terminologia Arquivística, publicado pelo Conselho Internacional de Arquivos, um arquivo é constituído do conjunto de documentos produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, tanto pública quanto privada, e que tem as mais variadas formas, datas e suportes materiais (papel, digital), e que foram reunidos no decorrer de suas atividades.” (RUCKSTADTER, 2011, p.108).

acervo do Museu Histórico de Telêmaco Borba, que conta com as fichas de cadastramento dos pioneiros e as fotografias históricas. Essas fontes foram de fundamental importância para a elaboração da lista dos entrevistados e para a construção do portfólio imagético que foi utilizado no decorrer da aplicação metodológica.

Documentos de origem secundária também foram consultados, principalmente para o levantamento da história do município, como os livros de André Miguel Coraiola (2003) e Hellê Vellozo Fernandes (1974). É interessante destacar que a pesquisadora só teve acesso a essa última obra porque a Biblioteca Municipal de Telêmaco Borba tem uma cópia digitalizada. Como as edições do livro estão esgotadas há muito tempo, só há um exemplar disponível na instituição restrito à consulta. Também é importante ressaltar que, entre os pioneiros entrevistados, o trabalho de Hellê Fernandes é respeitado e citado como o mais completo publicado até hoje. Com relação à pesquisa de Coraiola (2003), a aceitação não é mesma – a obra é, inclusive, criticada como “rasa” e “mal apurada”.

Antigas edições do jornal *O Tibagi*, que seriam potenciais fontes documentais da história do município, não puderam ser consultadas, pois o acervo do Museu Histórico restringiu seu acesso. Por estarem condicionadas de maneira improvisada, as páginas do periódico começaram a se perder com o tempo. De acordo com a direção da biblioteca, os funcionários estão fazendo cursos específicos para aprender a maneira correta de armazenagem e, também, para a criação de um arquivo digitalizado aberto ao público.

Com relação ao uso e análise das fontes documentais selecionadas, é preciso ter em mente algumas considerações. Como Ruckstadter (2011) afirma, não há um “livro de receitas” para esses procedimentos; no entanto, a definição dos documentos como produtos históricos, e não como representações incontestáveis da verdade, deve pautar as reflexões de todo pesquisador. Toda fonte é uma possibilidade de leitura do passado feita pela investigação – o que também implica uma não-neutralidade de sua interpretação.

Além das determinações, quando da produção desses documentos, há que se considerar ainda que o pesquisador que analisa essas fontes não é imparcial, e não está isento de que as determinações de sua própria formação influenciem na interpretação das fontes de maneira direta. (RUCKSTADTER, 2011, p.113-4).

Dessa maneira, é imprescindível fazer algumas considerações tanto em relação ao contexto de produção dos documentos usados nesta pesquisa, quanto às leituras feitas pela investigadora. O primeiro ponto a se destacar é a falta de precisão quanto à procedência da grande maioria dos documentos utilizados. Nas fichas de cadastramento dos

pioneiros, por exemplo, não há indicação do modo como foram feitas ou quem as fez. As mais antigas, que já estão amareladas, eventualmente possuem a data dos depoimentos colhidos – todos na década de 90. Quanto aos cadastros mais novos, infere-se que tenham sido produzidos já nos anos 2000. Somente essa imprecisão já prejudica o “esquadrinhamento” do contexto histórico e algumas questões ficam abertas: por que razões esses depoimentos foram feitos? Faziam parte de um projeto maior para a recuperação da memória do município? Por que manter um cadastro dos pioneiros se não há controle ou contato permanente entre eles e o museu?

Certamente, essas são “lacunas” que influenciam nas leituras dos documentos e impedem uma análise completa. A situação com relação às fotografias é ainda mais grave. Não há qualquer registro sobre os autores das imagens e sobre como foram parar no acervo do museu – algumas poucas possuem o nome do doador. A indicação dos lugares apontados nas fotografias também é imprecisa, como ficou demonstrado claramente pelas entrevistas feitas no decorrer da pesquisa. Por exemplo, uma das imagens selecionadas no portfólio, que mostra uma “cratera” aberta dentro de uma zona habitacional, foi apontada pelo museu como a “construção do Bairro Cem Casas”; no entanto, nenhum dos pioneiros reconheceu essa região, e alguns afirmaram veementemente ser impossível se tratar do “Cem Casas”.

Dessa forma, foram fundamentais para auxiliar na leitura dos documentos primários as obras já publicadas sobre a história do município e, também, as entrevistas concedidas à pesquisadora. Esse esforço de se “cruzar” os dados vem ao encontro das recomendações de Ruckstadter (2011) e afasta a falsa crença dos registros como espelhos dos fatos. Quanto à determinação da leitura pela formação da própria investigadora, fica claro que os quadros teóricos de referência, assim como o recorte definido para a pesquisa, influenciaram na coleta e na sistematização dos dados. Durante o levantamento dos documentos, todas as fichas cadastrais dos pioneiros foram lidas – no entanto, só foram selecionadas aquelas que melhor se encaixavam às propostas do trabalho. Com as fotografias, o procedimento não foi diferente. Dentre todo o acervo, a investigadora selecionou todas as imagens que eram indicadas como feitas entre as décadas de 40 e 60. E, a partir dessa primeira divisão, procedeu-se uma nova filtragem, optando-se por eventos públicos e lugares de pertencimento na cidade (esse processo é descrito em todas as suas etapas no próximo tópico).

3.4.2 Análise e Seleção das Imagens

Para fazer a seleção e a análise das fotografias que integram o portfólio montado pela pesquisadora, duas visões foram utilizadas: a) a metodologia iconográfica²² e iconológica²³ sugerida, inicialmente, por Panofsky (1995); b) as concepções sobre lugares de pertencimento dentro dos estudos da antropologia.

Panofsky (1995) destina-se a compreender os significados das obras de arte para além de suas formas e, para tanto, recorre a três níveis diferentes de interpretação: a descrição pré-iconográfica, a análise iconográfica e a interpretação iconológica. No âmbito da descrição pré-iconográfica, há a identificação das formas puras, ou seja, apreensão de configurações de linha, cor, massa e das representações de objetos naturais – como animais, seres humanos, casas, plantas, instrumentos etc.

O mundo das *formas* puras, reconhecidas como portadoras de *significados primários* ou *naturais*, pode ser chamado o mundo dos *motivos* artísticos. Uma enumeração destes motivos constituiria uma *descrição pré-iconográfica* da obra de arte. (PANOFSKY, 1995, p.21, grifos do autor).

No segundo nível, há a iconografia, entendida no seu sentido estrito – ou seja, preocupada em reconhecer o significado convencional de uma dada obra de arte. Por exemplo, quando um indivíduo, em contato com uma pintura, consegue não só apreender as formas puras, mas relacioná-las com temas ou conceitos, estará praticando a iconografia. Ela é, portanto, um conteúdo secundário e “percebemo-lo quando verificamos que uma figura masculina com uma faca representa S. Bartolomeu, que uma figura feminina com um pêsego na mão é o símbolo da Verdade [...]”. (PANOFSKY, 1995, p.21). Os motivos artísticos recebem um novo sentido convencional, transformando-se *em imagens* – e as combinações dessas imagens se tornam histórias e alegorias.

No âmbito final, dá-se a interpretação iconológica, distinta da iconografia porque volta-se ao entendimento do significado intrínseco à obra de arte. “Percebemo-lo [o significado intrínseco] analisando os pressupostos que revelam a atitude básica de uma nação,

²² Sato (2010) explica que, para Panofsky, o termo iconografia deve ser entendido a partir do sufixo “grafia” – derivado do grego *graphein* e que tem como significado “escrever”. Dessa maneira, a iconografia “[...] implica um método de proceder puramente descritivo, ou até mesmo estatístico. A iconografia é, portanto, a descrição e classificação das imagens”. (PANOFSKY *apud* SATO, 2010, p.54).

²³ Segundo Panofsky (*apud* SATO, 2010, p.55), o sentido de iconologia deve ser apreendido a partir do sufixo “logia”, derivado de *logos* (pensamento, razão). Ou seja, a iconologia denota algo interpretativo, “[...] e, desse modo, converte-se em parte integral do estudo da arte, em vez de ficar limitada ao papel do exame estatístico preliminar”.

uma época, uma classe, uma crença religiosa ou filosófica – assumidos inconscientemente.” (PANOFSKY, 1995, p.21). A iconologia acontece quando, por exemplo, por meio do afresco *A Última Ceia*, tenta-se entender a personalidade do seu criador, Leonardo da Vinci; ou então, quando se toma a obra como um documento capaz de refletir valores simbólicos da civilização do Alto Renascimento italiano. Portanto, na análise iconológica, trata-se a arte como um “sintoma de algo maior”, como evidência específica desses valores simbólicos.

A interpretação do significado intrínseco ou conteúdo, que trata daquilo a que chamamos de valores simbólicos e não imagens, histórias e alegorias, requer bastante mais que o conhecimento de temas ou conceitos específicos, tal como são transmitidos pelas fontes literárias. [...] Para compreender esses princípios é necessária uma faculdade mental comparável à de fazer diagnósticos, uma faculdade que não sei descrever melhor senão usando o termo, bastante desacreditado, de intuição sintética, e que pode ser mais bem desenvolvido num amador de talento que num erudito estudioso. (PANOFSKY, 1995, p.27).

Os três níveis delimitados por Panofsky (1995) referem-se às obras de arte, no entanto, Larissa Sato (2010, p.56) destaca que eles também podem ser estendidos à compreensão das imagens fotográficas. Assim como as pinturas, “as fotografias são representações da realidade das quais também se podem inferir diferentes interpretações e visões de mundo, consolidando seu papel de documento histórico e fonte de pesquisa, tal como sistematizou Kossoy”.

As concepções de Kossoy, já abordadas no capítulo *Fotografia e Memória*, encaixam-se aos postulados de Panofsky (1995) e, podem, inclusive, serem equiparados. A descrição pré-iconográfica aparece na obra do pesquisador brasileiro como nível primário; a iconografia, como análise iconográfica; e a iconologia, como análise iconológica. No nível primário temos a apreensão das formas básicas representadas na fotografia. Na análise iconográfica, procede-se a uma “arqueologia” da imagem. Primeiramente, reconstitui-se o processo que a originou, “[...] determinando os elementos que concorreram para a sua materialização documental (seus elementos constitutivos: assunto, fotógrafo, tecnologia) em dado lugar e época (suas coordenadas de situação: espaço, tempo)”. (KOSSOY, 2009, p.58). Feito isso, parte-se para identificação minuciosa dos detalhes icônicos que compõem o seu conteúdo.

Na instância da análise iconológica, Kossoy (2009, p.59, grifo do autor) destaca a necessidade de recordar-se da imagem fotográfica como uma representação a partir do real, “uma representação onde se tem registrado um aspecto *selecionado* daquele real,

organizado cultural, técnica e esteticamente, portanto ideologicamente”. Cabe ao pesquisador tentar “decifrar” a realidade interior da fotografia, recorrendo a dois caminhos possíveis: a) resgatando a história própria do assunto fotografado; b) desmontando as condições de produção da imagem fotográfica.

Foi usando esse quadro de referências metodológicas, composto pelas ideias de Panofsky (1995) e Kossoy (2009), que esta pesquisa norteou-se na leitura das fotografias disponíveis no acervo do Museu Histórico de Telêmaco Borba. Também foi de fundamental importância, principalmente no que diz respeito à seleção das imagens que comporiam o portfólio, a noção antropológica de lugares de pertencimento.

Hoffmann (2011) sugere que, na aplicação da fotografia como disparadora do gatilho da memória, elabore-se um portfólio único para diferentes entrevistados, facilitando assim a comparação e a averiguação de informações, pessoas e locais fotografados.

Esse conjunto deve conter, além de figuras representativas, registros de locais significativos como ruas de comércio, hospitais, hotéis, escolas, estabelecimentos públicos, lugares de vivência, nos quais o sujeito se reconhece como parte integrante da cidade, ou seja, lugares de pertencimento. (HOFFMANN, 2011, p.211).

Os lugares de pertencimento fazem parte dos estudos da antropologia visual que se dedicam a entender a ligação entre indivíduo e coletividade. Para Marc Augé (*apud* HOFFMANN, 2010) todo sujeito precisa pensar simultaneamente diversos tipos de identidade: a que partilha com o grupo que pertence, a identidade particular em relação aos outros e sua identidade singular. Todas essas formas identitárias ligam-se intimamente à memória e à relação que o indivíduo tem com o lugar, com o local onde ele se reconhece. “O lugar, na acepção da antropologia, é tido como um local de pertencimento, onde o sujeito se reconhece, tem enraizamento e vivência. Em oposição, o não-lugar é o local onde o sujeito não se reconhece, ou não se identifica, são locais de passagem [...]” (HOFFMANN, 2010, p.28).

Dessa maneira, podemos entender os locais históricos de uma cidade natal ou de vivência como típicos lugares de pertencimento. Seus cenários e arquitetura são capazes de gerar sentimentos e relações de afeto. Hoffmann (2010, p.29) conclui: “[...] o lugar pode ser o lar, a casa, a rua, o bairro, a cidade ou a nação. Enfim, qualquer ponto de referência,

identidade, estabilidade e segurança. O espaço²⁴ é transformado em lugar nas experiências cotidianas e é carregado de valores simbólicos”. Dessa maneira, explorando o elo emocional²⁵ entre os pioneiros e o município que ajudaram a construir, a proposta de uso da fotografia como disparadora do gatilho da memória usa a imagem como ferramenta para “ativar” lembranças e experiências daqueles que vivenciaram a época retratada.

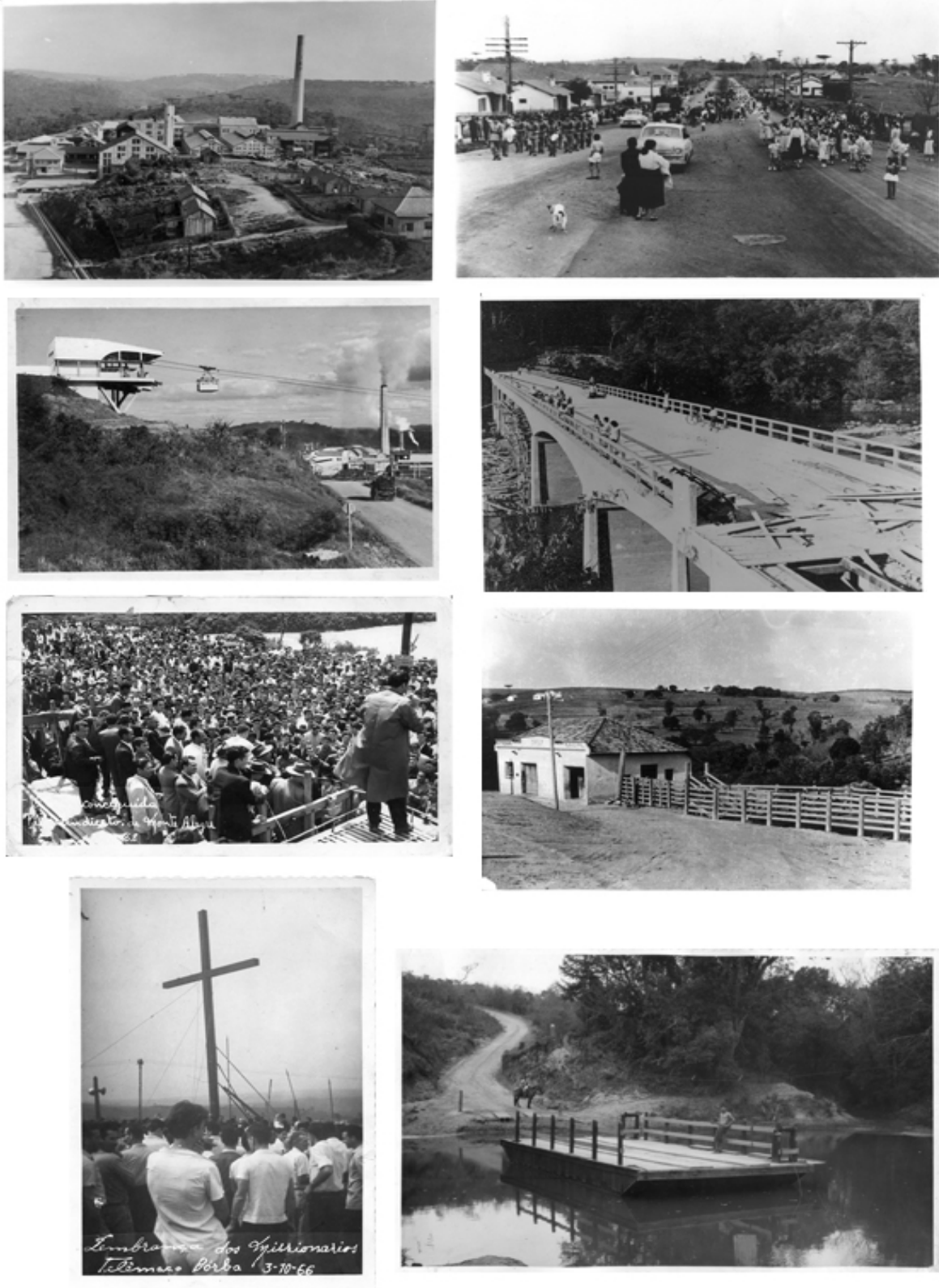
Durante a pesquisa com fontes documentais, a investigadora teve contato com todo o acervo de fotografias históricas do Museu Histórico de Telêmaco Borba. Armazenadas em envelopes grandes dentro de arquivos de metal, as imagens são catalogadas a partir de temas, como “Bonde Aéreo”, “Avenida Horário Klabin” e “Fábrica Klabin”. Em uma primeira seleção, foram separadas todas as fotografias identificadas como produzidas entre as décadas de 40 e 60, totalizando 72 imagens diferentes. Todas foram digitalizadas com o auxílio do scanner da Biblioteca Municipal e, posteriormente, ampliadas.

Para chegar ao portfólio final, procedeu-se a uma segunda seleção. Com o auxílio do Professor Orientador deste trabalho, a investigadora montou um quadro de 17 fotografias, numeradas e mostradas numa ordem específica aos pioneiros para facilitar a posterior transcrição das entrevistas (figura 8). É importante ressaltar que a grande maioria das imagens não possuía data ou localidade precisa, por essa razão optou-se por apresentar as legendas fornecidas pelo próprio museu. As dúvidas levantadas com relação a essa “catalogação” inicial são discutidas nos capítulos posteriores.

²⁴ Dentro dos estudos da antropologia visual há uma diferença significativa entre as palavras “espaço” e “lugar”. Tuan (*apud* HOFFMANN, 2010, p.32) explica: “o lugar é a segurança e o espaço é a liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. [...] Espaço é mais abstrato do que ‘lugar’. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que conhecemos melhor e o dotamos de valor. [...] As ideias de ‘espaço’ e ‘lugar’ não podem ser definidas uma sem a outra”.

²⁵ O elo afetivo entre sujeito e lugar também pode ser definido como topofilia. O termo foi proposto por Tuan (1980, p.107) e o descreve como a compreensão de todos “[...] os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material”.

Figura 8 – Mosaico com as 17 fotografias selecionadas para fazerem parte do portfólio final







Fonte: Autores desconhecidos. Acervo do Museu Histórico de Telêmaco Borba

3.4.3 História Oral

A história oral, ao lado das imagens, dá sentido à proposta metodológica do uso da fotografia como disparadora do gatilho da memória; por essa razão, é fundamental que seu conceito e aplicação sejam compreendidos corretamente. De acordo com José Carlos Meihy (2002, p.13), a “história oral é uma prática de apreensão de narrativas por meio do uso de meios eletrônicos e destinada a recolher testemunhos [...]”. Por meios destes, é possível alterar o enfoque da história, devolvendo às pessoas que vivenciaram determinados fatos um lugar fundamental mediante suas próprias experiências.

A utilização de fontes orais ganhou caráter científico na metade do século XX, quando a Universidade de Columbia, em Nova Iorque, organizou um arquivo e oficializou o termo. A partir desse momento, a academia passou a se interessar pela contribuição que a história oral poderia dar para a recuperação da memória de uma determinada região. Além de trazer a multiplicidade original de pontos de vista, ela é “[...] um meio de descobrir documentos escritos e fotografias que, de outro modo, não teriam sido localizados”. (THOMPSON, 1998, p.25).

E também se beneficiam, de maneira especial, as pessoas idosas. Um projeto de história oral, mais do que lhes propiciar novos contatos sociais e, às vezes, levar a amizades duradouras, pode prestar-lhes um inestimável serviço. Muito frequentemente ignoradas, e fragilizadas economicamente, podem adquirir dignidade e sentido de finalidade ao rememorem a própria vida e fornecerem informações valiosas a uma geração mais jovem. (THOMPSON, 1998, p.33).

Na medida em que dá voz àqueles que poderiam passar incógnitos, a história oral demonstra como é diversa a capacidade de expressão de fontes de todas as condições sociais. Essas questões fundamentam e enriquecem a proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória, pois, por meio desses testemunhos e microrrelatos, é possível recuperar detalhes e diferentes pontos de vista que não apareceriam em escalas macro.

3.4.3.1 História oral como técnica ou metodologia?

Meihy (2002) afirma que há duas maneiras de se entender a história oral: como método e como técnica. Enquanto método, os depoimentos obtidos durante a pesquisa são o foco central das reflexões e das análises. Por outro lado, como técnica, os dados orais são articulados com outros documentos históricos, equiparando seus valores. Inicialmente, a proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória trata a história oral como técnica, pois alia as informações dos testemunhos com outras fontes. Todos os trabalhos finalizados até o momento pelo grupo da Universidade Estadual de Londrina seguem essa definição sem problematizá-la. No entanto, como esta pesquisa se propõe a sistematizar e a refletir sobre a metodologia, algumas considerações e ressalvas precisam ser feitas, indo além das colocações de Meihy.

Ferreira e Amado (2002) destacam que, apesar da história oral já ser um campo consolidado dentro da ciência, ainda há indefinições quanto ao seu *status*. Três correntes defendem posturas diferentes: uma vê a história oral como técnica; outra, como disciplina; e a última, como metodologia. Aqueles que a enxergam como técnica se interessam pelas experiências com as gravações, a aparelhagem de som, a transcrição dos depoimentos e as formas de organização de acervos. “[...] muitos são cientistas sociais cujos trabalhos se baseiam em outros tipos de fontes (em geral, escritas) e que utilizam as entrevistas de forma eventual, sempre como fontes de informação complementar.” (FERREIRA; AMADO, 2002, p.12).

A corrente que defende seu posicionamento como disciplina postula que a história oral tem sua própria teoria, pois construiu para si um *corpus* distinto, diretamente associado as suas práticas. No entanto, no momento de definir quais seriam esses conceitos e ideias, os autores partem de pontos de vista diferentes – muitas vezes, divergindo completamente. Por fim, aqueles que veem a história oral como metodologia afirmam que, assim como outros métodos, ela apenas estabelece procedimentos de trabalho, apresentando

tipos de entrevista, modos de transcrição de depoimentos, maneiras de relacionamento entre historiador e fonte etc. Nesse sentido, “[...] a história oral é capaz apenas de *suscitar*, jamais *solucionar*, questões; formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas”. (FERREIRA; AMADO, 2002, p.16, grifo das autoras).

Apresentar essa discussão é de fundamental relevância, porque, a partir da escolha da perspectiva adotada, vem o entendimento da história oral, sua forma de uso e os tipos de resultados que poderão ser alcançados. Como dito anteriormente, as pesquisas feitas até esse momento usaram-na como técnica; no entanto, neste trabalho, parte-se de um ponto de vista diferente, defendendo sua utilização como metodologia. Para tanto, ao invés de apoiar-se na conceituação de Meihy (2002), baseia-se no posicionamento de Lozano (2002, p.16. grifo do autor):

Eu partiria da idéia de que a ‘história oral’ é mais do que a decisão técnica ou de procedimento; que não é a depuração técnica da entrevista gravada; nem pretende exclusivamente formar arquivos orais; tampouco é apenas um roteiro para o processo detalhado e preciso de transcrição da oralidade; nem abandona a análise dos historiadores do futuro. Diria que é antes um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações *qualitativas* de processos histórico-sociais.

Para que essas interpretações qualitativas de processo histórico-sociais surjam, a história oral lança mão de métodos precisos, procurando centrar sua análise na visão e versão presentes no interior da experiência dos atores sociais. (LOZANO, 2002, p.16). Na concepção da autora deste trabalho, a definição de Lozano encaixa-se melhor à proposta da fotografia como disparadora do gatilho da memória por um motivo principal: a história oral aplicada nesse método equipara sua importância com a seleção das imagens, pois são os depoimentos dos pioneiros que atestam a eficiência da fotografia como gatilho. Nesse sentido, tratá-la meramente com técnica é reduzi-la drasticamente, não levando em conta seu papel fundamental para que pesquisa empírica de fato ocorra.

Dessa maneira, adotando-a como método, procede-se a sua classificação quanto aos objetivos da aplicação da história oral na pesquisa. Lozano (2002) defende a existência de duas facetas diferentes dentro do uso da história oral enquanto ferramenta metodológica: uma reducionista e outra analista completa. Na corrente reducionista, os investigadores “[...] não valorizam a evidência oral em si mesma, mas como apêndice agregado ou complemento, para a comprovação factual ou ilustração testemunhal, de uma série de postulados de caráter teórico estabelecidos de antemão”. (LOZANO, 2002, p.22). Por

outro lado, a faceta analista completa considera a fonte oral o centro de sua pesquisa, analisando, interpretando e situando-a historicamente. Também “complementam suas fontes orais com outras fontes documentais tradicionais do trabalho historiográfico. Não se limitam a um único método e a uma técnica, mas as complementam e as tornam mais complexas.” (LOZANO, 2002, p.23).

A partir dessas duas categorias, pode-se classificar o uso da fotografia como disparadora do gatilho da memória, nas pesquisas realizadas até o momento, como integrante da corrente reducionista, pois a evidência oral não é o foco principal, dividindo seu valor com o “potencial histórico” da imagem. Além disso, os depoimentos dos pioneiros foram utilizados como ilustração testemunhal – comprovando a eficiência da fotografia como gatilho, já prevista pelos quadros teóricos de referência.

Não é possível afirmar que exista uma postura ideal a se utilizar, ou que uma faceta tem mais valor do que outra; no entanto, quanto mais esforços sejam empregados para aproximar a nova proposta metodológica da corrente analista completa, maior será sua capacidade de oferecer dados concretos para a construção de uma pesquisa empírica no sentido forte. Pois, é somente por meio da aplicação da história oral e dos depoimentos dos pioneiros, que a teoria referencial da metodologia pode ser ajustada e sistematizada, consolidando-se como uma efetiva ferramenta científica.

3.4.3.2 Aplicação da história oral

Neste trabalho, as entrevistas foram realizadas de acordo com as orientações de Thompson (1998) e a partir de um roteiro aberto elaborado previamente. Como as fotografias selecionadas apresentam lugares de pertencimento, optou-se por ter como tema do roteiro a vida em Telêmaco Borba durante seus primeiros anos. Dessa forma, as perguntas pautaram-se em condições infraestruturais (saneamento básico, fornecimento de energia elétrica, atendimento à saúde e educação, transporte, cenário político etc.) e comportamentais (relações entre a família, formas de lazer, alimentação, práticas religiosas etc.).

As entrevistas foram realizadas, em sua maioria²⁶, na casa dos pioneiros em datas e horários marcados por eles mesmos. Conforme sugerido por Hoffmann (2011), as conversas tiveram tempo médio de uma hora e vinte minutos e foram conduzidas em um tom coloquial. As “qualidades do entrevistador”, defendidas por Thompson (2002, p.254),

²⁶ A única entrevista que não foi realizada em casa, foi a da pioneira Honorina Ribas de Paula Nocera. Ela preferiu conversar com a pesquisadora em seu ambiente de trabalho, dentro da ótica Santa Rita.

também foram aplicadas: “[...] o entrevistador bem-sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar”.

As perguntas sobre os temas previstos pelo roteiro foram feitas de maneira direta e em linguagem coloquial. Em alguns casos, quando houve a necessidade de instigar o entrevistado a discorrer um pouco mais sobre determinados assuntos, as “interjeições provocadoras”²⁷ de Thompson (2002) foram utilizadas. As conversas foram gravadas com o auxílio de um gravador de mão e, quando necessário, a pesquisadora também tomou algumas anotações por escrito.

É importante destacar que, em alguns casos, a investigadora entrevistou mais de um pioneiro por vez – como na conversa com Aulino e Alberto Feitosa; e com o casal Hilda e Silvestre Solak. No caso dos irmãos pioneiros, por Aulino não mais residir em Telêmaco Borba, seu irmão, Alberto, sugeriu que a entrevista fosse feita em sua casa para que os dois participassem ao mesmo tempo. Já com relação aos Solak, a conversa foi marcada somente com Silvestre; porém, sua esposa Hilda também permaneceu na sala, tecendo comentários ou ajudando o marido a lembrar de fatos históricos. Em ambas entrevistas, a presença de mais de uma fonte exigiu da pesquisadora a flexibilidade de fazer perguntas direcionadas, para evitar que uma se expressasse mais do que a outra. Mesmo assim, é notável que, no caso dos irmãos Feitosa, Aulino falou muito mais do que Alberto. Apesar desses empecilhos, Thompson (1998, p.266) ressalta que “nem tudo é desvantagem” em uma entrevista em grupo:

Um velho casal, ou um irmão e uma irmã, frequentemente proporcionarão correções de informação positivamente úteis. Pode ser também que cada um estimule a memória do outro. Esse efeito acentua-se ainda mais quando se reúne um grupo maior de pessoas idosas. Nesse caso, haverá uma tendência muito mais forte, do que privadamente, de que se apresentem generalizações a respeito dos velhos tempos; mas como eles discutem e trocam histórias um com os outros, podem surgir alguns *insights* fascinantes. (THOMPSON, 1998, p.266).

²⁷ “No correr de toda a entrevista, sempre que você obtiver um fato insuficiente, você pode inserir uma interjeição provocadora – ‘Isso parece interessante’; ou, mais diretamente, ‘Como?’, ‘Por que não?’, ‘Quem era esse?’. O informante pode, então, pegar a deixa.” (THOMPSON, 1998, p.260-261).

Quanto às transcrições, elas foram feitas de maneira a respeitar a forma de expressão dos entrevistados, sendo as mais fiéis possíveis. Elas estão disponíveis integralmente para a consulta no banco de dados anexado em CD ao final deste trabalho.

4 OS NOVE PIONEIROS SELECIONADOS

Como previsto no capítulo 3, é importante que, antes de relatar os resultados obtidos com a aplicação da nova proposta metodológica, conte-se brevemente a história de vida dos pioneiros selecionados, assim como as condições de produção de cada uma das entrevistas. Dessa maneira, abre-se a possibilidade de analisar e problematizar os “quadros sociais da memória” de Halbwachs (*apud* BOSI, 2009) juntamente com a posição socioeconômica dos entrevistados.

4.1 AULINO FEITOSA ALVES E ALBERTO FEITOSA ALVES

Os irmãos Aulino e Alberto Feitosa Alves são procedentes da zona rural do município de Pesqueira, em Pernambuco – hoje conhecida como a cidade de Sanharó. Aulino nasceu no dia 2 de fevereiro de 1928 e Alberto, no dia 25 de abril de 1932. A iniciativa de vir para o sul partiu de Aulino na década de 1950, quando tinha acabado de se graduar pela Faculdade de Medicina de Recife. Ele explica que o nordeste, naquela época, era muito pobre, com poucas oportunidades de crescer na carreira profissional. Foi assim que, procurando por propostas de emprego em outros estados, decidiu vir ao Paraná para trabalhar no hospital de Harmonia, na vila operária das Indústrias Klabin.

Aulino chegou à Fazenda Monte Alegre em 1957 e trabalhou durante três anos na assistência médica organizada pela fábrica. Depois desse período, resolveu que estava hora de montar seu próprio negócio. “Eu nunca concordei que a pessoa seja empregada, né? Por isso que eu segui uma profissão que não precisava ser empregado de ninguém.” (ALVESb, 2012). Para tanto, ele mudou-se para a margem oposta do rio Tibagi, onde crescia, gradualmente, a Cidade Nova. Ele foi o primeiro médico a se instalar nessa região e exerceu a profissão “sem concorrência” durante dois anos – depois disso, outros profissionais também passaram a prestar seus serviços.

Na Cidade Nova, inicialmente, Aulino trabalhou sozinho. No entanto, com a fundação e instalação da Casa de Saúde Dr. Feitosa²⁸, ele precisava de alguns auxiliares. O irmão Alberto, então, veio de Pernambuco para formar uma equipe junto com a esposa do médico na época, Luzia. Mesmo sem nenhum preparo ou curso específico, os dois auxiliares atendiam os pacientes nas mais diversas situações. “Quase que cheguei a médico, só faltou o

²⁸ A Casa de Saúde Dr. Feitosa foi instalada em um imóvel localizado na atual avenida Chanceler Horácio Laffer. Com a mudança de sede para o hospital recém-construído em 1964, a construção passou a abrigar a Policlínica. Hoje, depois de muitos anos de uso, o prédio foi fechado.

anel e o diploma” – brinca Alberto (2012), falando sobre seu trabalho na Casa de Saúde. Além de fazer suturas, exames de fezes, urina e gravidez, o irmão de Aulino também ajudava nas cirurgias, aplicando, inclusive, a anestesia no paciente. “Em terra de cego, quem tem olho é rei. Lógico que se fosse hoje eu não poderia fazer tudo aquilo que eu fiz, né?” (ALVESa, 2012).

Mesmo com uma equipe de trabalho reduzida, a Casa de Saúde funcionou bem, aumentando a cada dia a quantidade de atendimentos. Diante do quadro favorável, Aulino passou a construir uma sede maior em 1962. Próximo ao prédio antigo, o novo hospital ficou pronto em 1964. Com o progresso visível dos filhos, toda a família Feitosa saiu de Pernambuco para se instalar no Paraná. Hoje, o Hospital Dr. Feitosa é um centro de referência médica na região dos Campos Gerais. Com a venda da instituição em 2011, Aulino deixou de ser seu diretor, aposentando-se.

Enquanto o irmão cuidava da saúde dos moradores da Cidade Nova, Alberto resolveu se dedicar a outra área da vida social da região – a política. Sempre versátil em suas ocupações, ser político foi só mais uma de suas empreitadas. Em Pernambuco, já tinha sido leiteiro, carregador de água, vendedor de mamona, areia, roupa e tecido; no Paraná, aprendeu a ser auxiliar de enfermagem e vereador. Quem o incentivou a entrar na política foi Aulino, por isso, Alberto faz questão de destacar que sua eleição, em 1964, se deveu à fama do médico: “Me elegi às custas dele, porque ele era o doutor, né?” (ALVESa, 2012).

Alberto assumiu sua vaga na Câmara de Vereadores assim que o município de Telêmaco Borba foi emancipado definitivamente, ficando por dois mandatos seguidos. Apesar do trabalho prestado à cidade, ele e os outros vereadores não recebiam nada por isso. “No tempo da revolução [militar] [o salário] foi cortado. Quando nós entramos, [...] não recebia nada. No último ano do mandato, faltando parece que uns quatro meses pra terminar o segundo mandato, nós conseguimos uma ajuda de custo. Era uma mixaria.” (ALVESa, 2012). A carreira política não terminou por aí – ao longo de sua trajetória, Alberto também foi vice-prefeito, secretário administrativo e secretário de obras. Hoje, aos 80 anos, diz somente “fazer fofoca política”, pois não quer mais ser candidato diante do jogo de interesses que se tornou a vida pública.

4.1.1 Condições de Produção da Entrevista

Como já relatado no capítulo 3, a entrevista com os irmãos Feitosa não foi, inicialmente, prevista. Primeiro, porque Carlos Hugo Wolff Von Graffen foi escolhido como

“político pioneiro” para integrar a lista da pesquisadora e, segundo, porque não se tinha certeza de que Aulino estava em Telêmaco Borba. Com o falecimento de Von Graffen, no dia 15 de julho de 2012, optou-se por entrar em contato com Alberto. Ao saber dos objetivos do trabalho, ele aceitou conversar com a investigadora, bem como convidar seu irmão para fazer parte da entrevista, já que o médico estava de passagem pela cidade.

O encontro foi realizado no dia 18 de julho de 2012, na casa de Alberto, no período da manhã. A pesquisadora foi recebida na sala de estar da residência e a conversa durou duas horas e dez minutos. É importante destacar que os dois pioneiros tiveram “personalidades” diferentes durante a entrevista. Alberto falou menos, porque sempre dava preferência às colocações do irmão. No entanto, o político deixou transparecer sua índole bem humorada, brincando com os fatos históricos e fazendo comentários engraçados. Ele também sentou mais distante da investigadora, levantando-se diversas vezes no decorrer da conversa. Em um desses “passeios”, ele buscou um porta-retrato com uma fotografia sua e da esposa na juventude para mostrar que já foram parecidos com “astros de cinema”.

Aulino, por sua vez, ficou o tempo todo próximo à pesquisadora e relatou uma série de histórias. O médico ficou interessado nas perguntas do início ao fim, fornecendo detalhes e cuidando para contextualizar todos os dados, certificando-se de que a investigadora conhecia o assunto tratado. Aulino, enfim, “envolveu-se” mais com a conversa e acabou transformando-se em uma das fontes mais ricas para o desenvolvimento deste trabalho. É claro que muitos podem ser os motivos que levaram o pioneiro a se destacar, mas um merece ser citado: o médico é reconhecidamente um dos pioneiros da cidade e é constantemente lembrado e ouvido quando o tema é a história de Telêmaco Borba. Dessa maneira, ele já foi “treinado” a externar suas lembranças. Além disso, Aulino é um profissional graduado e, como adiantou seu irmão Alberto, é uma pessoa que gosta de ler e aprender coisas novas sobre os mais diversos assuntos. Dessa maneira, não há como desvencilhar sua posição de destaque – tanto social quanto histórica – de sua habilidade de narrar e repassar informações. Como sempre foi ouvido, Aulino é seguro de suas recordações, inspirando credibilidade.

Por fim, nos últimos minutos da entrevista, uma das filhas de Alberto, Rejane, entrou na sala para servir café à convidada. Ao notar que fotografias antigas estavam nas mãos dos pioneiros, ela resolveu ficar – olhando uma por uma e escutando o que o pai e o tio tinham para contar. Interessada no assunto, também fez alguns comentários sobre o passado e a trajetória profissional de Aulino.

4.2 AROLDO LUCAS MACHADO

Aroldo Lucas Machado nasceu na região de Lageado Bonito, município de Tibagi (PR), em 1941. Quando tinha apenas oito meses de idade, sua família se mudou para o “Acampamento do Locomóvel”. Seu pai, Ivany Banks Machado, fotógrafo, recebeu uma proposta de emprego das Indústrias Klabin, que queria ter o crescimento de sua fábrica registrado desde o início. Com o desaparecimento do acampamento ao lado das instalações da fábrica, a família Machado foi realocada para a vila operária Caiubí. Em 1956, resolveram “tentar a sorte” na margem oposta do rio Tibagi. De acordo com Aroldo, quando se instalaram na Cidade Nova, havia apenas três casas construídas.

Como chegou à região ainda bebê, o pioneiro cresceu junto a Telêmaco Borba. Durante a infância, afirma ter passado a melhor época de sua vida. Junto a um grupo de amigos, costumava brincar no campo, procurando frutas como graviola e pitanga para comer. Também eram comuns os passeios até a barragem do rio Harmonia, onde as crianças se refrescavam. Com a mudança para Cidade Nova, o pai de Aroldo também trouxe o negócio que mantinha na vila operária, o Foto Vani. O filho, então, passou a ajudá-lo no atendimento dos clientes, assim como no laboratório de revelação. Foi nessa época que ele aprendeu a seguir a profissão de Ivany.

Uma [fotografia] 3x4 demorava exatamente três dias para ser feita. Você trabalhava com uma chapa de vidro deste tamanho, você ia bater [a fotografia] de doze, quinze pessoas para depois revelar. [...] Hoje se faz com 30 segundos, né? Com o computador ficou facinho. (MACHADO, 2012).

Além de fotógrafo, Aroldo exerceu outras profissões, como garimpeiro e motorista de caminhão. Como encerrou seus estudos no curso primário, nunca se candidatou a cargos “mais graduados”. Quando se casou com a esposa Dioneia, em 1965, seu pai lhe deu o Foto Vani como presente – lembrança que, até hoje, emociona-o.

Quando eu voltei [do casamento], ele tava na porta do Foto. Eu casei mas não sabia o que ia fazer da minha vida, porque eu trabalhava com ele, né? Ele tava na porta do Foto e falou pra mim assim: ‘agora você entra e eu saio’. Ué, por que, pai? ‘Porque de agora em diante, você toca pra você’. (MACHADO, 2012).

Aroldo administrou o Foto Vani ao lado de Dioneia, que também é fotógrafa, até 1997, quando foi chamado para trabalhar na Prefeitura de Telêmaco Borba. Para

não ter que fechar o negócio, decidiu passá-lo para um de seus funcionários mais antigos. “Ele continuou tocando por uns dois ou três anos, depois parou. Porque aí já foi modificando tudo, né?”. (MACHADO, 2012).

Também foi nessa época que Aroldo tomou uma atitude que, até hoje, arrepende-se. Quando passou a prestar serviços para o município, ofereceu o acervo de imagens antigas feitas por seu pai à prefeitura. No entanto, uma série de requisitos foram impostos à doação, como a catalogação completa das fotografias, especificando o local e a data. O pioneiro irritou-se com as exigências e decidiu queimar seu arquivo. A única coisa que ele ainda mantém são os equipamentos.

Recentemente, Aroldo aposentou-se do seu trabalho no município. Em 2012, resolveu sair candidato a vereador²⁹ atendendo um pedido do partido do qual faz parte. Despreocupado com a campanha, ele brincou: “se eu pegar 20 votos tá bom, porque eu não tenho dinheiro para gastar. Se eu fizer 21, já estourei!”. (MACHADO, 2012).

4.2.1 Condições de Produção da Entrevista

O comentário do pioneiro a respeito de sua candidatura política reflete sua personalidade extrovertida. Ao ser procurado pela pesquisadora, Aroldo aceitou recebê-la em sua casa prontamente. A entrevista foi feita no dia 9 de julho de 2012, no período da tarde, e teve duração de uma hora e quarenta minutos. No decorrer da conversa, o fotógrafo deu muitas gargalhadas relembrando suas histórias, todas narradas com muitos detalhes.

Ao ver o portfólio apresentado pela investigadora, ele disse que a maioria daquelas imagens deveria ser de autoria de seu pai – no entanto, não quis afirmar veementemente. O interesse pelos “fragmentos” do passado foi absoluto, e Aroldo foi um dos entrevistados que mais apontou rostos e relatou fatos daquela época. Neste caso, não há como estender a habilidade de lembrar o passado à posição de destaque do pioneiro, como ressaltado em Aulino Feitosa Alves. Aroldo não faz parte da listagem do Museu Histórico, cursou somente o primário e nunca ocupou um cargo de grande relevância na cidade. Contudo, sua capacidade de “esquadrinhar” as imagens, bem como de fornecer quadros precisos das décadas de 50 e 60, assemelham-se às qualidades de um bom fotógrafo. O pioneiro, que atuou nessa profissão por muitos anos, já tem um olhar treinado e soube identificar com destreza as posições de quem produzia as fotografias. Além disso, o olhar

²⁹ Nas eleições de 2012, Aroldo Lucas Machado não se elegeu vereador. Recebeu 47 votos – mais do que dobro de sua meta.

atento, que antes procurava o melhor ângulo, serviu-lhe como uma detalhista fonte de lembranças.

Finalmente, é importante ressaltar que, durante a entrevista, Aroldo levantou somente uma vez, justamente para buscar um porta-retrato com uma das imagens que julga mais curiosas de seu acervo. Na fotografia colorida, vê-se o pioneiro na década de 70, rindo com uma pomba sentada em sua cabeça. “Eu tava batendo foto e soltaram umas pombas, [era] 7 de setembro, parece. E as pombas começaram a voar e veio essa aqui e puft! Na minha cabeça! A mulher [Dioneia] foi lá e bateu a foto.” (MACHADO, 2012). Como essa foi a única imagem que Aroldo fez questão de partilhar, ficam claros, novamente, sua personalidade extrovertida e seu bom humor ao relembrar o passado.

4.3 ELOAH MARTINS QUADRADO

Eloah Martins Quadrado nasceu no dia 4 de março de 1927 na cidade de Castro (PR). Como seu pai, Reinaldo Martins, criava gado leiteiro, foi convidado pelas Indústrias Klabin a se instalar na Fazenda Monte Alegre para ser o primeiro fornecedor do gênero. Dessa maneira, eles vieram morar na região de Harmonia em 1943. A fábrica cedeu uma área de pastagem para Martins e, em contrapartida, exigia que o leite fosse vendido somente para seus funcionários de altos cargos e diretores. “Mas mamãe Herculana soltava [os leites] por judiação, né? Por que não tinha na região. Então a gente arrumava pra um e pra outro lá em Harmonia.” (QUADRADO, 2012).

Quando chegou à vila, Eloah tinha 16 anos, por isso, logo viajou novamente para fazer o curso normal no Colégio Adventista de São Paulo. Em seu retorno, foi imediatamente contratada como professora. Nos primeiros anos de trabalho, a pioneira deu aulas no Grupo Escolar de Harmonia e, também, em escolas mais afastadas, como aquelas localizadas na margem oposta do rio Tibagi. A Cidade Nova ainda estava começando, mas já contava com algumas salas precárias, instaladas provisoriamente. “Tinha aula até em chiqueiro!” – brinca Eloah Quadrado (2012). Nessa época, ela tinha que ensinar classes de primeiro, segundo e terceiro anos simultaneamente.

Como morava em Harmonia, a professora precisava se deslocar todos os dias para encontrar seus alunos, o que, às vezes, transformava-se em uma “aventura”. Enquanto não eram finalizadas as obras da ponte sobre o Tibagi, ela utilizava diferentes meios de transporte. Por vezes, Horácio Klabin mandava que seu motorista fosse buscá-la de carro em casa, atravessando o rio de balsa e deixando-a próxima à escola. Quando a “carona” não

vinha, Eloah ia a cavalo. Para que o animal não fugisse enquanto trabalhava, ela o deixava aos cuidados de Caetano, um dos primeiros comerciantes da Cidade Nova. Com o término da ponte, a situação ficou mais fácil e a professora comprou um carro.

Durante sua vida profissional, a pioneira ocupou diversos cargos. Foi diretora dos colégios Manoel Ribas e Leopoldo Mercer e, juntamente com o marido, Francisco Maria Quadrado, fundou o Colégio Adventista de Telêmaco Borba. Eloah também foi a primeira inspetora de ensino, supervisionando toda a região e os municípios de Reserva, Cândido de Abreu, Grandes Rios, Tibagi e Ventania. Como responsável pela inspetoria, criou um Centro de Orientação para os professores. “Eu tinha muito acesso à Secretaria de Educação e Cultura [do estado] [...] [por isso] ganhei mimeógrafo, máquina de escrever, escrivaninha, estante.” (QUADRADO, 2012).

A pioneira não sabe dizer quando se mudou de Harmonia para Cidade Nova, mas ela veio ao loteamento interessada na possibilidade de ter uma casa própria. “Lá [na vila operária] a gente não podia ter nada. Por isso compramos um lote e começamos a construir aqui.” (QUADRADO, 2012).

No final da década de 60, recebeu um pedido especial de Horácio Klabin. Quando ele ficou sabendo que ela era sobrinha do maestro Bento Mossurunga, pediu-lhe que convidasse o músico para fazer o hino de Telêmaco Borba. Seu tio aceitou, mas com uma condição: que ela escrevesse a letra³⁰. “Não sou poetisa [...] [então] decidi que contaria a história daqui.” (QUADRADO, 2012). Com os versos em mãos, Mossurunga compôs a melodia em seu piano de cauda e encaminhou a partitura para que fosse gravada pela Banda da Polícia Militar do Paraná.

Além de criar o hino para o novo município, a pioneira também resolveu cuidar dos assuntos públicos, candidatando-se a vereadora. Ela assumiu o cargo em 1972 e faz questão de frisar que era do tipo “briguenta”. Dos dois mandatos que passou pela Câmara, ela gosta de lembrar de um dos momentos que mais se destacou por sua eloquência, defendendo fortemente sua opinião. Em umas das sessões, a pauta para votação era o levantamento de verbas para a ampliação da zona do meretrício da cidade, conhecida como Fausta, localizada no bairro do Socomim. “Naquela época o Paulo Pimentel [governador do Paraná] mandou

³⁰ Apesar de outros cidadãos terem escritos novos hinos, o de autoria de Eloah e seu tio, Bento Mossurunga, foi considerado o oficial pela Prefeitura de Telêmaco Borba em 2009. Na letra, a pioneira relata uma parte da história da região: “Das virgens matas e campos verdejantes / Servindo-se também do rio Tibagi, / Homens de ideais, espíritos vibrantes. / Constituíram as indústrias aqui. / Salve! Salve! Telêmaco Borba / Terra querida e de grandes primores, / A nossa homenagem rendamos / À cidade dos trabalhadores. / Pois a cadência de enorme e real progresso / Um município mui grandioso fez nascer, / Marcando assim, verdadeiro sucesso / Faz, então o Paraná engrandecer”.

despejar as meretrizes do edifício São Paulo, em Curitiba. [...] e elas vieram pra cá, junto com as daqui!” (QUADRADO, 2012). As “casas de tolerância” de Telêmaco Borba ficaram pequenas e, por essa razão, as mulheres foram até à Câmara pedir apoio aos vereadores. A pioneira, vendo que os colegas queriam ceder ao pedido das meretrizes, fez um discurso “acalorado”, defendendo a “moralização do município” e o impedimento da ampliação via recursos públicos.

No final da sessão, Eloah saiu vitoriosa e o pedido das mulheres foi negado. No entanto, como todas estavam acompanhando a votação, a pioneira foi jurada de morte pelo motorista de uma das proprietárias mais conhecidas da zona, Helena. Durante algumas semanas, a professora foi perseguida pelas principais ruas da cidade por um simca azul. Sempre que o avistava, ela entrava na casa de amigos ou em estabelecimentos comerciais. A “angústia” de Eloah só terminou quando, em um final de semana, ela soube que o motorista se envolveu em uma briga na zona do meretrício de Ponta Grossa e acabou morrendo. Depois de “encerrada” essa história, a pioneira nunca mais tinha ouvido falar naquelas mulheres e se espantou quando encontrou Helena, muitos anos depois.

O Tito [apelido do marido Francisco Maria Quadrado] se candidatou a vereador e disse: ‘olha, Eloah, você não vai trabalhar pra mim? [...] Trabalha um pouquinho pra mim, você ganha voto’. Eu vou, vou fazer só um pouco pra você [...] porque eu não quero mais saber de política. [...] vou fazer o BNH [bairro de Telêmaco Borba] pra você. Quando que eu ia descobrir que a Helena morava lá? Plá, plá, plá [barulho de palmas]. ‘Ô, dona Eloah! Tá lembrada de mim?’ Olha, a senhora me desculpe, eu lido com muita gente, a sua fisionomia não me é estranha... Eu tô pedindo um votinho pro Tito e o que acontece é o seguinte: não me lembro o seu nome. ‘Ah, dona Eloah, por causa da senhora hoje eu sou crente! Vendi a zona, vendi tudo e tô cuidando dos meus netos. Tenho até filho formado!’ Era a Helena. Aquilo pra mim foi uma felicidade única. (QUADRADO, 2012).

De fato, Eloah não se envolveu mais com a política e continuou se dedicando ao ensino. Aos 45 anos, com seis filhos e uma carreira já consolidada, ela decidiu que estava na hora de voltar a estudar e se graduar em pedagogia. Aprovada no vestibular da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Curitiba, a pioneira iniciou a vida acadêmica de maneira cômica, participando do trote promovido pela turma veterana. “Eles achavam que eu não iria participar, mas eu gostava das coisas! Já que eu estou na dança, vou ter que dançar!” (QUADRADO, 2012). Inicialmente, os calouros tiveram que doar os sapatos e as roupas para a “pobreza”, vestindo sacos de algodão. Depois, sujos de tinta, foram obrigados a pular no chafariz da Praça General Ozório. Neste ponto, Eloah decidiu que estava na hora de fugir,

pois tinha medo de se afogar. Quando tentou pegar um táxi para voltar a seu apartamento, nenhum motorista quis parar. No ônibus ela também foi barrada – dessa maneira, a única alternativa que lhe restava era voltar a pé. “Eu ia andando e foi juntando uma criançada atrás de mim. E eles cantavam assim: ‘palhaço o que é? Ladrão de mulher! Palhaço o que tem? Ladrão de vintém’”. (QUADRADO, 2012). Quando alcançou a porta de casa, a “turma” a abandonou e, com os pés sangrando de caminhar nas calçadas irregulares, entrou. “Mas valeu a pena, foi divertido!” (QUADRADO, 2012).

Pedagoga diplomada, Eloah continuou trabalhando até se aposentar com 31 anos de profissão. Os serviços prestados ao município foram reconhecidos com uma série de homenagens e títulos, como o de Cidadania Honorária, de 1996, e a Comenda da Rota dos Tropeiros, de 2004. Viúva há alguns anos, ela agradece pela vida que tem e por tudo que foi capaz de cumprir em 84 anos.

4.3.1 Condições de Produção da Entrevista

O telefone de Eloah Martins Quadrado foi o único fornecido pelo Museu Histórico porque uma das funcionárias a conhecia da época em que foi inspetora de ensino. Na ocasião, alertou-se que o estado de saúde da pioneira não estava bom e que, talvez, não estivesse em condições de dar entrevista. No entanto, entrando em contato com uma das filhas da professora, ela disse que a mãe não veria problemas em receber a investigadora em casa.

A conversa foi realizada no dia 12 de julho de 2012, no período da tarde, e teve duração de duas horas. De fato, a dificuldade para andar e a recente recuperação de uma doença que a deixou internada em um hospital por três meses, fizeram com que a pioneira sentisse o “peso” da idade. Em alguns momentos da entrevista, ela se confundia no raciocínio e tinha dificuldades para recordar nomes e lugares. Por outro lado, a vivacidade e o bom humor ao narrar as histórias que lembrava permaneceram.

Mesmo caminhando lentamente, Eloah foi extremamente inquieta durante a conversa, levantando diversas vezes e transitando entre os cômodos de sua casa. Ela foi a entrevistada que mais quis apresentar toda a família, apontando fotografias, quadros e nomes em uma árvore genealógica que enfeitava a sala de estar. A pioneira fez questão de mostrar um grande álbum com todas as suas conquistas profissionais, no entanto, reteve-o em suas mãos, sem oferecer as imagens à investigadora.

Assim como Aulino Feitosa Alves, Eloah é uma das pioneiras “cristalizadas” da cidade, sendo uma das fontes mais recorrentes. Apesar da idade avançada,

continua segura no que diz e detalhista com relação aos fatos que lembra plenamente. Contudo, é fundamental ressaltar que, ao ver o portfólio, ela pouco se interessou. Inquieta e com a atenção dispersa, comentava rapidamente sobre as fotografias e logo ia buscar mais imagens do seu próprio acervo familiar. Por essa razão, uma questão ficou clara: Eloah estava disposta a conversar sobre os mais diversos assuntos do município – desde que ela mesma conduzisse a entrevista.

4.4 FRANCELINA MENDES

Francelina Mendes, mais conhecida pelos amigos e familiares como Cila, nasceu no dia 18 de setembro de 1939, no atual município de Imbaú³¹ (PR). Filha de sitiantes, teve uma infância simples, ajudando o pai na organização da “feira”. Mesmo não se recordando de muitos detalhes, provavelmente, essa “feira” era feita nos mesmos moldes relatados por Fernandes (1974): os Mendes atravessavam o rio Tibagi com frutas, verduras e legumes para vendê-los aos operários que trabalhavam na construção da fábrica.

Como uma de suas irmãs mais velhas morava em Harmonia, a pioneira decidiu ficar uma “temporada” por lá para estudar no grupo escolar. Os estudos, porém, foram encerrados ainda no primário, pois, como o dinheiro era escasso, ela precisou encontrar um emprego. Em 1957, Francelina se casou com Edgar e decidiu ficar definitivamente em Harmonia. O marido, então com 19 anos, foi contratado pelas Indústrias Klabin, ganhando uma casa na vila operária.

Quando os lotes começaram a ser ofertados na Cidade Nova, eles compraram um pedaço de terra no bairro Socomim. “[...] era tudo mato ainda quando nós viemos [...] tinham poucos vizinhos.” (MENDES, 2012). Uma casinha de madeira foi erguida e as condições eram precárias – “era humilde, humilde, humilde, de não ter uma cadeira pra sentar!” (MENDES, 2012).

Mesmo com todas as dificuldades, o casal teve três filhas e, com o crescimento dos cargos ocupados por Edgar na fábrica, a situação foi melhorando. Constantemente, ele era enviado para trabalhar nos acampamentos operários mais distantes e a família o acompanhava. De acordo com Francelina, eles viveram em três lugares diferentes e, em todos eles, uma residência foi oferecida pela Klabin. Vendo o esforço do esposo, a

³¹ Naquela época, essa região também pertencia à Comarca de Tibagi. No entanto, com a emancipação de Telêmaco Borba, Imbaú passou a ser um distrito da nova cidade. Em 1997, por meio da Lei número 11.220, Imbaú foi desmembrado, também se transformando em um município.

pioneira também resolveu ajudar nas despesas, candidatando-se a vaga de enfermeira do posto de saúde do acampamento que moravam na época, localizado na região da Campina dos Pupos.

Assim que foi contratada, Francelina foi enviada pela fábrica para fazer um curso de enfermagem em Londrina (PR). A pioneira não consegue recordar em que instituto estudou, mas conta que seu treinamento durou apenas 15 dias. Quando retornou à Campina, começou a trabalhar no posto de saúde como única enfermeira. A média de atendimentos era de 35 por dia, “aí o que eu não podia, não tava no meu alcance de atender, eu mandava pro hospital de Harmonia”. (MENDES, 2012). Segundo Francelina, nos oito anos que trabalhou, os mais diferentes quadros clínicos passaram pelo postinho e a rotina era intensa. Ela só se afastava do serviço no período das férias, quando uma substituta era enviada para ficar no seu lugar.

Em 1998, Edgar faleceu e, para a pioneira, as lembranças mais especiais desses primeiros anos da cidade foram aquelas partilhadas com o marido. Hoje, com 73 anos, ela vive com uma das netas e se sente realizada com todas as conquistas que teve no decorrer da vida. Também faz questão de frisar que, mesmo na época das “vacas magras”, nunca teve do que reclamar: “porque como a gente diz, o pobre tendo saúde, já é feliz”. (MENDES, 2012).

4.4.1 Condições de Produção da Entrevista

Francelina Mendes não aparece na lista “oficial” do museu histórico e dificilmente se tornaria uma fonte recorrente, pois não desempenhou um papel de “destaque” na trajetória de Telêmaco Borba. A pesquisadora, inclusive, somente ficou sabendo de seu pioneirismo porque Jaqueline Mendes, uma das funcionárias do museu, comentou que Francelina era sua avó e que ela havia trabalhado durante muitos anos no posto de saúde da Campina dos Pupos. A perspectiva que a pioneira poderia dar ao passado interessou à investigação e a entrevista foi marcada para o dia 10 de julho de 2012.

Francelina recebeu a pesquisadora em sua casa e a conversa durou cinquenta minutos. Ela foi a primeira fonte a mostrar “resistência” na hora de relembrar o passado. Por essa razão, mesmo com o uso das “interjeições provocadoras” de Thompson (1998), a pioneira falou pouco, dando respostas curtas e bastante objetivas. Por vezes ela completava seus comentários com a frase “não me lembro, faz muito tempo”, fornecendo poucos detalhes. Para Pollak (1992), é preciso reconhecer que contar a própria vida, dividir lembranças, nada

tem de natural, principalmente se não existe uma “situação de justificação” ou de construção do próprio eu, como no caso de políticos e artistas. Assim, “uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou quem ela é, de repente ser solicitada a relatar como foi a sua vida, tem muita dificuldade para entender esse súbito interesse”. (POLLAK, 1992, p.213).

Já o portfólio, quando apresentado, também não surtiu o efeito desejado. Francelina olhava as fotografias demoradamente, mas não externava suas lembranças. Quando questionada sobre alguma pessoa ou lugar retratado, sua resposta era evasiva. Dessa maneira, além do reconhecimento da dificuldade de falar sobre a própria vida, relatada por Pollak (1992), alguns pontos merecem ser destacados para elucidar as reações da pioneira: 1) como ela morou muito tempo nos acampamentos afastados do “centro” da Cidade Nova, participou pouco dos acontecimentos sociais, sendo mais espectadora do que atuante; 2) de origem humilde e somente com o curso primário, Francelina não está acostumada a ser ouvida e a repartir suas recordações. Talvez, no decorrer da análise das imagens, ela tivesse algo para acrescentar, mas, julgando seus comentários inadequados, resolveu se manter em silêncio.

Ainda é fundamental salientar que, como ela não se via protagonista da história da cidade, sentiu-se mais a vontade ao falar sobre sua própria família. No final da entrevista, mostrou um álbum antigo à pesquisadora, apresentando as pessoas retratadas e contando sobre a vida com Edgar e as filhas.

4.5 HONORINA RIBAS DE PAULA NOCERA

Honorina Ribas de Paula Nocera nasceu no dia 10 de agosto de 1928 em Tibagi (PR). Em 1956, ela e o marido José Augusto decidiram que estava na hora de se “aventurar” em uma nova região em busca de uma vida melhor. Assim que chegaram à Lagoa, José Augusto foi contratado para trabalhar nas Indústrias Klabin. Como o dinheiro era curto, eles se acomodaram em uma pensão e, para diminuir o valor da diária, Honorina ajudava na cozinha, cortando carne.

Quando começou a venda de lotes na margem oposta do rio Tibagi, a pioneira se mudou com a família para um ranchinho, próximo à atual avenida Horácio Klabin. A casa era simples, com poucos cômodos; tanto o banheiro como a única torneira com água encanada ficavam no lado de fora. Honorina tinha poucos vizinhos, por isso, lembra deles até hoje: um se chamava Luiz Rodolfo e era turco, a outra era dona Rita, açougueira.

Foi nessa época que o casal deu os primeiros passos no comércio – para ajudar com as despesas, a pioneira costurava sapatilhas femininas, conhecidas na época como

“balé”. Os calçados se esgotavam rapidamente, porque esse tipo de produto era raro na região. Dessa maneira, diante do negócio bem sucedido, resolveram se arriscar mais, vendendo sapatos “mais elaborados”. Para tanto, era preciso buscar as mercadorias na cidade de Ponta Grossa, distante 120 km de Telêmaco Borba. Já na primeira empreitada, um imprevisto aconteceu: como não tinham muito dinheiro, acabaram se excedendo na compra e estourando o orçamento. O turco, dono da loja de calçados, deixou que eles levassem os pares, porque “conhecia gente boa pelo nariz” (NOCERA, 2012) e sabia que eles voltariam para pagar.

A aposta do comerciante foi certa e, de acordo com Honorina, ela e José Augusto iam toda semana buscar mais mercadoria. Como não podiam investir muito, traziam de seis a oito pares por vez. Quando não conseguiam viajar – pois demandava tempo, tendo em vista a condição precária das estradas – recebiam as encomendas por ônibus. “[...] minha casa era aonde o ônibus chegava, então a gente recebia os pacotes.” (NOCERA, 2012). A “logística” funcionou, impulsionando o casal a abrir a primeira loja.

Um novo terreno foi comprado e eles decidiram instalar sua casa junto ao estabelecimento comercial. A pioneira adianta que tudo continuava simples, com um pequeno salão e dois cômodos nos fundos. O tamanho do imóvel não diminuiu as expectativas: “[...] nessa noite que a gente mudou pra nossa casa, a felicidade era tão grande que a gente sentou e nós não fomos deitar”. (NOCERA, 2012). Aos poucos, a Sapataria Nocera foi ganhando projeção e se tornando referência no município recém emancipado. No auge, Honorina e o marido iam buscar calçados no Rio Grande do Sul, certificando-se da qualidade do couro e trazendo as novidades para Telêmaco Borba.

Quando um de seus quatro filhos, Hamilton, formou-se oftalmologista, fez uma proposta aos pais: só voltaria a morar na terra natal se abrissem uma ótica, porque não poderia receitar óculos aos pacientes se não houvesse onde comprar. Honorina acatou a ideia e dividiu o espaço da sapataria em dois: de um lado, os calçados, do outro, a ótica. Os ramos de comércio tão diferentes demandavam trabalho excessivo e os Noceras decidiram, então, oferecer apenas os óculos.

A Ótica Santa Rita, nome que a loja assumiu depois da mudança, está aberta até hoje e, mesmo aos 84 anos, a pioneira continua a frente da administração, indo trabalhar todos os dias.

4.5.1 Condições de Produção da Entrevista

Honorina Ribas de Paula Nocera é bastante conhecida na cidade, pois foi uma das pioneiras do comércio, vendendo sapatos para famílias inteiras. Seu nome faz parte da lista “oficial” do museu e é constantemente citado em levantamentos históricos. Apesar disso, ela não é muito afeita a entrevistas – para conseguir marcar a conversa, a pesquisadora teve que insistir, passando todos os dias na Ótica Santa Rita e, também, ligando em sua residência. Depois de uma série de desencontros, ela foi entrevistada no dia 19 de julho de 2012, em seu local de trabalho. Essa foi a primeira vez que a investigadora não foi recebida em casa, talvez porque, para a comerciante, sua ótica seja uma extensão desta, guardando uma relação de carinho explícita em suas falas.

A pioneira é objetiva e sucinta nas respostas – em um ou outro comentário ela fornece mais detalhes, principalmente sobre seu “ranchinho” e sobre a rotina dos primeiros anos no comércio. Bem humorada, ri do passado, frisando que, quando chegaram, nada estava pronto. No decorrer da conversa de 50 minutos de duração, houve interrupções, pois Honorina cumprimentava os clientes que chegavam, bem como dava orientações aos seus funcionários. Uma das vendedoras da ótica, Edina de Lourdes Cavalcante, atenta à entrevista, ajudou a chefe em algumas respostas, principalmente quando a pioneira ficava confusa sobre a localização de certos bairros e estabelecimentos comerciais.

Quanto ao “desempenho” com o portfólio em mãos, Honorina acrescentou pouco às informações que já havia repassado à pesquisadora. Seu comportamento foi mais introspectivo: ela analisava as imagens com atenção, mas não dividia suas lembranças. Assim como a filha de Alberto Alves Feitosa, a funcionária Edina também se interessou pelas fotografias, olhando uma a uma e apontando lugares que a pioneira não conseguia se recordar. Vale ressaltar que Honorina não mostrou um álbum no decorrer da conversa – talvez por estar em sua ótica e longe do seu “acervo” familiar. No entanto, ao lembrar que possuía quadros com imagens antigas pendurados próximo ao balcão, convidou a pesquisadora para observá-los.

4.6 MARINA DE LURDES DA LUZ DAL COL

Marina de Lurdes da Luz Dal Col nasceu no dia 24 de setembro de 1940 na cidade de Ponta Grossa. Com apenas sete anos, acompanhou a família na mudança para Harmonia. Na época, sua tia materna, Amália Bus, era proprietária do Hotel Harmonia e,

como foi chamada para administrar o Hotel Central (também na vila operária), resolveu repassar o estabelecimento para a irmã. Marina conta que o hotel era muito simples, construído em madeira. Nos quartos, havia apenas uma cama e um guarda-roupa; e os quatro banheiros que existiam eram usados de forma coletiva pelos hóspedes.

A clientela era basicamente formada pelos funcionários da Klabin, por isso, a fábrica negociava diretamente com os proprietários, pagando-os de acordo com uma tabela preestabelecida de preços. Dessa maneira, os operários não precisavam “se preocupar” com o acerto da hospedagem, pois os valores eram descontados mensalmente na folha de pagamento.

Além dos quartos, o hotel também oferecia café da manhã, almoço e jantar. Marina, mesmo criança, precisava ajudar a família servindo as mesas no restaurante. “[...] [como] eu era muito baixinha, os hóspedes ajudavam a pegar [os pratos] porque a gente punha no braço os pratos assim, né? Porque não é como agora que tem buffet.” (DAL COL, 2012).

A pioneira cursou até a quarta série no Grupo Escolar de Harmonia, depois, passou a se dedicar exclusivamente à rotina de trabalho. Ela destaca que havia a possibilidade de dar continuidade aos estudos viajando para outras cidades, no entanto, a prioridade era dada aos irmãos homens: “Naquela época a preferência era pros homens [...]. E a gente, como é que eu vou te dizer? [A gente] Era preparada pra ser mãe, ser dona de casa e esposa [...]” (DAL COL, 2012).

Figura 9 – Marina em frente ao Hotel Harmonia, na vila operária. Essa é uma das poucas fotografias que ela tem do primeiro estabelecimento administrado pela família



Fonte: Autor desconhecido. Acervo pessoal de Marina Dal Col

Quando o Bonde Aéreo começou a ser construído na década de 50, os Dal Cols tiveram a “concessão” do terreno do hotel retirada, pois uma das cabines do novo meio de transporte seria instalada justamente naquele local. Diante dessa situação, a família resolveu mudar-se para a outra margem do rio Tibagi e montar o primeiro estabelecimento do gênero no loteamento. De acordo com Marina, o hotel foi a quinta construção da Cidade Nova e ficou pronto entre os anos de 1955 e 1958 (ela não soube precisar a data). Com cinco quartos, banheiros coletivos, sala de refeições e cozinha, o Hotel Dal Col passou a funcionar, atendendo viajantes e os funcionários das Indústrias Klabin.

Figura 10 – Fachada do Hotel Dal Col, construído na Cidade Nova na metade da década de 50



Fonte: Autor desconhecido. Acervo pessoal de Marina Dal Col

A tradição do restaurante persistiu no novo hotel e a preparação de refeições foi se intensificando na medida em que mais operários passaram a viver na Cidade Nova. Marina precisava acordar às 5h da manhã para que o almoço estivesse pronto às 9h. Nesse horário, os “marmiteiros”, crianças contratadas para levar a comida até à fábrica, já começavam a chegar.

Na década de 1960, além de ajudar no negócio da família, a pioneira trabalhava como telefonista na central recém inaugurada no loteamento. Ela conta como era sua rotina:

Tinha uma mesa, era tudo conectado, né? [...] Então, por exemplo, se você precisasse de uma ligação, você tinha que falar comigo e eu fazia a ligação pra você. [...] E a prioridade da telefônica aqui era da Klabin, porque [...] foram eles que conseguiram trazer pra cá [a telefônica]. Então, na parte da manhã, até às 10h, ninguém fazia ligação. [...] depois das dez, dez e meia, que eles terminavam tudo as ligações deles, daí o povo podia fazer interurbano. (DAL COL, 2012).

Figura 11 – Marina exercendo seu trabalho de telefonista na central instalada na Cidade Nova



Fonte: Autor desconhecido. Acervo pessoal de Marina Dal Col

Gradativamente, Marina foi se desligando do Hotel Dal Col até vender sua parte, junto com outros três irmãos, para o caçula da família, Mauroli³². Aposentada, hoje a pioneira dedica-se à casa, recebendo parentes, filhos, netos e amigos. Ela lamenta que muito de seus companheiros daquela época já tenham falecido, mas se alegra por poder partilhar suas lembranças e perpetuar a história dos primeiros anos da cidade.

4.6.1 Condições de Produção da Entrevista

Marina é constantemente citada como pioneira de Telêmaco Borba porque é a mais velha dos irmãos Dal Col, responsáveis pela fundação do primeiro hotel na Cidade Nova. Seu nome faz parte da lista do museu histórico, por essa razão, a pesquisadora resolveu

³² Atualmente, Mauroli Dal Col ainda administra o estabelecimento, que ocupa o mesmo lugar do primeiro prédio, na rua Reginaldo Guedes Nocera, 614. A infraestrutura foi ampliada e o restaurante perdeu a importância que tinha nos anos 50, tornando-se secundário dentro da lista de serviços do hotel.

entrevistá-la. Para tanto, primeiramente recorreu a uma de suas irmãs, Marli, que, gentilmente, passou o contato de Marina.

A entrevista ocorreu no dia 11 de julho de 2012 em sua casa, no período da manhã, e teve duração de uma hora. Apesar de sua objetividade na hora de responder as perguntas, a pioneira forneceu dados e detalhes importantes, principalmente em relação ao cotidiano da Cidade Nova. Em alguns momentos, a memória “falhava” e ela ficava insegura de suas recordações, completando seus comentários com as expressões “faz tanto tempo” ou “não consigo lembrar bem”.

Ao analisar o portfólio, Marina não foi introspectiva, mas também não acrescentou muitas informações àquelas que já havia repassado. É interessante destacar que, assim como outros pioneiros, quis mostrar as fotografias de sua família, que ficam armazenadas dentro de uma caixa de sapatos. Pela primeira vez, um dos entrevistados deixou seu acervo ser “manuseado” pela pesquisadora, porém, com certas ressalvas – algumas imagens não eram repassadas e a caixa ficou o tempo todo em posse de Marina. Notando o interesse da investigadora, ela ofereceu algumas fotografias para serem digitalizadas e devolvidas quando pudesse.

Quinze imagens foram escaneadas no mesmo dia da entrevista e devolvidas na manhã seguinte. Os arquivos digitais foram repassados ao museu de Telêmaco Borba para que fossem guardados junto ao acervo histórico.

4.7 SILVESTRE SOLAK

Silvestre Solak nasceu em Piraí do Sul (PR), dia 22 de julho de 1938. No início da década de 60, ouvindo histórias de quem havia deixado a cidade para trabalhar na Fazenda Monte Alegre, interessou-se pela oportunidade e decidiu arriscar. Chegou à região em abril de 1961 e, no mesmo dia em que pôs os pés nas Indústrias Klabin, foi contratado. Inicialmente, ocupou o cargo de ajudante geral, depois foi remanejado para a usina termoelétrica, onde permaneceu por sete anos.

Em 1967, Solak candidatou-se pela primeira vez para ser o presidente do Sindicato do Papel, fundado em 1955 com o objetivo de defender os interesses econômicos, profissionais e sociais dos operários da fábrica. (LAGOS, 2012). Contabilizou mais votos que os outros concorrentes, assumindo a presidência naquele mesmo ano. A partir daí, a história do pioneiro confunde-se com a do sindicato, pois ele ficou à frente de sua administração por 18 anos consecutivos. Durante esse tempo, lutou pelas reivindicações dos associados o que,

algumas vezes, causava “choques” com a Klabin. No entanto, Solak ressalta que sempre prezou pela boa convivência e pelo respeito.

Quando eu entrei no sindicato, eu ganhei alguns livros sobre o sindicalismo nos Estados Unidos e eu guardei pra mim uma coisa que foi muito importante: respeitar para ser respeitado. Isso meu ajudou muito, né? [...] Tudo era resolvido com dignidade. (SOLAK, 2012).

Quando assumiu, em 1967, a fábrica contava com seis mil funcionários diretos e grande parte não era sindicalizada. Com incentivos e ações favoráveis à entidade, a administração do presidente conseguiu atingir 5.500 associados. Muitos operários, além de se interessar pela força que o sindicato poderia ter em uma negociação trabalhista, também se filiavam porque queriam usufruir de outros benefícios oferecidos, como cursos de corte e costura e de preparação para o exame de admissão; assistência médica e odontológica gratuitas. Dessa maneira, por meio de um acordo com as Indústrias Klabin, assim que um funcionário fosse assinar sua carteira de trabalho, a proposta de sindicalização já era apresentada. Se, por ventura, ele não aceitasse, poderia se filiar depois, na própria sede da entidade.

Além das “ações sociais” prestadas, Solak destaca outras atividades que eram comuns, como as festas no Dia do Trabalho. “Primeiro de maio nós fazíamos um festão que eu vou te contar! [...] Na primeira festa, o público que saiu foi do sindicato dessa época. [...] Eu fui para Ponta Grossa e trouxe a banda de lá, trouxe o Regente Feijó pra desfilar aí.” (SOLAK, 2012). Empolgada pela música, a população de Telêmaco Borba participou da festividade, que aconteceu ao longo da principal avenida do município, a Horácio Klabin. Também fizeram parte do desfile os jogadores de futebol do Sindicato do Papel – time que, de acordo com o pioneiro (SOLAK, 2012), era “tão bom que jogava com os [clubes] profissionais e ganhava!”. É importante salientar que esses atletas eram operários e amadores, praticando o esporte por prazer. Assim que terminavam o turno na fábrica, iam direto para o estádio de Harmonia treinar, pois esse era o único campo disponível na época.

Por fim, a última ação tomada pela administração que o ex-presidente faz questão de destacar foi a criação de uma cooperativa habitacional para atender servidores públicos e sindicalizados. Por meio de financiamentos junto ao Banco Nacional de Habitação³³, os associados podiam comprar a casa própria e pagá-la por um longo período de

³³ O Banco Nacional da Habitação (BNH) era uma instituição pública dedicada ao financiamento e à construção de empreendimentos imobiliários. Criado em 1964 por Sandra Cavalcanti, por meio da Lei número 4.380, o BNH realizava operações de crédito, bem como a gestão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

tempo, mantendo os valores das parcelas acessíveis. Diversos bairros de Telêmaco Borba foram construídos assim, como Jardim Alegre, Bandeirantes, São Francisco, Conjunto Tibagi e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (mais conhecido como BNH, pois foi a primeira região a ser financiada pelo banco).

Paralelamente à vida sindical, Solak começou a enveredar pela carreira política. Ele fez parte da Comissão de Emancipação³⁴ do município – fato que o orgulha, pois considera um dos momentos mais importantes da cidade. O pioneiro conta que o processo não foi difícil, principalmente porque Péricles Pacheco, o diretor das Indústrias Klabin da época, era primo do então governador do Paraná, Ney Braga. Por essa razão, a comissão pôde tratar quase que diretamente com o “chefe” do estado.

Em 1977, Solak se candidatou ao cargo de prefeito do município, ficando em segundo lugar na votação. Para ele, a derrota veio porque não tinha “malícia política”, recusando-se a fazer acordos prévios. Depois dessa tentativa, não concorreu novamente, voltando a se dedicar apenas ao sindicato. Após encerrar sua administração, em 1985, aposentou-se, mas continuou trabalhando junto à prefeitura. Atualmente, com 74 anos de idade e 50 anos de carteira assinada, Solak não pensa em parar e confessa que, de vez em quando, sente saudades da época em que estava na Klabin, trabalhando com seus companheiros mais antigos.

4.7.1 Condições de Produção da Entrevista

O nome de Silvestre Solak não é citado pelo Museu Histórico de Telêmaco Borba, mas foi sugerido em conversas informais com cidadãos do município, que ressaltaram seu trabalho de quase duas décadas na administração do Sindicato do Papel. Por intermédio de um de seus filhos, Geraldo, a pesquisadora marcou uma entrevista com o pioneiro no dia 12 de julho de 2012.

A conversa foi realizada na casa de Solak na parte da noite e contou com uma participação não prevista: Hilda de Jesus Prestes, esposa do pioneiro. Em nenhum momento, ela deixou a sala de estar e, sempre que podia, fazia comentários para auxiliar o marido e respondia as perguntas da pesquisadora.

(FGTS). Como era um banco de “segunda linha”, não operava diretamente com o público, mais por meio de intermediários, como outras instituições financeiras e companhias habitacionais. O BNH foi fechado em 1986 e repassado à Caixa Econômica Federal.

³⁴ O nome de Silvestre Solak não é citado no livro de André Coraiola (2003) junto à Comissão de Emancipação de Telêmaco Borba.

O casal é bem articulado e sabe organizar cronologicamente os fatos históricos da cidade. O ex-presidente do sindicato foi uma das fontes mais ricas para fornecer detalhes sobre o comportamento dos funcionários das Indústrias Klabin e sobre o “clima de trabalho” na fábrica. Como esteve envolvido na Comissão de Emancipação e nas ações da cooperativa habitacional, ele também forneceu dados sobre a infraestrutura da Cidade Nova. Essas características demonstram que, mesmo não fazendo parte da lista “oficial” do museu e dos entrevistados recorrentes, Solak tem muitas histórias para contar. Em nenhum momento ele ficou inseguro de suas recordações, principalmente porque está certo de seu papel no desenvolvimento do município.

Ao analisar o portfólio, apontou pessoas, descreveu lugares e acrescentou mais informações às ditas anteriormente. Hilda também se interessou pelas imagens e, rapidamente, foi buscar um álbum de família para mostrar os filhos e os netos à investigadora. É importante ressaltar que Solak foi o único entrevistado a afirmar com veemência que uma das fotografias selecionadas (número 11) retrata a vila operária conhecida como Mina de Carvão. Ele, inclusive, garante que já esteve em uma das casas que aparece na imagem.

4.8 TEREZA DE JESUS IANK

Tereza de Jesus Iank nasceu no dia 16 de setembro de 1932, na Fazenda Morungava, município de Sengés (SP). Com 17 anos, mudou-se para a cidade de Curiúva (PR) e trabalhava como ajudante em uma pensão, instalada na região da Serraria Guajuvira. Foi durante o serviço que conheceu Iolando, um castrense que havia acabado de ficar viúvo. Casaram-se e continuaram morando em Curiúva até 1951, quando o marido decidiu ir à Fazenda Monte Alegre para trabalhar no transporte de madeira. Como ele já prestava alguns serviços para as Indústrias Klabin, a contratação foi rápida.

Inicialmente, o casal instalou-se na vila operária Miranda, depois, mudou-se para Lagoa. Até hoje a pioneira lembra-se do nome da rua onde ficava sua residência na sede administrativa: Mauá. Lá, ficaram até 1962, pois, atraídos pela possibilidade de ter o imóvel próprio, migraram para a margem oposta do rio Tibagi, no novo loteamento. A primeira casinha, localizada na rua Cambará, atual bairro Bom Jesus, era feita de madeira e tinha apenas quatro cômodos. O banheiro era externo e Tereza enumera os únicos equipamentos domésticos que tinha: um fogão a lenha e um rádio velho a pilha. Ainda na década de 60, a família trocava de endereço, indo para o Socomim – bairro que a pioneira mora até hoje.

Após a experiência como ajudante na pensão nos anos 40, Tereza não voltou mais a trabalhar, dedicando-se somente ao lar e aos cinco filhos que teve. “Nunca trabalhei, só [fazia] serviço doméstico. Nunca trabalhei fora [...] trabalhava assim, lavava roupa pros rapazes que passavam, né? Mas trabalhar assim empregada, nunca trabalhei.” (IANK, 2012). Apesar disso, sua rotina era cheia. “Eu fazia ponto de marca, crochê. Eu lavava roupa, passava a roupa, né? No ferro de brava passava a roupa [...] fazia pão em casa, tinha serviço o dia inteiro.” (IANK, 2012). Ela conta que também costumava cortar lenha e varrer o terreiro.

Quando as ocupações eram muitas, ela as dividia com as filhas Hilda, Guiomar, Izilda e Rosemare, que, geralmente, eram responsáveis por lavar o chão da casa. Mesmo com a grande quantidade de poeira que vinha das ruas de terra, Tereza conta que era “tudo limpinho”, pois as meninas caprichavam, varrendo inclusive embaixo do assoalho. Assim que terminavam as ocupações, as crianças iam brincar com os vizinhos e, na maioria das vezes, faziam o quintal da pioneira de palco de festivais imaginários. No repertório, havia canções de Roberto Carlos, Milton César e Martinha.

Outra forma de diversão era o transporte de água. Como só havia uma torneira para diversas residências, era preciso estocá-la no período da noite, pois, no decorrer do dia, outras pessoas passavam a usar o sistema precário de abastecimento, diminuindo drasticamente o fluxo. “De manhã até umas horas tinha água, depois que abriam as torneiras pra lá, não subia mais.” (IANK, 2012). Tereza ri ao lembrar que as crianças mais novas, de fato, gostavam de fazer esse serviço, já as filhas mais velhas, tinham outro interesse, pois, próximo às torneiras, moravam alguns namoradinhos. A “paquera” era feita às escondidas, porque Iolando era um pai rigoroso. As meninas só podiam sair à tarde e na companhia da mãe. No entanto, elas conseguiam “driblar” as proibições, fosse se oferecendo para buscar água ou fugindo à noite para ir ao cinema.

Os cinco filhos da pioneira cursaram o primário, porém, apenas um deles continuou os estudos, formando-se técnico pelo Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Tereza também tem somente o aprendizado básico, algo que não a impede de ser uma leitora assídua. Desde adolescente, ela gosta de ler e, como não podia comprar livros e revistas, emprestavas das amigas. Mais tarde, ela contou com a ajuda do sobrinho Nino, que lhe dava exemplares do jornal *O Tibagi*. “Ele pegava [o jornal] e nem lia, só lia o negócio do futebol [...] e trazia pra mim. Eu lia tudo, eu adorava!” (IANK, 2012).

Tereza ficou viúva há 26 anos e, atualmente, mora sozinha em uma pequena casa de madeira, nos fundos do lote de um dos filhos. Ela ainda leva uma vida simples, mas com mais recursos do que os disponíveis naquela época. No entanto, sente falta dos lampiões

de querosene, dos tanques de madeira e das brincadeiras da criançada. “Foi sofrido, mas foi bom. Deixou uma lembrança bem bonita.” (IANK, 2012).

4.8.1 Condições de Produção da Entrevista

Tereza de Jesus Iank foi a pioneira mais simples entrevistada por esta pesquisa. Seu nome não é conhecido pela cidade, nem consta nos registros do Museu Histórico. Por ser uma antiga vizinha da família da investigadora, foi citada em conversas informais, principalmente porque acompanhou o crescimento do bairro Socomim desde o princípio. Quando procurada, Tereza aceitou prontamente dar a entrevista no dia 16 de julho de 2012.

A pesquisadora foi recebida em casa e o encontro durou 50 minutos. Apesar de sempre ter se dedicado ao lar, a pioneira tem perspectivas interessantes sobre os assuntos da cidade – ela fala sobre política, sobre uma das paralisações das Indústrias Klabin e sobre as condições infraestruturais dos primeiros anos do município. Durante a conversa, narrou histórias com desenvoltura, seguindo uma linha lógica e sempre tentando se recordar de nomes e lugares. Porém, é importante destacar que, quando passou a analisar o portfólio, a transmissão de dados diminuiu consideravelmente e uma certa “timidez” a acometeu – talvez por não conhecer as fotografias e não saber afirmar do que se tratava.

Tereza foi a única que não mostrou qualquer tipo de imagem do seu próprio acervo, ela sequer mencionou ter fotografias guardadas. Pode-se inferir algumas razões para essa atitude: 1) como a família da pesquisadora, inclusive esta, a conhece há anos, ela não sentiu necessidade de apresentar os filhos e os netos, como fizeram outros entrevistados; 2) pela simplicidade da casa e do comportamento de Tereza, talvez ela não tenha muitas imagens dessa época, por isso, decidiu não partilhá-las. De qualquer maneira, com essa conversa, ficou evidente que novas perspectivas para além das “convencionais” do museu enriquecem a história e dão valor a pioneiros que, apesar de não terem ocupações “consagradas” também fazem parte da trajetória de Telêmaco Borba. E isso, claro, pode ser estendido para a recuperação histórica de outros lugares e cidades.

5 OS PRIMEIROS ANOS DA CIDADE NOVA (1950-1963) SOB A ÓTICA DOS PIONEIROS

Na primeira etapa da aplicação da proposta metodológica, há a realização de uma entrevista com o objetivo de se traçar o panorama de determinado período histórico. Dessa maneira, os pioneiros escolhidos foram questionados sobre o contexto dos principais fatores que “formam” uma cidade: infraestrutura, saúde, educação, religião, alimentação, lazer, segurança, comércio e política. O grande incêndio de 1963, já mencionado no capítulo 2, foi um assunto acrescentado posteriormente à lista, tendo em vista sua relevância na memória de alguns entrevistados.

Reunindo as contribuições, elaborou-se um “retrato geral” dos anos de 1950 a 1963. É importante frisar que essas informações foram repassadas antes da análise do portfólio – ou seja, não tiveram suporte imagético para auxiliar nas lembranças.

5.1 INFRAESTRUTURA

Nas vilas operárias, as Indústrias Klabin forneciam aos moradores água encanada, luz e estradas – no entanto, no novo loteamento, a situação mudou, pois a fábrica não era mais responsável por cuidar desses assuntos. Dessa maneira, pelas informações fornecidas pelos pioneiros, conclui-se que, dependendo da região da Cidade Nova, o abastecimento era precário, a rede elétrica não chegava e as vias se transformavam em um lamaçal quando chovia.

Silvestre Solak relembra que, no início da década de 60, a atual avenida Horácio Klabin era conhecida como Apucarana ou, simplesmente, como “avenida da lama”.

Eu lembro que a gente, naquela época, nós morávamos no Alto do Socomim e essa avenida hoje que é a Horácio Klabin era a avenida Apucarana, né? E nós chamávamos de avenida da lama. Pura lama! Quando chovia, Deus o livre! Os caminhões que traziam material pra Klabin, madeira, lenha, enfim, [...] passavam dentro dessa avenida. Então virava um ‘sarseiro’ como diz o caboclo, que eu vou te contar! Dava gosto, né? A gente às vezes tinha que tirar o sapato e ir descalço até o bonde [aéreo] ou então até a fábrica. [...] foi difícil no começo. [...] Lógico que, como era município de Tibagi, [era] o pessoal da prefeitura de Tibagi que vinha pra cá. Inclusive, arrastavam os caminhões em dias de chuva na avenida. Sempre em época de chuva ficava uma máquina, ou duas até, só pra puxar os caminhões. (SOLAK, 2012).

Aroldo Machado, bem humorado, reforça as colocações do ex-sindicalista: “Isso aqui era um barrá só, quando chovia você não andava. Nem se você era curu de chuteira, não andava em pé, não tinha condição.” A situação das estradas nos arredores da região não era diferente, prejudicando aqueles que, para trabalhar, precisavam viajar. Aulino Feitosa Alves foi um dos pioneiros que mais se deslocou pelas vias precárias, porque era chamado para atender doentes nos mais diversos “confinos”. “Eu tinha um jipe, então eu saía atender perto de Ortigueira, perto da Reserva, fui à Tibagi várias vezes, operava em Tibagi.” (ALVESb, 2012). De acordo com o médico, seu “raio de atuação” chegava até 100 km da Cidade Nova.

Grande parte dos deslocamentos que Feitosa precisava fazer era motivada pelo “sistema de chamados” da época. Como não havia telefone, normalmente, uma pessoa da família vinha até à Casa de Saúde e pedia para que o atendimento do doente fosse feito em casa. Até chegar, a “saga” era longa. “Eu ia no jipe até certo ponto, parava, descia, ia de cavalo ou a pé, não é? [...] Às vezes, nem de cavalo [eu ia]! Porque, por exemplo, se tinha uma cerca, o cavalo chegava até a cerca, aí tinha que pular [...] e ir a pé.” (ALVESb, 2012). Se precisasse deslocar o enfermo, o carro se transformava em uma ambulância e ia sacolejando até Cidade Nova.

Com relação à rede elétrica, o médico explica que o abastecimento era irregular.

Quando eu vim pra aqui, em 1960, [...] não havia luz pública. [...] A Klabin tinha montado uma rede elétrica aí porque tinha a Vale do Tibagi. [...] Então foi mais para atender interesses da Vale do Tibagi que a Klabin cedeu alguns quilowatts. E algumas casas tinham e ninguém pagava nada. Inclusive, no meu primeiro hospital, quando a gente começou lá, nós tínhamos energia elétrica. A luz era uma tochinha assim, mas tinha. (ALVESb, 2012).

Completando o comentário do irmão, Alberto Feitosa Alves contou que, no início, além da rede ser “fraca”, era desligada à meia noite.

De fato, somente algumas regiões possuíam eletricidade. Tereza de Jesus Iank e Francelina Mendes, que moraram no bairro Socomim, não tinham luz em suas casas, por isso precisavam recorrer a velas e lampiões de querosene. Quanto ao fornecimento gratuito, Silvestre Solak acredita que era uma espécie de tática da fábrica: “Como a Klabin tinha interesse de trazer o pessoal pra cá, [...] não só no começo, mas durante uns oito, dez anos, não me lembro bem; eles pagavam, eles davam água e luz para o pessoal aqui. Não precisava ser empregado da Klabin, né?” (SOLAK, 2012).

Com a emancipação do município, os primeiros prefeitos começaram a investir na infraestrutura – encerrando a participação da indústria de uma vez por todas. Segundo Marina Dal Col, Péricles Pacheco, que governou a cidade de 1964 a 1968, foi o responsável por expandir a rede elétrica; já Euclides Marcola, seu sucessor, (1969-1972) instalou a rede de abastecimento de água e esgoto. Dessa forma, antes das legislaturas, era comum a existência das torneiras coletivas, citadas por Tereza Iank e Honorina Nocera. Aqueles que precisavam de uma grande quantidade de água e não podiam ser surpreendidos com a falta de fluxo, tinham que providenciar outras “fontes”. No Hotel Dal Col, por exemplo, uma das primeiras providências foi construir um poço no pátio central.

Por fim, com relação aos meios de transporte, todos os pioneiros frisaram que os mais comuns eram cavalo, carroça e as próprias pernas. Aulino Feitosa conta que, quando veio à Cidade Nova em 1960, seu jipe foi o sexto veículo da região – dessa maneira, era de se esperar que as condições das estradas realmente não fossem ideais. No âmbito coletivo, antes da construção do Bonde Aéreo, existia uma pequena companhia de ônibus que fazia corridas interurbanas, de propriedade de “seo” Paladino. As cidades de destino ficavam próximas à Telêmaco Borba, como Tibagi, Piraí do Sul, Ponta Grossa e Curitiba. Para percorrer distâncias maiores, era preciso tomar outros meios de transporte. “Quando a gente queria ir pra São Paulo assim, a gente ia até Piraí [do Sul] de ônibus e de lá pegava o trem.” (DAL COL, 2012). Como não havia rodoviária, uma casinha na atual avenida Horácio Klabin era usada como ponto.

É esse, portanto, o contexto infraestrutural das décadas de 50 e 60 na Cidade Nova, precário em todos os níveis se comparado às condições atuais. Além das dificuldades de locomoção, a falta de eletricidade, água encanada e esgoto influenciavam diretamente na qualidade de vida e na saúde dos habitantes da região – assunto do tópico a seguir.

5.2 SAÚDE

O atendimento de saúde na Cidade Nova era carente de infraestrutura e as condições de vida da região acabavam por influenciar o bem estar dos moradores. O médico Aulino Feitosa Alves (2012) relata como foram esses primeiro anos:

No começo, quando a cidade não tinha asfalto, como tinha muito veículo da Klabin, caminhão transportando madeira, levantava muita poeira. Isso aqui era uma nuvem de poeira a vida inteira, de dia e de noite. E isso criava muita doença respiratória, principalmente em criança. Então a gente tinha um número absurdo de crianças com bronquite, com asma, com pneumonia, com gripe. E também, no começo da cidade, a água que vinha pra cidade [...] não era tratada. Vinha de um arroio, de um riacho que tem aí. [...] Era uma água poluída, contaminada. E isso dava uma quantidade de diarreia enorme e não era só em criança, era em todo mundo. [...] Quando a água começou ser tratada, [...] diminuiu drasticamente o problema da diarreia. (ALVESb, 2012).

De acordo com o pioneiro, a poluição das Indústrias Klabin também era fonte de problemas, principalmente com relação ao mau cheiro³⁵. Marina Dal Col foi uma de suas “vítimas” quando criança. Sempre adoentada, foi diagnosticada como “intoxicada” pelo odor da fábrica por Euclides Marcola, médico do Hospital de Harmonia. “Ele mandou minha mãe me tirar [da vila operária], senão eu ia morrer. Daí eu fiquei dois anos internada no colégio em Piraí. [...] Fiquei lá, fiz tratamento também e melhorei.” (DAL COL, 2012). Quando retornou, o cheiro não lhe incomodava mais.

Para mensurar o quanto o investimento em infraestrutura influenciava na saúde da Cidade Nova, Aulino Feitosa Alves (2012) compara o número de crianças internadas atualmente e naquela época: “[...] hoje eu converso com o pessoal aí do hospital, antigamente a média de internamento de criança era na faixa de 25, 30 crianças internadas. Quer dizer, tinha internada, não quer dizer que internava todo dia. [...] Hoje tá em dois, três, quatro, cinco internadas. Pra você ver como caiu.”

Mesmo com os altos índices de pacientes infantis nas décadas de 50 e 60, nem todos conseguiam vagas na Casa de Saúde. Uma das filhas de Tereza Iank, por exemplo, acidentou-se aos 12 anos e teve que ser tratada em casa.

O doutor Ulisses, o doutor Feitosa atenderam muito bem ela, só que ficou na casa, porque naquele tempo nem hospital não tinha. Porque era muito no começo, né? Era bem difícil. Tinha um hospital pequeno assim, mas tinha muita gente, né? Tinha o Hospital de Harmonia, que eu acho que já atendiam, mas era pra turma da Klabin, né? [...] Essa menina minha ficou bem doente, ficou quase um mês de cama [...]. Ela caiu do caminhão, né? Abriu a porta e ela caiu. (IANK, 2012).

³⁵ O mau cheiro proveniente das Indústrias Klabin é resultado do cozimento da madeira durante o processo de produção de papel.

Outro aspecto relevante da saúde era a falta de condições financeiras da maioria dos pacientes para pagar pelos serviços médicos. Aulino Feitosa conta que atendia gratuitamente até os chamados que precisava se deslocar com o jipe.

[...] porque as pessoas não podiam pagar. Eu ia fazer o quê? Ia trazer um filho como pagamento? [...] Naquela época, por exemplo, tinha o consultório e não tinha recepcionista, não tinha secretária, não tinha nada. O paciente chegava na porta do consultório, você deixava a cadeira lá, o paciente sentava lá. Quando eu terminava de atender um, eu abria a porta e ele entrava. Eu atendia, medicava, examinava [...]. Quando saía, a pessoa dizia: ‘olha, eu não posso pagar, mas eu venho lhe pagar depois’. E vinha. Eu cheguei a receber consulta até um ano depois. As pessoas são corretas, viu? Principalmente essa questão de médico. Porque eles pensavam assim, que um dia podiam precisar de novo. (ALVESb, 2012).

O médico, inclusive, frisa que fica triste ao perceber que, hoje, a situação está diferente. Aqueles que não têm como pagar dificilmente são atendidos. “A figura humana, que é a finalidade da profissão de médico, não tem mais valor. Vale o que ele tem no bolso. [...] Então eu tô dando graças a Deus que eu não estou aí [no hospital] pra viver esses momentos.” (ALVESb, 2012).

A rotina na Casa de Saúde era intensa. Aulino ficava, muitas vezes, mais de dois dias sem dormir para atender os doentes que chegavam.

Durante o dia era consulta, tinha cirurgias que eu marcava pra noite, o Alberto era o auxiliar de cirurgia. Pra começar a cirurgia, eu começava só depois que terminava o consultório. O consultório terminava 9, 10 horas [da noite], a gente operava 11 horas, meia-noite. Quando terminava, que [eu] descia, já tinha gente esperando e aí emendava, né? Então era serviço sempre. (ALVESb, 2012).

Dos pioneiros entrevistados, quase todos citaram o nome do médico e sua Casa de Saúde. Dessa maneira, fica evidente seu papel junto à trajetória do município, algo que Aulino se orgulha de contar. Além disso, faz questão de lembrar que o caso que mais marcou sua memória foi justamente um em que não precisou exercer seus conhecimentos em medicina. Muito emocionado, narrou a história de uma moça que, ouvindo dizer que ele era um bom conselheiro, foi procurá-lo no consultório:

Naquele tempo, virgindade era uma coisa muito importante. Então a moça que casasse e não fosse virgem, no outro dia o marido ia entregar pro pai. Eu fiz muito exame aqui em moças que foram casadas e foram devolvidas pra família porque o marido achava que ela não era mais virgem. E, um dia, me chegou ao consultório uma moça, com um pacote na mão, me contando a seguinte história: ‘eu sou estudante, tenho 16 anos, tenho um namorado e meu pai sempre falou em casa que, se algum dia, alguma filha dele fizesse, praticasse esse ato, que ele matava. [...] E acontece que eu tô grávida do namorado. Então eu fiquei numa situação difícil, e eu tenho pensado, pensado, e eu não tenho coragem de enfrentar meu pai, minha mãe. Porque eu tenho certeza que ele vai me matar. Então eu resolvi me suicidar’. [Ela] Foi à mercearia do Luiz Adolfo, que era a única da época, e comprou uma lata de formicida e me mostrou. Ainda me lembro do nome do formicida, Formicida Tatu. [...] Aquilo me sensibilizou, sabe? [...] Aí eu fiz o seguinte: eu pedi para a enfermeira botar ela num quarto no hospital, chamei o motorista da ambulância e mandei chamar o pai e a mãe. Eles vieram [...]. Aí quando eles chegaram, não sabiam o que que era, né? Eles entraram, mandei sentar. Peguei a lata de formicida e mostrei pra ele [o pai]. Ele olhou e eu perguntei pra ele: você sabe o que é isso? ‘Sei.’ Aí eu falei pra ele: essa lata de formicida sua filha comprou pra tomar. [...] Aí quando eu falei isso, nossa senhora! Pra ele, foi uma pancada! Ele nunca esperou isso. Aí falou: ‘cadê minha filha?’ Falei: sua filha está aqui, ela está aqui no hospital. E eu mandei lhe chamar, porque eu quero que você me prometa aqui, na minha presença, que você não vai fazer nada com ela. Porque se você fizer alguma coisa com ela, eu vou denunciar você no juiz, vou contratar um advogado e vou processar você! O homem sumiu. [...] Ficou pálido, a mãe começou a chorar. Drama da hora assim. ‘Mas eu quero ver a minha filha...’. Tá bom, mas quero saber se você promete que não vai fazer nada com ela. ‘Prometo.’ Chamei a enfermeira, trouxe a menina. Olha, só vendo o quadro. Quando ela entrou no consultório, os três se abraçaram, chorando. Até eu chorei. (ALVESb, 2012).

Em frente à filha, Aulino fez o pai prometer mais uma vez que não faria nada de mal. Também pediu para que a moça voltasse no outro dia, para certificar-se que estava bem. Quando retornou, informou-lhe que iria se casar com o namorado. “Casaram, eu fiz o pré-natal dela. Eu fiz o parto. Depois ela teve mais um filho e foram embora para Curitiba. Sempre que ela vinha à Telêmaco [Borba], ela me visitava. Depois sumiu, como tudo na vida some.” (ALVESb, 2012). Além de ressaltar o lado humano do médico, a história traz um fato que merece ser destacado: o pré-natal. Nos primeiros anos da Cidade Nova, não era comum esse tipo de acompanhamento, bem como fazer o parto em um hospital. Das pioneiras entrevistadas, apenas duas afirmaram ter feito cesariana: Eloah Martins Quadrado e Marina Dal Col. A primeira, teve que recorrer à cirurgia por conta de complicações com o bebê a segunda, porque não queria passar pelo processo normalmente. A prática mais recorrente era “dar à luz” na própria residência, com o auxílio de uma parteira. Francelina Mendes lembra-se de Lipe, uma enfermeira que percorria a região fazendo os partos. Já Honorina Nocera, brinca com a pesquisadora quando ela pergunta se os filhos nasceram no

hospital: “Que hospital o quê? Não fale isso! Era em casa. Sofrendo em casa!” (NOCERA, 2012).

Depois que os filhos nasciam, tinham que conviver com as poucas condições que a Cidade Nova oferecia. No entanto, apesar das dificuldades, a grande maioria ia à escola e cursava, pelo menos, o primário. O cotidiano das instituições de ensino e a relação professor-aluno são tratados no tópico a seguir.

5.3 EDUCAÇÃO

Todos os pioneiros entrevistados casaram-se, tiveram filhos e os encaminharam à escola. Mesmo aqueles que viviam em condições mais humildes, esforçaram-se para que as crianças fossem letradas e frequentassem as salas de aula. De acordo com Aulino Feitosa Alves (2012b), apesar das falhas infraestruturais da Cidade Nova, escolas não faltavam – resultado da política de Samuel Klabin de instalar estabelecimentos de ensino em todas as vilas e acampamentos operários. Com o crescimento do loteamento na margem oposta do rio Tibagi, professores e alunos passaram a migrar também. O único colégio a permanecer em funcionamento dentro dos limites da fábrica foi o Grupo Escolar de Harmonia³⁶.

De acordo com Coraiola (2003), o primeiro³⁷ colégio estadual fundado no loteamento foi a Casa Escolar da Cidade Nova³⁸, em 1956.

Esse estabelecimento iniciou suas atividades sob a jurisdição do município de Tibagi, funcionando em um prédio de madeira doado pela Klabin do Paraná na antiga Avenida Apucarana [...]. Sua primeira diretora foi a Professora Eloah Martins Quadrado. (CORAIOLA, 2003, p.157).

Já em 1957, o segundo estabelecimento foi criado: o Ginásio Estadual Cidade Nova. Quatro anos depois, seu nome foi alterado para Colégio Estadual Wolff Klabin, homenageando um dos fundadores da indústria de papel.

³⁶ O Grupo Escolar de Harmonia teve seu nome alterado para Grupo Escola Manoel Ribas no dia 1º de junho de 1953. Ainda em funcionamento, hoje é conhecido como Colégio Estadual Manoel Ribas.

³⁷ Antes dos colégios estaduais, já existiam algumas salas de aula na região do loteamento, como relata Eloah Martins Quadrado.

³⁸ Em 1987, a Casa Escolar Cidade Nova passou a se chamar Escola Leopoldo Mercer de Ensino Regular de 1º Grau. “No ano de 2002, essa instituição foi municipalizada, seguindo critérios federais, passando a sediar, além do ensino fundamental de 1ª. a 4ª. série, a FATEB – Faculdade de Telêmaco Borba.” (CORAIOLA, 2003, p.157).

A maioria dos filhos dos pioneiros estudou em uma dessas duas instituições, como as crianças de Silvestre Solak, Honorina Nocera e Tereza Iank. No entanto, esta última ressalta que, ao contrário do que afirmou Aulino Feitosa, as vagas nas salas de aula não eram para todos. Ela relatou uma espécie de preconceito com os evangélicos e recorda do nome de uma professora que a ajudou a matricular os filhos:

E uma coisa que ninguém nunca mais falou nela, era uma professora muito boa, era Betomídia [o nome dela] [...]. Essa foi tão boa que [...] naquele tempo, os evangélicos agora graças a Deus tão em igualdade, sabe? Mas antes eles não tinham [igualdade]. Os evangélicos era assim, era meio deixado de lado. E daí [...] nas primeiras matrículas, eles davam preferência pra os outros, né? Donde eu fui matricular a Guiomar, [...] me disseram que não tinha vaga. E a dona Betomídia pegou [...] e mandou as meninas como ouvinte para não perder aula. Eu devo muito essa obrigação [a ela], não sei [porque] nunca mais ninguém falou no nome dela. Ninguém fala. [...] Ela ajudou muito, imagina um problema daqueles? As crianças na idade de ir pra aula [...]. (IANK, 2012).

Outra professora elogiada por Tereza foi Eloah Martins Quadrado. Ao lembrar que ela foi a primeira diretora da Casa Escolar Cidade Nova, completou dizendo que “era muito boa”. (IANK, 2012). A trajetória de Eloah se confunde com a história da educação de Telêmaco Borba, já que ela acompanhou desde as salas de aula no “chiqueiro” até a fundação de grandes colégios, como o Adventista. Relembrando os primeiros anos de atuação, a professora conta algumas características dos alunos e seus pais.

[Os alunos] eram muito queridos. Eram tudo meio ‘caipiradinho’, mas eram muito queridos, viu? Os pais, menina, era uma maravilha, educados! Nunca, nunca houve coisa que atrapalhasse a escola, pelo contrário, eles [os pais] ajudavam. E ainda diziam pra mim: ‘pode bater’! (QUADRADO, 2012).

A rigidez na educação das crianças está na memória de Eloah: “Eu tinha uma régua, ela era redonda na ponta assim, cheia de furinho. E eu batia! Não sabia a tabuada? Vai estudar, senão vai tomar bolo!” (QUADRADO, 2012). O resultado eram alunos bastante disciplinados e com a matéria na “ponta da língua”. Se, mesmo com as “ameaças”, não fizessem a tarefa e os exercícios passados em sala, a professora costumava ficar depois do horário, acompanhando-os até cumprirem o dever. Aroldo Lucas Machado não foi discente de Eloah, mas se recorda de um episódio em que foi agredido na escola:

[...] tava eu e um amigo meu sentado lá na frente assim [da sala de aula]. Esse amigo meu se chamava Alfeu, sentava na frente. Não sei, deve ter sido algum secretário do governo na época que morreu, que a professora, nossa! Chegou na sala quando nós tinha acabado de entrar [...]. [Ela disse:] ‘Olha, atenção! Vocês hoje não vão ter aula. Estão dispensados.’ Ela falou porque devia ter morrido algum secretário do governo. Na época, eu era piá de tudo, eu tinha lá meus 12, 13 anos, né? Aí eu e esse Alfeu, na hora, piá não gosta de estudar mesmo, demos um grito: ihuuuuuuul! De alegre, né? [Disse a professora:] ‘Aroldo e Alfeu, venham aqui na frente!’ [Ela] pegou no meu cabelo, no cabelo do Alfeu e [...] sem mentira nenhuma, ela girava a cabeça nossa e batia uma de encontro com a outra! Umás três vezes assim. [...] mas doeu muito a cabeça, deu um galo! [...] Eu cheguei chorando lá em casa [...] e meu pai: ‘Que aconteceu?’ Meu pai era duro também. [Depois de contar a história, o lhe pai disse:] ‘Entre aqui no carro, vamos lá, vamos falar com a professora.’ [...] Meu pai chegou [na escola] e disse assim: ‘Preciso falar com a professora do Aroldo na secretaria’. E ela veio toda apavorada, né? ‘É a senhora que é a professora do Aroldo? Ele me contou o que ele fez e a senhora bateu nele. Eu quero que você me arrume uma caneta e um papel, faça um favor.’ ‘Por que Seo Vani?’ [perguntou a professora]. ‘Porque eu quero assinar uma autorização em branco. Porque, quando ele fizer de novo, a senhora mate ele! Mate ele! Meta a faca e mate! [...] Ele tá [aqui] pra estudar! Ou ele aprende, ou morre. Porque agora, se ele fizer outra vez, eu mato ele na casa!’ (MACHADO, 2012).

Apesar das agressões da professora, como a história bem ilustra, elas eram, muitas vezes, endossadas pelos pais, que concordavam com a rigidez disciplinar. Aroldo Machado também concorda com a atitude tomada, pois ela o forçou a “entrar nos trilhos” e a seguir as ordens. O fotógrafo frisa ainda que aprendeu tudo o que ensinaram, “raiz quadrada, regra de três, tabela de Pitágoras, aquele negócio tudo. Hoje vem uma pessoa da faculdade e não sabe!”. (MACHADO, 2012).

O uniforme mais comum na época era o guarda-pó branco – um “desespero” para as mães, pois, devido ao barro e a poeira constantes, a lavagem tinha que ser diária. Outro fator que auxiliava na sujeira era o modo como as crianças iam à escola. De acordo com os pioneiros entrevistados, elas iam a pé, não importando a distância.

Outra atividade que era capaz de deslocar os moradores mesmo estando longe era a religião. Entre católicos e evangélicos, a fé era algo fundamental no cotidiano da Cidade Nova. Por essa razão, as primeiras igrejas e encontros de fiéis são descritos no tópico abaixo.

5.4 RELIGIÃO

Dentre os pioneiros entrevistados, a maioria declarou-se católica, por essa razão, o templo mais recordado foi a Igreja Matriz de Telêmaco Borba, localizada até hoje no

mesmo lugar, na atual avenida Presidente Kennedy. Segundo Coraiola (2003), o terreno foi doado à Congregação dos Redentoristas por Horácio Klabin em 1953. “Observando o desenvolvimento e o futuro da cidade, a Congregação aceitou a oferta e a partir daí começou os planos para a futura construção de uma igreja, escola-covento-auditório e casa paroquial.” (CORAIOLA, 2003, p.199).

Marina Dal Col, fiel assídua, relembra o cenário religioso da época.

[...] ali era uma igreja de madeira, eu lembro até hoje, era branca com janelinha verde. Então, na nossa turma tinha as Filhas de Maria, a gente usava véu na cabeça, né? Hoje em dia não se usa. Não podia entrar de calça comprida na igreja, [só de] saia ou vestido. [...] e todo mundo tinha ‘uniforme’: a saia preta, blusa branca e o véu branco. Era bacana, era... Não sei, dava a impressão que o povo era mais católico. (DAL COL, 2012).

A pioneira ia à missa todos os domingos a pé, porque, segundo ela, não havia distância para orar. Hilda e Silvestre Solak também tinham o costume de ir à igreja caminhando, levando com eles os oito filhos. “Nós íamos a pé, [...] tanto que todos eles [se] acostumaram. Nunca deram trabalho na igreja, a gente trazia desde pequeninhos.” (SOLAK, 2012).

Aroldo Machado é católico, mas não praticante. Durante a infância, foi coroinha da igreja de Harmonia – o que não o impedia de ir a outros templos.

[...] tinha uma [igreja] evangélica [na vila operária de Harmonia, na região] do Caiubí, Assembleia de Deus. [...] o pastor chamava-se Bráulio, pastor Bráulio. [...] e inclusive eu frequentava também a igreja evangélica, porque tinha os filhos dele [do pastor]. [...] Eu batia papo, conversava. Eu frequentei todas as igrejas, mas segui mesmo nenhuma. (MACHADO, 2012).

Eloah Martins Quadrado, de família adventista, conta que, no começo da instalação da vila operária de Harmonia, não havia uma igreja. Dessa maneira, semanalmente, os evangélicos frequentavam cultos organizados nas casas dos fiéis. “Numa das casas que nós nos reunia, [...] era dos Klabin. Não tinha igreja. Eles construíram só aquela igreja católica.” (QUADRADO, 2012). Em seu livro, Coraiola (2003) afirma que as primeiras reuniões dos adventistas aconteceram em 1943, na casa de Arlindo Castilho, em Harmonia.

Depois disso, as IKPC cederam uma pequena casa para que os primeiros devotos ali se reunissem, e parte desse grupo pioneiro era formado por Reynaldo Martins de Oliveira, Juvenal Martins, Argemiro Almeida, Eurides Ferraz, Maria Eugênia Santos, Aparício Pereira, Antonio Gabriel, Francisco Quadrado [marido de Eloah], Arlindo Castilho, todos com suas famílias. (CORAIOLA, 2003, p.210).

Provavelmente, a “casa dos Klabin” que Eloah menciona, seja essa cedida pela indústria. Com o movimento migratório para a Cidade Nova, os fiéis também se mudaram e, assim como a congregação católica, ganharam um terreno de Horácio Klabin em 1954, localizado na atual avenida Paraná.

Tereza Iank também é evangélica, no entanto, segue os preceitos da Assembleia de Deus. De acordo com Coraiola (2003), os primeiros cultos começaram a ser realizados em 1945 em Harmonia, em uma das casas da região do Caiubí. O pastor Bráulio Jorge Matheus, citado por Aroldo Machado, assumiu a direção da igreja em 1952 e, com o crescimento do loteamento, os fiéis resolveram comprar um terreno na atual avenida Paraná. A pedra fundamental do primeiro templo foi lançada no dia 10 de setembro de 1956 e sua inauguração aconteceu no final de 1957. Tereza frequentava essa igreja semanalmente: “Era o pessoal de Harmonia que vinha fazer culto ali [na primeira igreja], os dirigentes eram tudo dali [de Harmonia]. Era bonito, sempre tinha batismo. Naquele tempo era no rio Tibagi o batismo.” (IANK, 2012).

Sobre a “marginalização” dos evangélicos, comentada pela pioneira quando foi matricular os filhos na escola, não foi possível coletar mais dados, pois ela não quis voltar ao assunto. Mesmo com a insistência da pesquisadora, suas respostas eram evasivas.

Além da “alimentação da alma” com a religião, os pioneiros da Cidade Nova precisavam nutrir o corpo físico. Para tanto, recorriam aos comerciantes locais, às feiras e à cooperativa da Klabin. O cenário desse tipo comércio e o cardápio mais comum das mesas do loteamento serão abordados no tópico a seguir.

5.5 ALIMENTAÇÃO

De acordo com as informações levantadas durante as entrevistas, o “estilo” de alimentação dos pioneiros não era tão diferente quanto o de hoje. Arroz, feijão e carne foram os pratos mais citados. Aulino Feitosa Alves (2012) pontua que esse foi, e é, o cardápio costumeiro do país, no entanto, nem sempre a proteína esteve presente.

Carne foi uma coisa que pouco existiu na mesa do brasileiro, não é? Hoje já grande parte dos brasileiros comem proteína que é carne, seja de gado, de frango, de porco. Mas antigamente as pessoas não tinham, o salário não era suficiente. [...] Então era isso. Se comia muito também milho, não é? Produto a base de milho: a polenta, a quirera. Feijão, arroz, né? Leite era pouco. [...] Era essa a alimentação durante muito tempo. (ALVESb, 2012).

Francelina Mendes citou os mesmo tipos de comida lembrados pelo médico, fazendo questão de ressaltar que era tudo muito simples, mas mais saudável que atualmente: “Hoje a gente passa mais com ‘bobageiro’, né?” (MENDES, 2012).

É fundamental frisar que, naquela época, poucas pessoas possuíam geladeira em casa. Silvestre Solak (2012) brinca ao dizer que esse era um “artigo de luxo”, privilégio das famílias mais abastadas. Tudo que se preparava no dia tinha que ser corretamente “administrado”, pois, se algo sobrasse, não havia como conservar adequadamente. Assim, as idas aos armazéns e feiras eram mais constantes. No Hotel Dal Col, por exemplo, o abastecimento da cozinha era feito por agricultores dos arredores da Cidade Nova, que se organizavam em feiras. “[A feira] Era na avenida [Horácio] Klabin. [...] montavam barraca tudo ali, tinha de tudo. Porque aquela época tinha tudo de quilo só, né? Com balança. Então era arroz por quilo, açúcar, feijão.” (DAL COL, 2012).

Além das feiras, as hortas cultivadas nos quintais e os armazéns também forneciam alimentos. No entanto, a grande referência nesse tipo de comércio era a cooperativa das Indústrias Klabin, criada na época da Segunda Guerra Mundial, como relatado por Fernandes (1974). A família de Aroldo Machado era cliente recorrente:

[...] tinha lá em Harmonia uma cooperativa que era da Klabin, mais vendia pra todo mundo, né? Inclusive no começo da Harmonia, não existia dinheiro, existia um dinheiro [que] chamava-se boró. Era um dinheiro de [...] papelão. Mas escrito lá: vale tanto, vale tanto, vale 50, vale 10. Então você chegava na cooperativa e comprava com aquilo. (MACHADO, 2012).

Outros pioneiros também afirmaram comprar comida na cooperativa, no entanto, ninguém mais citou o “boró”.

Apesar da simplicidade da alimentação, ela fornecia a energia necessária para que os moradores da Cidade Nova continuassem construindo o município e, também, divertindo-se nos finais de semana. Bailes, jogos de futebol, quermesses, matinês no cinema – essas são apenas algumas das atividades desdobradas no tópico abaixo.

5.6 LAZER

Em uma região que acaba de ser loteada, a construção de clubes e de lugares destinados ao lazer dificilmente se torna prioridade. Na Cidade Nova não foi diferente. Marina Dal Col (2012) conta que, quando deixou a vila operária de Harmonia para morar na margem oposta do rio Tibagi, sentiu-se sozinha.

[...] a gente achava ruim porque era pouca gente, não tinha o que você fazer assim de diversão, porque demorou pra abrir o cinema, sabe? Então eu, principalmente, chorava muito, porque daí eu deixei tudo os meus amigos na Harmonia, né? Então aqui eu me sentia muito sozinha, não tinha o que fazer. A nossa diversão era jogar baralho com os pais, escutar rádio [...]. Então era difícil pra gente que era moço aqui. Aos poucos [os amigos] vieram pra cá. (DAL COL, 2012).

Cada vez mais os companheiros de Marina foram migrando para a Cidade Nova e, para alegrar a juventude, os pais da pioneira passaram a organizar festas juninas anualmente. As comemorações aconteciam no salão do Hotel Dal Col, contavam com casamento caipira e passeatas de carroça pelo centro do loteamento.

Figura 12 – Marina Dal Col (em destaque) e seus amigos durante uma quermesse



Fonte: Autor desconhecido. Acervo pessoal de Marina Dal Col

Estima-se que o primeiro cinema da Cidade Nova, o Cine Luz, tenha sido inaugurado no final da década de 50, início dos anos 60. Antes disso, se os moradores

quisessem ver algum filme, precisavam ir até Harmonia, onde as Indústrias Klabin haviam instalado um cinema para o lazer de seus funcionários. De acordo com Aroldo Lucas Machado (2012), primeiramente, a fábrica montou-o na vila operária de Lagoa, depois, com o crescimento de Harmonia, ele também migrou.

A grande maioria dos entrevistados afirmou ter frequentado as matinês do Cine Luz – no entanto, nenhum conseguiu se recordar exatamente dos longas que costumava assistir. Para aqueles que não eram muito afeitos à tela grande, outras atividades surgiam como alternativa. Honorina Nocera, por exemplo, jogava baralho todas as noites com o marido, além de visitar os amigos que tinham acabado de se tornarem pais. “[...] não foi uma vida parada de jeito nenhum! Meu marido gostava de festa, então era assim: nascia [uma criança, a gente] visitava. Batizado a gente ia, e assim vivia, não perdia nada.” (NOCERA, 2012).

Hilda e Silvestre Solak também tinham suas formas de diversão com os oito filhos – e quase todas elas envolviam futebol. O pioneiro sempre gostou do esporte e praticava-o algumas vezes por semana depois do expediente na Klabin. Já a esposa, cita as partidas que aconteciam pela cidade: “Tinha muito futebol, futebol de salão, futsal. Tinham os espanhóis que jogavam. Nós tínhamos uma vizinha que era espanhola e nossa, ela adorava! O filho dela jogava. A gente pegava as crianças e vinha a pé [...], à noite, pra assistir futebol de salão.” (PRESTES, 2012).

Tereza Iank e a família também tinham suas maneiras de se divertir. Quando questionada sobre o lazer, ela imediatamente lembrou os comícios políticos que eram realizados nos primeiros anos do município.

De noite a praça Castelo Branco enchia de gente, era a coisa mais linda. Aí as meninas queriam ir, pra não deixar elas ir sozinha, né? Aí eu ia. Comício, então? Era uma beleza! Muito gostoso que era, sabe? [...] Em toda parte, em todo bairro faziam os comícios. [...] Tinha os caminhão que puxava gente pra tudo quanto era lugar, era assim de gente! Era animado! (IANK, 2012).

Com o crescimento do loteamento, o Clube Atlético Monte Alegre também mudou de margem do Tibagi, estabelecendo-se no centro do município de Telêmaco Borba. A partir daí, o CAMA tornou-se referência em lazer, promovendo festas e bailes.

Figura 13 – Marina (sentada e de vestido escuro) e amigos em um baile com desfile de moda



Fonte: Autor desconhecido. Acervo pessoal de Marina Dal Col

Esse era o eixo “tradicional” de diversão na Cidade Nova, no entanto, quase todos os pioneiros também citaram o “lazer barra pesada”, composto pelas “casas de folia” da zona do meretrício. A boate mais lembrada era conhecida como Fausta e ficava no bairro Socomim, onde hoje está a Igreja Nossa Senhora Aparecida. Provavelmente, esse seja o estabelecimento que Helena, a mulher cujo motorista ameaçou Eloah Martins Quadrado, ajudava a administrar.

Eu me lembro que o que era animado aqui era a zona do meretrício. [...] eu fui, inclusive, o médico que deu assistência a esse pessoal. A zona do meretrício ficava lá em cima, sabe onde é a igreja do Socomim? [...] Aquele [lugar] onde está a igreja era a casa da Fausta. Essa Fausta era a mulher, a maior dona de mulheres meretrizes, né? (ALVESb, 2012).

Os dados fornecidos pelos outros entrevistados foram muito semelhantes a esses. Dessa maneira, infere-se que a casa da Fausta era uma referência do ramo na região. O movimento intenso era motivado pela grande quantidade de operários da fábrica e também contava com clientes de outros lugares, que vinham à Cidade Nova atraídos pelo fama da zona. Outro fato que reforça sua importância foi a migração das meretrizes de Curitiba, despejadas do edifício São Paulo. De todas as localidades disponíveis nos Campos Gerais, elas escolheram justamente o município recém-emancipado de Telêmaco Borba.

Além de ser a diversão de muitos homens, de acordo com os pioneiros selecionados, a casa da Fausta era palco de brigas violentas que, na maioria das vezes,

terminavam em morte. Por essa razão, a zona do meretrício voltou a aparecer quando o assunto foi segurança – próximo tópico apresentado.

5.7 SEGURANÇA

De acordo com as informações fornecidas nas entrevistas, a Cidade Nova era considerada um lugar pacato, livre de roubos. As roupas ficavam expostas no varal e as crianças podiam caminhar sozinhas pelas ruas de terra, pois não havia perigo. No entanto, uma característica da população daquele tempo fazia o único módulo policial da região, instalado pela Prefeitura de Tibagi, trabalhar: a valentia. Os homens, principalmente, tinham o costume de andar armados e, sob o efeito do álcool, tornavam-se violentos. Dessa maneira, não é de se estranhar que a zona do meretrício abrigasse o cenário ideal para ataques e homicídios. Aulino Feitosa Alves (2012) recorda-se de um chamado que atendeu na casa da Fausta e que marcou sua memória pela brutalidade empregada:

Eu, como médico, [...] era encarregado pelo Estado. Todo mês, essas mulheres tinham que se submeter a um exame, não é? E esse exame era feito por mim. Eu fazia o exame, se havia alguma suspeita, já medicava. E todo mês era assim, tinha que fazer isso. E essa Casa da Fausta teve um episódio que eu nunca esqueci. [...] Eu ainda estava lá, morando em Harmonia. Fui chamado um dia para atender e fui lá naquela casa. Quando eu cheguei lá, que entrei, tinha um salão grande, era um salão de baile, não é? Tava uma pessoa caída lá, [tinha] sangue bastante no chão, a cabeça [estava] dum lado, o corpo, do outro. Então, a história: na zona do meretrício, o pessoal bebe, né? Bebe e sempre terminava em briga. E uma pessoa então deu uma navalhada no pescoço de outro e degolou, sabe? Então ficou preso só num pouquinho de pele. Então aquilo saiu todo o sangue, [...] saiu o líquido cefaloraquidiano [...], tudo derramado no chão. [...] Essa cena é uma que eu vou levar quando morrer, porque é, assim, uma coisa muito cruel aquilo. Aquele povo assim em volta, e aquele homem caído ali [...]. (ALVESb, 2012).

Mesmo aqueles que não frequentavam a região da zona enfrentavam alguns problemas com a “bagunça”. Tereza Iank (2012) relata que era comum que homens bêbados passassem por sua casa falando besteira e fazendo arruaça, dirigindo-se para a Casa da Fausta.

Aroldo Lucas Machado (2012) afirma que a combinação álcool e valentia tornava-se perigosa, colocando em risco os moradores da Cidade Nova.

[Tinha] Muito pouco, muito pouco policial aqui [...]. Nós tínhamos, na época braba, tinha os valentões mesmo aqui. Devia ter uns quatro, cinco polícias. O povo [ficava] aí sofrendo, se batendo sozinho. Eles não enfrentavam porque se enfrentasse morria, né? [...] mas não por roubo, por nada, é porque era bebedeira e o cara era valente né? Tinha um que era muito amigo do meu pai, era muito brabo. Ele até morreu de acidente. Esse não morreu matado, morreu de acidente. [...] nós tinha um barzinho, um boteco ali na entrada da cidade, em [...] [19]55, [19]56. [...] e ele bebeu o dia todo. [...] quando ele tava são, era uma pessoa, era uma moça. Mas [quando] ele garrava beber, ele ficava meio [bravo]. E foi bebendo, bebendo. Quando chegou 7 horas da noite mais ou menos, veio a mulher dele. Ele se chamava Erotide. E [a mulher] falou: ‘Ô, Erotide, vamos embora! Você tá o dia inteiro aqui no bar, no boteco do Seo Vany aqui. Vamos embora!’. Aí ele [Erotide] falou: ‘Ah, vou nada! [...] Vou nada, vou ficar aqui mesmo!’. Aí ele falou pro meu pai: ‘Ô, Vany, [...] você acha que eu devo ir embora? Eu to bebendo sempre.’. Meu pai, como era muito calmo, falou: ‘Sua esposa tem razão, [você] tem que descansar, vai pra casa!’ [Erotide respondeu:] ‘Ah, é? Então você está contra mim, então espere que eu vou em casa e já volto já!’ A sorte do meu pai é que ele não estava armado [naquela hora]. Quando ele saiu, meu pai baixou a porta. Dali uns 20 minutos, ele voltou de revólver na mão. E esfregava o revólver na porta de aço: pruuuuuum [barulho da arma sendo arrastada pela porta]. ‘Vany, desce aí, quero falar com você!’.

Erotide cansou de esperar pelo dono do bar e acabou voltando para casa. No outro dia, “curado” da bebedeira, voltou a ser amigo de Ivany. Além desse “valentão” que ficou marcado na lembrança de Aroldo Machado, havia um grupo de homens vindos de Ortigueira que também circulavam pela região. “[Os valentes] vinham mais de Ortigueira, né? Ortigueira era famosa. A gente [...], lá na Casa de Saúde, já ficava esperando no sábado pra domingo [...] pessoa chegar esfaqueada, atirada. [...] Era um mata-mata daqueles!” (ALVESa, 2012).

Durante as conversas com os pioneiros, vários citaram o nome de Sadi de Brito, um ortigueirense famoso por “dominar” a região e por resolver seus problemas matando aqueles que se colocavam em seu caminho. Em uma ocasião, o médico Aulino Feitosa o conheceu, pois foi chamado à uma cena de crime para constatar a morte de um dos integrantes de sua “gangue”.

Uma vez me chamaram, e a cidade não tinha iluminação pública ainda. Chamaram na avenida Horácio Klabin [...]. Eu tinha um jipe, um DKV, não é? [...] Esse jipe era o seguinte: [...] ele não usava gasolina pura, você tinha que colocar um óleo na gasolina, chamado óleo 2T. E toda vez que a gente parava o carro, que fechava a chave, ele dava um tiro: pá! [barulho do tiro]. Aí me chamaram lá e eu fui. Cheguei lá, também uma cena que ficou gravada na minha mente, era o pessoal de Ortigueira, né? Que eles vinham de Ortigueira, porque tinha o chefe deles lá, dizem que tinha muito capanga, que matava gente. Dizem, né, não sei se é verdade. Eu sei que eu cheguei lá e encontrei ele morto, caído, com o revólver assim do lado [...]. E bastante

gente em volta [...]. Como não havia iluminação pública, tinha várias velas acesas pra clarear. Então, quando eu cheguei, eu vi que tinha bastante gente. Aí eu parei o jipe, assim na frente. E, quando eu fechei a chave, aí o carro deu aquele ‘pá!’, aquele tiro. [...] Quando eu fui descendo, eu vi todo mundo correndo! [...] Aí eu corri também, não é? A história é o seguinte: essa pessoa era de Ortigueira, fazia parte do grupo do Sadi de Brito [...]. E ele veio e fez uma briga com a polícia. [...] E a polícia que matou ele. [...] Então o povo ficou esperando o pessoal vim de lá, de Ortigueira, pra vingar a morte, [por]que era uma pessoa importante lá na cidade. Quando o carro deu aquele tiro, acho que o pessoal pensou que era a turma de Ortigueira que tava vindo e atirando. Então todo mundo correu! E eu, como não sabia o que tava acontecendo, comecei a correr também, né? Mas aí que me lembrei: era o tiro do carro. Pegamos a pessoa [assassinada]. [...] Naquela época, por exemplo, a pessoa que era encontrada morta, a polícia não podia mexer sem a presença do médico. E nem o médico podia remover sem a presença da polícia. Então perguntei: cadê a polícia? Aí que me contaram: a briga foi com a polícia e a polícia fugiu. [...] Eu, com o auxílio das pessoas, demos um jeito e trouxemos pro hospital. Daí fiquei. E muita gente dizendo: ‘pode esperar [...] que vai haver uma guerra aqui!’. E eu fiquei com aquele medo, não é? Realmente, daqui há um pouco chegou o chefe de lá, chamado Sadi de Brito. Chegou, por sinal, muito educado, foi uma surpresa pra mim. Me cumprimentou e me pediu permissão, pediu licença pra ver a pessoa. Enfim, pegou o corpo e levou lá pra Ortigueira. (ALVESb, 2012).

O médico não encontrou mais Sadi de Brito, mas afirma que essa vez foi suficiente para marcar a memória, principalmente pelo receio de que o ortigueirense chegasse ao hospital atirando.

Honorina Nocera nunca teve problemas com a “gangue”, no entanto, foi uma das vítimas das arruaças provocadas pelo álcool. Numa noite, enquanto jogava baralho com o marido em sua loja, uma “visita” inesperada apareceu.

[...] a gente tava jogando e olhando ali, né? Tavam abertas as portas. E aqui [na frente] eles fizeram um barzinho, sabe? [...] Daí teve uma briga lá. Os caras, de certo beberam, e ripa pra cá, ripa pra lá. Vai cacete, vai coisa e tudo e entraram aqui em casa! A porta [estava] aberta e entraram. Pá pá pá pá pá [barulho da briga] foram até o fundo [da casa]. [...] A gente se assustou, pois tava tudo faceiro em volta da mesa jogando. (NOCERA, 2012).

A pioneira ri ao se lembrar do incidente, pois foi uma das únicas vezes que se preocupou com a segurança de sua loja. Certamente, as memórias que possui guardam algumas dificuldades, mas, principalmente, as vitórias que conquistou com a sapataria. No próximo tópico, aborda-se o cenário dos “companheiros” de comércio de Honorina, relatando que tipos de mercadorias vendiam naqueles primeiros anos da cidade.

5.8 COMÉRCIO

O comércio da Cidade Nova começou tímido. De acordo com os pioneiros que vieram para o loteamento no começo da década de 50, apenas quatro ou cinco estabelecimentos ofereciam seus produtos aos moradores. Aroldo Lucas Machado (2012) conta que, tendo em vista a precariedade do comércio, as lojas Pernambucanas vinham periodicamente à região:

Naquele começo a Pernambucanas vinha, não sei se de Ponta Grossa ou do norte. Não sei de onde que ela vinha. Eles botavam uma lona no chão e enchiam de tecido [...]. E vendiam na semana pro povo, ali na avenida principal. [...] me lembro bem, era ali. [...] Tinha alguns armazéns: o armazém do Bueno, tinha o armazém do Luiz Adolfo Taques, tinha uns quatro, cinco armazéns. [...] E vendiam tudo assim de quilinho e tal né? (MACHADO, 2012).

Aulino Feitosa Alves também afirma que eram escassos os comerciantes nessa época: “No começo, no começo mesmo, tinha uma mercearia, onde hoje é a Horácio Klabin. Então tinha uma mercearia ali, e praticamente era só. Loja de tecido era lá, na Harmonia.” (ALVESb, 2012). Apesar da precariedade, as poucas mercearias disponíveis desempenhavam bem seu serviço, pois vendiam “de tudo”. Silvestre Solak citou como exemplo a Casa Paulista: “A Casa Paulista era lá na Harmonia primeiro. Depois passaram pra Telêmaco Borba, né? [...] essa Casa Paulista, eles tinham bastante mercadoria. E tinha mercadoria boa, fina, e mercadoria [...] pras pessoas mais simples.” (SOLAK, 2012).

Os “turcos”, classe de comerciantes que foi lembrada por alguns pioneiros, merecem destaque, pois, pelas informações fornecidas, eram referência em vestuário na região. “[...] principalmente turco, árabe, [...] [vendiam] tecido, porque eles são especialistas nisso. Além disso, [eles tinham] uma maleta [...]. Eles andavam de casa em casa com a maleta, cheia de roupa para vender. Depois se instalaram aí e abriram loja.” (ALVESb, 2012). Marina Dal Col também se recorda dos vendedores de porta em porta, mas diz que nem sempre encontrava as peças que queria. Quando isso acontecia, a pioneira costumava viajar para Tibagi ou Piraí do Sul, lugares onde o comércio oferecia “mais opções”.

Apesar de haver atuado diretamente no mercado, Honorina Nocera se recorda de poucos “companheiros”: uma é a Dona Rita do açougue que, além de fornecer carne de gado e de porco, também vendia leite; o outro é Romildo, dono de uma farmácia localizada próxima ao Bonde Aéreo.

Tereza Iank também citou dois nomes de comerciantes que tinham armazéns no bairro Socomim: “Tico” Spinardi e Sebastião. Ela tem poucas lembranças dos estabelecimentos que ficavam em outras regiões da cidade – no entanto, quando o assunto é trocado por “política”, a pioneira logo aponta os lugares dos comícios, remontando o cenário da época. No próximo tópico, as recordações de Tereza são descritas juntamente com as “agitações” da emancipação do município durante o período da ditadura militar.

5.9 POLÍTICA

Como já dito anteriormente nas formas de lazer da Cidade Nova, os comícios políticos também eram considerados uma diversão, principalmente para a pioneira Tereza Iank. Ela conta que costumava frequentar essas reuniões no próprio bairro Socomim e nas principais ruas do município. Por essa razão, relembra alguns detalhes da primeira campanha para prefeito:

Tinha o doutor Feitosa, [...] ele foi candidato a prefeito. [...] e o Péricles Pacheco da Silva, que era da Klabin. Daí o Péricles ganhou, né? Claro que ia ganhar, pois era o [diretor da fábrica]. E depois teve bastante, assim, a política era bem agitada aqui. Agora que é calmo. [...] O povo falavam muito, né? E faziam comício, um falava do outro [...]. Era animado o tempo dos comícios! (IANK, 2012).

Aulino Feitosa Alves, apesar de ter se candidatado a prefeito nessa primeira eleição, não fala de sua carreira política, principalmente porque, de acordo com ele, havia muitos “opositores” empenhados em desmoralizá-lo profissionalmente, o que acabava prejudicando-o em outras áreas.

[...] quando eu vim pra cá, [...] eu passei a ser um concorrente [do corpo clínico do Hospital de Harmonia]. Então moviam uma campanha de desmoralização, não é? [...] Quem trabalhava lá na fábrica não podia vir consultar comigo. Mas, às vezes, muitas pessoas [...] vinham de noite, depois das 10 horas da noite, pra não ser visto. Porque eu cheguei aqui e eu fiz sucesso, sabe? O sucesso profissional meu veio rápido. [...] Aí eu comecei a incomodar o pessoal lá. Então o pessoal movia uma campanha feroz aí contra mim. (ALVESb, 2012).

Essa foi uma das razões para o médico motivar a entrada do irmão Alberto na política, pois a campanha não se estendia a ele. Quando foi eleito vereador, Alberto passou a contar com a ajuda de Aulino.

O município [estava] começando. Eu apresentei vários projetos [na Câmara de Vereadores], inclusive quem fazia era ele [Aulino], meu assessor, quem fazia as proposições. E eu apresentava lá, algumas foram até aprovadas, outras, não. A maioria foram aprovadas, né? Mas era ideia do doutor [...]. (ALVESa, 2012).

Nessa primeira legislatura, que foi de 1964 a 1968, Alberto Feitosa assumiu uma cadeira na Câmara ao lado de mais oito colegas: Delord de Souza Monteiro, Dilermano Batista, Eliomar Meira Xavier, Joaquim Batista Ribeiro, Juvenal de Moura Jorge, Melquíades Soares, Osires Mercer Guimarães e Zélia de Almeida Batezatti. Assim que eleita, Zélia desistiu do cargo, deixando como suplente a professora Eloah Martins Quadrado. (CORAIOLA, 2003).

Como o Brasil passava por um governo militar, a vigilância do comportamento dos políticos era constante. Alberto, inclusive, teve que responder à uma comissão parlamentar de inquérito (CPI):

Eu, por exemplo, respondi CPI [...] do Grupo de 11³⁹ [...]. Eu, inclusive Seo Carlos Hugo também, nós éramos em onze aqui. Eu fazia parte e não sabia que eu era do Grupo de 11, né? [Na] CPI, nós fomos lá na Rui Barbosa em Curitiba. E quando chamavam a gente, a gente ia, chegava lá, e não era a gente. Aí voltávamos, né? [...] Mas eu fui inocentado, eu e os outros, porque realmente não tinha sentido [a acusação]. [...] O Grupo de 11 foi formado pelo Brizola, né? E o Joaquim [Batista Ribeiro], do sindicato, [...] ele era doente por isso aí, doente pelo Brizola, né? E como a gente fazia parte do mesmo partido dele, ele incluiu muita gente lá [no Grupo de 11] sem a gente saber. Eu, por exemplo, tava lá participando e eu nem sabia de nada [...] desse Grupo de 11. Fomos absolvidos e não teve nada. Foi só isso. Ele [Joaquim Batista Ribeiro], não. Ele teve preso, dizem até, não sei se é verdade, que ele chegou a apanhar [...]. Mas os outros não. (ALVESa, 2012).

Pelas informações fornecidas pelos pioneiros, Joaquim Batista Ribeiro, um dos primeiros líderes sindicalistas da Cidade Nova, realmente tinha força política. De toda a história das Indústrias Klabin em Telêmaco Borba, ele foi o único a conseguir paralisar as máquinas e a aglutinar os operários em uma greve. Silvestre Solak, que foi companheiro do chefe sindical, traz uma perspectiva diferente da de Alberto Feitosa, bem como critica o comportamento dos políticos da região:

³⁹ O Grupo dos Onze foi uma proposta de Leonel Brizola, criada em novembro de 1963, para lutar contra o poderio militar que se aproximava. Por meio de pronunciamentos em programas de rádio, Brizola “[...] conclamou o povo a organizar-se em grupos que, unidos, iriam formar o ‘Exército Popular de Libertação’ (EPL). Comparou esses grupos com equipes de futebol e os 11 ‘jogadores’ seriam os ‘tijolos’ para ‘construir o nosso edifício’. Estavam lançados os ‘Grupos dos Onze’ (G-11) que, para Brizola, constituir-se-iam nos núcleos de seu futuro exército, o EPL”. (TAVARES, 2012).

A ditadura aqui apertou também, né? Basta dizer que quando o Garrastazu [Médici] saía de Brasília, nós éramos chamados [para prestar contas] em Curitiba. Isso porque teve uma denúncia maliciosa dos políticos que no sindicato havia um foco de subversão. Mas nunca existiu, nunca existiu! Então, daí eles apertaram [o cerco]. Daí eu entrei [na presidência do sindicato] e continuaram em cima. Na época, o Delegado do Trabalho do Paraná era o general Adalberto Massa [...] e o chefe da Polícia Federal era o Ítalo Conte, né? Daí um dia eu falei pro general: ‘General, o negócio é o seguinte: até quando que vai isso aqui? Eu vou lhe dizer uma coisa, general, se comunista ou o que eles chamam de comunista, está trabalhando, defendendo os direitos do trabalhador [...], então eu sou comunista! [...] Cada vez que vem gente de Brasília, me chamam aí, fazendo a gente de bobo, eu tenho o que fazer, não é?’ Daí ele chamou o chefe da Polícia Federal e [...] fomos lá. Rasgaram todas aquelas fichas, aquele fichário meu. Rasgaram rasgado assim, entendeu? Não me incomodaram mais. [...] Aqui [em Telêmaco Borba] foi preso, judiaram bastante desse presidente do sindicato [Joaquim Batista Ribeiro], [...] judiaram muito dele. (SOLAK, 2012).

É importante destacar que, fora do “eixo político” Aroldo Lucas Machado foi o único a se posicionar claramente contra a ditadura militar e a relatar um caso de repressão no município.

Naquela época era assim, você não podia falar nada. Se você estivesse conversando e chegasse um policial [ele falava]: ‘O que vocês estão conversando? Circulando, circulando senão já vai apanhar!’. [Eles] Achavam que era terrorista, né? Inclusive tinha aquela dupla famosa nossa do Paraná: Cascatinha e Inhana. Eles fizeram um show num circo aqui. [...] Isso foi em maio, junho, que eles vieram fazer um show aqui. Daí tavam ali, acabou o show, eles foram num bar, num boteco que tinha ali na frente, comer um salgado pra ir embora. Aí chegou [o] policial, era cheio de polícia. Eles chegavam assim, imponente né? Porque tavam mandando. Eles já chegaram ligeiro assim: ‘Todo mundo com a mão na parede!’ Daí o marido da Inhana, o Cascatinha, falou não sei o que. E ela disse [respondendo-o]: ‘Tem que pôr a mão na parede, porque os homens mandam!’, mas [disse] meio dando risada, né? Pois os homens empurraram ela, empurraram ele [Cascatinha] na parede e quase bateram nele. Ele falou: ‘O que é isso meu amigo? Eu sou cantor!’. [Os policiais responderam:] ‘Não tem conversa, vagabundo!’ [...] eles [policiais] tratavam as pessoas assim, sabe? Todo mundo, não interessava quem fosse. Se eles viessem falar com você, e você falasse qualquer coisa pra eles, mesmo sem agredir, [...] daí pronto, já [era detido], né? Foi uma época negra para o país. (MACHADO, 2012).

Fica evidente que, para a maioria dos entrevistados, o período da ditadura militar não foi tão “truculento”, por isso, poucas informações foram fornecidas, como se fosse um período histórico como outro qualquer. A festa de instalação do município também ficou “apagada” – talvez pela facilidade com que a Comissão de Emancipação conseguiu que seu pedido fosse atendido. Um dos momentos que, de fato, marcou a memória dos pioneiros, foi o

incêndio de 1963. Mesmo não constando no roteiro da pesquisadora, durante as entrevistas, o assunto vinha à tona. Por essa razão, o fogo que consumiu grande parte do Paraná é tratado do tópico a seguir.

5.10 INCÊNDIO

De acordo com Fernandes (1974), o incêndio que tomou conta do estado chegou à região da Fazenda Monte Alegre, destruindo boa parte dos pinheirais e consumindo algumas vilas operárias. A autora frisa que a Cidade Nova ficou a salvo, pois o fogo não foi capaz de transpor a extensão do rio Tibagi. No entanto, essas informações não coincidem com as fornecidas por alguns entrevistados. Segundo Marina Dal Col (2012), faíscas e bolas de fogo atravessaram o rio, atingindo as casas que ficavam próximas ao Bonde Aéreo na outra margem. A família da pioneira também teve um papel importante nessa ocasião:

[...] eu trabalhava na telefônica aquela época, então minha mãe ligou pra mim e falou: ‘Ó, filha, se você vim pra cá [para o Hotel Dal Col], eu vou com teu pai e o [...] irmão. Vamos ajudar o povo’. Daí eles foram. [...] Eles ficaram lá [na loja Record]. [...] meu pai, tinha um furgão, [...] [e] ia pega o povo que, por causa do fogo, tavam fugindo pra cá, né? E minha mãe ajudava na cozinha [servindo refeições para os desabrigados]. Então, a gente ficou quatro dias sem saber um do outro e eu fiquei fechada dentro da telefônica, porque todos os funcionários sumiram, foram pra casa de medo do fogo. Fiquei eu com o seo Eugênio, que era o gerente. [...] eu tinha medo pelo meu pai e meu irmão, porque eles que iam buscar o pessoal e traziam pra cá. Minha mãe não, porque ela tava aqui ajudando quem chegava, né? Foi uma época muito triste, morreu muita gente, né? (DAL COL, 2012).

Aulino Feitosa Alves, como um dos únicos médicos da região, teve que trabalhar em dobro na época do incêndio. Enquanto a fumaça tomava conta da Cidade Nova, pessoas feridas e queimadas chegavam à Casa de Saúde. Além disso, os chamados de outras localidades não paravam. Em um dos dias mais críticos, com o fogo se aproximando, ele foi requisitado em Tibagi para socorrer uma mulher com problemas no parto. Mesmo temendo por sua família, foi atender o chamado. Como precaução, deixou um cilindro de oxigênio para a única filha e instruiu Luzia, sua esposa, a usá-lo. Durante a viagem, o médico deparou-se com muita fumaça, o que prejudicava sua visão e tornava o deslocamento ainda mais lento. Apesar dos percalços, a mulher grávida sobreviveu e deu à luz a gêmeos. Cumprindo seu dever, Aulino voltou para casa e encontrou todos a salvo.

Além do médico e de Marina Dal Col, Hilda e Silvestre Solak também relataram suas impressões sobre o incêndio – no entanto, o assunto veio à tona enquanto analisavam uma das fotografias do portfólio. Por isso, as lembranças serão sistematizadas na próxima etapa da aplicação da proposta metodológica.

6 RESULTADO DA APLICAÇÃO DO GATILHO DA MEMÓRIA

Após os pioneiros encerrarem as informações sobre os tópicos previstos no roteiro da entrevista, procedeu-se para a etapa seguinte da aplicação metodológica: a exposição do portfólio. Para tanto, como descrito no capítulo 3, as 17 imagens selecionadas foram numeradas e mostradas uma a uma. A ação de disponibilizá-las uma por vez foi uma sugestão de Juliana Mastelini Moyses, integrante do grupo de pesquisa da Universidade Estadual de Londrina. Na ocasião em que foi aplicar a nova proposta metodológica na cidade de Ivaiporã (PR), ela comentou com esta pesquisadora que, ao apresentar todo o portfólio de uma só vez, os pioneiros acabavam falando pouco sobre cada uma das imagens, pois tinham curiosidade em ver as próximas. Dessa maneira, optou-se por reter as fotografias e liberá-las pontualmente, inclusive quando dois entrevistados estavam presentes.

Para melhor organização e sistematização dos resultados alcançados, seguiu-se a mesma ordem de numeração. Em cada tópico, apresentam-se a imagem e os motivos que levaram a sua seleção. Depois, são relatadas as narrativas acrescentadas à história a partir da análise dos pioneiros.

6.1 IMAGEM UM

A primeira fotografia repassada aos entrevistados é das Indústrias Klabin. A imagem fornecida pelo museu histórico não apresentava data, mas, pelas poucas construções e tamanho reduzido em comparação à estrutura atual, estima-se que seja da década de 50. A escolha foi feita pois o município foi fundado e se desenvolveu em torno da fábrica. Ainda hoje, Telêmaco Borba é considerada a “capital do papel” pelo grande volume mensal de produção e, também, porque a Klabin é a maior empresa do ramo na América Latina. Dessa maneira, por sua relevância e atuação junto à evolução da cidade, a indústria pode ser considerada um lugar de pertencimento.

Figura 14 – Estrutura das Indústrias Klabin nos anos 50



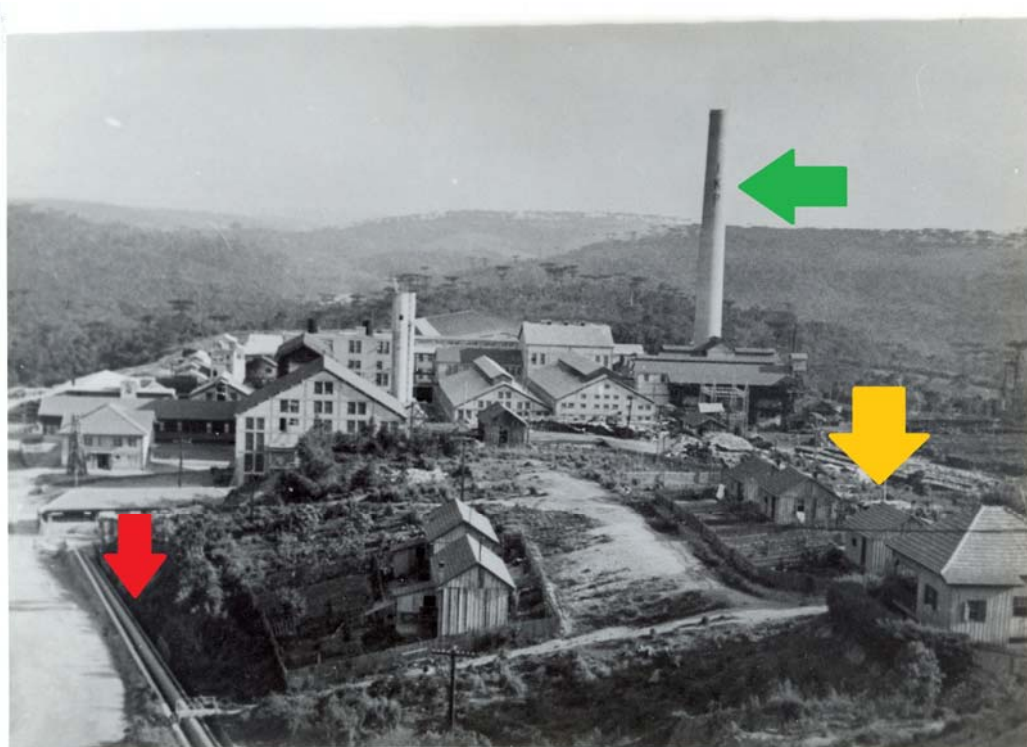
Fonte: Autor desconhecido Museu Histórico de Telêmaco Borba

A fotografia da fábrica despertou duas reações principais, e contrárias, nos entrevistados: aproximação e distanciamento. Honorina Nocera, Francelina Mendes, Tereza Iank e Marina Dal Col pouco acrescentaram ao que já haviam dito, frisando que a imagem era do começo da indústria, pois ainda era pequena. Também afirmaram que não tinham o costume de ir até a Klabin já que, nessa época, era raro ter mulheres trabalhando na linha de produção. A única que forneceu mais informações foi Eloah Martins Quadrado. De acordo com a professora, a casa de seu marido ficava nessas imediações. Além disso, ela contou que ia à fábrica periodicamente: “Eu ia sempre [à fábrica]. Quando eu não tinha mimeógrafo ainda, eu passava lá na fábrica as provas, as orientações. [...] passava no escritório do Gerson... Esqueci o sobrenome dele. Seu Péricles autorizou que podia passar as provas lá.” (QUADRADO, 2012).

Com essas colocações, mais uma vez os “quadros sociais da memória” de Halbwachs (*apud* BOSI, 2009) ficam evidentes. A memória das pioneiras não depende somente do seu “próprio mundo”, mas das relações sociais que mantiveram no decorrer do tempo. Naquela época, o serviço fabril era uma ocupação essencialmente masculina e, muitas delas, não iam à Klabin nem sentiam essa necessidade. Francelina Mendes, por exemplo, até hoje não a conhece: “Estou com 73 anos e nunca entrei dentro da fábrica.” (MENDES, 2012). Por outro lado, com os pioneiros, as lembranças “surgiram” mais facilmente – mesmo entre

aqueles que não trabalharam na Klabin. Três elementos principais da imagem chamaram a atenção: a vila operária, o cano e a chaminé, destacados a seguir:

Figura 15 – Elementos que despertaram a atenção dos pioneiros: a vila operária (amarelo), o cano (vermelho) e a chaminé (verde)



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba.
Destaques elaborados pela autora

Aroldo Lucas Machado aponta cada uma dessas estruturas, pontuando suas características principais:

Esta [fotografia] é da fábrica. [...] Aqui chamava-se Vila Harmonia parece-me. [...] então aqui é [onde] os funcionários da Klabin [...] moravam. Essa aqui [chaminé] que eu digo pra você que, enquanto tiver saindo fumaça, tá bom! É a chaminé principal. Tinha quatro pessoas que trepavam lá no alto pra trocar aquele pára-raios. [Eles] Escalavam, ficavam direto lá, só eles que subiam. [...] esse cano que descia aqui, quando a gente era criança, vinha correndo lá de cima, andando por cima desse cano. (MACHADO, 2012).

Silvestre Solak dá uma versão diferente sobre o trabalho na chaminé, falando da troca de lâmpadas para alertar aviões, feita pelo funcionário Edson Mendes: “Essa chaminé, só tinha uma pessoa que subia lá na época pra trocar a lâmpada. [Ele subia] Escalando. Porque aqui dá [...] quase 80 metros de altura, né? [...] Hoje, ele [Edson Mendes]

está aposentado [...]” (SOLAK, 2012). Aulino Feitosa também discorre sobre a chaminé, dizendo que, apesar de ainda existir, já não funciona mais.

Hoje a chaminé não funciona mais. [...] na chaminé eles queimavam carvão, aquele carvão de pedra. Na Klabin eles tinham uma mina de carvão, ainda tem. Mas com essa coisa de meio ambiente, o carvão foi condenado, não é? Poluía demais. Aquilo você limpava o móvel assim, agora à tarde, no outro dia você ia ver, tava lá. Você passava a mão assim: carvão. [...] Esse prédio aqui, da chaminé, eu acho que deve ser muito antigo. (ALVESb, 2012).

O destaque dado à chaminé traz uma questão que merece ser problematizada. Hoffmann (2011, p.213), citando os resultados da pesquisa feita por Giovan de Oliveira Panissa, observa que “[...] ao mostrar uma imagem do passado onde estejam presentes edificações que já não existem mais e edificações que ainda existam, os entrevistados comentam apenas sobre aquilo que já não tem mais referente”. As colocações dos pioneiros de Telêmaco Borba vêm justamente contradizer essa afirmação, pois, de todas as estruturas que aparecem na imagem, a chaminé foi a mais analisada. Dessa maneira, neste ponto, cabe fazer uma ressalva e “desgeneralizar” essas percepções. Por se tratar de uma proposta metodológica recente, outros testes ainda virão e a tendência é que, a cada pesquisa, novas observações sejam feitas, “regulando” as ferramentas e, principalmente, a fundamentação teórica. Esse é, portanto, o primeiro passo para que a investigação empírica seja tratada com seriedade e entendida em seu sentido forte.

Para Hoffmann (2011), as edificações que ainda existem nas cidades estudadas não são uma “lembrança” se comparadas as que já se extinguiram. Para exemplificar esse raciocínio, ela cita o caso de uma fotografia da igreja matriz e da caixa d’água de Cambé (PR):

Em uma imagem da época da colonização de Cambé, município vizinho de Londrina, em que estão fotografadas a igreja matriz da cidade e, ao seu lado, uma antiga caixa d’água de ferro, já demolida, a tendência dos entrevistados foi discorrer apenas sobre a ‘saudosa’ caixa d’água, pois a igreja, [...] ainda está lá e pode ser vista a qualquer momento. A igreja, para todos os efeitos, não é uma lembrança; o reservatório de água, sim. (HOFFMANN, 2011, p.213).

Os argumentos da autora fazem sentido e, de certo modo, podem até ser estendidos à chaminé das Indústrias Klabin. Se salientar-se que essa edificação não funciona mais atualmente, há um certo “efeito de lembrança”. No entanto, como defendeu Martino (2010), os “malabarismos” de tentar encaixar a observação àquilo que se quer provar são uma

atitude ingênua e mediana perante às possibilidades que a investigação empírica oferece. Dessa maneira, na concepção desta pesquisadora, a atitude adequada é expor essas contradições e problematizá-las para, assim, tentar solucioná-las. Com o material disponível neste trabalho, ainda é prematuro fazer uma generalização, mas infere-se que, pela relevância da chaminé como símbolo da fábrica, é natural que ainda permaneça como referência aos pioneiros. Em uma aproximação ilustrativa, a chaminé está para a história de Telêmaco Borba, assim como o café⁴⁰ para a trajetória de Londrina. Por essa razão, funciona quase como um “símbolo” da “capital do papel”.

6.2 IMAGEM DOIS

A segunda fotografia selecionada, de acordo com o museu histórico, mostra a avenida Brasil, na vila operária de Harmonia, no início dos anos 50. Essa imagem foi escolhida porque, com o decorrer do tempo, Harmonia se tornou o “conjunto habitacional” modelo das Indústrias Klabin, funcionando como uma pequena cidade. Dessa maneira, a infraestrutura do local era satisfatória, bem como os estabelecimentos de comércio e de lazer. Na imagem, notam-se algumas construções, bem como os postes da rede elétrica e um desfile, fornecendo um “leque” de lugares de pertencimento. Outro motivo para a escolha foi o fato de que a grande maioria dos pioneiros mais antigos morou nessa vila, portanto, a fotografia abrigava um grande potencial para despertar lembranças.

⁴⁰ Londrina (PR) foi considerada a capital do mundial do café nos anos 60 por seu grande índice de produção, impulsionado pela fertilidade da terra vermelha.

Figura 16 – Desfile na avenida Brasil, na vila operária de Harmonia



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba

Esse ponto de partida, no entanto, mostrou-se equivocado. Essa foi uma das fotografias que mais despertou dúvidas e insegurança nos entrevistados. Quase todos hesitaram em afirmar que era a avenida Brasil pois, pelo ângulo da imagem, a igreja católica deveria aparecer no canto direito. Eloah Martins Quadrado (2012), que morou em Harmonia durante muito tempo, disse que a fotografia não era de lá e que não estava reconhecendo nenhuma das construções retratadas. Aulino Feitosa Alves (2012) também levantou algumas dúvidas, mas, olhando cuidadosamente, convenceu-se que se tratava da avenida Brasil.

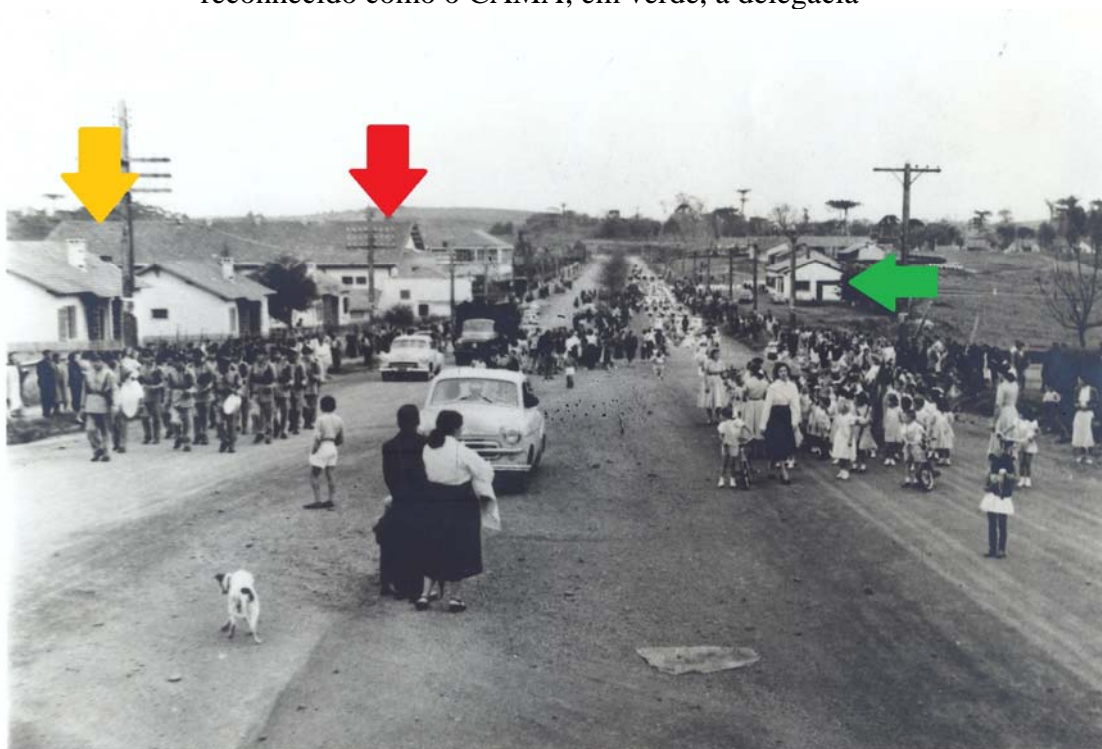
Eu não sei que trecho é da avenida [...]. Deve ter sido uma festa, alguma coisa... Eu não me lembro assim. Mas essas casas eu tô reconhecendo. Aqui era o CAMA, agora tô reconhecendo, era o CAMA. Ainda hoje o prédio está lá. [...] É o CAMA. Aqui era a farmácia, do outro lado tinha o supermercado, que era do Cukier. E aqui era a casa do pessoal da administração. [...] mas tô sentindo falta da igreja. (ALVESb, 2012).

Aroldo Lucas Machado também apontou as duas casas retratadas no lado esquerdo, dizendo que uma delas era do diretor da fábrica Péricles Pacheco. No outro lado da rua, ele localizou a delegacia de Harmonia:

[...] aqui era a delegacia. [...] tinha um soldado só, mas tinha delegacia. [...] primeiro essa delegacia era na vila operária, depois mudou pra lá também. Tinha o sargento que era o comandante, chamava-se sargento Leonardo. Nunca esqueci dele. (MACHADO, 2012).

Abaixo, os locais apontados pelos pioneiros em destaque na imagem:

Figura 17 – Em amarelo, as casas apontadas como pertencentes aos funcionários que atuavam na administração das Indústrias Klabin; em vermelho, o prédio reconhecido como o CAMA; em verde, a delegacia



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba
Destaques elaborados pela autora

Francelina Mendes, Marina Dal Col e Silvestre Solak não acrescentaram nenhuma informação nova à entrevista. Honorina Nocera também não discorreu sobre a imagem, mas afirmou com veemência que não se tratava da vila operária de Harmonia. A única pioneira a, de fato, “ir além do fotografado” foi Tereza Iank. As lembranças compartilhadas com a pesquisadora pouco tinham a ver com a fotografia, mas foram despertadas a partir dela:

Eu me lembro bem que era louco de bom fazer compra na cooperativa de Harmonia. Eu ia com pouco dinheiro e fazia uma compra bem grande, tinha de tudo lá. A cooperativa era lá na avenida [Brasil] perto desse tal de Bar Grande [...]. E bem ali, onde era a estação do bondinho, tinha uma filial. Então eu ia na filial, que era bem perto ali. Tinha o ônibus do Paladino, eu ia de ônibus até lá. [Eu] pegava o ônibus bem ali onde era a Praça do Relógio [...] e descia lá na frente da cooperativa. E depois eu pegava tudo e trazia no ônibus as compras ainda. (IANK, 2012).

A maneira diversa como os pioneiros podem se comportar analisando as fotografias do portfólio já foi observada por Hoffmann (2011, p.212): “[...] algumas testemunhas lembram inúmeras histórias que se desenrolam na memória por meio do registro imagético, enquanto outras citam apenas pessoas e locais fotografados, muitas vezes confundindo-os.” Talvez, se a imagem da avenida Brasil retratasse a igreja católica ou se tivesse outro ângulo, poderia ter sido melhor interpretada. Dessa maneira, a acuidade na escolha do portfólio fica evidente e, muitas vezes, não bastam apenas as inferências dos pesquisadores para auxiliar na escolha, pois elas podem falhar, como de fato aconteceu.

6.3 IMAGEM TRÊS

A terceira fotografia mostra o Bonde Aéreo de Telêmaco Borba em funcionamento, chegando à estação localizada ao lado das Indústrias Klabin. Instalado em 1958, permanece em funcionando, sendo um dos pontos turísticos da cidade. Por sua relevância no transporte dos operários que moravam na margem oposta do rio Tibagi e, também, por ser um dos “símbolos” telemacoborbenses, sua imagem retrata um lugar de pertencimento.

Figura 18 – Bonde Aéreo de Telêmaco



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba

Todos os entrevistados afirmaram terem usado-o para se deslocar naquela época pois, além de o transporte ser rápido, o custo era bastante acessível. “Pagava [para andar no bonde], mesmo quem trabalhava [na fábrica]. Mas era assim um pagamento irrisório, né? Não representava nada, quer dizer, representava dinheiro, mas era coisinha pouquinha. Daí nós [operários] tínhamos desconto.” (SOLAK, 2012). Ainda hoje alguns pioneiros disseram “passar” de bonde de vez em quando para lembrar os velhos tempos.

Além dessas recordações “genéricas” citadas nas entrevistas, um acidente com o meio de transporte ficou registrado nas memórias de Aroldo Lucas Machado e Aulino Feitosa Alves. Ambos, ao verem a fotografia, compartilharam essa história. Essa foi a versão do fotógrafo:

[O Bonde Aéreo] Foi inaugurado em 59. Não sei se falaram pra você, [ele] foi inaugurado em 59 e dali 2 anos arrebentou o cabo que puxa. [...] tava cheio de gente [na cabine]. [...] tinha umas doze, treze pessoas. Arrebentou esse cabo que puxa, não o grande, né? O Bonde tava chegando na torre [e] arrebentou. O bonde voltou no meio do rio. Só que ele ia lá pra cima e voltava, ficou 10 minutos andando assim. Daí ele fica sem controle, né? Daí a turma desceram por um tipo um calção assim, vestia e amarrava. O cara [técnico do bonde] que tava lá dentro sabia lidar com aquilo e descia com uma cordinha, que tinha um troço de aço. Tá tá tá tá [barulho da corda descendo] até no meio do rio. A turma com uma balsa ficavam esperando lá. Desceu todo mundo. [...] não existia bombeiro não, [...] alguém tinha a balsa de garimpo e tocou lá onde ia descer o povo e daí os caras desciam. [...] Inclusive tinha uma senhora que tava grávida e não queria descer. [...] daí o cara falou assim, o rapaz que trabalhava, o cabineiro: ‘Bom, então a senhora fica aí! Quando melhorar e vierem arrumar o cabo, daí a senhora desce.’ Ela

resolveu descer, mas desmaiou. Desceu desmaiada, mas podia desmaiar que não caía de jeito nenhum. [...] eu trabalhava lá no mercadinho [de Harmonia] nessa época [...], por sorte escapei [do acidente], porque eu tava na boca [da estação] pra entrar. Também não aconteceu nada, ninguém se machucou nem nada né. (MACHADO, 2012).

Assim como Aroldo Machado que presenciou o acidente, pois estava esperando para embarcar na estação, Aulino Feitosa também foi envolvido na situação. O médico foi chamado para auxiliar na descida dos passageiros da cabine e socorrer os possíveis feridos:

Esse bondinho tem uma história. [...] o bondinho tem o cabo de cima e esse debaixo é quem puxa o bonde, sabe? Em cima é como se fosse um trilho e esse cabo de baixo é quem puxa o bondinho. E aconteceu que esse cabo rompeu. Estourou o cabo! Rompeu e aí o bondinho ficou: [sinal de pêndulo com as mãos]. Aí chegou um ponto que ele vai, vem, vai, vem e para. Quando parou, tava em cima do rio. Então eu fui chamado para atender. E a história é o seguinte: o bondinho tava cheio de gente. Esse bondinho, se não me engano, deve pegar umas 30 pessoas, parece. [...] aí foi uma gritaria! E o bonde vai e vem, vai e vem. Voando, né? Não tinha mais controle. Mas, foi indo, foi indo: parou. E agora? Que que a gente vai fazer pra descer esse pessoal, não é? [...] Então, dentro do bondinho, acho que já prevendo isso, tinha um cabo que era pra descer as pessoas, com uma manivela e tudo. [...] aí fizeram uma plataforma de madeira no rio. Então as pessoas desciam pelo cabo. Se não me engano dava mais de 100 metros de altura. As pessoas desciam num cestinho e eu fui pra atender alguém que tivesse algum problema. Aí, quando chegou na última pessoa, a pessoa disse: ‘Não, eu não vou descer!’. [...] Mas como que não vai descer? Porque o último a descer era o funcionário, não é? Depois que ele descesse, pronto. Foi uma luta pra convencer a pessoa a descer. [...] Mas essa pessoa que ficou em cima, era até uma senhora, ela não teve coragem de enfrentar a descida. Aí a pessoa [cabineiro] fez ameaça e tal: ‘Eu vou descer e, depois que eu descer, não tem mais quem vai descer você! Vai ficar sozinha aí dentro!’. Mas lutou, lutou, até que convenceu ela a descer. (ALVESb, 2012).

As duas versões do acidente são capazes de demonstrar a riqueza que a nova proposta metodológica pode trazer à história. Por mais que cada uma guarde detalhes divergentes, como o tipo de equipamento usado e a personagem que não quis descer, a essência da narrativa é a mesma. Sabe-se que um dos cabos se rompeu, o bonde descontrolou-se e parou em cima do rio Tibagi. Essa “quase tragédia” não está registrada nos livros históricos, mas permanece viva na memória dos pioneiros. Fica evidente, portanto, o potencial de se recuperar fatos, dados e narrativas que “ficaram de fora” da história oficial.

Quanto à apuração da narrativa, seria necessário entrevistar outros pioneiros da época e, assim, gradativamente, ir esclarecendo se a mulher estava grávida, se desmaiou na descida e se a ferramenta de resgate era um cesto ou uma espécie de bermuda. Por mais que o

objetivo desta pesquisa seja somente sistematizar os resultados obtidos pelo uso da fotografia como disparadora do gatilho da memória, abrem-se novas perspectivas e sugestões de fontes históricas, prontas para serem exploradas em sua profundidade e complexidade.

6.4 IMAGEM QUATRO

A quarta fotografia do portfólio mostra o final das obras da ponte sobre o rio Tibagi, que ficou pronta no começo da década de 50. Essa foi uma maneira encontrada para facilitar o transporte da matéria-prima, o escoamento da produção e o deslocamento dos funcionários entre as duas margens. Na imagem, nota-se que, mesmo sem estar concluída, a ponte já servia de passagem para os pedestres e para as bicicletas. Por sua relevância no transporte e por ainda existir nos mesmos moldes originais, a obra também pode ser considerada um local de pertencimento e, por essa razão, foi selecionada.

Figura 19 – Construção da ponte sobre o rio Tibagi



Fonte: Autor desconhecido (provavelmente Ivany Banks Machado). Museu Histórico de Telêmaco Borba

As lembranças despertadas a partir dessa fotografia são um fator interessante dentro desta pesquisa, principalmente porque, ao observarem a ponte, a maioria dos entrevistados recordou-se das balsas. Ou seja, neste aspecto, a observação de Hoffmann e Panissa parece se encaixar, já que a obra ainda está lá para ser vista e os balseiros estão aposentados há muito tempo. Tereza Iank relembra do exato momento em que viu a ponte em construção, enquanto passava o rio com sua mudança: “Quando nós viemos de mudança pra cá [Cidade Nova], nós passamos na balsa ainda, pelo rio. Tava terminando [a ponte]. Ainda me lembro que tinha uma placa grande, [e] dizia: Teodoro Brauer, projetista e construtor.” (IANK, 2012).

Marina Dal Col foi a única a contar uma história em que estava, de fato, usando a ponte como meio de transporte. A pioneira também se recordou que, enquanto os custos de construção não foram recuperados pelas Indústrias Klabin, houve a cobrança de pedágio para aqueles que passavam por ali:

Eu lembro uma vez, logo que nós mudamos pra cá, eu pedi pro meu pai me levar pra lá [para Harmonia] e eu fiquei na casa de uma amiga lá. E na volta deu uma chuva de pedra e [...] nós tava de moto. Daí, quando terminamos de passar a ponte, a moto morreu e tivemos que ficar ali. [...] porque era muita pedra e até na metade do pneu da moto ficou, foi naquela época que a chuva de pedra estragou tudo a fábrica. [...] Mas sei que foi uma chuva muito feia, estragou bastante a fábrica. [...] daí que nós passamos [a ponte], o pai deixou a moto e nós entramos na guarita, que era uma guarita que tinha, né? Que logo que eles construíram a ponte, daí pagava pra passar na ponte [...] até tirar o dinheiro da construção. [...] quando terminou de pagar, daí eles liberaram, né? (DAL COL, 2012).

A “chuva de pedras” que marcou a memória de Marina foi registrada por Fernandes (1974) em seu livro. De acordo com a autora, a tormenta aconteceu no dia 18 de junho de 1955 e contou com granizos do tamanho de laranjas:

Em minutos, o granizo pipoca contra os telhados e as vidraças. Parecem ovos brancos cada vez maiores, a estilhaçar os vidros. São agora como laranja e racham as telhas. A ventania é inaudita. Torna-se noite. As árvores lascam e tombam. Voam galhos, enterram-se as folhas no lodaçal das ruas transformadas em torrentes. As casas começam a ficar inundadas. Chove em todos os quartos, através do telhados arrebatados. [...] Não há uma luz em toda cidade. O Hospital está às escuras e acendem-se velas no quartos dos doentes. [...] Subitamente, uma descoberta. – Escute, escute isso: o silêncio. A fábrica parou! Desde 1952 a Fábrica não parava um minuto. Os eletricitistas parecem bonecos mecânicos trepados nos postes, ao lusco-fusco. A cidade fica iluminada quatro horas depois. Mas na fábrica parece que jogaram toneladas de sal entre os prédios. À meia-noite, o gelo ainda não derreteu. (FERNANDES, 1974, p.192-193).

Aroldo Lucas Machado não se lembrou da chuva de granizo, mas teve uma reação entusiasmada ao ver a imagem da ponte, pois a reconheceu como sendo de seu pai, Ivany:

Ah! Mas esta [fotografia] eu tenho certeza que foi meu pai que bateu. Essa foi meu pai! Ele vinha pra fotografar [a ponte] toda [...] semana, ele descia de bicicleta. E daí ele batia as fotos e depois levava lá, levava pra Klabin. Então ele acompanhou toda a construção da ponte. [...] tenho certeza que esta foto foi ele que bateu. (MACHADO, 2012).

Por fim, Aulino Feitosa Alves foi quem mais discorreu a partir da imagem apresentada, falando não só sobre a ponte, mas sobre toda a história da vinda da fábrica para a região de Telêmaco Borba. Apesar da extensão da sua narrativa, optou-se por transcrevê-la na íntegra, explicitando quantos fatos o pioneiro foi capaz de relatar:

Quando eu cheguei aqui, já existia a ponte. Era essa mesma ponte. [...] antigamente, quando a Klabin começou, a Klabin começou lá na Lagoa. A administração da Klabin era lá na Lagoa. Mas a construção da fábrica começou aqui. E levou muito tempo pra ser construída. Então, naquela época, se atravessava de barco, né? [...] tinha um diretor até, um cearense [Luiz Vieira], que proibiu a bebida alcoólica. Eu não conheci [...] mas era o engenheiro quem dirigiu a construção da fábrica. Ele proibiu a bebida alcoólica. Então havia, sabe, um comércio escondido de cachaça, né? O pessoal atravessava pro outro lado e o transporte era feito assim. Mas logo construíram a ponte. [...] então essa fábrica, quando ela começou a funcionar mesmo, se não me engano foi por 52, 53 por aí. [A Klabin] começou por aí em 1945, 47, 48, a construção, não é? Que a compra do terreno foi em 1936. Compra não, porque isso daí foi doado por um governador que o Paraná tinha, Manoel Ribas, que doou pra Klabin. Aqui tinha [...] a Hellê Vellozo, ela é escritora, sabe? Então eu li o livro dela, ela que historiou tudo. Então eu li como é que foi. Então o Manoel Ribas era o governador ainda no tempo de Getúlio, no tempo da ditadura. Então o Manoel Ribas doou pro Klabin essa área. Mas essa área tem 65 mil hectares. É muito grande! [...] porque naquele tempo, o Brasil importava tudo quanto era papel, qualquer papel era importado, o Brasil não produzia nada. Tinha a Klabin, eles são judeus lá da Letônia, Lituânia, que foram expulsos de lá, [...] não me lembro em que guerra foi. Eles foram expulsos e vieram pra cá, pra São Paulo. Eles começaram em São Paulo [...] vendendo papel. Só que lá [na Lituânia] eles eram industriais de papel. [...] Depois, parece que pro lado de Mogi das Cruzes, começaram uma fabriquetinha de papel. E foram, e foram, e foram, e foram. No tempo de Getúlio, o Oswaldo Aranha [...] era ministro do Getúlio, e era muito ligado a essa família Klabin-Lafer. São duas famílias, né? [...] E então deram incentivos pra que eles produzissem papel, porque Getúlio queria que o Brasil produzisse papel, porque importava tudo, não é? Então as conversações caminharam [...]. Naquela época, você não conheceu, isso aqui era um mar de pinheiro! [...] Tinha pinheiro assim que uma pessoa não abarcava. E eles gostaram, né? Gostaram da região e acharam que era a ideal pra fabricar o papel. [...] Mas no Paraná não tinha nada naquela época. [...] O

Paraná era deserto, era mato. A cidade de Tibagi existia, é uma cidade muito antiga Tibagi. Mas era aquele nucleozinho ali, o resto era mato. [...] Então eles vieram pra cá e conta a historiadora que [...] o Samuel Klabin, que realmente foi o diretor aí, ele veio de [...] carro até Tibagi [...] e de Tibagi pra cá ele veio de cavalo, não é? Resolveu então que a fábrica seria aqui. [...] Ele veio a primeira vez, depois veio outras vezes, né? Quando foi pra construir a fábrica mesmo, eles trouxeram um engenheiro, que era um engenheiro ligado ao governo federal, ao departamento de estradas e rodagem. Então começou: fizeram estrada, depois trouxeram a linha de ferro pra cá, trem e começaram a construção. (ALVESb, 2012).

Perante a quantidade de informações repassadas, fazem-se algumas considerações. Primeiro: os dados relatados por Aulino fazem parte do livro de Hellê Vellozo Fernandes, como o próprio médico fez questão de referenciar. Segundo: todas essas informações foram desencadeadas pela fotografia da construção da ponte. Neste ponto, nota-se claramente o quanto a proposta metodológica pode auxiliar no processo de recuperação da história: as obras o fizeram se lembrar dos barcos e do contrabando de bebida alcoólica. Por sua vez, a proibição suscitou o nome de Luiz Vieira, engenheiro encarregado da construção nos primeiros anos. E, Luiz Vieira o fez recordar da compra do terreno, de Manoel Ribas, de Getúlio Vargas e do incentivo à produção de papel. Enfim, todas as lembranças vieram conectadas e vão muito além da imagem apresentada.

A boa articulação do médico e a capacidade de resumir a obra de Fernandes (1974) são ferramentas fundamentais para que um “depoimento” extenso como esse surja. Além disso, abre-se outra questão: Aulino não viveu esses anos, no entanto, os relata da mesma maneira. De acordo com Pollak (1992), a memória é composta não só por acontecimentos vividos pessoalmente, mas por aqueles vividos “por tabela”:

[...] [São] acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLAK, 1992, p.201).

Dessa forma, a proposta metodológica também é capaz de suscitar o aparecimento de lembranças não vividas pelos pioneiros, mas compartilhadas da mesma maneira por intermédio da memória coletiva.

6.5 IMAGEM CINCO

A quinta imagem selecionada se relaciona diretamente com os operários das Indústrias Klabin, pois retrata uma “aglomeração” do Sindicato do Papel. Em primeiro plano, de costas para o fotógrafo, alguém está discursando para a multidão. No museu histórico, não havia qualquer descrição sobre a imagem, nem sobre quem era o “líder” no palanque. Porém, a partir das entrevistas, descobriu-se que se tratava de Joaquim Batista Ribeiro, sindicalista bastante conhecido pelos pioneiros. Quanto ao motivo da reunião, as versões são diferentes. Para a maioria, essa foi a primeira, e única, paralisação da fábrica pelos funcionários; já para Silvestre Solak, que acompanhou de perto a trajetória do sindicato, trata-se de uma assembleia comemorativa por reivindicações atendidas.

Para se chegar a uma conclusão, seria necessário fazer uma pesquisa a parte, recorrendo, principalmente, aos arquivos do Sindicato do Papel. Na própria fotografia há algumas pistas. No canto inferior esquerdo, lê-se a inscrição do fotógrafo: “Vitória conseguida Sindicato de Monte Alegre 62”. E, em uma placa pequena, pendurada no único poste, há um trecho legível: “Não sejas traidores, colaborem com...”.

Independentemente do que, de fato, estava acontecendo, essa foi uma das imagens que mais despertou lembranças sobre uma personalidade específica. Assim, ficou explícita a importância do sindicalista para a época, pois, mesmo de costas, foi reconhecido. Não há como afirmar com certeza em que ponto de Telêmaco Borba foi realizada a reunião, dessa maneira, o argumento de que é um lugar de pertencimento não se encaixa. No entanto, pela relevância do sindicato para a cidade e pelo contexto histórico em que a fotografia foi tomada, optou-se por acrescentá-la ao portfólio.

Figura 20 – Operários das Indústrias Klabin reunidos para comemorar uma “vitória conseguida” pelo Sindicato do Papel, em 1962. De costas e em primeiro plano, o presidente do sindicato na época, Joaquim Batista Ribeiro



Fonte: Autor desconhecido (provavelmente Ivany Banks Machado). Museu Histórico de Telêmaco Borba

Dentre as pioneiras entrevistadas, Tereza Iank foi a que mais se recordou de Joaquim Batista Ribeiro – um dado interessante, porque ela foi a única que nunca trabalhou e, teoricamente, teria ficado mais “restrita” ao universo da casa. Pollak (1992) entende esse fato como uma extensão dos elementos constituintes da memória – se é possível se recordar de acontecimentos vividos por tabela, também é igualmente plausível falar de personagens conhecidas indiretamente.

[...] a memória é constituída por *pessoas, personagens*. Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. (POLLAK, 1992, p.202, grifos do autor).

Acionando, portanto, a memória constituída por personagens, Tereza (2012) discorre sobre o trabalho de Joaquim no sindicato:

Eu me lembro, foi o Joaquim do sindicato, que ficou famoso. O Joaquim Batista Ribeiro que fez [a paralisação da fábrica]. É, ele parou a Klabin, coisa que ninguém tinha feito! [...] pegou uma força tão grande, né? Que o povo do sindicato luta e vence, né? [...] não chegam lá onde eles querem, mas sempre pegam um aumento bom. (IANK, 2012).

Aroldo Lucas Machado, ao analisar a fotografia, reconheceu imediatamente Ribeiro e também citou a paralisação da Klabin. “Essa aqui foi a única vez que a Klabin parou. [...] eles [funcionários] fizeram uma greve. Este que tá aqui, chamava-se Joaquim Batista Ribeiro, ele era o presidente do sindicato. Ele fez parar a Klabin. Parou e exigiram um melhor salário, e aquele negócio.” (MACHADO, 2012). O fotógrafo, assim como na imagem quatro, reivindicou o negativo como sendo de Ivany: “[...] foi meu pai, garanto que foi o velho que bateu essa [fotografia]!”.

Os irmãos Feitosa, ao verem Joaquim Batista Ribeiro, compartilharam algumas lembranças. Alberto contou que foi colega do sindicalista na primeira Câmara de Vereadores da cidade. Ribeiro foi o candidato mais votado, demonstrado, mais uma vez, sua força política. Aulino também não negou a influência do operário, mas teve uma posição mais crítica sobre sua personalidade:

O Joaquim era assim, ele era apenas alfabetizado, mas era uma personalidade muito forte, sabe? Ele dominava mesmo. Isso aqui chegou a parar a fábrica, a fazer uma greve e parar a fábrica. Foi só essa vez, [a fábrica] nunca mais parou. Quando foi candidato a vereador, foi eleito, né? [...] Mas ele era meio extravagante, terminou morrendo num acidente. Ele bateu o carro num poste, parece. Eu que atendi. [Ele] Bebia, não é? (ALVESb, 2012).

Silvestre Solak foi o único entrevistado que conviveu mais proximamente de Joaquim e do sindicato. Por essa razão, ao analisar a imagem, recordou-se de sua própria carreira, além de uma reunião de negociação que teve com Jacob Klabin. O pioneiro, inicialmente, reconheceu a cena como sendo da paralisação, mas, prontamente, corrigiu-se quando viu a data anotada pelo fotógrafo:

Essa aqui foi a greve. Esse aqui que sofreu [com a ditadura], esse é o falecido Joaquim Batista Ribeiro, né? [...] Mas não era 62 a greve! Foi em 64. Revolução [militar], [e] a greve já em seguida. Inclusive, eu sempre fui meio revolucionário mesmo, sabe? Tinham razão de desconfiar de mim! Eu fui chefe de piquete na ferrovia. [...] nós não deixávamos as máquinas entrar pra carregar, não é? Nem pra sair. [...] Eu escalava a turma e ficava lá também. [...] Essa [fotografia] foi a última assembleia, quando nós acertamos a série de reivindicações e a Klabin concordou, né? O dono da

fábrica, Jacob Klabin, ele chegou, [e] chorou que nem criança! Era velhinho ele, cabelo bem branco, né? Mais branco do que o meu! [...] [Jacob disse:] ‘Mas essa fábrica, nossa fábrica, não pode parar!’ . Pois é, eu era da comissão de negociação [e eu respondi:] Pois é, o que que nós vamos fazer? Nós tentamos não fazer parar, mas não abriram mão, não é? Aí, então, [Jacob disse:] ‘Vamos, vamos acertar.’ Chamou o advogado dele, o doutor Miró, [...] [e pediu:] ‘Miró, faça um acordo aqui pra eles assinarem.’ Aí o Joaquim assinou. Eu era da comissão naquela época, mas não era diretor do sindicato, depois que eu entrei, não é? [...] [O Joaquim Batista Ribeiro] Foi um grande homem, viu? Muito lutador. (SOLAK, 2012).

As diferentes “versões” de Joaquim Batista Ribeiro demonstram que cada indivíduo tem uma percepção diferente da história e que sempre algo novo pode surgir. Também é importante destacar que o sindicalista não tem sua trajetória registrada nos livros históricos disponíveis. Coraiola (2003) o cita rapidamente quando elenca os nomes dos primeiros vereadores de Telêmaco Borba; já Hellê Vellozo Fernandes (1974) não discorre sobre ele em nenhum momento. Certamente, essa é uma lacuna no passado da cidade, pois Ribeiro teve papel importante nas décadas de 50 e 60, representando os funcionários da Klabin como um todo. Por essa razão, a nova proposta metodológica, ao lado da história oral, configura-se em um instrumento potencial para recuperar nomes que foram “esquecidos” e que podem continuar em silêncio, caso o repertório de vida dos pioneiros não ganhe a devida atenção merecida.

6.6 IMAGEM SEIS

A sexta imagem do portfólio mostra o matadouro instalado na Cidade Nova. No alto da construção, lê-se: “Matadouro Municipal 1957”. Neste caso, como Telêmaco Borba ainda não havia se emancipado, o município em questão era Tibagi. Pelas condições infraestruturais, bem como a via não-asfaltada, infere-se que a fotografia seja do final da década de 50, início dos anos 60.

Partiu-se do princípio que os pioneiros deveriam recorrer frequentemente⁴¹ ao matadouro e que, enquanto lugar de pertencimento, poderia suscitar lembranças. No entanto, essa concepção inicial se mostrou equivocada no decorrer das entrevistas. Os pioneiros não conseguiram precisar onde o estabelecimento ficava, principalmente porque a fotografia não mostra outros pontos de referência. Além disso, pelas colocações fornecidas, esse não era o único matadouro da cidade, o que causou mais confusão.

⁴¹ Na época, os matadouros funcionavam como “alternativa” às carnes oferecidas nos açougues, pois vendiam as vísceras dos animais abatidos por preços mais acessíveis.

Figura 21 – Matadouro municipal instalado na Cidade Nova. No topo do prédio lê-se 1957



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba

Com exceção de Marina Dal Col que olhou a imagem e recordou-se do marido, pois ele costumava ir ao matadouro para reparar as instalações elétricas, os outros entrevistados detiveram-se na questão da localização. Para Silvestre Solak, Tereza Iank e Honorina Nocera, a construção ficava no bairro Cem Casas. Honorina, inclusive, citou o nome de Alberto Castro, afirmando que o estabelecimento era dele. Aroldo Lucas Machado também se lembra do matadouro nessa região:

Esse aqui é descendo da Cem Casas ali [...] tem até hoje esse aí lá. Pelo menos tinha há pouco tempo. [...] [Eles] Matavam o gado, a vaca, o porco, né? Tinha alguns açougues [na região], 90% dos açougueiros matavam eles mesmos e um pouco levavam lá pra matar. Porque não existia fiscalização nenhuma, né? Então eles matavam. Mas, alguns levavam pra matar lá, porque tinham mais condição de pagar pros caras matar e tal. Mas não era obrigatório levar não. (MACHADO, 2012).

Para Eloah Martins Quadrado, o matadouro municipal ficava próximo ao Bonde Aéreo, nas margens do rio Tibagi. Ela é segura ao afirmar que o visitou muitas vezes e que os vestígios da construção ainda permanecem: “O matadouro? Tem ainda os vestígios dele descendo o bondinho, lá embaixo. Tá lá ainda, se quiser você ainda vê ele, dá pra ver. Eu fui muitas vezes [para o matadouro] porque eu, como vereadora, tinha que andar tudo!”. (QUADRADO, 2012).

Essa confusão de localidades ficou evidente na conversa com os irmãos Feitosa e foi a partir da memória dos dois que se chegou à conclusão que existiam pelo menos dois matadouros na Cidade Nova. Inicialmente, Aulino, ao ver a fotografia, refere-se à região das Cem Casas e também cita o nome de Alberto Castro:

Esse aqui é [...] do Alberto Castro. Ou não? Agora eu tô pensando nesse aqui. Eu acho que era do Alberto Castro esse daí, lá nas Cem Casas. Hoje, em cima, está a cidade. Naquela época não tinha nada, veja lá em cima. Não tem nada. E ele já tinha [o matadouro], chama-se Alberto Castro. Era o matadouro, chamava-se matadouro porque matava porco. Porque naquele tempo, a gordura que se usava no Brasil era banha de porco. Tanto que a empresa Matarazzo, não sei se você já ouviu falar... O Matarazzo foi o homem mais rico do Brasil no começo do século passado. E ele começou a vida assim, matando porco, derretendo e embalando a banha. [...] A gordura que se usava no país era banha, banha de porco, né? E o Alberto Castro, ele matava, fazia a banha e vendia a carne. (ALVESb, 2012).

Enquanto discorria sobre o trabalho de Alberto Castro, o médico foi interrompido pela sobrinha Rejane que, interessada pelas imagens históricas, decidiu acompanhar a entrevista. Com a fotografia do matadouro nas mãos, ela leu em voz alta: “Matadouro Municipal, tá escrito aqui. É 1957”. Imediatamente, Aulino começou a questionar o ano e o irmão Alberto lembrou-se que existia outro estabelecimento do gênero na cidade: “Esse aí deve ser aquele matadouro que ia lá pra... Descia ali das Cem Casas, agora que eu me lembrei dessa casa. Me lembrei, não é esse do Alberto Castro, não. [...] Lembra que o matadouro era, descia. [...] Era pra lá das Cem Casas, descia, descia, descia”. (ALVESa, 2012). Com o auxílio do ex-político, o médico também disse se recordar do matadouro municipal, que ficava no bairro São Francisco.

Essa discussão entre os irmãos demonstra o lado bom de se entrevistar duas pessoas ao mesmo tempo, como já pontuou Thompson (1998). Apesar da dificuldade em intermediar o diálogo para que um não fale mais que o outro, há a possibilidade de que lembranças sejam submetidas ao “crivo” de duas memórias diferentes. Dessa forma, se somente Aulino fosse entrevistado, provavelmente, a fotografia passaria como a do matadouro de Alberto Castro – e a confusão da localidade do estabelecimento permaneceria. Assim, apesar da escassez de recordações despertadas por essa imagem, ela teve seus méritos, principalmente por ressaltar a riqueza de se reunir duas “testemunhas” do passado. E, historicamente, garantir a localização exata do matadouro.

Outra questão interessante foi a conexão que o médico fez a partir da imagem, lembrando-se do italiano Francesco Matarazzo e do produto que o deixou rico.

Matarazzo chegou ao Brasil em 1881, já com a intenção de produzir e vender banha de porco. Na época, o grande investimento do país era o café, mas, a “aposta diferente” deu certo e, em 1883, ele abriu sua primeira fábrica. O sucesso do empreendimento foi notável e, gradativamente, a rede foi se expandindo até alcançar a marca de 200 fábricas, que compunham as Indústrias Reunidas Matarazzo. Mais de 30 mil pessoas foram empregadas pelo italiano, que diversificou sua linha de produção, consolidando-se também nos ramos de alimentos, tecidos e óleos.

Francesco faleceu em 1937 – nessa época, Aulino Feitosa tinha apenas 9 anos. O médico não conviveu com o empresário nem com a família Matarazzo, mas isso não o impediu de discorrer sobre aquilo que conhecia, despertado pela fotografia. Assim, mais uma vez, a memória constituída por personagens de Pollak (1992) veio à tona. O entrevistado também demonstrou seu domínio de captar informações em diferentes fontes e acrescentá-las às suas lembranças, contextualizando-as para a pesquisadora. Um cuidado excepcional, que torna a proposta metodológica ainda mais abrangente no tipo de dado que é capaz de resultar.

6.7 IMAGEM SETE

A sétima fotografia selecionada é uma “lembrança” da passagem dos padres missionários por Telêmaco Borba, em 1966. Na ocasião, eles permaneceram algum tempo na cidade com o objetivo de evangelizar os moradores. Para tanto, fizeram uma série de procissões, além de instalar um cruzeiro, no dia 3 de outubro. Há divergências com relação à localidade da edificação, pois, atualmente, o município tem duas cruzeiros: uma na avenida Paraná e outra na avenida Chanceler Horácio Laffer. Como ambas fazem parte da história de Telêmaco Borba, podem ser consideradas lugares de pertencimento. Além disso, com a escolha dessa imagem, poderia se apurar qual das instalações veio primeiro, o que, no entanto, não aconteceu.

Figura 22 – Instalação de um dos cruzeiros de Telêmaco Borba, em 3 de outubro de 1966, durante a visita dos padres missionários



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba

Marina Dal Col (2012), ao analisar a imagem, afirmou que se tratava da instalação da avenida Paraná. De acordo com ela, o cruzeiro já foi retirado e, posteriormente, devolvido ao local original: “Esse é o cruzeiro, né? O primeiro cruzeiro que fizeram. [...] tem um cruzeiro ali na rotatória do [Colégio Estadual] Wolff [Klabin], o primeiro foi ali, depois tiraram. [...] daí, não sei depois de quantos anos, voltou o cruzeiro ali de novo.” A pioneira era jovem quando os missionários vieram e lembra-se bem da visita. “Foi boa, porque eles ensinaram muita coisa, né? E todo mundo acompanhou, eles eram uns missionários muito bons.” (DAL COL, 2012).

Tereza Iank, mesmo não sendo católica, participou das mobilizações pela cidade:

Eu já era [evangélica], mas me lembro dos missionários. Eu me lembro que o missionário ainda falou assim, que Deus pôs duas cercas na boca, assim mesmo não cercava a língua de falar mal dos outros! Eles davam cada chacoalhada, sabe? Eu ia nos negócios das missões [...], era assim público, ao ar livre, né? Todo mundo ia porque foi um movimento muito grande. Foi muito bonito. (IANK, 2012).

Os irmãos Feitosa, católicos, também presenciaram as missões. Aulino complementou as lembranças das pioneiras, dando informações sobre os padres da região, mas foi impreciso quanto à localidade do cruzeiro:

[...] esses padres, essa igreja aí [na cidade], é a igreja dos redentoristas. No começo, os padres todos eram americanos, né? [...] A irmã Rosa, a irmã Francine, [...] são americanas. Mas eu acho que deve ser ou essa cruz lá de cima, no final [da avenida Chanceler Horácio Laffer], no cruzeiro lá em cima, ou então na avenida Paraná [...]. (ALVESb, 2012).

A recordação mais vasta perante a imagem apresentada foi de Hilda de Jesus Prestes, mulher de Silvestre Solak. Ao ver o cruzeiro, ela lembrou imediatamente do grande incêndio de 1963. No entanto, pelas anotações do fotógrafo, a instalação retratada aconteceu em 1966, ou seja, três anos depois. Dessa maneira, há um conflito de informações: se as procissões relatadas por Hilda aconteceram ao pé da cruz da avenida Paraná, então, ela não foi instalada durante a visita dos padres missionários, mas tempos antes. Da mesma forma, Marina Dal Col teria se equivocado em suas recordações, trocando as localidades. Outra possibilidade também existe: a esposa do ex-sindicalista pode ter se confundido, e “imaginado” a edificação naquela época.

Hoffmann (2011) já havia previsto as “confusões” históricas na aplicação da proposta metodológica. A autora cita como exemplo uma das imagens que compunham seu portfólio sobre Londrina, que retrava um hospital construído pela companhia colonizadora da região. Como um dos pioneiros entrevistados disse não se tratar do “hospitalzinho”, a dúvida foi levada até o museu histórico da cidade. “As checagens de informações e revisitas aos entrevistados para averiguação de dados são necessárias em diferentes momentos da pesquisa, e é interessante notar que em diferentes encontros, as testemunhas rememoram diferentes histórias por meio de uma mesma imagem.” (HOFFMANN, 2011, p.212).

Pelo curto espaço de tempo de realização da investigação em campo em Telêmaco Borba, não se entrou em contato novamente com as pioneiras para se dirimir a dúvida. O museu também não foi acionado pois, como já registrado neste texto, os arquivos

ainda estão “em construção” e as únicas obras históricas disponíveis são aquelas que esta pesquisadora já teve acesso.

Apesar dessa “lacuna” em relação à instalação dos cruzeiros, a fotografia selecionada serviu para resolver outra questão: o incêndio na Cidade Nova. Segundo Fernandes (1974), o loteamento ficou a salvo porque a vasta extensão do rio Tibagi teria bloqueado a ação do fogo. Porém, as lembranças dos pioneiros e a riqueza de detalhes fornecida por Hilda vêm contrariar a autora. A população que morava fora das vilas operárias também foi atingida pela tragédia. A mulher do ex-sindicalista lembrou os momentos de pânico que passou com as crianças ao observar o cruzeiro na imagem do portfólio:

Ah, o antigo cruzeiro, lá perto do [Colégio Estadual] Wolff [Klabin]. Aí, quando deu o incêndio, que o povo fez procissão. Foi tudo lá no cruzeiro na hora que o fogo tava chegando na fábrica, né? Daí fez aquele redemunho de vento, o vento virou e daí o fogo ficou pra lá. [...] O Silvestre tava dentro da fábrica, ele e o primo dele. [...] E eu peguei as minhas coisas, tinha três crianças, [a gente] parava lá [...] bem lá perto do bonde [aéreo]. E a tia dele morava aqui no Socomim, onde era... em frente à Casa de Sementes ali. Nem sei que comércio que tem agora ali. Eu fui com as crianças a pé, correndo... nossa, foi horrível! (PRESTES, 2012).

Envolvido pelas recordações da esposa, Silvestre também relatou sua situação durante a tragédia:

Eu fiquei, na época do incêndio, 72 horas dentro da fábrica sem sair, né? [...] Fiquei lá, porque a nossa seção era das turbinas termoelétricas e recebia toda a energia da hidro[elétrica] de Mauá, entendeu? E daí tinha que ficar alguém lá pra desligar qualquer coisa ou ligar. Porque volta e meia acionava tudo e era aquele rolo. Então, eu fiquei 72 horas sem sair. Sem dormir, sem descansar, só comer. (SOLAK, 2012).

Enquanto ficou “preso” na Klabin, o pioneiro não teve qualquer tipo de contato com a família, o que desesperou ainda mais a esposa, pois ela não sabia exatamente como agir naquele momento.

Nem na luz assim das ruas você não enxergava, não clareava, parecia uma lamparazinha pequenininha de tanta fumaça e pó. [...] Daí eu fui pra casa da tia dele, porque eu achei que lá eu tava mais segura. Me fortalecia, porque [...] lá onde nós morava, ainda não era nossa casa, era uma casa alugada, era de madeira e nos fundos era mato. Então, o fogo já tava chegando ali e os bombeiros, e os soldados de Ponta Grossa, tavam atendendo aquela área. E lá faltava água [...] e a gente enchia uns tamborzão bem grande durante a noite [...]. Aí a turma salvaram as casas com aquela água que tava

armazenada lá. Tava querendo pegar fogo na casa e daí eu subi [para o Socomim] com as crianças. (PRESTES, 2012).

Pelas colocações da pioneira, fica, portanto, evidente que o fogo realmente “cruzou” o rio Tibagi. De acordo com Hilda, não só o incêndio assolou a Cidade Nova, como deixou a população em completo desespero:

O fogo tava pra cá! Nossa, aqui nessa área, onde tem o Jardim Alegre [um dos bairros atuais de Telêmaco Borba] por ali, já tava tudo queimando! E daí eu chego lá [no Socomim] e a tia dele desesperada, porque o irmão dela tava puxando gente com o caminhão no mato, o filho tava junto com ele [Silvestre] na fábrica... e ela entrou em pânico, queria pegar o resto dos filhos que tava ali, [...] uma trouxa de roupas e fugir lá pras queimadas ou, senão, se jogar no rio! Nossa, eu chego lá tava aquela loucura, aquele pânico! Daí minhas crianças ficaram assustadas de ver ela e, daí, fazer o quê? Eu fiquei lá, não tinha outro jeito. Não tinha comunicação nenhuma, não tinha nada. (PRESTES, 2012).

Silvestre completou as lembranças da mulher, dizendo que muitos parentes e amigos, que moravam na região de Curiúva (PR), perderam a vida no incêndio.

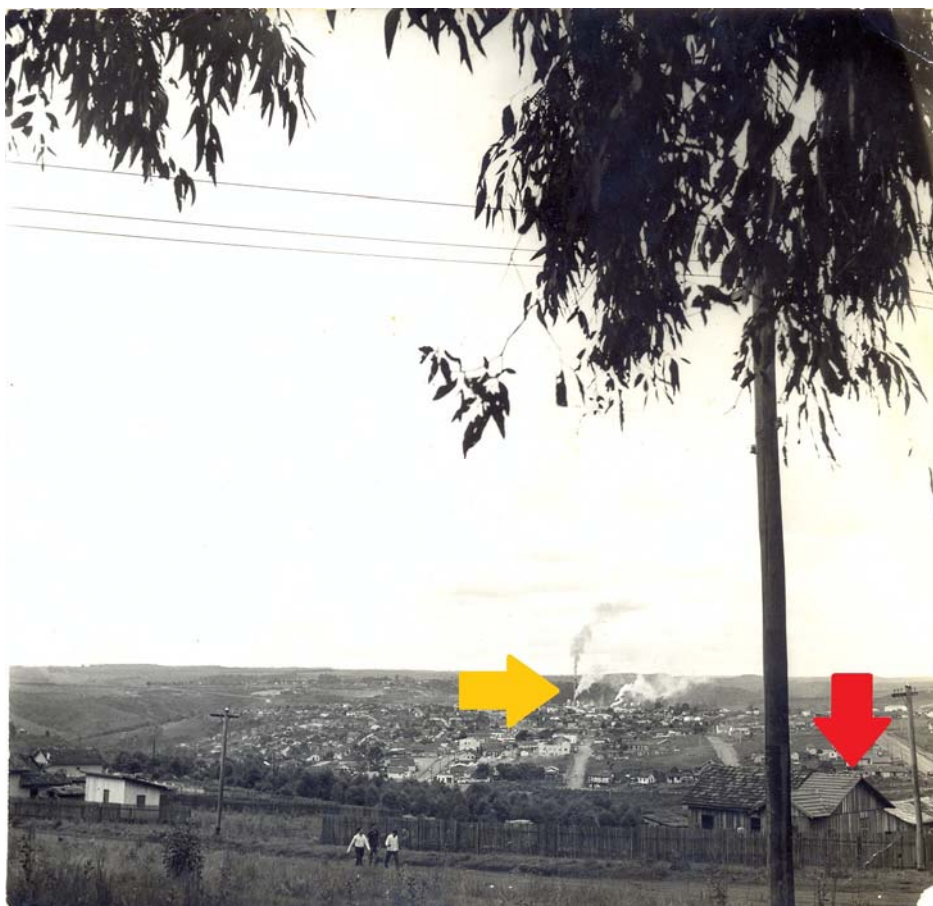
Diante desses dois depoimentos contundentes, somados às colocações de Marina Dal Col, que viu o fogo consumir algumas casas próximas ao Bonde Aéreo, pode-se afirmar que a tragédia também se abateu sobre a Cidade Nova, acrescentando um novo dado à bibliografia histórica já disponível. Mais uma vez, a proposta metodológica revela a potencialidade de se explorar a memória das fontes primárias a partir das fotografias. “Em cada foto e fato outros nomes irão surgindo, cobrando-nos uma revisão da história oficial. Este é o mundo fantástico da História Contemporânea, onde o pesquisador tem condições de ir às fontes e ‘dialogar’ com elas”. (CARNEIRO *apud* HOFFMANN, 2011, p.213).

6.8 IMAGEM OITO

A oitava imagem do portfólio foi catalogada pelo museu histórico como um panorama da Cidade Nova no início da década de 60. Na fotografia, nota-se o funcionamento das chaminés da fábrica ao fundo e o crescimento rápido do loteamento, que já contava com um número considerável de casas. Pela amplitude da “vista”, partiu-se do princípio que, pela grande quantidade de elementos, lembranças diferentes poderiam surgir. Além disso, algumas residências muito parecidas com as retratadas em segundo plano (indicação na figura 13) ainda existem nessa mesma região. Foi justamente por essa razão que a pesquisadora

reconheceu o posicionamento do fotógrafo facilmente – ele estava no bairro Alto das Oliveiras, próximo à atual avenida Marechal Deodoro da Fonseca.

Figura 23 – Vista panorâmica da Cidade Nova na década de 60. Em amarelo, as Indústrias Klabin em pleno funcionamento; em vermelho, os modelos de residência que ainda existem na região do Alto das Oliveiras



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba
Destaques elaborados pela autora

Os lugares de pertencimento captados pela investigadora não surtiram o “efeito” esperado e o panorama da Cidade Nova despertou poucas recordações nos entrevistados. A grande maioria deteve-se nas chaminés da indústria, o que os levou a imediatamente associar o retrato à vila operária de Harmonia. Somente três pioneiros afirmaram se tratar do loteamento na margem oposta do rio Tibagi: Aroldo Lucas Machado, Marina Dal Col e Eloah Martins Quadrado. Esta última, no entanto, disse que essa era a vista parcial do Bonde Aéreo. Já Aroldo, foi certo na localização, lembrando, inclusive, de um campo de futebol que ficava nas imediações:

Então [a fábrica] tá lá. É, parece que é tirado de Cidade Nova, tá bem longe aqui, né? Parece que é de Cidade Nova já, não é de Harmonia. [...] É, tá certo, aqui já é Cidade Nova, ali onde hoje tem a rua principal [avenida Marechal Deodoro da Fonseca], tudo por aqui. É aqui que foi tirado [o retrato], quer vê de onde? Daqui mais ou menos [aponta para o bairro Alto das Oliveiras] [...]. Tinha um lugar aqui, que tinha um campo de futebol chamado Olibrasa. [As pessoas] Jogavam, um campo bonito até. Então eu acho que foi tirada daquela altura ali [da avenida Marechal Deodoro da Fonseca], porque tá parecido. [...] é certeza que casa como essas aqui [indicadas na figura], é capaz de ter até hoje aí! [...] Dá saudade, viu? (MACHADO, 2012).

Diante da confusão e da escassez de informações conseguidas a partir da fotografia, duas percepções são levantadas: a) como dito anteriormente, o olhar treinado do fotógrafo pioneiro o ajudou a esquadrihar a maioria das imagens. Aroldo se localiza fácil; b) o “olhar do presente” pode ter pouco a ver com o do “passado”. A pesquisadora, ao analisar o panorama, imediatamente identificou algumas ruas, além das casas antigas. No entanto, a análise dos pioneiros foi completamente diferente. Equívocos como esse, de fazer a seleção com base nas inferências de quem não viveu naquela época, não estão previstos nas pesquisas anteriores que utilizaram a nova proposta metodológica. Dessa maneira, este trabalho sugere que, nas próximas aplicações, o portfólio seja elaborado com o auxílio de um pioneiro, pois ele trará o “olhar do passado” e fará escolhas mais acertadas. Além disso, essa ajuda inicial poderá funcionar como um “tubo de ensaio”, regulando os objetivos e delimitando ainda mais o objeto de estudo.

6.9 IMAGEM NOVE

A nona fotografia que compõe o portfólio mostra a balsa sobre o rio Imbaú, região da Campina Alta, em 1968. A imagem interessou a pesquisadora principalmente por mostrar um meio de transporte recorrente dos pioneiros das décadas de 50 e 60. Além disso, notam-se o balseiro e a estrutura empregada para mover a plataforma, composta por roldanas e cabos de aço. Mais ao fundo, na margem do rio, há um cavaleiro parado.

Figura 24 – Balsa sobre o rio Imbaú, localizada na região conhecida como Campina Alta



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba

A escolha da fotografia se justifica pela importância que as balsas tiveram para a Cidade Nova, assim como para as Indústrias Klabin. Enquanto pontes não eram construídas na região, as plataformas de madeira faziam parte da logística do transporte de matéria-prima. Aroldo Lucas Machado se lembrou dos caminhões carregados que atravessavam os rios:

Isso [balsa] que passava todo o material, todos os caminhões que passavam carregados, com matéria prima, com pinheiro. [...] Eles derrubavam os pinheiros e tiravam as lascas. Então passavam aqui, ó [aponta para a plataforma de madeira]. A balsa [...] [tinha o] cabo de aço e o cara [balseiro] tirava, tocava assim, no braço! [...] passava um caminhão, mas o caminhão era pequeno na época, né? Mas, mesmo assim, era dez, doze toneladas. Ele era o balseiro, chamava-se balseiro. [...] o cara tava esperando pra ir [aponta para o cavaleiro], porque passava cavalo, passava gente, todo mundo, né? Não tinha outro lugar, a condução era balsa. E ele [balseiro], parece-me que ganhava por mês da Klabin, eu não tenho bem certeza. Esta estrada aqui já é do lado da Campina [Alta], esse aqui [balseiro], ele tava entrando pro lado de Monte Alegre. (MACHADO, 2012).

Aulino Feitosa Alves também destacou o papel da balsa na infraestrutura da cidade nos primeiros anos. Ele fez questão de frisar que esse é um meio de transporte que dá certo, pois existe até hoje:

Esse aqui [...] é o tal do ferry boat. Ainda hoje existe, né? Ferry boat. Ele ia, encostava lá pra transportar inclusive veículos. Não foi do meu tempo, eu não sei onde é isso. No meu tempo eu não me lembro. Devia ser antes da construção da ponte. Os caminhões passavam aí. [...] Você conhece ferry boat, né? Tem muito lá em Porto Seguro [na Bahia], sabe? (ALVESb, 2012).

Tereza Iank deteve-se no funcionamento do meio de transporte, explicando a maneira como os cabos de aço eram puxados pelo balseiro por meio de roldanas. Já Honorina Nocera lembrou-se de sua mudança para a Cidade Nova:

Eu cheguei aqui de balsa. Sabe quem é que me trouxe de Tibagi pra cá passando na balsa? O pai da Cida [amiga de Honorina]. Esses dias eu tava na igreja, ela disse assim: ‘Tá fazendo 50 e não sei quantos anos que meu pai morreu’. Eu vim com ele, [...] nem ônibus tinha. (NOCERA, 2012).

Assim como a comerciante, Francelina Mendes e Eloah Martins Quadrado compartilharam recordações pessoais quando analisaram a imagem. A primeira contou à pesquisadora que costumava usar bastante a balsa da Campina Alta, principalmente no dia 26 de julho, quando acontece a festa da Santa Pastorina⁴². A segunda, observando o cavaleiro na outra margem, lembrou-se dos seus animais e da época em que precisava transpor o rio Tibagi para dar aulas:

Adivinha o que é este? É a balsa que eu passava! Quero ver se não sou eu que estou ali! Olha, é bem capaz que seja o meu cavalo ali, viu? Eu tinha dois [cavalos]. Eu tinha um tostado, que é marrom, né? E tinha um preto. O meu cavalo, eu chamava ‘Sarninho’ e o outro era ‘Tostadinho’. O tostado era de raça. [...] [Eu pegava a balsa] com o cavalo, ele ia junto. Eles [cavalos] paravam, ficavam parados na balsa ali e passavam. Pagava [para passar na balsa], não me lembro nem se era 10 mil réis, uma coisa assim. Eu não [pagava], eu tinha livre, porque eu [...] passava todo dia, eu tinha que dar aula. (QUADRADO, 2012).

O caso mais interessante envolvendo essa fotografia foi de Silvestre Solak. O pioneiro e a esposa não utilizaram a balsa, pois chegaram à Cidade Nova no início dos anos 60, quando a ponte sobre o rio Tibagi já estava em pleno funcionamento. Esse fato, no entanto, não impediu que a imagem despertasse lembranças e que fossem além do fotografado. “Quando nós chegamos já tinha a ponte, né? Mas, naquele tempo, [se

⁴² A celebração da Santa Pastorina é uma festa tradicional da Campina Alta. Realizada anualmente, já está na sua 102ª edição. Desde 1900, quando uma pequena imagem de louça da santa foi encontrada, as peregrinações são constantes. “A Santa Pastorina, ou Santinha, não é reconhecida pelo Vaticano, mas tem a simpatia dos devotos de Sant’Ana, mãe de Maria e avó de Jesus. [...] Seu dia é celebrado em 26 de julho, dia da Sant’Ana, feriado municipal em Castro e Ponta Grossa onde é padroeira, e em Tibagi, por conta da tradicional festa.” (TELÊMACO ONLINE, 2011).

precisasse] passava nadando também”. (SOLAK, 2012). Aproveitando a brincadeira do marido, Hilda (2012) relatou que Solak era um ótimo nadador e que, sempre que chamado, ajudava a resgatar corpos no Tibagi: “Ah, ele mergulhava nesse rio aí pra procurar gente, não tinha bombeiro naquela época. Morria o pessoal no rio, ele passava dias e dias mergulhando. Tirava os mortos do rio, quanta gente ele já tirou! Era bom mergulhador, né?”.

As colocações dos Solak sobre a balsa se somam às de Aulino Feitosa sobre a construção da ponte sobre o rio Tibagi e os acontecimentos vividos por tabela. Nenhum deles viu, de fato, o cenário retratado na fotografia, mas foram capazes de ampliar as informações a partir da imagem. Além disso, as memórias “pessoais” relatadas por Francelina Mendes e Eloah Martins Quadrado dão detalhes à história, auxiliando na recuperação do “ambiente” dos primeiros anos da cidade. A atitude das pioneiras de se “conectar” às fotografias e àquele lugar de pertencimento, ilustram as afirmações de Miriam Lifchitz Moreira Leite (2005) sobre a relação fotografia-memória:

Como constam quase sempre de um conteúdo manifesto e um conteúdo latente, as fotografias serão vistas de maneira diferente, dependendo de quem olha. Como, ao olhar retratos, a pessoa que olha está sempre à procura de uma relação entre ela e a imagem, cada uma verá parcelas e níveis diferentes da fotografia. (LEITE, 2005, p.34).

6.10 IMAGEM DEZ

A imagem do desfile disponível no museu histórico era uma das que mais continha informações. Em seu registro, estavam o dia de realização, 1º. de maio; o local, avenida Horácio Klabin; e o colégio das alunas em destaque, Wolff Klabin. Os únicos dados não fornecidos foram o fotógrafo e o ano. Por essa razão, para estipular a data, utilizou-se como parâmetro a quantidade de estabelecimentos comerciais na avenida e o calçamento, que indicam que a fotografia deve ser do final dos anos 60.

Figura 25 – Desfile do Colégio Estadual Wolff Klabin em comemoração ao Dia do Trabalho, na atual avenida Horácio Klabin. Pela quantidade de lojas e pelas condições da via, infere-se que a imagem seja do final da década de 60



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba

O retrato do desfile foi escolhido porque esse tipo de comemoração era comum na região desde a instalação da vila operária de Harmonia, como bem ilustrou a imagem 2. Era o “grande evento”, capaz de reunir a população. Silvestre Solak destacou essa característica ao observar a fotografia, dizendo que tanto os filhos, quanto o sindicato, participavam. “E até hoje, dá pra ver aqui a quantidade de gente. Até hoje sai desfile, o povo gosta de desfile aqui. Sai gente, como nós costumamos falar, de todas as tocas da cidade! De todos os buracos aí, vêm gente!” (SOLAK, 2012).

Outra questão que motivou a seleção da imagem foi a existência de várias placas e fachadas legíveis dos estabelecimentos da avenida Horácio Klabin. A expectativa de que esses lugares suscitassem lembranças se mostrou correta. Quando os pioneiros tomavam a fotografia, passavam a ler os nomes das lojas, principalmente das Casas Pernambucanas, que existe até hoje e no mesmo local. Aroldo Lucas Machado apontou diversas construções comerciais:

Aqui na época era só Avenida Apucarana. [...] depois que mudaram [para avenida Horácio Klabin]. Olha aí a Kibelândia, me lembrei bem. [...] A Casas Pernambucanas aqui. [...] mais pra cá hoje é o Bamerindus. Aqui é loja Record, uma loja grande [...]. O dono chamava-se Abraão Cuckier. Também já morreram todos [da família Cuckier]. (MACHADO, 2012).

Figura 26 – Estabelecimentos apontados na fotografia por Aroldo Lucas Machado: Casas Pernambucanas, em amarelo; Kibelândia, em vermelho; e Casa Record, em verde



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba
Destaques elaborados pela autora

Foi a partir dessa imagem que o fotógrafo mostrou o retrato do “pouso da pomba”, já comentado anteriormente. Ao ver uma série de lojas antigas, ele recordou-se que, na fotografia do seu acervo pessoal, estava em frente à Pernambucanas.

Marina Dal Col trouxe uma perspectiva diferente sobre o comércio. De acordo com ela, o crescimento da cidade prejudicou o restaurante e o hotel como um todo, pois ampliou a oferta de vagas de trabalho, dificultando a contratação de funcionários. Além disso, lembrou-se de uma loja que não aparece na fotografia, desencadeando outras informações.

Aqui já era em Telêmaco [Borba], já tinha até Pernambucanas, já tinha asfalto. Esse aqui [Kibelândia], nem existe mais essa loja. Era uma lanchonete. E você vê, a Pernambucanas até hoje no mesmo lugar. Sempre foi ali. Aqui já tinha um restaurante [concorrente]. [...] minha mãe, mais tarde, ela ficou só com quartos, daí só dava café da manhã [no hotel Dal Col]. Porque daí eu casei, minha irmã casou, daí era difícil arrumar

funcionários, né? [...] começou [a] abrir as lojas, ninguém mais queria trabalhar em restaurante. Já tinha a Pernambucanas, tinha a Casa Brasil, né? Então todo mundo preferia trabalhar [de vendedor]. [...] a Casa Brasil, acho que foi uma das primeiras [lojas]. [Vendiam] Tecidos, roupas feitas. Naquela época não tinham roupas feitas, era só tecido. A gente comprava o tecido e tinham as costureiras que faziam. Tinha a dona Mariazinha e tinha a Dirce. A Dirce até mora aqui ainda, só que não costura mais, foi uma costureira muito boa também. (DAL COL, 2012).

Aulino Feitosa Alves, ao notar a Casa Record, retomou uma história que havia contado à pesquisadora durante a entrevista sem o auxílio do portfólio. O assunto era infraestrutura e o médico comentou que, quando foi atender um chamado em frente à loja, acabou perdendo um dos sapatos na lama. Até tentou recuperá-lo com as mãos, mas o barro já o tinha “engolido”. Depois, com a imagem em mãos, complementou rindo: “Foi aqui que eu perdi o calçado!” (ALVESb, 2012).

Tereza Iank se lembrou da filha Hilda e da participação que teve em um dos desfiles ao lado de um “cabritinho”:

Saudade da criançada, tão bonito, né? [Meus filhos] desfilavam. Inclusive, a Hilda desfilou com um cabritinho. E o cabritinho puxou assim atrás dela! Coitadinho do cabritinho, tava cansado, tava quente o sol já. [O cabritinho] era emprestado de uma mulher que tinha. Ali era representando não sei que estado, Pernambuco parece. Só sei que era um lugar que tinha cabrito! (IANK, 2012).

A preocupação em representar os temas, como relatado por Tereza, foi reforçado por Eloah Martins Quadrado. À frente da Inspeção de Educação da região, a professora foi a responsável por organizar muitos dos desfiles que aconteceram na cidade.

Eu que organizava [os desfiles]. Meu Deus do céu, vou mostrar pra você ver as fotografias! Eu fazia reunião com todas as diretoras e cada uma tinha que me dar uma ideia, o que aquela escola ia fazer. Então, por exemplo, você ia fazer o bolo do aniversário, um carro com o bolo de aniversário. [Eu dizia:] Não, já tem uma [escola] lá que faz. Então você tem que pensar outra coisa. Era assim que nós fazíamos os desfiles. Não é assim como fazem hoje, põem aquela coisarada, aquela papelada. [...] Você fala com os antigos assim: [e eles dizem:] ‘Desfile antigo era a dona Eloah que organizava. Desfile bonito!’ Quero ver algum desfile pra te mostrar, pra você ver o que era. (QUADRADO, 2012).

Instigada pela imagem do portfólio e empolgada com o assunto, Eloah pegou um dos álbuns de seu acervo, somente com fotografias de sua trajetória profissional. Segurando-os nas mãos, passou página por página, mostrando suas conquistas na inspeção,

nas salas de aula e nos desfiles. Durante quinze minutos, guiou a entrevista, apontando pessoas, lugares e ocasiões. Diante do grande interesse da pesquisadora, adiantou que havia perdido muitas fotografias, já que muitos as emprestam e não devolvem mais.

A dedicação da pioneira na organização das comemorações, de fato, foi percebida por aqueles que as assistiram. Tereza Iank (2012), por exemplo, ao analisar a imagem 16 deste portfólio, recordou-se do desfile em que a Escola Adventista construiu um pequeno foguete, representando a nave espacial Apollo 11. “Foi a coisa mais linda!”, elogiou. Eloah ainda guarda algumas fotografias do “astronauta” mirim, bem como do foguete, que foi puxado pela avenida Horácio Klabin com o auxílio de um trator.

O “cruzamento” de informações é uma das questões mais interessantes da aplicação da proposta metodológica. Apesar de se tratar de uma ferramenta de pesquisa qualitativa, quanto mais fontes puderem ser ouvidas, mais acontecimentos como esse podem ser reconstruídos por meio de diversas vozes, dando mais credibilidade aos dados obtidos. Os relatos anteriores não sugerem um número específico de entrevistados, nem este irá estipular uma meta, no entanto, fica claro que a quantidade faz diferença.

6.11 IMAGEM ONZE

A décima primeira imagem do portfólio, que mostra uma “cratera” aberta junto a uma zona habitacional, foi escolhida mais pela curiosidade do que como lugar de pertencimento. De acordo com o Museu Histórico, o retrato traz uma construção no bairro Cem Casas – no entanto, o cenário pouco se parece com essa região. A vivência da pesquisadora em Telêmaco Borba a levou a questionar se a catalogação estava correta. Além disso, se, de fato, se tratasse do Cem Casas, essa obra poderia despertar lembranças e até suscitar informações sobre as condições infraestruturais do município.

Figura 27 – Fotografia apontada como “construção do bairro Cem Casas” pelo museu histórico



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba

Já no início da aplicação da proposta metodológica, notou-se que não seria tão simples localizar a “cratera” espacialmente. Sete entrevistados não souberam dizer onde o fotógrafo estava, mas afirmaram veementemente não ser o bairro apontado pelo museu. O estranhamento principal foi o tipo de relevo – segundo os pioneiros, a região como um todo era um “buraco” e não existiam aberturas como essa em sua extensão. Aroldo Lucas Machado, Marina Dal Col e Eloah Martins Quadrado disseram que, pelas características, a imagem poderia ser do bairro Bela Vista, localizado próximo ao Bonde Aéreo.

O único a se manifestar com segurança sobre a fotografia foi Silvestre Solak. Inicialmente, o ex-sindicalista não reconheceu os arredores, mas, depois de uma longa pausa para a análise, a lembrança veio à tona, empolgando-o:

Ah, Mina de Carvão! Aqui é a entrada, a boca da mina, viu? Essa mina, quando eu vim pra cá, ela já tinha 900 metros de extensão, né? E uma profundidade de aproximadamente 15, 18 metros. É Mina de Carvão. A Mina de Carvão [fica] aqui, indo pra [...] Curiúva, [depois de] seis quilômetros, você entra à esquerda, que vai lá pra usina do Mauá, né? Era lá. Hoje não existe mais a mina. Essas eram as casas lá da Mina, aí que eu pensei: mas aquela casa, eu tenho lembrança que eu estive nela, sabe? [...] Essa era uma pensão, me esqueço do nome da mulher que fazia comida pro

peessoal lá. Mas é Mina de Carvão, isso mesmo! Porque quando eu entrei no sindicato, inclusive os mineiros eram sócios do nosso sindicato, que o empregador era a Klabin, entendeu? Então eu ia muito lá. (SOLAK, 2012).

Figura 28 – Locais apontados por Silvestre Solak ao analisar a fotografia: em amarelo, a “boca” da mina; em vermelho, a pensão onde ele afirma já ter entrado



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba
Destaques elaborados pela autora

Mina de Carvão era uma das vilas operárias da Klabin, classificadas por Coraiola (2003) como pertencentes à zona rural. A região tinha esse nome, pois era um ponto de extração do carvão mineral, utilizado pelas Indústrias Klabin como fonte de energia. Como relatou Aulino Feitosa (2012) ao analisar a imagem 1, esse tipo de “combustível” entrou em desuso por ser poluente, “aposentando” a grande chaminé. Por essa razão, a vila foi extinta e a mina, fechada.

Para se ter uma completa confirmação de que a catalogação do museu errou e que a fotografia retrata, na verdade, uma localidade diferente da apontada, seria necessário recorrer a mais pioneiros para que esses endossassem a posição de Silvestre Solak. O sindicalista foi um dos últimos entrevistados pela pesquisadora, por essa razão, não houve como compartilhar essa afirmação com as outras fontes e, assim, confrontá-la.

Reforçando o posicionamento da imagem 10, fica evidente que, quanto mais pioneiros forem submetidos ao teste metodológico, mais dados poderão ser “cruzados”. Esse tipo de exercício é fundamental para a recuperação da história de lugares como Telêmaco

Borba, que têm trajetória recente, contam com pouca bibliografia e ainda estão estruturando seus acervos para consulta. Como não há uma “instituição” a se recorrer quando surgem dúvidas como essa, o próprio pesquisador precisa buscar a resposta em campo.

6.12 IMAGEM DOZE

A imagem 12 chamou a atenção da pesquisadora no período de seleção por duas razões principais: a) a fácil localização da avenida Primeiro de Maio, pois três construções ainda permanecem no mesmo lugar; b) o calçamento em andamento, demonstrando a melhoria gradual das vias do município. Ao fundo, ainda é possível notar um estabelecimento comercial, a Casa Popular. Pela grande quantidade de informações presentes na fotografia, novamente partiu-se do princípio que seriam capazes de despertar lembranças e algumas histórias. No entanto, as inferências do “olhar do presente” da pesquisadora se mostraram equivocadas.

Figura 29 – Calçamento da avenida Primeiro de Maio. Ao fundo, enxerga-se um trecho da avenida Horácio Klabin



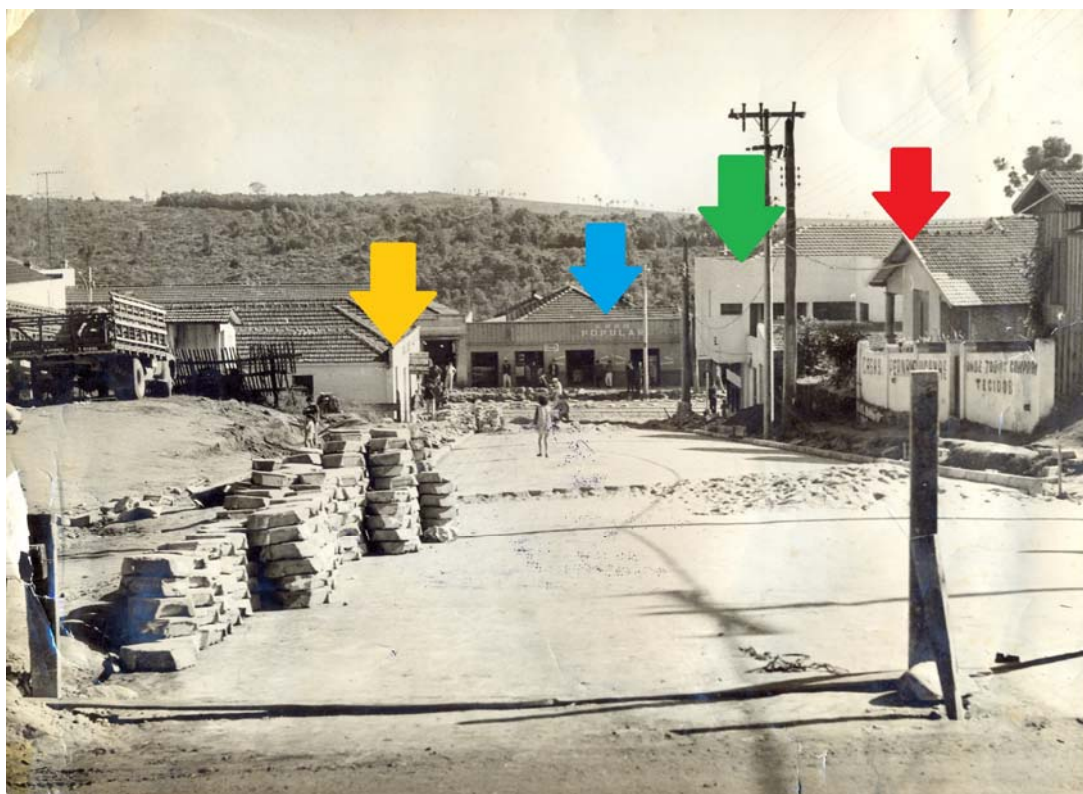
Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba

Aroldo Lucas Machado, primeiro pioneiro entrevistado, foi o único a reconhecer prontamente de que região se tratava:

Essa aqui deve ser [a] descida pela avenida Apucarana [atual Horácio Klabin]. Aqui desce pra Avenida Apucarana, eu lembro bem. Olha a esquina aqui! Hoje, esse aqui é onde tem o Armarinhos Paraná E essa casa aqui, pode chegar lá que é do mesmo jeito hoje. Tá pintadinha, mas é este estilo. Aqui, ó, é a Casa Popular, descia ali. Esse dono da Casa era um patrício sírio, eu gostava demais dele, era um cara muito batuta. Esse eu lembrei bem, perfeitamente! Aqui é o [antigo] Bamerindus [e está] desse mesmo jeito também. (MACHADO, 2012).

O fotógrafo apontou justamente as mesmas referências que a pesquisadora usou para se localizar: o Armarinhos Paraná, a casa na descida e o prédio do antigo Bamerindus, hoje HSBC.

Figura 30 – Construções apontadas por Aroldo Machado ao analisar a fotografia. Apesar da passagem dos anos, todas ainda permanecem na avenida Primeiro de Maio. Em vermelho, a casa da descida; em verde, o prédio do antigo Bamerindus; em amarelo, o Armarinhos Paraná. A única loja que não existe mais, lembrada pelo pioneiro, é a Casa Popular, destacada em azul



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba
Destaques elaborados pela autora

O “sucesso” obtido com a imagem na primeira conversa não se repetiu. Na entrevista com as outras fontes, todas tiveram muita dificuldade para reconhecer a avenida e os estabelecimentos que persistem na região. Somente depois da investigadora indicar de que lugar se tratava algumas lembranças escassas surgiram. Marina Dal Col acrescentou informações às fornecidas por Aroldo Machado, principalmente sobre a casa destacada em vermelho, pertencente à família Jangada:

Ah! O HSBC. Aqui já era o Armarinhos Paraná. Você vê como era diferente, agora dá pra ver ali, né? Ó, essa aqui é a casa do Jangada, isso mesmo. Ele já é falecido, é a residência dele. E tem até hoje essa casa, mora a dona Maria, viúva dele. [...] ele foi [pioneiro na cidade], o primeiro mercado foi dele, [ficava] onde é a [atual loja] Varuna, por ali [no início da avenida Horácio Klabin]. [...] dizia mercado, mas é tipo de um armazém. [Eu] Comprava [lá], por muitos anos. Naquela época, a gente fazia compra pro mês e eles entregavam, né? A gente comprava pro mês inteiro, no hotel ali e depois de casada também. (DAL COL, 2012).

Com as recordações de Marina e Aroldo, mais nomes podem ser acrescentado à listagem dos comerciantes da época, pouco lembrados na entrevista sem o auxílio do portfólio. No entanto, nada foi levantado a respeito do calçamento e nenhuma “narrativa completa” surgiu. Ou seja, a fotografia não foi uma boa escolha, exatamente como o panorama da Cidade Nova na década de 60.

6.13 IMAGEM TREZE

A fotografia de Aulino Feitosa Alves e Luzia, ex-mulher do médico, em frente à Casa de Saúde foi escolhida principalmente porque retrata o prédio – o primeiro do gênero na Cidade Nova. Antes dessa instalação, o hospital mais próximo ficava na vila operária de Harmonia e era administrado pela própria Klabin. O estabelecimento de Feitosa se tornou referência em toda a região de Telêmaco Borba, e a construção, ainda em pé, relembra um importante lugar de pertencimento, onde a maioria dos pioneiros costumava se tratar.

Figura 31 – O médico Aulino Feitosa Alves e sua esposa Luzia em frente à primeira Casa de Saúde da Cidade Nova



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba

Aulino e Luzia foram imediatamente reconhecidos por todos os pioneiros e esse reconhecimento despertou lembranças distintas: alguns recordaram a rotina intensa de trabalho do médico, outros, das vezes que recorreram à Casa de Saúde. Honorina Nocera (2012), por exemplo, divertiu-se ao ver os retratados ainda jovens: “Olha a cinturinha da Luzia!” A comerciante reforçou o serviço dos dois como referência na região com uma brincadeira: “Eram eles que faziam tudo, tudo, tudo! Se você tinha bicho no pé, doutor Feitosa tirava! Se tinha um piolho, doutor Feitosa tirava!” (NOCERA, 2012).

A predisposição de Aulino para atender qualquer quadro clínico, lembrada com humor por Honorina, também foi exaltada por Aroldo Lucas Machado, que relatou a rotina de trabalho, tão exaustiva, que chegou a prejudicar a saúde do médico:

Ah, a Casa de Saúde Dr. Feitosa. Doutor Aulino Feitosa Alves, o primeiro médico de Telêmaco Borba, Cidade Nova, e a esposa dele. Ela era enfermeira dele, depois que casou com ele. Morou com ele muitos anos, depois se separaram. [...] Aqui [na Casa de Saúde] ele trabalhava. [...] tinha dia que trabalhava 24 horas ininterruptamente, durante cinco dias. Sem dormir, tanto é que ficou tuberculoso. Ficou doente. Ele ficou tuberculoso, ele não aguentou, ele não dormia, era dia e noite cuidando do povo. Porque ele tinha muito serviço, e ele não podia dizer não, né? Foi até que ficou

doente. [...] Eu mesmo me tratei aqui com ele. [...] Ele começou em Harmonia, no Hospital de Harmonia. Trabalhou lá no máximo 8 meses ou um ano, daí [...] saiu e veio, e montou esse aqui, Casa de Saúde Dr. Feitosa, mas não é aquela que é hoje ainda. (MACHADO, 2012).

Francelina Mendes que, até então, pouco tinha acrescentado à entrevista analisando o portfólio, resolveu discorrer sobre a imagem da Casa de Saúde, contando à pesquisadora que uma de suas filhas teve que ser atendida às pressas, pois foi picada por uma cobra:

Ah, essa [é] a Casa de Saúde Dr. Feitosa. Conheci [o médico] desde o começo, quando o doutor Feitosa era ele mesmo que atendia, né? Uma filha minha foi [atendida por ele]. [...] moramos aqui, na fazenda Limeira, daí uma cobrinha picou ela, sabe? [...] Ela foi pegar água numa mina, quando ela vinha vindo, ela [a cobra] saiu do capim e picou na perna dela. Daí foi o doutor Feitosa que atendeu ela. [...] [era] uma jararaquinha do rabo branco falam. Aí ele [Aulino] falou: ‘Olha, nós temos que saber se é mordida de cobra mesmo, porque como é que eu vou dar uma injeção contra se eu não sei?’ Aí o meu marido voltou lá [na mina d’água]. Minha sobrinha tava junto com ela [filha] quando ela foi pegar água. Daí ela [sobrinha] falou assim: ‘Tio, [...] [era] bem aqui!’ Daí era assim, tinha o lugar que ia na mina e aí tinha um toco de madeira. Ele [marido] pegou, era podre aquele toco. Ele bateu assim, ela [cobra] tava enroladinha, bem enroladinha [...]. Ela se enrola e fica ali, pois ela tava ali! Ele matou, levou lá, o doutor Feitosa aplicou o remédio nela, o soro contra. Ela sarou na hora! Viu? Doutor Feitosa era médico muito bom, [o] doutor Feitosa foi um médico muito bom. (MENDES, 2012).

Hilda e Silvestre Solak endossaram os elogios a Aulino, relatando a atenção que ele costumava dar aos pacientes em sua Casa de Saúde. As lembranças acabaram despertando outras conexões, como o Hospital de Harmonia e os nomes dos profissionais que lá atuavam.

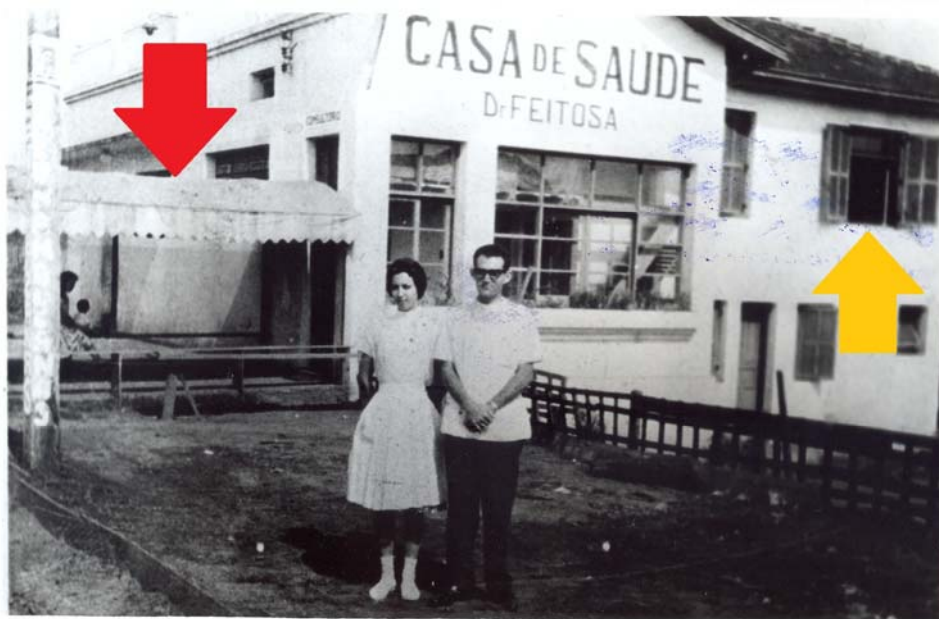
É, o doutor Feitosa e a dona Luzia. Conheci [o casal] demais, demais. Ah, basta dizer que nós se dava muito bem com o Feitosa. Olha, eu tive problema de saúde, fiquei internado uns dias lá, né? A Hilda também, com parto aquela coisa, e não cobrava um tostão! [...] Mesmo que fosse outro médico, ele ia lá, visitava, conversava, né? Muito bom homem o pernambucano. [...] O Feitosa foi o único [médico] que veio pra cá [Cidade Nova] e os outros ficaram em Harmonia. Era o doutor Marcolla, doutor Paulo, doutor Ari, doutor Dilermando, né? Parece que tinham quatro, cinco médicos lá em Harmonia. (SOLAK, 2012).

Coraiola (2003) registra os nomes dos primeiros médicos em sua obra, dois deles fazem parte das lembranças do ex-sindicalista: “Em 1943, outro médico acaba por chegar a Monte Alegre, Dr. Euclides Marcolla [...] soma seus esforços aos de Dr. Leonardo. Em 1945, Dr. Paulo Rios Fernandes aumenta a equipe médica local [...]”. (CORAIOLA, 2003, p.166).

O próprio Aulino Feitosa, ao se ver ao lado de Luzia na fotografia, passou a fornecer informações sobre a infraestrutura da Casa de Saúde e o local onde atuou quando chegou à Cidade Nova.

Esse aqui sou eu, essa aqui é a Luzia. Esse [hospital] é o de baixo [o mais antigo, localizado na avenida Chanceler Horácio Laffer]. Existe o prédio lá, tá do mesmo jeito. A sala de espera era isso daqui, ó [aponta na fotografia]. Eu me lembro que aquele morto que eu falei que achei na avenida e tudo, eu deitei ele [...] [em umas] tábuas emparelhadas aqui. Era a sala de espera. [...] Era coberto, era como se fosse uma sala de espera, as pessoas ficavam sentadas aqui, né? [...] quando eu cheguei, o prédio já existia, eu cheguei em 60 aqui. [...] em 1961, eu comprei esse prédio daqui pra pagar em doze [parcelas]. Eu fiquei 12 meses pagando. Ele tava fechado, era uma agência que vendia caminhão, chama-se FNM, né? E tava fechado. Eu comprei, fiz algumas modificações e botei o nome Casa de Saúde Dr. Feitosa e começou a funcionar. Tinha 26 leitos. Tinha a parte de cima e tinha a parte de baixo. Eu morava aqui em cima, essa aqui era a janela do meu quarto. [...] quando eu vim pra cá, [antes de montar a Casa de Saúde] eu ficava na farmácia São Jorge, o consultório [era] ali. (ALVESb, 2012).

Figura 32 – A sala de espera e a janela do quarto de Aulino Feitosa Alves destacadas na fotografia



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba. Destaques elaborados pela autora.

Em seu livro, Fernandes (1974) fala pontualmente sobre alguns médicos que atuavam nas vilas e acampamentos operários, deixando o nome de Aulino de fora. Já Coraiola (2003) dedica algumas páginas ao pernambucano, mas, as informações sobre o número de leitos não coincidem com as fornecidas pelo médico: “A Casa de Saúde Dr. Feitosa surgiu na Cidade Nova em 1960, e tinha capacidade para 16 leitos”. (CORAIOLA, 2003, p.169). Não há menção sobre a atuação na Farmácia São Jorge, nem sobre a função anterior do prédio, o que leva o leitor a supor que foi construído para tal finalidade. Tais dados, coletados com o auxílio da proposta metodológica vêm, novamente, “revisar” a história oficial.

Além disso, outra percepção merece destaque: a imagem foi selecionada, inicialmente, por retratar o hospital “físico”, porém, o que mais chamou a atenção e suscitou lembranças dos pioneiros foram os dois personagens do primeiro plano. Juntamente com a fotografia de Joaquim Batista Ribeiro, a de Aulino e Luzia sugere que, quando a pessoa retratada ocupou lugar de “destaque” na história de uma determinada localidade, as recordações tendem a girar em torno dela. Dessa maneira, detalhes da vida íntima, julgamentos de atitudes, elogios e críticas sobrepõem-se aos lugares de pertencimento.

6.14 IMAGEM CATORZE

Na décima quarta imagem, tem-se o retrato do começo de uma das principais vias de Telêmaco Borba, a avenida Paraná. Localizada no centro da cidade, o tempo parece ter “parado” nesse trecho, pois muitos dos estabelecimentos comerciais atuais conservam as características arquitetônicas da década de 60. Outro detalhe interessante é o contraste urbano-rural presente na fotografia: ao lado dos carros estacionados e do asfalto recente, notam-se carroças e calçadas de terra.

Figura 33 – Início da avenida Paraná em Telêmaco Borba. Pela pavimentação da via, a quantidade de lojas e o número de carros, infere-se que a imagem seja do final da década de 60



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba

No Museu Histórico, não há indicação do ano retratado, mas, pelas condições infraestruturais e o número de carros, inferiu-se que esse era o cenário do final dos anos 60. A suposição da pesquisadora se mostrou correta, pois esse também foi o palpite da maioria dos entrevistados. Aroldo Lucas Machado, que morou próximo à região, foi quem mais discorreu sobre a imagem:

Avenida Paraná. [...] Aqui é aonde tem a panificadora Kitutis. É ali, agora lembrei. [...] aqui era taxi, meu pai tinha um taxi aqui também. Tinha um Chevrolet velho, não sei qual é [...]. Lá na frente é que tem o hospital do Feitosa [sede atual]. [...] aqui é a casa do Chiquinho Pucci. Essa casa, é o Chiquinho Pucci que era o proprietário. [...] [como] já tem canaleta tudo, já tinha asfalto, essa foto foi tirada em 66, 67 mais ou menos. (MACHADO, 2012).

Figura 34 – Lugares apontados na fotografia por Aroldo Lucas Machado: em vermelho, o sobrado de Chiquinho Pucci; em amarelo, a atual panificadora Kitutis; em verde, o ponto de taxi



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba
Destaques elaborados pela autora

Eloah Martins Quadrado e Aulino Feitosa Alves se lembraram de construções da avenida Paraná que não aparecem na fotografia. A professora mostrou a localidade da primeira igreja Adventista da Cidade Nova, no entanto, pelo ângulo da imagem, ela foi encoberta pelo sobrado de Chiquinho Pucci. “Ó, nossa igreja Adventista. Fica ali. Ela tinha sido reformada, foi posto, como é que se diz, uma torrezinha nela. Já tinha [a igreja], ela é velha. [...] No fundo dessa igreja tinha uma escolinha e nós nos reuníamos no culto ali.” (QUADRADO, 2012).

O médico disse não se recordar dos estabelecimentos comerciais fotografados e, por essa razão, fez algumas ponderações:

Eu tô querendo reconhecer algumas casas aí. [...] Garanto que você mora numa rua dez anos, mas você não grava tudo que tem na rua, né? Grava alguma coisa assim, que é de chamar a atenção. Aqui não me é estranho, mas, pelos carros aqui, isso não é muito antigo, não? Pelo tipo de carro, né? Quando eu cheguei aqui em 1960, aqui na [avenida] Paraná, tinha essa casa [atual residência de Alberto Feitosa]. Essa casa é velha e outra casa lá, que era do Ivan. Depois eu comprei [a casa de Ivan] e demoli pro hospital. E pra esse lado de cá só existiam algumas casas, na Avenida Paraná quase não tinha nada. Então aqui já é uma fase que tem bastante [edificações], tem um prédio, com primeiro andar aí. Não deve ser muito antigo [...]. (ALVESb, 2012).

Eloah e Aulino foram além do fotografado, discorrendo sobre lugares que, de alguma forma, ligam-se as suas histórias de vida. Dessa maneira, repetem-se as colocações de Leite (2005) e o esforço de ver na imagem uma “relação pessoal”. Os outros entrevistados não procederam dessa maneira, talvez, porque não conseguiram encontrar pontos para se “conectarem”.

6.15 IMAGEM QUINZE

A fotografia quinze mostra dois lugares de pertencimento “potenciais”: a sede provisória da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba e um pedaço da Casa de Saúde Dr. Feitosa. Pela aglomeração de pessoas em frente ao palanque montado, supõe-se que estava acontecendo alguma solenidade de posse ou de inauguração. Notam-se, também, alguns carros estacionados e a fiação elétrica da cidade.

Figura 35 – Solenidade em frente à primeira sede da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, localizada ao lado da Casa de Saúde Dr. Feitosa



Fonte: Autor desconhecido Museu Histórico de Telêmaco Borba

A grande quantidade de elementos, dessa vez, foi efetiva e a imagem se mostrou uma boa escolha. Metade dos entrevistados acrescentou informações à conversa e, o mais interessante, é que cada um destacou detalhes diferentes. Aulino Feitosa Alves deteve-se na estrutura da sede provisória, pois o prédio era seu:

Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, ah! Isso aqui era o seguinte: aqui era o hospital [à esquerda da fotografia], né? [...] havia falta de vaga no prédio [da Casa de Saúde] [e] eu construí um acréscimo aqui [prédio da sede provisória]. E esse aqui, então, internava pacientes que não tinha vaga lá. E quando o Péricles foi prefeito [de 1964 a 1968], ele alugou esse prédio pra ser a prefeitura. Então, foi a primeira Prefeitura de Telêmaco Borba, aliás, ela começou lá na Vale do Tibagi [na atual rua Otília Macedo Sikorski]. Depois ela veio de lá, modificou esse [prédio] aqui, e era a prefeitura. (ALVESb, 2012).

Eloah Martins Quadrado também falou sobre a edificação, frisando que, após a prefeitura ser transferida para o prédio atual, na praça Dr. Horácio Klabin, o local se transformou em uma funerária.

Primeiro de tudo, saiu a prefeitura e ficou pros vereadores [como Câmara Municipal]. Depois, os vereadores passaram pra Montalve [atual concessionária de veículos, localizada na antiga sede da empresa Vale do Tibagi], lá no salão da Montalve. Depois dos vereadores, então, passou pra funerária! E é essa casinha mesmo. (QUADRADO, 2012).

Há alguns anos, a funerária que ocupava o prédio foi fechada e, hoje, dá lugar a uma ótica. Silvestre Solak reforça essa trajetória e compartilha algumas informações sobre a casa de madeira à direita da fotografia.

Ali já foi funerária umas duas, três vezes, agora é uma ótica lá. [...] Nessa casa [de madeira e à direita da imagem], morava um tal de Machado. Era um agiota aí, né? Naquela época, ele emprestava dinheiro a 20%. E ele ainda dizia: ‘só pra servir um amigo!’ (SOLAK, 2012).

A lembrança despertada por Aroldo Lucas Machado segue a mesma linha “pitoresca” do ex-sindicalista. Ao notar os veículos estacionados, passou a contar a história de um roubo nas Indústrias Klabin.

Esse jipe era normalmente do meu pai. Meu pai tinha um jipe na época, [...] fazia corrida com o jipe [...] pra Klabin. A Klabin precisava de qualquer coisa, chamava meu pai. Além de fotógrafo, fazia corrida e era barbeiro também. [...] É três em um! Mas, quando viu que não tinha condição mais, ele largou de fazer corrida e ficou só com fotografia. [...] [Meu pai] Tinha um jipinho [modelo] 50, 51. Ele comprou em 52, mas o jipe era 51, bem igualzinho este aqui. Podia até ser este, [por]que ele batia foto de todo o jeito, né? Naquela época, o carro da moda era o jipe. Tinha os fusquinhas mais uns carros diferentes, mas os jipão é que mandavam, pois não tinham estrada. Quando assaltaram a Klabin mesmo, a Klabin contratou meu pai pra levar policial pra correr o Paraná inteiro atrás do ladrão! [...] Só que daí meu pai andou, foi até Londrina não sei aonde mais. Então, bem no fim, pegaram

aqui em Ortigueira os ladrão. [No roubo] Eles quebraram um vidro e passaram num lugar que, apurado, passava o meu braço. E o cara passou! Mas era que nem uma cobra! Ele se torcia, contorcia tudo e passou. Nunca esqueci nem o nome do ladrão: Mário Vicente Galo. [...] Roubou todo o pagamento da Klabin, de pagar os funcionários. Mas você vê como a Klabin agia, e deve ser [assim] até hoje. Vamos dizer que eles roubaram, na época, vamos dizer um milhão. A Klabin gastou cinco pra pegar eles! Ah, pra eles, não interessava o quanto gastasse, eles queriam pegar e pegou. [O ladrão] Deve ter morrido na cadeia, porque aquele, com a Klabin, não tinha jeito de discutir, né? Perde tempo. [A fábrica] Pegou um [ladrão] só, o outro não conseguiu. Eram dois, um logrou o outro. [...] Os dois roubaram e, no fim, o cara roubou dele [Mário Vicente Galo] e sumiu. Ele [Mário] ficou preso numa penitenciária do Rio [de Janeiro]. E depois não sei o que aconteceu com ele, mas tem 40 anos isso já também, né? (MACHADO, 2012).

Recordações como essa, despertadas por imagens que se seguem em cadeia, são o grande mérito da aplicação da proposta metodológica. Além de fornecerem novos dados à história, são capazes “colorir” o passado, transformando os relatos “frios” dos livros em narrativas mais interessantes. As informações repassadas com relação à sede provisória, a origem do prédio e a “migração” dos vereadores não estão registradas, portanto, podem ser incorporadas aos arquivos do museu municipal. Não se trata de tomá-las como fontes inquestionáveis, mas de utilizá-las como ponto de partida para discussões e novas pesquisas históricas.

6.16 IMAGEM DEZESSEIS

A penúltima imagem selecionada traz, em primeiro plano, um simca⁴³, carro bastante popular na década 60. Sobre o veículo, está um “bolo” comemorativo pelos três anos de emancipação de Telêmaco Borba. No segundo e terceiro planos, pessoas se aglomeram nas calçadas, indicando que, provavelmente, se tratasse de mais um desfile promovido na cidade. No canto direito, está o Banco Mercantil e Industrial do Paraná S.A., o Bamerindus. Inicialmente, ele foi instalado nesse prédio na avenida Horácio Klabin, depois, foi mudado para a esquina com a avenida Primeiro de Maio. Hoje, três lojas diferentes dividem a extensão desse estabelecimento, que mantém algumas características arquitetônicas da época.

⁴³ Os automóveis da marca francesa Simca foram pioneiros na indústria nacional na década de 60. “Tudo começou em 1959, quando a marca instalou-se em São Bernardo do Campo, SP, e iniciou a produção do sedã Chambord. Outros modelos, como a perua Jangada, vieram posteriormente. Mas a trajetória foi curta, pois em 1967 as operações da empresa do Brasil foram compradas pela Chrysler. O sedã Esplanada, último derivado da linha Simca, foi mantido até 1969. Na França, seu país de origem, o fabricante lançou diversos automóveis entre os anos de 1935 e 1978, quando foi comprado pela Peugeot. O nome Simca foi abandonado em 1981.” (AUTOS SEGREDOS, 2011).

Figura 36 – Comemoração do terceiro aniversário de emancipação do município, na avenida Horácio Klabin, em 1967



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba

A fotografia foi escolhida por ser o retrato da comemoração do aniversário do município; por trazer uma série de rostos que poderiam ser identificados; e por se tratar da avenida Horácio Klabin, o centro comercial. No entanto, o elemento que mais chamou a atenção dos pioneiros foi justamente o simca.

É o Bamerindus, né? [...] Terceiro aniversário de Telêmaco Borba, olha aí, ó! Salve o terceiro aniversário, então, era 67. É o banco Mercantil Industrial, Bamerindus. Hoje ainda passei nessa rua aqui. [...] Olha o carrão! Esse se chamava simca chambord! [...] parece que era da Chrysler se não me engano. (MACHADO, 2012).

Aulino Feitosa Alves contou que teve um carro como esse depois de se desfazer de seu jipe. A situação do médico foi melhorando junto com a infraestrutura das estradas, permitindo-lhe ter um veículo mais caro e bonito:

Ah! simca chambord. [...] depois que eu saí do jipe, eu tive [um desses], se não me engano. Era o simca chambord, né? É, as coisas vão mudando. Depois, a fábrica de jipe acabou. Tinha uma fábrica em São Paulo e acabou. E o Brasil começou a produzir carro. Já foi da época de Juscelino, e esse era um dos carros. Eu comprei um desses carros aí. Foi o primeiro carro que eu tive em Telêmaco [Borba]. (ALVESb, 2012).

Alberto Feitosa Alves brincou com o irmão, dizendo que, naquela época, o simca era um carro de “gente poderosa”, ou seja, não era acessível à maioria da população. Silvestre Solak reforçou essa colocação quando reconheceu o motorista do veículo, Emílio “espanhol”, um amigo rico do ex-sindicalista:

Sabe quem que é esse aí? Pois é o Emílio ‘espanhol’ com a simca dele! O Emílio ‘espanhol’ construiu o Hotel Madrid, também na avenida [Horácio Klabin], pra baixo do [Hotel] Dal Col. Agora é [Hotel] Imperatriz. [...] Esse Emílio ‘espanhol’, Chico ‘espanhol’, o Chicão que nós chamávamos, não é? Eles entraram aqui, na Fazenda Monte Alegre, na época, plantando e carpindo pepinos. Trabalho deles [era] braçal, na Florestal [sub-área das Indústrias Klabin]. Ficaram rico, rico, rico que eu vou te contar uma coisa! Esse Emílio é muito amigo da gente. [...] É ele que tá dirigindo, né? Lembro até quando ele dava com a mão, dava risada. Ele é daqueles espanhol muito faceiro, né? (SOLAK, 2012).

As pioneiras, talvez, por não se interessarem tanto por carros, acabaram notando outros detalhes na fotografia. Tereza Iank e Eloah Martins Quadrado detiveram-se mais na questão do desfile, acrescentando mais lembranças àquelas despertadas na imagem 10. A dona de casa, analisando o bolo, recordou-se da estrutura da nave Apollo 11, feita pelo Colégio Adventista.

Quanta criança! Já tinham terminado de desfilar e tavam tudo aqui. Quem ia terminando ia ficando, né? [...] Quanta gente, não? Nossa, teve tão bonito um desfile que o professor da [escola] Adventista fez o Apollo 11. Apollo 11, aquele que foi pra Lua e, bem na frente do palanque, eles soltaram [...] [e] o foguete subiu. [...] Fizeram os astronautas, tudo, tudo, tudo. (IANK, 2012).

Eloah ainda guarda algumas fotografias da nave montada para o desfile e ficou orgulhosa ao saber, pela pesquisadora, que outros pioneiros ainda se recordavam do trabalho feito. Observando a imagem, criticou a “alegoria” montada e contou sobre outra comemoração que se orgulha de ter feito:

Esse [bolo] é a escola que fez, né? Eles faziam essas... por isso que eu digo pra você, faziam qualquer coisa! Mas eu não deixava. Eu, como inspetora, não deixava. Só coisa bonita. Eu, uma vez, pus uma menina, ela declamava muito bem, bonitinha e ela devia ter uns oito anos. Eu pus ela toda sentada, a mãe dela fez pra ela um vestido todo lindo, todo enfeitado, e ela foi sentada no carro e, aqui atrás, tava o bolo. [...] Quando chegou no palanque, ela levantou com aquele vestido mais lindo e declamou pro prefeito. Era uma poesia que eu dei pra ela [...]. (QUADRADO, 2012).

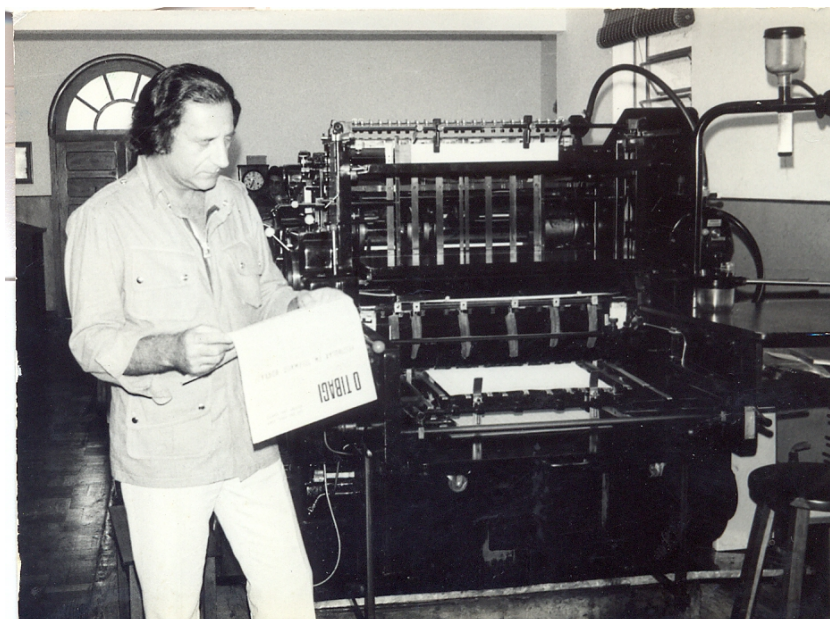
Diante de tantas “contribuições” diferentes, essa foi uma das melhores escolhas para compor o portfólio. Foram levantadas informações sobre o simca e seu “status” social; Emílio “espanhol” foi reconhecido e detalhes dos desfiles municipais foram lembrados.

6.17 IMAGEM DEZESSETE

A última imagem selecionada mostra Horácio Klabin ao lado da impressora do jornal *O Tibagi*, fundado por ele em 1948. De acordo com Coraiola (2003), o periódico teve duas sedes: dos anos 40 até 1992, foi produzido em uma gráfica na rua Alfa, número 7, na vila operária de Harmonia. De 1992 a 1996, a impressão era feita em Curitiba e o jornal, enviado à Telêmaco Borba. Pelos tons pretos e brancos da fotografia, além da idade do personagem, infere-se que o cenário seja o da rua Alfa, no final da década de 60.

Duas razões motivaram a seleção: o título legível de *O Tibagi* e o retrato de Horácio Klabin. O periódico foi o único a circular na região durante muitos anos, transformando-se em uma referência jornalística. Já Horácio é considerado o “patrono” de Telêmaco Borba, pois foi responsável por muitas das obras dos primeiros anos. A vontade de “construir” um município pelas próprias mãos foi tão grande que, entrando em conflito com os interesses da fábrica, acabou afastado da diretoria. No entanto, isso não o impediu de continuar agindo para que “sua cidade” saísse do papel. Falecido em 25 de março de 1996, Horácio dá nome à principal avenida comercial de Telêmaco Borba.

Figura 37 – Horácio Klabin em frente à máquina de impressão do jornal *O Tibagi*



Fonte: Autor desconhecido. Museu Histórico de Telêmaco Borba

Com exceção de Eloah Martins Quadrado, todos os entrevistados reconheceram Horácio Klabin e acabaram por limitar a análise da fotografia ao personagem, exatamente como nas imagens 5 e 13. Aroldo Lucas Machado forneceu um perfil completo de Horácio, compartilhando suas atividades em diversas áreas do município:

É o doutor Horácio, esse conheci demais. Tenho muitas fotos, tirei muitas fotos dele. [...] a história de Telêmaco Borba começou da seguinte maneira, pelo menos o que contam, não existe prova nenhuma, mas parece que foi ele que comprou o terreno pro povo vir pra cá. A Klabin, na época, não queria. Foi assim: ele pegou e fez isso. [...] Eu bati muita foto dele já no final da vida dele. [...] quem devia ter algum arquivo é o jornal *Tibagi*, eles andaram jogando muita [coisa] fora e distribuindo pro povo as fotos. Mas tinha muitas fotos do doutor Horácio. Eu tinha até uma fita, devo ter uma fita de videocassete aí gravada, quando fizeram uma homenagem pra ele, uns 20 anos atrás mais ou menos. [...] foram os maçons que fizeram, né? [...] [Essa fotografia] aqui foi dentro da gráfica do *Tibagi*. É o jornal *Tibagi*, olhe, inclusive, ele tá com o jornal na mão. [A gráfica] Era em Harmonia, começou em Harmonia. [...] Depois, morreu, *O Tibagi* morreu, acabou, né? [...] porque o *Tibagi* nunca deu lucro, era uma coisa do doutor Horácio, ele tinha como hobby. Ele não visava lucro. Mesma coisa era com o futebol. O nosso CAMA foi campeão estadual porque ele colocava todo o dinheiro em cima do campo aqui, no estádio lá e em cima dos jogadores. O cara jogava bola, entrava aí pra trabalhar na Klabin, mas não trabalhava, só recebia, só ia jogar bola, né? E ele disse: 'Eu quero, nós vamos ser campeões paranaenses!' E foi mesmo, em 55, o CAMA foi campeão paranaense. Tudo com o dinheiro dele. [...] [no campeonato] jogava Coritiba, Atlético [Paranaense], todo mundo. E não aguentaram nós! Também, nós tinha um time fabuloso na época, né? Era uns tipos de jogador que jogava no Rio [de Janeiro], ele trazia

do Rio. Muitos jogadores eram do Manufatura, outros do Bangu. Chegavam aí, tinha jogador que depois ficou famoso na época. (MACHADO, 2012).

Silvestre Solak, não costumava participar de reuniões com Horácio Klabin, já que Jacob era o diretor de finanças. No entanto, ao analisar a imagem, lembrou-se de uma ocasião em que o personagem estava presente e defendeu os interesses dos empregados:

Nós tínhamos, assim, mas acesso com o Jacob Klabin. O Horácio era menos, né? O Jacob era diretor das finanças. Mas o Horácio era gente boa também. Ah, ele chegava ali, cumprimentava todo mundo, aquela coisa, né? Teve uma vez, uma lembrança que eu tenho, nessa tavam os dois juntos [Jacob e Horácio]. A diretoria resolveu mandar todos os estabilizados, porque, naquele tempo, você trabalhava oito, nove anos e tinha que sair, né? Senão estabilizava. Aí tinha bastante estabilizado na fábrica. Daí, esse Horácio falou pro Jacob: ‘Jacob, tão mandando todo o pessoal estabilizado embora, querem mandar [embora]. [...] Eu não concordo! Esses homens que deixaram nós ricos! [...] Só vai sair aquele que quer, e tem mais uma coisa: vocês vão ter que dar uma compensação pra eles. De um por um, aqueles que quiserem sair.’ Aí, aqueles que estavam mais cansados, saíram, mas pegaram dinheiro de novo, né? Pegaram um dinheiro bom, viu? Fizeram um acordo legal. (SOLAK, 2012).

Aulino e Alberto Feitosa Alves mantiveram um diálogo sobre Horácio Klabin, trocando dados e complementando informações. O primeiro a expor a personalidade “gastadeira” do ex-diretor foi o médico:

É o Horácio Klabin. E isso aqui deve ser uma impressora, né? Ah, do jornal *Tibagi* [...]. Doutor Horácio, quando era jovem ainda, eu conheci. Eu conheci, conheci ‘seo’ Samuel [Klabin], e o Horácio Klabin, ele foi diretor da indústria aqui. Mas ele era uma pessoa, tem um nome assim que eu não tô lembrado agora, o cara que gosta de festa, gastar bastante dinheiro. [...] e ele começou a gastar muito aí, sabe? Construir isso, construir aquilo, construir aquele outro e tal, e aí tiraram ele. Ele era o diretor aí, ficou algum tempo, mas começou a gastar muito. Ele era advogado e o ‘seo’ Samuel não era formado em nada, né? (ALVESb, 2012).

Alberto, aproveitando a pausa do irmão, acrescentou mais algumas características sobre Horácio: “Ele falava cinco idiomas. [...] e tem aquele idioma que pouca gente fala, como é o nome? Esqueci!” (ALVESa, 2012). Aulino respondeu que o nome era hebraico, e logo emendou mais comentários sobre judeus:

[...] porque os judeus que eu conheço, as estórias dos judeus que eu vi; o judeu é o seguinte: a maioria dos judeus é rico, eu só conheci um judeu pobre. Mas, judeu de um modo geral, um ajuda o outro e eles são ricos. E o que eu sei de judeus, [é] porque o Paulo e aquele Mário Gondim contavam. O Mário Gondim foi contador do doutor Horácio Klabin lá do Rio [de Janeiro]. E ele, então, dizia que conhecia a vida dos judeus. O judeu nasce e a primeira preocupação é a religião, né? [...] depois, quando chega uma certa idade, ele começa: vai pra um país aprender a língua e tem que passar em Israel. O ‘seo’ Mário Gondim me dizia: ‘Tem que passar em Israel e, se for homem, tem que servir o exército em Israel.’ [...] então, por isso que o judeu, a maioria deles, fala várias línguas, porque eles não vão aprender na escola, eles vão ficar no país. (ALVESb, 2012).

De acordo com Alberto, mesmo sendo uma pessoa muito culta, Horácio Klabin era simples:

Ele era muito simples, todos gostavam dele. Do mesmo jeito que ele falava com rico, ele falava com pobre, [era] muito atencioso, né? Ele era afortunado, um cara muito rico, mas era um cara muito simples. Tanto que o [Aulino] Feitosa falou ali, que ele tava fazendo muita coisa, então afastaram ele. ‘Você não serve!’ [disse a Klabin]. [...] Em 1955, o CAMA foi campeão estadual, o primeiro clube do interior campeão. [Foi] tudo ele [que fez], que trouxe jogadores, inclusive jogadores famosos. Ele trouxe pra jogarem aqui, trouxe do Rio [de Janeiro], de São Paulo. E a Klabin já viu, né? [...] Eles querem produção. (ALVESa, 2012).

Após as colocações do irmão mais novo, Aulino passou a discorrer de um modo geral sobre os judeus, sobre seus costumes e sua história, salientando que os admira por serem “amigos do progresso” e por fazerem planos para o futuro. Novamente, o médico mostrou sua capacidade de buscar informações em outras fontes, citando-as como referência.

Além da explanação minuciosa de Aulino, outra questão se soma às percepções dessa imagem: nenhuma das pioneiras compartilhou lembranças sobre Horácio Klabin. As entrevistadas falaram sobre o médico quando o viram ao lado de Luzia; Tereza relembrou a força de Joaquim Batista Ribeiro no sindicato – mas ninguém discorreu sobre o ex-diretor da fábrica. Talvez, a distância entre elas e Horácio tenha influenciado nesse ponto, pois não foram operárias, nem acompanharam o CAMA, campeão estadual de 1955. Outro motivo também pode ser levantado: de todos os retratados reconhecíveis nas imagens, Horácio Klabin era o mais rico e, apesar de sua simplicidade, não costumava circular por bairros populares como Socomim e Alto das Oliveiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste trabalho, antes mesmo de se iniciar a pesquisa, partiu-se do princípio que a proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória, desenvolvida pelo grupo de pesquisa *Comunicação e História* da Universidade Estadual de Londrina, já era válida por propor algo novo à ciência. Além disso, suas bases teóricas contemplam tanto o uso da imagem fotográfica quanto o favorecimento da micro-história, indo ao encontro das pesquisas mais recentes na área da história “nova”. Ou seja, o método, de atuação interdisciplinar, é capaz de trazer um mosaico de perspectivas diferentes, contribuindo para o estudo da memória.

Essa potencialidade ficou clara nos municípios de trajetória recente que serviram de cenário para sua aplicação, e em nenhum momento questionou-se sua capacidade de conseguir novos dados e revelar fatos históricos “esquecidos”. No entanto, esses mesmos dados e fatos poderiam ser postos em dúvida ao se analisar os modos de produção e de descrição do fazer empírico empregado pelo grupo. Para o empirismo, a transparência do trabalho do pesquisador, bem como sua honestidade em relatar a construção do objeto de estudo e seu processo de tomada de decisões, são imprescindíveis para a seriedade metodológica e epistemológica. Para fazer ciência a partir da observação, não basta ir a campo, é preciso problematizar esse exercício e enxergá-lo com os olhos da teoria.

Por essa razão, esta dissertação empenhou-se em descobrir se era possível sistematizar o uso da nova metodologia seguindo os rigores da pesquisa em comunicação. Para tanto, elegeu a cidade de Telêmaco Borba como área de estudo, apresentou o referencial teórico utilizado, descreveu os procedimentos de pesquisa e os resultados encontrados. Dentre as percepções que já foram registradas pontualmente no decorrer do texto, destacam-se aquelas que podem colaborar para o ajustamento do método, auxiliando as aplicações posteriores.

Primeiramente, reforça-se o exercício de replicar as impressões dos trabalhos já realizados que se mostraram eficientes. Uma delas é a sugestão de Juliana Mastelini Moyses, pesquisadora que testou a técnica no município paranaense de Ivaiporã. Na ocasião, ela notou que reter as fotografias do portfólio em suas mãos, disponibilizando-as uma a uma, favorecia a atenção dos pioneiros, evitando que dispersassem os comentários por todas as imagens de uma só vez. Neste trabalho, essa atitude também funcionou e, por isso, merece ser incorporada às regras já consolidadas pelo grupo *Comunicação e História*.

Maria Luisa Hoffmann (2011), pautada em suas pesquisas, sugeriu que o portfólio elaborado em cada uma das cidades contasse com cinco a dez imagens. Extrapolando esses números, este trabalho optou por apresentar 17 fotografias diferentes aos pioneiros. Apesar de ter como vantagem a “prolongação” da experiência e a ampliação da base de dados, o portfólio extenso se tornou cansativo durante as entrevistas. Assim, as orientações de Hoffmann (2011) foram mais acertadas e devem ser cumpridas.

Ainda tocando na questão das imagens, não há como negar, ou omitir, os erros de seleção. Houve altos e baixos: algumas fotografias foram excelentes para a técnica, outras tiveram resultados pífios. Como dito anteriormente, o “olhar do presente” difere do “olhar do passado” e, mesmo que o pesquisador tenha nascido e crescido na cidade estudada, a chance de que elementos diversos tomem proporções diversas do que as previstas é grande. Dessa maneira, sugere-se que, a partir desta experiência, a montagem do portfólio seja feita com o auxílio de um ou mais pioneiros. Assim será possível diminuir as discrepâncias e construir um álbum mais eficiente.

A despeito da capacidade de algumas fotografias despertarem poucas lembranças, o interesse provocado pelas imagens foi inquestionável. Durante as entrevistas, não só os entrevistados deixaram-se levar pelas realidades fotográficas – parentes e amigos vieram acompanhar a conversa porque também queriam ver e comentar as imagens. Boris Kossoy (2009) já havia classificado esse exercício como fascinante para os pesquisadores e, tomando emprestado o termo cunhado do autor, estende-se esse fascínio: a *trama fotográfica* atinge, potencialmente, a todos.

Por fim, ainda no quesito imagético, salienta-se a relevância dos álbuns de família e a forma como sempre apareciam em cena. Com exceção de Tereza Iank, todos os pioneiros sentiram necessidade de apresentar a família à pesquisadora. Ao se depararem com o portfólio, prontamente resgataram suas próprias fotografias, mostrando-as com profundo interesse. O caso da professora Eloah Martins Quadrado foi ainda mais contundente: além de recorrer ao acervo familiar, a aplicação da técnica fez com que despertasse lembranças e imagens conectadas à sua trajetória profissional e de vida. A professora manteve o foco sobre ela mesma, guiando a entrevista em torno de si.

Ecléa Bosi (2009) assinalou que a memória é como um “tesouro”, que guarda dentro de seu dinamismo interno a possibilidade de seguir de uma imagem à outra por meio de associações de similaridade e contiguidade. Por isso, é natural que os pioneiros identifiquem-se com as fotografias e recordem-se deles mesmos e de seus parentes. A

identificação também é ponto chave para que surjam lugares de pertencimento, classificação que pautou a seleção das imagens para comporem o portfólio.

Porém, há de se fazer a ressalva de que nenhum dos entrevistados associou as imagens apresentadas pela pesquisadora com outras de seus acervos que também mostrassem lugares de pertencimento. Todos preferiram concentrar-se em pessoas, em personagens. Assim, orienta-se para que os preceitos antropológicos de Marc Augé, já utilizados pelo grupo *Comunicação e História*, sejam complementados com os elementos constitutivos da memória de Michael Pollak (1992). Para este autor, a memória é composta por acontecimentos vividos e por aqueles vivenciados “por tabela”; personagens e lugares de pertencimento. Amplia-se, assim, a base para a escolha das imagens do portfólio. Além de pontes, ruas, hospitais, hotéis e escolas, pessoas e situações podem despertar identificações. Essa incorporação, além de facilitar a seleção, pode render novos resultados, uma vez que, nesta pesquisa, as fotografias que mostraram personagens da época foram mais eficientes que algumas com lugares de pertencimento. Joaquim Batista Ribeiro, Horácio Klabin, Luzia e Aulino Feitosa Alves transformaram-se em temas históricos e pontos de desencadeamento de novas lembranças.

Outra visão teórica que merece ser acrescentada à base da proposta metodológica é a dos “quadros sociais” de Maurice Halbwachs. As concepções do autor se relacionam com as ideias da micro-história e da história vista de baixo, ambas componentes do movimento da história “nova”. Por isso, podem contribuir enormemente ao método, dando sustentação e direcionamento no momento de selecionar quem e quantas pessoas serão ouvidas em cada município.

O grupo de pioneiros escolhidos para serem entrevistados por este trabalho, ao se pautar nos “quadros sociais”, despertou algumas percepções que, certamente, se estenderão em testes posteriores. Aquelas pessoas que aparecem no “topo da lista” da história cristalizada de Telêmaco Borba tiveram mais facilidade para externar suas lembranças, pois são frequentemente ouvidas e estão acostumadas a recordar. Porém, a despeito da boa articulação, há a tendência de se contar sempre as mesmas narrativas, principalmente durante o primeiro momento da entrevista, sem o suporte das imagens. Por exemplo, tanto Aulino Feitosa Alves, quanto Eloah Martins Quadrado, que são fontes tradicionais, relataram à pesquisadora histórias que esta já havia lido nos depoimentos disponíveis no Museu Histórico da cidade e em outros meios, como entrevistas publicadas em jornais e revistas. Neste aspecto, acrescentar “novos” nomes à lista pode trazer outras perspectivas e significações.

Neste estudo tentou-se contemplar pioneiros que fizeram parte dos primeiros anos da cidade, mas que ainda não “ganharam voz”, como aqueles de classe socioeconômica mais baixa. A timidez em dividir suas narrativas levou alguns a falarem pouco e a serem inseguros em relação a certos assuntos – o que não invalida seus depoimentos, mas reforça a posição de Pollak (1992), que diz que não há nada de natural em se lembrar e contar a própria história, ainda mais quando nunca houve questionamentos anteriores. Alessandro Portelli (1997) complementa esse ponto de vista na medida em que afirma que cada indivíduo tem seu valor e é capaz de enriquecer a experiência de aprendizado:

O respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo na História Oral. Não são exclusivamente os santos, os heróis, os tiranos – ou as vítimas, os transgressores, os artistas – que produzem impacto. Cada pessoa é uma amálgama de grande número de histórias *em potencial* [...]. Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência. [...] Cada entrevista é importante, por ser *diferente* de todas as outras. (PORTELLI, 1997, p.17, grifos do autor).

Portelli (1997) fala apenas do trabalho de campo na história oral, mas a ética defendida pelo autor pode ser expandida para a nova proposta metodológica, que tem na história oral um de seus pilares. Cada entrevistado trouxe algo diferente à pesquisa e à trajetória de Telêmaco Borba. O município, que conta apenas com duas obras publicadas sobre seu passado, ainda carece de novos esforços históricos e, como demonstrou este estudo, não faltam fontes habilitadas e dispostas a enriquecer sua memória.

Por mais que o objetivo desta dissertação não fosse recuperar o passado no município, no decorrer da aplicação da metodologia e de sua sistematização, novas narrativas surgiram, resolvendo, inclusive, algumas dúvidas históricas. Por exemplo, nos registros oficiais, não estava claro se o grande incêndio de 1963 havia atingido a Cidade Nova. Por meio dos depoimentos colhidos, os pioneiros recordaram-se da tragédia, afirmando veementemente que o fogo estava na região, destruindo casas e tirando vidas. Outras informações pertinentes à história também foram levantadas, como a cobrança de pedágio na ponte sobre o rio Tibagi promovida pelas Indústrias Klabin para “abater” os custos que teve na construção; a repressão policial durante a ditadura militar; a série de doenças provocadas pela poluição do ar, dos rios e pela falta de infraestrutura; e as “agitações” da zona do meretrício e da Casa da Fausta. Esses dados, presentes na memória dos pioneiros não estão

nos acervos e arquivos do município e, por se tratarem de assuntos que de certa forma arranham a construção de um passado “perfeito”, poderiam continuar assim, “esquecidos”. Dessa maneira, há de se reconhecer que o método contribuiu à história de Telêmaco Borba, e pode contribuir ainda mais se sua aplicação persistir.

Diante de todas essas percepções, fica evidente, portanto, a riqueza de dados que a pesquisa empírica, realizada em seus rigores, foi capaz de oferecer à proposição da nova metodologia. É imprescindível que esse modo de fazer ciência seja incorporado à técnica, confrontando-a e regulando-a no exercício do empirismo forte de Luiz Claudio Martino (2010). Dessa maneira, com esse esforço feito, conclui-se que o método de utilização da fotografia como disparadora do gatilho da memória passa pelo crivo da ciência e sua sistematização. Se bem aplicada, transforma-se em uma eficiente ferramenta que merece ser incorporada à pesquisa em comunicação.

Obviamente, os estudos não se encerram aqui – novas experiências estão por vir e, por meio de outras replicações e justificações, o método será gradativamente democratizado, contribuindo para a construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- AUTOS SEGREDOS. Marca francesa Simca pode voltar ao mercado. **Autos Segredos**. 2011. Disponível em: <<http://autossegredos.com.br/2011/03/28/marca-francesa-simca-pode-voltar-ao-mercado/>>. Acesso em: 2 out. 2012.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 15.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- CORAIOLA, André Miguel. **Capital do papel: a história do município de Telêmaco Borba**. Curitiba: edição do autor, 2003.
- FARACHE, Ana. Fotografia: uma experiência entre a memória e imaginação. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v.1, n.1, p.14-33, 2005.
- _____. Fotografia: uma experiência entre a memória e imaginação. **Discurso fotográfico**, Londrina, v.4, n.4, p.13-34, 2008.
- FERNANDES, Hellê Vellozo. **Monte Alegre: cidade-papel**. Curitiba: edição da autora, 1974.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- HOFFMANN, Maria Luisa. **Guardião de imagens: “memórias fotográficas” e a relação de pertencimento de um pioneiro com Londrina**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.
- _____. A fotografia aliada à história oral para a recuperação e preservação da memória. In: BONI, Paulo César (org.). **Fotografia: múltiplos olhares**. Londrina: Midiograf, 2011.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. 2.ed. São Paulo: Ateliê, 2001.
- _____. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. Cotia: Ateliê, 2007.
- _____. **Realidade e ficções na trama fotográfica**. 4.ed. São Paulo: Ateliê, 2009.
- _____. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne (org.). **O fotográfico**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2005.
- LAGOS, Marcos Augusto. Sindicato do Papel comemora 55 anos. **Sindicato do papel**. 2012. Disponível em: <<http://www.sindicatodopapel.com/?p=911>>. Acesso em: 2 out. 2012.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Retratos de família: imagem paradigmática no passado e no presente. In: SAMAIN, Etienne (org.). **O fotográfico**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em comunicação**. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2010a.

_____. Reflexividade e relacionismo como questões epistemológicas na pesquisa empírica em comunicação. In: BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata Vassalo; MARTINO, Luiz Claudio. (orgs.). **Pesquisa empírica em comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MAMINI, Edmar. Construindo um locomóvel. **Tripod**: build a free website of your own on. Maio 2008. Disponível em: <http://ferrimodel.tripod.com/locomovel_.htm>. Acesso em : 12 se. 2012.

MARTINO, Luiz Claudio. Panorama da pesquisa empírica em comunicação. In: BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata Vassalo; MARTINO, Luiz Claudio. (orgs.). **Pesquisa empírica em comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010.

_____. Dois estágios da comunicação versus efeitos limitados: uma releitura. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 28., jun. 2009, Belo Horizonte. **Anais...** Disponível em: <http://compos.com.puc-rio.br/media/gt7_luiz_claudio_martino.pdf>. Acesso em: 12 set. 2012.

MEIHY, José Carlos Sede Bom. **Manual de história oral**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

PANOFSKY, Erwin. **Estudos de iconologia**: temas humanísticos na arte do renascimento. 2.ed. Lisboa: Estampa, 1995.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, n.15, p.13-50, abr.1997.

ROSSETI, Regina. A ruptura epistemológica com o empirismo ingênuo e inovação na pesquisa empírica em comunicação. In: BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata Vassalo; MARTINO, Luiz Claudio. (Orgs.). **Pesquisa empírica em comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010.

RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. Pesquisa com fontes documentais: levantamento, seleção e análise. In: TOLEDO, César de Alencar Arnaut; GONZAGA, Maria Tereza Claro. (Orgs.). **Metodologia e técnicas de pesquisa nas áreas de ciências humanas**. Maringá: Eduem, 2011.

SATO, Larissa Ayumi. **Imagens e memórias**: a fotografia como documento e fonte de pesquisa para a recuperação histórica da Colônia Esperança. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Imagem e memória. In: SAMAIN, Etienne (Org.). **O fotográfico**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

SUBTIL, Filipa. A comunicação entre a tecnologia e tecnocracia: para uma fundamentação teórica das tecnologias da informação. **Análise social**. Lisboa, v.41, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S0003-25732006000400006&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 set. 2012.

TAVARES, Mariza. Grupo dos 11: o braço armado de Brizola. **Fique Alerta**. 2011. Disponível em: <<http://www.fiquealerta.net/2011/03/grupo-dos-11-o-braco-armado-de-brizola.html>>. Acesso em: 2 out. 2012.

TELEMACONLINE. 111 Anos: festa da santinha deve atrair milhares de fiéis. **Telemaconline**. 2011. Disponível em: <<http://telemaconline.com.br/noticias/turismo/905-111-anos-festa-da-santinha-deve-atrair-milhares-de-fi%C3%A9is.html>>. Acesso em: 2 out. 2012.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

Pesquisa Documental

ALVESa, Alberto Feitosa. Entrevista concedida à pesquisadora na residência do entrevistado. Telêmaco Borba: 18 jul. 2012. (129'08''): gravação em áudio.

ALVESb, Aulino Feitosa. Entrevista concedida à pesquisadora na residência de Alberto Feitosa Alves. Telêmaco Borba: 18 jul. 2012. (129'08''): gravação em áudio.

DAL COL, Marina de Lurdes da Luz. Entrevista concedida à pesquisadora na residência da entrevistada. Telêmaco Borba: 11 jul. 2012. (64'02''): gravação em áudio.

IANK, Tereza de Jesus. Entrevista concedida à pesquisadora na residência da entrevistada. Telêmaco Borba: 11 jul. 2012. (49'48''): gravação em áudio.

MACHADO, Aroldo Lucas. Entrevista concedida à pesquisadora na residência do entrevistado. Telêmaco Borba: 9 jul. 2012. (81'41''): gravação em áudio.

MENDES, Francelina. Entrevista concedida à pesquisadora na residência da entrevistada. Telêmaco Borba: 10 jul. 2012. (49'15''): gravação em áudio.

MUSEU HISTÓRICO DE TELÊMACO BORBA. **Acervo documental e fotográfico:**
Telêmaco Borba, 2012.

NOCERA, Honorina Ribas de Paula. Entrevista concedida à pesquisadora na Ótica Santa Rita. Telêmaco Borba: 19 jul. 2012. (47'11''): gravação em áudio.

PRESTES, Hilda de Jesus. Entrevista concedida à pesquisadora na residência do entrevistado. Telêmaco Borba: 12 jul. 2012. (91'44''): gravação em áudio.

QUADRADO, Eloah Martins. Entrevista concedida à pesquisadora na residência da entrevistada. Telêmaco Borba: 12 jul. 2012. (119'12''): gravação em áudio.

SOLAK, Silvestre. Entrevista concedida à pesquisadora na residência do entrevistado. Telêmaco Borba: 12 jul. 2012. (91'44''): gravação em áudio.

ANEXOS

ANEXO A

Banco de Dados em CD

Neste CD, estão disponíveis os arquivos em áudio das entrevistas realizadas com os pioneiros durante o mês de julho de 2012; as transcrições das entrevistas em texto e os arquivos das imagens usadas nesta pesquisa em alta resolução.